



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS.  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA.  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA.**

**ALEXANDRE SOUZA AMARAL**

***VAMOS À VACINA?***  
**DOENÇAS, SAÚDE E PRÁTICAS MÉDICO-SANITÁRIAS EM BELÉM (1904 A 1911).**

**ABRIL/2006.**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS.  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA.  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA.**

**ALEXANDRE SOUZA AMARAL**

***VAMOS À VACINA?***  
**DOENÇAS, SAÚDE E PRÁTICAS MÉDICO-SANITÁRIAS EM BELÉM (1904 A 1911).**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, como exigência para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria de Nazaré Sarges.

Área de concentração: História Social da Amazônia.

**ABRIL/2006.**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –  
Biblioteca Central / UFPA, Belém-PA**

---

**Amaral, Alexandre Souza.**

*Vamos à vacina?* Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904 a 1911) / Alexandre Souza Amaral; orientadora, Maria de Nazaré Sarges. – 2006.

Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

1. Epidemias – História – Pará. 2. Saúde. 3. Doenças. 4. Medicina. 5. Vacina. 6. República. I. Título.

**CDD – 21. ed. 614.498115**

---

“*Vamos à vacina?*” foi apresentada como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Social da Amazônia, outorgada pela Universidade Federal do Pará.

---

**Alexandre Souza Amaral**

**Dissertação aprovada em 28/04/2006.**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Nazaré Sarges.  
(Orientadora – UFPA)**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jane Felipe Beltrão.  
(Avaliadora externa – UFPA)**

---

**Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Aldrin Moura de Figueiredo.  
(Avaliador interno – UFPA)**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edilza Joana de Oliveira Fontes.  
(Suplente – UFPA)**

## RESUMO.

Desde o final do século XIX e, até, o início do século XX, Belém na fala do intendente Antonio Lemos era conhecida como a “necrópole” paraense. Doenças e epidemias estavam no centro do debate das práticas médico-sanitárias. O higienismo de médicos tornou-se discurso recorrente de intervenção no espaço cotidiano dos moradores, onde as campanhas de profilaxias foram alçadas enquanto responsáveis pela cura da cidade. As ações propostas por esculápios cientistas geraram tensões entre moradores e autoridades públicas diante a aliança do saber médico e o poder público, sobre a qual me propus analisar para explicar o dia-a-dia das medidas coercitivas, no intuito de entender essa aliança.

Analisando artigos na imprensa, literatos, jornalistas, políticos, relatos médicos, mensagens de governo, relatórios, fotografias e charges foi possível acompanhar os significados atribuídos pelos contemporâneos em relação as epidemias da varíola, tuberculose e febre amarela, por exemplo, por parte dos saberes médico-sanitários. A *belle époque* em Belém deixou de ser nessa dissertação um cristal historiográfico, diante as adversidade do viver de sujeitos anônimos. Belém tornou-se um laboratório de experiências, os médicos propunham curá-la para alcançar o tão propalado desenvolvimento econômico ou progresso. A consolidação dessa aliança coube à responsabilidade do renomado sanitarista Oswaldo Cruz, que desembarcou, em 1910, na capital paraense para combater a febre amarela, com carta branca do governador João Coelho. Por outro lado, a cura da cidade ou “necrópole” paraense teve significados mais amplos, destacando-se o sepultamento do mal amarílico, como também, concomitantemente, o sepultamento da oligarquia do coronel Antonio Lemos.

**PALAVRAS-CHAVES:** práticas médico-sanitárias, doenças, morte, epidemias, higienista, sanitarismo, medicina, tensões sociais, política, Amazônia, Belém, Pará, oligarquia, estado e República.

## ABSTRACT.

Since the end of the nineteenth century until the beginning of the twentieth century, Belém, according to the intendant Antonio Lemos, was known as the “paraense necropolis”. Illnesses and epidemics have been in the focus of the discussion of medical-sanitary practices. The doctor’s hygienism has become recurrent speech of intervention in the inhabitants’ daily space, where the prophylaxes’ campaigns were considered responsible for the cure of the city. The proposed actions by medical doctors create tensions among inhabitants and public authorities in face of the alliance between the medical knowledge and the government, topic which I have chosen to analyze in order to explain the day-to-day of the coercive actions, with the intention of understand such alliance.

Analyzing medical articles in the press, literary theoretical, journalists, politicians, medical reports, government’s messages, photographs and charges, it was possible to follow the meanings attributed by the contemporaries related to epidemics as the smallpox, tuberculosis and yellow fever, for example, considering the medical knowledge. The *Belle époque* in Belém it was no more considered in this paper as a historiographical crystal, in face of the adversity of anonymous citizens’ way of life. The city has become a laboratory of experiences that propose to cure it in order to reach such divulged economic development. The city has been left in the doctor’s hands. The consolidation of this alliance has been given to the well-known sanitarian Oswaldo Cruz, that arrived in Belém City in 1910 to fight against the yellow fever with the complete support of the governor João Coelho. On the other hand, the cure of the city or “paraense necropolis” has brought out larger significances, among them, coincidentally, the burial of the amarílico evil, as well as, the burial of colonel Antonio Lemos’ oligarchy.

**KEYWORDS:** medical doctor practices, illnesses, death, epidemics, hygienist, sanitation, medicine, social conflicts, politics, Amazon Region, Belém, Pará, oligarchy, state and Republic.

*Dedico este trabalho à Lucila Maria, que me acolhe  
no conforto da minha inquietude: sem você eu não sou eu.*

Meu tempo é hoje,  
eu não vivo do passado,  
o passado é quem vive em mim.  
Paulinho da Viola.

## AGRADECIMENTOS.

Dizia Drumond, *lutar com as palavras é a luta mais vã*. Das diversas vezes que ligava o computador, ficava com a impressão de estar jogando xadrez com pedras de gelo num imenso e longínquo deserto, tamanha a inquietude e a inquiриção para terminar esta dissertação, além de minha aflição particular em *lutar com as palavras*, livros e documentos. Talvez sirva de consolo que muitos já padeceram desse infortúnio prazer da *luta mais vã* e tantos outros ainda hão de experimentar horas de ansiedade e sono ao historiografar. Pois bem, havia não uma e sim várias pedras no caminho obstaculizando a vontade de andar, tamanha dificuldade, mas não caminhei sozinho tentando remove-las. Difícil agora será não cometer injustiças ao agradecer aos abraços e as mãos estendidas ao longo desse insólito e gratificante caminhar. Minhas desculpas àqueles que a memória não me ajuda agradecer nesse instante, muitíssimo obrigado por partilharem meu inferno de Dante de bom grado. Essa experiência valeu a pena a cada instante.

Luciano Del Castilo, amigo de infância, já nos idos de 1985, quisera por ironia do tempo um dia sequer imaginar, que de Macapá iríamos morar juntos em Campinas, o apreço não tem preço, do mau humor comum e matinal à leitura do jornal, durante as manhãs procurávamos dissipar o tempo e tornar a convivência possível, mas somente pela manhã, pois as tardes e noites eram longas, valeu meu irmão, entre o intervalo do *direito* e da *história* construimos práticas de lazer e leituras. Outro “torto do direito” que deixa saudade, o eloqüente e extrovertido “baiucho” – mistura de baiano com gaúcho, como costuma explicar Rodrigo Küening Razia. Para este amigo não tinha tempo ruim, até pra ir ao aeroporto de Vira Copos, fosse noite ou dia, acelerava bem mais que devia. Entre os debates do direito e história há um aparente abismo, mas as discussões da Constituição e legislação brasileira sobre os direitos humanos e o estado muito contribuíram para o entendimento das múltiplas visões que o estado assume. Todavia, as tensões e conflitos, eu assumia para debater as leis com os “tortos do direito”, discussões infundáveis. Aos novos colegas e amigos que ficaram em Campinas agradeço por ouvirem um pouco de história sobre a Amazônia, ajudando a desmistificar o exotismo recorrente da “terra de índios”. Aos gratos campineiros Roberto e Paulo Húngaro, André (Brutos), Felipe (Ruívo) e Regiane Alves; Thais Araújo (Rio Claro), Erica Viana (Paraná), Beth Souza e Carol (paulistanas), Fernanda (Rio Claro) e as visitas de Macapá da “Lica” (Eliana) e do Juliano, que vinham da boa terra para nos engordar e alegrar o ambiente social. Obrigado novamente.



Em São Paulo, alguns amigos e paraenses partilharam mais intimamente das discussões historiográficas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP): Erica Amorin, Liliane Cavalcante, Ypojucam Campos e Mário Médici partilharam de momentos agradáveis nas salas de aula e corredores da PUC, bem como dos dissabores. Aos companheiros de turma e pesquisadores desses “brasis” afora fica a saudade e a gratidão, ainda vamos nos encontrar: Marcelo, Eduardo, Luana, Elaine, Moisés e Leno, meus agradecimentos. A querida “Betinha” não esqueci de você, obrigado a todos. Aos professores que partilharam e contribuíram no amadurecimento acadêmico, profissional e pessoal, muito devo a Maria Izilda, Maria do Rosário, Ivone Dias, Denisse Sant’Anna, Maria Antonieta e Antonio Pedro, que emprestavam a paciência e a experiência do ofício. Não posso deixar de registrar o apoio humano de quem estendeu-me a mão, resalto em especial, a atenção de Olga Brites que orientou-me na PUC, onde os artigos que eu entregava foram debatidos. Se “bem naquele tempo” (assim lembrava Abdu Ferraz) os decepcionei por não ter concluído o mestrado em São Paulo, externo meus sinceros agradecimentos, pois nada melhor que um dia após o outro para continuar caminhando e não desistir de sonhar ou organizar esperanças. Não basta ter vontade, é preciso lutar. Agradecer é pouco, mas novamente obrigado, pois não caminhei até aqui sozinho.

Quando precisei ir ao Rio de Janeiro, fui acolhido no Realengo, valeu tio Sena e a Beth por pacientemente me orientar a chegar à Biblioteca Nacional, Fiocruz e Arquivo Nacional. Funcionários anônimos ajudaram-me cordialmente naquilo que eu precisava. Alias, o agradecimento a inúmeros profissionais com os quais convivi durante a pesquisa, as vezes apenas um rosto que fica por trás dos balcões de arquivos, institutos e bibliotecas. O que seria de nós sem eles? Provavelmente impossível mensurar a imensa contribuição. Obrigado mais uma vez e, também, por tantos e outros, antecipadamente, encontros que ainda ocorreram.

Diz um adágio popular: “o bom filho a casa torna”. E os que não retornam são maus? Certamente não quero usar de maniqueísmo, mas também não há coincidência na minha opção. Após 13 anos morando em Macapá, longe e perto de Belém (cidade natal), retornei à boa terra para fazer a graduação de história em 1998, na Universidade Federal do Pará (UFPA). Após concluir o bacharelado e a licenciatura continuei peregrinando e fui parar em Campinas, para estudar no programa de pós-graduação de História Social da PUC-SP. Por erros exclusivamente meus, na maioria tentando acertar, outros nem tanto, não consegui concluir o mestrado nesta instituição. Para não “perder” oportunidades e sonhos, retornei à Belém, onde entrei na pós-graduação de História Social da Amazônia da UFPA. Nem tudo são flores, as rosas têm espinhos. Finalmente pude desenvolver e concluir essa dissertação e

os agradecimentos se estendem mais uma vez. Aos colegas e novos amigos, inusitados e agradáveis companhias que nas linhas de pesquisa contribuíram no debate historiográfico. Marcelo Dergan, Cleodir, Luiz, Klaiton Campelo, as eternas querelas provocadas por Thompson, Hommi Bhabha, Stuart Hall; enfim diversos historiadores foram debatidos prazerosamente em momentos inesquecíveis. Edileuza dos Santos, Elias Diniz, Itamar, Ana Carolina e Kelly Batista, novamente em outra linha de pesquisa, mas dessa vez apresentando e discutindo capítulos. Na prática, as linhas servem como pré-qualificação, onde algumas críticas e sugestões foram acrescentadas na dissertação. Os agradecimentos e obrigado de coração pelos instantes acadêmicos e não acadêmicos ao longo de 2005.

Aos professores que ministravam aulas, emprestando experiências e orientando no debate possível nas linhas de pesquisa. Pere Petit e Nazaré Sarges, que suscitaram abordagens novas e sob um prisma diferenciado para entender as especificidades por uma história social da Amazônia. Edilza Fontes que prazerosamente nos fez ler e reler, por não sei quantas infindáveis vezes os livros, artigos e trabalhos dos companheiros do mestrado e praticamente as produções de Thompson; diga-se de passagem, ela acompanhou de perto diversas e diferentes versões dos capítulos 1 e 3. Durante a qualificação, Aldrin Figueiredo e Edilza Fontes não pouparam o verbo, confesso que fiquei “tonto” com o bombardeio de algumas horas. Outrossim, fora fundamental para rever arestas e incoerências, agradeço de bom grado a artilharia deferida, lembrando que a responsabilidade da escrita é exclusivamente minha, apesar dos caminhos designados com propriedade. William Gaia, que de perto acompanha minha trajetória desde 2001 e esteve também presente na qualificação. Contudo sua contribuição é infinitamente maior. Nos bons momentos esteve presente e nos momentos árdus cobrou e incentivou mais do que se possa imaginar; nossas conversas sempre tombavam para as pesquisas, fosse o doutorado que então ele desenvolvia, atualmente tendo concluído, ou o mestrado que eu lutava pra terminar. Discutir República e referenciais teóricos sobre Pierre Bourdier ou Gramsci torna-se prazeroso na companhia desse irmão. Agradeço e tenho uma eterna dívida para com vocês. Outros companheiros estiveram presentes: Fernando Arthur, Rafael Chambouleyron, Franciane Lacerda, Tereza, Dani, Daryen Soares, Cleo, Rafael Castro, Marcus Vinicius, Geane e Dias Neto; obrigado pelo apoio mais do que moral e a força depositada. A Ana Alice pela paciência e a atenção peculiar do sorriso e beleza cativante com que trata à todos, profissional atenciosa, muito obrigado. A professora Magda Ricci sempre apostando e cobrando, um agradecimento especial pela imensa gratidão.

Nazaré Sarges, difícil encontrar palavras, mas vou tentar, pois uma parte de mim lhe ouve, tal como alguém procura apreender na voz da experiência. Um poema de Pablo Neruda

me lembra você, quando lhe escuto: “Se cada dia cai dentro de cada noite, há um poço onde a claridade está presa. Há que sentar-se na beira do poço da sombra e pescar luz com paciência”. Naná sabe emprestar os ouvidos, ponderar letras e palavras, mesmo quando eu arriscava o certo pelo incerto, mas era irremediável seus conselhos sensatos, por isso eu precisava *pescar a luz*. Orientadora atenta, não pense a leitora que ela não cobrava os fragmentos de antigas palavras, Naná sabe ser franca e direta, não tem meio termo. Em momentos delicados e tensos ela vive me surpreendendo. Talvez pela simplicidade, lealdade e coragem, traços de sua personalidade presentes num simples gesto de olhar, falar e agir com equilíbrio. Espelho para historiadores, agradecer é pouco, minha gratidão é eterna, a mão estendida um dia, desde os idos de 1998 é lição que ensino tal como apreendi de graça. Obrigado, obrigado e mil vezes obrigado! Não por obrigação, mas por todo reconhecimento e respeito que tenho por você ao longo desses anos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que financiou grande parte da pesquisa, através de bolsa de mestrado, entre o ir e vir de Belém, São Paulo e Rio de Janeiro. O fomento a pesquisa, por mais repetitivo que pareça, é cada vez mais difícil aos programas de pós-graduação e fundamentais para os pesquisadores. Assim, agradeço ao CNPq que contribuiu significativamente na conclusão dessa etapa profissional.

Meu porto seguro não poderia ser ignorado, meus familiares dão mais apoio do que poderia esperar, Diene, Francisco, Kaio e Beatriz, a família busca-pé, como chamo carinhosamente, está sempre presente em apoiar-me, sinto falta da convivência cotidiana. Meus pais, Lucila Maria e Carlos Balieiro; irmãos, Adriana e Carlos Cesar e o sobrinho Augusto Cesar, além da minha vó Lady. Há tempo estou longe de casa, um dia volto pra sorrir novamente com vocês, enquanto passam os dias, ligo para escutá-los ou me apego nas fotos e recordações. Quando procuro motivos para continuar, eu vivo em vocês e não saberia viver diferente, em tudo que permanece, minha família é beleza, o vento na boca, a saudade mais linda e a lágrima mais doce neste instante. Nasci amado e retribuo amando, “palhaço” que sou, quero ver a alegria. Meu tributo e imortal agradecimento tem sangue e vida – Lucila. Esta mulher, flor rara que brota todos os dias no meu peito, voz delicada que percorre no vento entre os cantos mais doces dos pássaros. Tu és a estrela do meu firmamento, teu brilho não se apaga com o fim da noite e, muito menos, se ofusca com a claridade do dia. Basta eu fechar os olhos ou pensar em você, que a luz se faz presente, quando estou perto ou longe, vivo em ti todos os dias, amor de minha vida, querida MÃE MARIA.

## LISTA DE IMAGENS, GRÁFICOS E TABELAS.

<b>Frontispício da obra <i>A Bubonica</i>.....</b>	<b>24</b>
<b>João Marques de Carvalho.....</b>	<b>26</b>
<b>Mortalidade em Belém (1904 a 1911).....</b>	<b>113</b>
<b>Óbitos por Profissão em Belém (1905 a 1911).....</b>	<b>114</b>
<b>Óbitos por Distritos em Belém (1905 a 1911).....</b>	<b>117</b>
<b>Óbitos por Varíola em Belém (1904 a 1911).....</b>	<b>123</b>
<b>Vacinas de Lancy (1905) – Serviço Sanitário Municipal.....</b>	<b>132</b>
<b>Vacina Antivariólica de Lancy (1905 a 1910).....</b>	<b>142</b>
<b>Óbitos por Tuberculose em Belém (1904 a 1911).....</b>	<b>153</b>
<b>Hospital Domingos Freire: registro de Tuberculose (jul/1904 a jun/1905).....</b>	<b>156</b>
<b>Hospital Domingos Freire: registro de saída (jul/1904 a jun/1905).....</b>	<b>157</b>
<b>Hospital Domingos Freire (Nacionalidade dos Doentes – jul/1904 a jun/1905).....</b>	<b>158</b>
<b>Óbitos por Peste Bubônica em Belém (1904 a 1911).....</b>	<b>163</b>
<b>Cruzada Oswaldo: os microbios que escapam.....</b>	<b>172</b>
<b>Mortalidade por Febre Amarela (jan/1899 a jun/1910).....</b>	<b>184</b>
<b>Comissão de Combate à Febre Amarela.....</b>	<b>187</b>
<b>Tabela de Vencimentos da Comissão de Profilaxia.....</b>	<b>189</b>
<b>Honni soit qui mal y pense!.....</b>	<b>194</b>
<b>A viagem do Czar dos Mosquitos – chegada ao Pará.....</b>	<b>203</b>
<b>Mortalidade por Febre Amarela (1909 e 1910).....</b>	<b>216</b>
<b>Turma de Trabalhadores do Serviço de Expurgo – 1910.....</b>	<b>219</b>
<b>Óbitos e Notificações de Febre Amarela (nov/1910 a mai/1911).....</b>	<b>223</b>
<b>Mortalidade da Febre Amarela por Nacionalidade (nov/1910 a mai/1911).....</b>	<b>224</b>
<b>No Norte: viagem de triumpho.....</b>	<b>226</b>
<b>Sala do Pavilhão Brasileiro. Exposição Internacional de Higiene e Demografia - Dresden (1911).....</b>	<b>229</b>
<b>Custo da Campanha (nov/1910 a mai/1911).....</b>	<b>234</b>
<b>No Pará.....</b>	<b>241</b>
<b>Mais um tiro de honra.....</b>	<b>243</b>
<b>Oligarchias no tombo!.....</b>	<b>246</b>
<b>Oswaldo Gonçalves Cruz.....</b>	<b>252</b>
<b>O Pará: praga do mosquito não mata Coelho.....</b>	<b>253</b>

## SUMÁRIO.

<b>Resumo</b> .....	05
<b>Abstract</b> .....	06
<b>Agradecimentos</b> .....	08
<b>Lista de imagens, gráficos e tabelas</b> .....	12
<b>Introdução</b> .....	14
<b>1 – Belém, o teatro das doenças: <i>A Bubonica</i> (1904)</b> .....	24
1.1 – <i>Na Avenida Republica</i> : olhares, percepções e diferenças na “terra da borracha”.....	31
1.2 – <i>No Palacio do Progresso. Salão</i> : eldorado de alegorias.....	66
1.3 – <i>Na Avenida Republica</i> : saúde, higiene e relações de trabalho no espetáculo das ruas.....	74
1.4 – <i>Apothéose</i> : legitimando imagens na construção da oligarquia.....	106
<b>2 – A cidade mortífera e as práticas médico-sanitárias: medicina, higienização e campanhas profiláticas (1904 a 1911)</b> .....	109
2.1 – Saberes e poderes: a reorganização do Serviço de Higiene Pública.....	118
2.2 – Vacine-se o povo: a campanha de profilaxia contra a varíola.....	122
2.3 – O vômito vermelho: tuberculose, o anúncio do mal social.....	149
2.4 – A campanha de profilaxia contra a peste bubônica: guerra aos ratos e pestosos.....	162
<b>3 – No ardor da febre: o Dr.Oswaldo Cruz e a febre amarela no Pará (1910-1911)</b> ....	169
3.1 – A ciência política e o contrato com o governador João Coelho.....	170
3.2 – Outros doutores no Pará: os preparativos da Campanha e a chegada da Comissão.....	183
3.3 – Intervalo, Rio de Janeiro e Belém: Lauro Sodré e a Revolta da Vacina.....	192
3.4 – A Campanha pedagógica: a mensagem de Oswaldo Cruz aos moradores e médicos clínicos de Belém.....	205
3.5 – <i>Tour de force</i> : a Campanha dos “semideuses” vai às ruas e moradias e a Dresden.....	215
3.6 – A vitória da ciência: o sepultamento da febre amarela e da oligarquia Lemos.....	237
3.7 – Abrem-se as cortinas: o banquete no Teatro da Paz, vivas à Cruz.....	255
<b>Considerações finais</b> .....	261
<b>Fontes</b> .....	266
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	272
<b>Arquivos, bibliotecas, institutos e museus consultados</b> .....	281

## Introdução.

Em períodos de epidemias, tem-se observado que a aplicação tirânica de medidas consegue em pouco tempo diminuir o número de casos de doença, não por ter decrescido a virulência do germen, ou aumentado a resistência orgânica dos indivíduos, senão porque o pavor, que logo surge, engendra a força de sonegação dos doentes.

Certo de que ninguém poderá mudar o rumo do seu tempo, sendo inevitável acompanhá-lo, o higienista envidara esforços para não aborrecer com exigências revoltantes, que levam a mortificação a retiram da medicina preventiva o aspecto atraente, o método convincente, asseguradores do êxito.

E para este obter, é indispensável que disponha de certo saber e cultura intelectual: além do conhecimento das ciências médicas, uma instrução geral desenvolvida, que o não deixa ficar encerrado na sua especialidade, permitindo-lhe compreender as relações com as outras ciências.

Othon Chateau. *Traços de Higiene*, 1935.<sup>1</sup>

O passado realmente é um lugar distante para o historiador, como bem sustenta David Lowenthal, mas também é preciso reconhecer que o presente torna-se a construção de experiências passadas na explicação dos sujeitos.<sup>2</sup> Historiar fragmentos e lampejos de vivências ontológicas implica burilar documentos diversos e encarar desafios que percorro em busca de significados atribuídos na contemporaneidade do início do século XX. As inquietações desta dissertação, **“Vamos à vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904 a 1911)”**, perpassam pelo debate entre preclaros escúlianos, como os doutores Américo de Campos e Oswaldo Cruz, por exemplo; ou então os arautos políticos da sapiência por exemplo o intendente Antonio Lemos e os governadores Augusto Montenegro e João Coelho, que arbitravam a transformação do espaço público e privado. Assim, a formação em medicina auferia aos jovens médicos um espelho social de *status* de poder sobre “certo saber e cultura intelectual” específico dos higienistas, como defendia o Dr. Othon Chateau ao analisar os *Traços de Higiene* em Belém, nas primeiras décadas do século passado. Logo, não tardou ao saber médico forjar um grupo político ávido por fazer reformas urbanas a partir de instrumentos científicos, para medicalizar a cidade e os moradores.<sup>3</sup> Por isso, essa característica da “classe” médica conta com o apoio do poder público, que passa a incorporar na administração das instituições públicas, profissionais “qualificados” no exercício sanitário. É essa prática no cotidiano que busco apreender por “medicina social”, que decorre da aliança do poder público com o saber científico.

O estudo das experiências culturais, em Belém, permite-me analisar peculiaridades sobre as doenças, a saúde e sobretudo as práticas de cura dos nossos sujeitos, entre os anos

<sup>1</sup> CHATEAU, Othon. “Ação variável do Higienista”, in *Traços de Higiene*. Belém: Gillet, 1935, p. 245.

<sup>2</sup> LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. 9ª reimpr. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.

<sup>3</sup> “A higiene da cidade”, in *Folha do Norte*. Belém, 28 fev., 1907.

1904 e 1911. Neste período, a historiografia da Belém da *belle époque* tem buscado outras problematizações concernentes ao final do século XIX e início do XX. A propaganda oficial contém imagens diversas da cidade paraense estritamente associadas à salubridade, higiene e ordem. Neste sentido, os estudos das experiências caminham por uma história social, enquanto legado de referência de Thompson a partir do debate em *Costumes em Comum*. Thompson compreende-os como um campo de mudanças, interesses e reivindicações, diferentemente da “cultura”. Logo, “o próprio termo ‘cultura’, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto”.<sup>4</sup> Deve-se ter o cuidado de evitar uma possível inflexão antropológica de perspectiva ultraconsensual que *a priori* pode ser um consenso sobre “experiência cultural”.

Essas experiências sociais revelam uma cultura tradicional e conservadora, que quando ouvem e lêem, os costumes procuram reforçar. Por outro lado esses costumes também são rebeldes, pois procuram resistir à racionalização e à inovação, quando da defesa dos seus interesses e reivindicações. Essa aparente ambigüidade não deve e nem pode ser compreendida como uma contradição que dissipa os “Costumes em Comum” por parte dos historiadores e sim como uma relação social de mão dupla tão comum na dialética dos movimentos sociais, por evidenciar um caráter extremamente politizado na ação desses movimentos. Decodificar os costumes e as expressões simbólicas significa adentrar as identidades que se alternam ora como deferente, ora como rebelde e até concomitantemente. Esse percurso leva-me aos fragmentos residuais que caracterizam os costumes, tal qual um feixe emaranhado de cores e/ou significados leva à apreensão do contexto. Assim, “os componentes constitutivos da ‘cultura popular’ que mais requerem a nossa atenção nos dias de hoje, citaria as ‘necessidades’ e as ‘expectativas’”, conforme afirma Thompson e, ainda adverte, “as gerações sucessivas já não se colocam em posição de aprendizes uma das outras”,<sup>5</sup> pois a pressão sobre os costumes reelaboram as necessidades e expectativas materiais, daí o caráter rebelde na defesa dos costumes em comum.

Por isso entendo que as camadas populares ou habitantes-alvo da vacina – tais como sapateiros, vendedores ambulantes, cozinheiras, criados, amas-de-leite, barbeiros, peixeiros, leiteiros e tantos outros sujeitos – desprovidas de riquezas materiais sofreram com um processo civilizatório diferenciado, em curso já no final do século XIX, mas intensificado no

---

<sup>4</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 17-9.

<sup>5</sup> Id. *Ibid.*, p. 23.

início do século XX, em Belém, em decorrência do crescimento econômico e demográfico da cidade e dos problemas de resignificação do espaço urbano. Por outro lado, as camadas populares não assistiram à modernidade de forma passiva. Construíram experiências culturais na cidade e aqui imprimiram ações mesmo quando não assistidas pelo poder público. As autoridades oficiais procuravam regulamentar hábitos, costumes e padrões culturais que visavam “limpar” a cidade de Belém através de discursos médico-sanitaristas de profilaxias, práticas de higienização e desodorização do espaço urbano.<sup>6</sup>

Estes discursos são encontrados, por exemplo, nas mensagens de governo de Augusto Montenegro e João Coelho e também nos relatórios da intendência de Antonio Lemos. Em outras palavras, tanto os discursos quanto as ações passam a ser entendidos enquanto práticas de cura por parte das políticas sanitaristas de profilaxia urbana, em especial as campanhas contra as epidemias. Novamente recorrendo ao médico Othon Chateau, um dos agentes desta prática sanitaria, observa-se que essas campanhas em tempos de epidemia assumiam o significado de “aplicação tirânica”, justificando dessa forma a cura das doenças diante do “pavor” provocado pelas medidas coercitivas. Neste sentido, entendam-se as políticas públicas em Belém como reelaboradoras dos preceitos da medicina social, a qual visava limpar ou curar o corpo doente da cidade, através da medicalização do espaço urbano por acreditar este assim a cidade atingiria o “desenvolvimento econômico” e a “irradiação social”. O abraço amigável entre medicina e política nas concepções de ideologias médico-sanitárias significava uma aliança entre a ciência e o estado, a qual afetaria a vida dos moradores. Percebe-se que as camadas populares dialogaram com essas ideologias, compactuando ou não com a política higienista de profilaxia dos inspetores e médicos sanitaristas das repartições de higiene pública. Ressalto que esse diálogo, algumas vezes, fora tenso e conflituoso na legitimação de saberes de cura. Reforço que entendo esses saberes de cura enquanto campanhas de profilaxias específicas de práticas e saberes médico-sanitários.

Investigar as questões ligadas à saúde urbana e social tornou-se a possibilidade de compreender as experiências culturais na sua diversidade, pois a história de Belém é a história de seus moradores que, num cotidiano urbano, construíram o universo de vida, seja na rua dos Mercadores, no mercado do Ver-o-Peso, nos boulevards, nos quiosques, nas tabernas ou em suas moradias. Por tudo isso, pode-se recuperar suas vozes diante do Érebo,<sup>7</sup> pois como bem lembra Scliar, a doença age no silêncio, marchando imperceptivelmente nas células e

---

<sup>6</sup> Cf. CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>7</sup> Érebo representa um símbolo literário da morte, que para os gregos teria sido uma entidade que preexistiu à criação do universo, pois era filho do caos e irmã de Nyx (mãe do sono e da morte).



implacável na manifestação do corpo.<sup>8</sup> É nesse universo da “enfermidade em marcha”, que os caminhos dessa dissertação tendem a analisar as experiências sociais e culturais associadas às práticas de cura como forma de compreender a saúde de Belém digo de seus moradores, já que a cidade polissêmica tem uma multiplicidade de significados urbanos.

“A Belém da *belle époque*”: quem já não ouviu ou leu essa frase aqui ou em outro lugar qualquer; São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus ou Recife, por exemplo. O historiador, diante da cidade de Belém do final do século XIX e início do XX, certamente se depara com uma produção historiográfica extensa sobre cidade ou “a Belém da *belle époque*”. Contudo, nas últimas décadas, as pesquisas têm revelado uma sociedade distinta da memória produzida sobre a capital paraense. A memória da cidade, então, encontra-se de certa forma no imaginário e na literatura de seus moradores e refere-se ao período de desenvolvimento cultural, material e econômico da época da borracha e dos investimentos de capitais estrangeiros na Amazônia.<sup>9</sup> Nesse período, o “progresso” atingira a Amazônia, a “Paris dos Trópicos”; era uma representação de modernidade para uma parcela social e política que usufruía das benevolências dos novos tempo; certamente uma realidade para poucos, que vislumbraram uma civilização com requintes europeus.

Por isso, nas lápides dos túmulos ou historiografia da “Belém da *belle époque*”, os historiógrafos construíram representações e imagens da sociedade belenense, registrando nos epitáfios a modernidade belepoqueana. Com isso, quero afirmar que os epitáfios não servem como descrições empíricas do passado, mas sim como pensá-lo; uma vez que esse passado nostálgico transformou-se em moeda universal, que aos poucos sofre desvalorização.<sup>10</sup> Não por acaso, a *belle époque* é uma “falácia”, nas palavras do escritor Márcio Souza diante da modernidade que a Amazônia experimentara, como corroborou ainda mais Edinea Dias sobre

<sup>8</sup> SCLIAR, Moacyr. *A paixão transformada: história da medicina na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 7.

<sup>9</sup> Cf. WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993; e DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do Fausto: Manaus – 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.

<sup>10</sup> THOMPSON, Edward Palmer. “Intervalo: a lógica histórica”, in *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 57. Thompson alerta que alguns conceitos utilizados por historiadores tornam-se “moedas correntes”, ou seja, os termos são elásticos, genéricos e irregulares, pois diluem significados específicos, reduzindo-os a categorias “estáticas” e “não-históricas”. Por isso, entendendo que o termo “Belle Époque” tornou-se “moeda corrente” e foi representado com inúmeros significados e valores: progresso, civilização e Paris dos Trópicos, por exemplo. Marco que a metáfora “desvalorização” utilizada no texto não significa que a produção literária produzida ao longo do século XX perdeu importância; muito pelo contrário, ela registra as marcas do homem no tempo/espaço que foram gestadas e também revela o universo mental de atores/atores. Por desvalorização, entendo a desconstrução de um modelo de análise e a construção de um novo conhecimento histórico que já visualiza, nas últimas décadas, os sujeitos em conflito com a “Belle Époque” e, portanto, desmistifica os cristais historiográficos da “Paris dos Trópicos”.

o período ao explicar a falácia do Fausto.<sup>11</sup> Procurando esquadrihar esse período, a presente dissertação debruça-se com outros olhares, desta vez sobre a questão das experiências e das práticas de cura na fresta da saúde-ordem e da doença-desordem para estudar as imagens de uma cidade doente que deveria ser medicada.

O recorte historiográfico (1904 a 1911) justifica-se pelas evidências de que a partir de 1904, as mudanças e transformações no espaço urbano já estavam em curso acelerado na administração do intendente Antônio Lemos.<sup>12</sup> Mais significativo ainda fora o esforço do literato João Marques de Carvalho, em 1904, que lançou a polêmica peça teatral *A Bubonica*. Esta dramaturgia é nossa condutora para adentrar as percepções e inflexões literárias sobre o cotidiano de Belém. Percebe-se também uma série de campanhas de profilaxia no combate às epidemias, as quais forjaram um corpo doente e procuraram legitimar as ações do estado, ideologia essa que se consolidou no regime republicano no Pará. Concomitantemente, os trabalhadores anônimos vivenciaram a ressignificação da cidade e foram os alvos de campanhas profiláticas, as quais agiam em nome do poder público no combate às epidemias, pois significativo era então a ocorrência de doenças: varíola, febre amarela, tuberculose e a peste bubônica, entre outras. Desde novembro de 1910 até outubro de 1911, a campanha do sanitarista Oswaldo Cruz significou a consolidação da medicina e, pela primeira vez, a erradicação da febre amarela no Pará, possibilitando a vitória da ciência e da saúde sobre essa epidemia, do que se aproveitavam partidários contemporâneos que vislumbraram o sepultamento da febre amarela associado ao sepultamento da oligarquia lequista.

Por outro lado, as ações do intendente e dos governadores – Lemos, Montenegro e Coelho, respectivamente – queriam garantir a existência de uma medida higiênica e purificadora.<sup>13</sup> Esse discurso, além da prática, primava pela idéia de um tipo de profilaxia generalizada que persistiu no sentido de encontrar uma solução para todas as enfermidades no espaço da cidade e reproduzia as idéias do higienismo clássico pré-pasteuriano.<sup>14</sup> A partir do século XX, as idéias miasmáticas aeristas pareciam haver encontrado uma sustentação teórica nos recentes descobrimentos da microbiologia que havia desprezado as explicações químicas em favor das explicações biológicas. A limpeza do corpo, o ar purificado, uma nova

<sup>11</sup> SOUZA, Márcio. “O período do Imperialismo”, in *A expressão amazonense*. Do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Alfa-Omega, 1977, p. 112; e DIAS, Edineia Mascarenhas. “A falácia do Fausto”, in op. cit., 1999, p. 132.

<sup>12</sup> SARGES, Maria de Nazaré. “Belém: um outro olhar sobre a Paris dos Trópicos, 1897-1912”, in SOLLER, Maria Angélica e MATTOS, Maria Izilda (Orgs.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho D’Água, 1999, p. 49-74.

<sup>13</sup> “Vacine-se o Povo”, in *Folha do Norte*. Belém, 15 set., 1908.

<sup>14</sup> AMARAL, Alexandre Souza. *A cidade de Belém: saúde, higiene e medicalização urbana (1905 a 1909)*. Belém, 2002. Monografia (Graduação em História). Belém: UFPA, Laboratório de História, p. 13.

organização do espaço urbano, escoimizando Belém dos males e odores fétidos e, também, dos doentes. A higienização de Belém seria revitalizada pelos preceitos biológicos, livrando a cidade de um espantalho antigo, por exemplo, a febre amarela. Paradoxalmente, a erradicação da febre significaria a entrada de Belém no caminho da civilização, do progresso e do desenvolvimento econômico. Contudo, ocorrera também o sepultamento da “Belém da *belle époque*” que, nas palavras do memorialista Octávio Meira, se referia aos “dias felizes” que “nunca mais voltariam”.<sup>15</sup>

Doce é a ilusão de que a convivência dos moradores com a higienização de Belém e com os médicos-sanitaristas no início do século XX foi agradável. Este é o ponto nevrálgico da pesquisa, sobre qual pretendo debruçar-me nos capítulos seguintes, isto é, justamente a relação conflituosa que se configurou essas ações, e que atingiram diretamente a vida, os costumes, o trabalho, os sonhos, as esperanças de sujeitos “anônimos”. Embora pareça um clichê, não o é! O debate acalorado de um pensamento ilustrado e forjado no saber ou razão pode ser apreendido em vasta documentação e no discurso de que a ciência lançaria luz sobre a barbárie. É nessa relação tênue que encontrei com frequência nas colunas da imprensa oposicionista as tensões sociais vigentes. Insisto em minha preocupação com as práticas médico-sanitárias que se forjaram no estado e foram impostas como alternativa de curar a cidade doente. Quando reflito sobre essa forma de saber, é inegável a contribuição de Thompson na maturação de entender “Costumes em Comum”, identidades e representações heterogêneas, ajudando a pensar em problemas urbanos como doenças e mortes provocadas por epidemias ou nas condições de higiene aviltantes. Percebe-se que as propagandas oficiais procuravam reforçar o combate árduo, mas nem tanto, à insalubridade de Belém.

O primeiro capítulo, “**Belém, o teatro das doenças: A *Bubonica* (1904)**”, aborda o cotidiano urbano através da dramaturgia de João Marques de Carvalho. Uma cidade em transformação e movimento vinculado ao progresso, à modernidade e à civilização. Esse fio condutor permite discutir no espaço do espetáculo da rua, enquanto representação social deste homem de letras, os olhares, diferenças e percepções literárias do cânone naturalista, bem como as alegorias e eldorados do progresso. Outrossim, a presença de moradores e suas formas de vida será analisada no espaço da rua do campo literário, a partir das relações de trabalho, saúde e higiene no cotidiano dos problemas urbanos e das tensões sociais. Apesar de ser uma literatura missionária, que buscava legitimar imagens na construção da modernidade,

---

<sup>15</sup> MEIRA, Octávio. *Memórias do quase ontem*. Rio de Janeiro: Lidador, 1975, p. 19.

na prática analisei as formas de vida de personagens-sujeitos presente no discurso de civilização do campo ideológico.

Já da obra de Marques de Carvalho mencionarei brevemente duas historietas da peça *A Bubônica*,<sup>16</sup> para permitir melhor compreensão do campo literário e ideológico. Percebe-se nos personagens-sujeitos criados, como a *Dona Miquelina* – que não morria de amores pela costureira *Florismunda* – o uso da delação à higiene ao afirmar aquela, que esta teria peste bubônica. Para tanto, contava com o apoio do marido, *Seu Quincas*, que faria contra ela uma denúncia anônima. A outra, refere-se ao *Progresso* que foi coroado como benfeitor da higiene pública, tendo no *Dr. Siranda* o braço direito e porta-voz da saúde, por ser o representante da “classe” médica na aliança com o poder público. As possibilidades de análise são diversas para os historiadores.

No primeiro caso, Marques de Carvalho procurou, através da dramaturgia, incutir nos leitores e espectadores da peça, a visão de civilização do literato, ou seja, a partir do campo simbólico, que abarca tanto o literário quanto o ideológico, costurou no público leitor a idéia de fiscalizar a cidade, tendo na “platéia” os denunciadores anônimos que contribuíram no combate à epidemia, numa referência tácita de apoio à fiscalização, à denúncia e aos vacinadores. Assim o público presente, na prática, deveria agir tal como a *Dona Miquelina* e *Seu Quincas*, denunciando os casos ou suspeitas de pessoas vítimas das epidemias. Outrossim, a motivação para *Miquelina* agir dessa forma não passara de vingança? Chega! Logo mais conhecer-se-á o desenlace dessa historieta no capítulo. No segundo caso, o literato identifica propositalmente o benfeitor de Belém, digo, o *Progresso*. Desculpem-se os leitores, mas ainda não direi de quem se trata. Logo, logo se saberá este “segredo” que tem mais de um século. A platéia deveria então associar o *Progresso* ao iluminado do discurso republicano que, laureado pelos raios de sol, não medira esforços em deixar Belém salubre ao combater as epidemias. O *Dr. Siranda*, ou melhor, o diretor do Serviço Sanitário do estado, Dr. Francisco de Miranda, simbolizaria no palco a aliança do discurso higienista, que reforçara a prática de campanhas profiláticas no combate às epidemias. Por isso o *Progresso* ordenava ao *Dr. Siranda*: “Desinfectem-se as casas, vacinem-se os habitantes. Manietem a Bubônica, sujeitando-a ao regimen mortifero. Façamos guerra de morte aos ratos.”<sup>17</sup> Adiante que no contexto 60 personagens-sujeitos serão analisados.

---

<sup>16</sup> CARVALHO, João Marques de. *A Bubônica*: revista de sucessos paraenses. Belém: Secção de Obras d`A Província do Pará, 1904.

<sup>17</sup> Id. Ibid., p. 29.

O segundo capítulo, “**A cidade mortífera e as práticas médico-sanitárias: medicina, higienização e campanhas profiláticas (1904 a 1911)**”, percorre a documentação oficial das Mensagens de Governo, dos Relatórios da Intendência e dos Boletins Demógrapho-Sanitários de Belém, além da imprensa, teses médicas e relatórios políticos. Trabalho penoso para analisar as práticas sociais, os discursos médicos e sanitaristas de profilaxias, bem como o urbanismo higienizador, constitui o mote de partida desse capítulo, por estarem inseridos nas propagandas oficiais. *A priori*, essa documentação permite mapear e detalhar as ações do governo e da intendência referentes à profilaxia urbana, que reorganizou o serviço de higiene pública municipal e estadual, possibilitando construir gráficos e tabelas sobre mortalidade, doenças, sexo, faixa etária, vacinações e inspeções sanitárias, por exemplo.

Em outras palavras, o procedimento metodológico de decidir coletar, consolidar e analisar essa documentação a partir de gráficos e tabelas, permite compreender o perfil social dos “anônimos” na história e a gravidade com que as epidemias grassavam na cidade e ceifavam sonhos de amplos segmentos sociais, sendo que aqueles desprovidos de moradia adequada, os pobres ou os despossuídos, vendedores ambulantes, peixeiros, pequenos comerciantes, lixeiros e tantos outros eram os que mais padeciam diante do risco de morte provocado por doenças graves e insalubridade. Por isso é fundamental analisar os saberes e poderes de médicos sanitaristas bem como as ideologias propostas nas campanhas de profilaxia. Será assim essa documentação oficial a permitir filtrar a escoimização da cidade e o estado lutuoso em que se encontrava bem como seus moradores; peculiaridade do higienismo republicano em Belém. Só para lembrar o Dr. Amilcar de Sousa que advertia há aproximadamente um século, que “a cidade, à face da hygiene, é mortífera”.<sup>18</sup>

Por outro lado, cruzando as fontes, procuro abordar o cotidiano da saúde e dos moradores através dos periódicos impressos diariamente. Destriçar o cotidiano não é tarefa fácil, mas era preciso arriscar. Há alguns anos, iniciei pois a pesquisa em jornais e quando achava haver finalizado a documentação, houve a frustração maior ao descobrir que *A Província do Pará*, entre os anos de 1904 e 1911, encontra-se organizada *in natura* no setor de microfilmagem à espera de verbas para esse fim. Digo frustração por motivo lógico: os pesquisadores para terem acesso ao documento, precisam apresentar referências completas do artigo e mesmo assim só lhes é permitido fotografá-lo, não se podem pesquisar os maços de jornais. No máximo, a referida foto desde que um funcionário acompanhe o trabalho garantindo a ausência de manuseio. Recentemente essa prática tem restringido ainda mais o

---

<sup>18</sup> “Chronica Lusitana”, in *Folha do Norte*. Belém, 4 mai., 1908.

acesso à pesquisa. As gerações futuras terão oportunidade e tempo para esperar que os maços um dia sejam microfilmados. Quanto a mim, quem sabe?

As relações de trabalho e saúde pública, concepções sobre trabalhadores, o cotidiano diante das epidemias de febre amarela, tuberculose, varíola e peste bubônica são apenas algumas características relacionadas à higiene de Belém, que afetavam o dia-a-dia dos moradores. As estratégias e práticas de médicos sanitaristas e as campanhas de profilaxias não escapavam das colunas e notas dos jornais diariamente. Aqui percebe-se a visibilidade dos conflitos e tensões diante os projetos de moralização de costumes e saúde pública, que intervieram diretamente sobre o cuidado dos corpos e os significados que estes passaram a assumir. O saneamento da cidade ou modernidade belepoqueana apresentou-se cercado de protestos, fossem sobre os hospitais, as ruas, as valas abertas, a fedentina pública, o banquete de urubus. Enfim, tudo isso corrobora no quanto o captar-se o cotidiano da época é fugitivo e, ao mesmo tempo, mostra o desafio incessante ao historiador social preocupado em desanuviar os projetos vencidos.

Ingressei então na análise de diversas experiências culturais e sociais, como conflitos, mortes, doenças, práticas de cura, odores, violências, invasões de domicílio por parte do higienismo público, que mediava a tensão a partir de códigos de postura ou polícia, além de regulamentações sanitaristas, que podem ser apreendidas a partir da imprensa. Os moradores e o burburinho da cidade, ou então, o cotidiano de Belém nas entrelinhas dos artigos da *Folha do Norte* possibilitam a volta de sujeitos reais. Este procedimento evidencia a análise da celeuma estabelecida a partir das contradições que surgiram com a medicina sanitarista, que exerceu um poder delegado e investido de racionalismo oficial e científico. Digo a volta de sujeitos reais, em referência ao capítulo anterior, que trata de personagens-sujeitos no plano da representação da dramaturgia no campo simbólico.

O terceiro capítulo, “**No ardor da febre: o Dr. Oswaldo Cruz e a febre amarela no Pará (1910-1911)**”, analisa a *Comissão de Profilaxia Contra a Febre Amarela* empreendida por Oswaldo Cruz e que a historiografia recente do Pará omitiu-se em dialogar os significados dessa Campanha; por exemplo, o referente à apropriação da imagem simbólica na justificativa do sepultamento da oligarquia do poderoso Antonio Lemos. A documentação parte de periódicos paraenses, como *A Província do Pará* e a *Folha do Norte*, bem como de relatórios, mensagens de governo, correspondências político-administrativas e pessoais. E ainda, das charges publicadas na revista carioca *O Malho* e na gazeta belenense *A Província do Pará* referentes a Oswaldo Cruz, por Leônidas, Loureiro, Storni e Arthur, por exemplo. São fontes importantes na discussão ideológica médico-sanitária. Parte da referência bibliográfica e

fontes foram pesquisadas na biblioteca do Instituto Oswaldo Cruz que, apesar da vasta documentação, não catáloga a febre amarela em Belém. Os próprios pesquisadores lá têm-se omitido sobre o assunto, semelhando negar-lhe a importância devida e como secundária; no máximo atribuem-lhe pequena nota de rodapé ou um ou dois parágrafos nas pesquisas produzidas.

O contrato firmado entre o governador João Coelho e o Dr. Oswaldo Cruz causara uma enorme expectativa na cidade e até uma repercussão nacional e internacional da Campanha. A Comissão Oswaldo Cruz gozara de carta branca e amplo apoio em Belém, até mesmo da imprensa laurista da *Folha do Norte* que, num “surto” da memória da Revolta da Vacina evitava deferir críticas ao preclaro sanitaria; obviamente não por acaso. Discutirei tanto o aspecto pedagógico do qual se cercou Oswaldo Cruz, como o *tour de force* dos médicos semideuses em Belém, que não se limitaram a exercer a Campanha nas ruas e moradias da capital paraense, uma vez que parte do material elaborado sobre a febre amarela fora propagandeado com enorme sucesso na cidade de Dresden, Alemanha, onde ocorrera, em maio de 1911, a Exposição Internacional de Higiene e Demografia, tendo o Pavilhão Brasileiro exposto os gráficos, as tabelas e as iconografias da Comissão em Belém. Outro ponto salutar, diz respeito ao “intervalo”, onde abro espaço para discutir a tensionada relação da Revolta da Vacina e um dos opositores mais ácidos da campanha da vacinação obrigatória, o ex-governador paraense Lauro Sodré e os embates provocados em Belém nas trincheiras da *Folha do Norte* sobre o assunto.

O *tour de force* não se conflitara com os moradores em Belém, pois esquadrinhando os jornais, os relatórios e as mensagens de governo, bem como as cartas de Oswaldo Cruz enviadas a Sales Guerra ou à esposa Miloquinha, não encontrei indícios de conflito ou uso da força policial, apesar desta intimidar os moradores. Além do mais, os significados da Campanha serão discutidos por mim, bem como a vitória da ciência e o sepultamento da febre amarela em Belém e mesmo o da oligarquia lealista no Pará; discussão esta possível a partir das charges vinculadas na imprensa carioca e os diálogos construídos pelos caricaturistas. O sucesso da campanha, que se encerrara em outubro de 1911, pode ser aferido no banquete do Teatro da Paz, quando o governador João Coelho brindara a vitória com a Comissão diante de representantes selecionados a dedo para participar do evento que coroava a erradicação da febre amarela no Pará e, indiretamente, o início do fim da oligarquia de Antonio Lemos. Espero ao final ter contado, nas palavras de Machado de Assis, “uma cousa interessante”.

## 1 – Belém, o teatro das doenças: *A Bubonica* (1904).

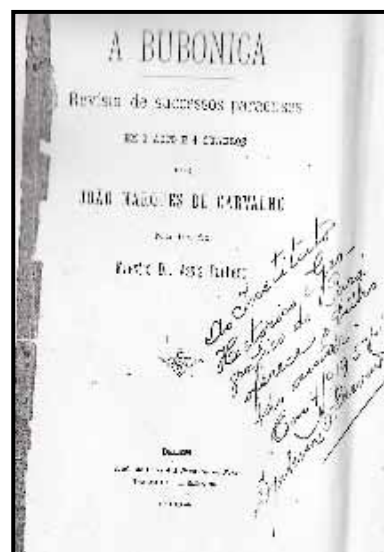
É persuadindo, e não coagindo, que o profilata irá transformando, pelo ensino e a educação, a higiene em ciência social, que dominará o público quando estiver grandemente vulgarizada.

A certeza no público da eficiência de medidas profiláticas deve preceder, onde for possível, o estabelecimento de leis coercitivas, para que os executores não sejam recebidos com escárnio ou repulsa, convindo nunca esquecer as afinidades instintivas e o psiquismo dos indivíduos, cuja boa vontade é indispensável conquistar com economia de energias, otimismo, sagacidade e de tal forma que a diplomacia possa ser uma das grandes forças da higiene, ciência da vida.

Othon Chateau, *Traços de Higiene*, 1935.<sup>1</sup>

Longe do devaneio belepoqueano do mito mendaz do apogeu da “Belém da *belle époque*”, pelo menos enquanto valor universal e contemporâneo para grande parte dos moradores da cidade do final do século XIX e início do XX, ou então, o *spleen* da saudade do memorialista Octávio Meira, para quem “um dia Belém acordou do sonho maravilhoso que vivera desde os fins do século XIX”,<sup>2</sup> quando da *débâcle* econômica da borracha. Acordou mesmo? A historiografia ainda se deixa embalar por deliciosos mitos de quem vive a cidade, mas há limites e fronteiras nas margens da história e da literatura, ainda caros aos historiadores e que discorrerei ao longo do “passeio” neste capítulo.

Quão pungente então a Belém do início do século XX, o Largo da Pólvora<sup>3</sup> quando foi lançado e encenado no Teatro Polytheama, diga-se de passagem, a sensação do momento, a peça teatral *A Bubonica*, inspirada numa revista de costumes paraenses e que continha um ato: *A Bubonica*, e quatro quadros: *Na Avenida Republica*; *No Palacio do Progresso. Salão*; *Na Avenida Republica* e *Apothéose*. Tendo sido musicada pelo maestro paulista da cidade de Itu, Dr. Francisco Assis Pacheco (1865-1937), e impressa na oficina d’*A Província do Pará*.<sup>4</sup>



<sup>1</sup> CHATEAU, Othon. “Ação variavel do Hygienista”, in *Traços de Higiene*. Belém: Gillet, 1935, p. 251-2.

<sup>2</sup> MEIRA, Octávio. *Memórias do quase ontem*. Rio de Janeiro: Lidoador, 1975, p. 19.

<sup>3</sup> O Largo da Pólvora, em alusão a “um estabelecimento para depósito de pólvora” do século XVIII, era oficialmente denominado de Praça Dom Pedro II. Após o golpe militar republicano que derrubou a Monarquia, a praça passou a se chamar Praça da República, ficando no entanto conhecida no imaginário como Largo da Pólvora. Cf. CRUZ, Ernesto. “As ruas de Belém. Significado histórico das mais antigas”, in *História do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará; Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1963, p. 421.

<sup>4</sup> CARVALHO, João Marques de. *A Bubonica*: revista de sucessos paraenses. Belém: Secção de Obras d’A Província do Pará, 1904. Tive acesso a obra, gentilmente cedida pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edilza Joana de Oliveira Fontes, do Dep<sup>o</sup>. de História da UFPA e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Lê-se na dedicatória do frontispício: “Ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará oferece o filho do autor. Em 4/9/951. Djalma M. Carvalho”. No setor de “Obras raras” da Biblioteca Pública Arthur Vianna há também um original.



O empresário português José Ferreira de Carvalho, o popular Juca de Carvalho, trouxera de Manaus para Belém, em 12 de fevereiro de 1904, a Companhia de Operetas, Mágicas e Revistas (proveniente do Rio de Janeiro) do ator e empresário João Antônio da Silva Pinto, mais conhecido como Silva Pinto ou Pinto dos Tiros. Esta companhia apresentou-se no Teatro Polytheama e, ainda, “(...) mimoseou o público paraense com a montagem da revista *A bubônica*”.<sup>5</sup> A Companhia de Operetas dirigida por Silva Pinto apresentou a peça *A Bubonica* no Teatro Polytheama, em 11 de maio de 1904, e tinha no experiente elenco, segundo Vicente Salles, cinquenta artistas, vinte e quatro coristas de ambos os sexos e vinte professores de orquestra, destacando-se atrizes e cantoras: a argentina Pepita Anglada, a espanhola Pepa Ruiz, a brasileira Gabriela Montani, Victorina Cesana, Maria Granada e Julieta Pinto; as atrizes: Emília Reis, Matilde Carneiro, Olívia de Araújo, Maria Mazza e Luísa de Oliveira; os atores: Machado, Manuel Pinto, Edmundo Silva e José Amorin; os atores portugueses Antonio Serra, Caetano Reis e João Aires; o brasileiro, cantor e ator José Gonçalves Leonardo; e as bailarinas Inês Oliva e Gina Fabiana.<sup>6</sup>

Em relação à companhia que primeiramente apresentou *A Bubonica*, há uma contradição em Vicente Salles, na obra *Épocas do Teatro no Grão-Pará*. Segundo Salles, em 1903, a Companhia Cardoso da Mota, do Teatro São Pedro de Alcântara, também proveniente da capital federal, que chegou de Manaus empresada por Roberto Guimarães, propiciou a estréia da revista *A Bubonica*, no Teatro Polytheama, musicada pelo maestro Dr. Assis Pacheco.<sup>7</sup> A peça fora composta pelos seguintes artistas: o ator e empresário Roberto Guimarães, o diretor artístico, ator e empresário brasileiro Cardoso da Mota, os atores portugueses João da Silva Braga, Carlos Braga, Guilhermino Sepúlveda, Antonio Arruda; além do casal português Domingos Canedo e Benvinda Canedo; as atrizes Branca de Lima e a paraense Maria Leal; os atores Vieira Xavier e Francisco dos Santos que ficou em Manaus curando-se da febre amarela.<sup>8</sup> Vicente Salles não oferece referências de onde tirou esta informação da Companhia Cardoso da Mota. Outrossim, na coluna “Notas artísticas” da gazeta *Folha do Norte* fora publicado que um poeta e escritor maranhense estava preparando uma revista de costumes para ser lançada no teatro Polytheama.<sup>9</sup> Por conseguinte, no dia 12 de maio, novamente em “Notas artísticas” o periódico confirma a escrita de uma revista de

<sup>5</sup> SALLES, Vicente. “2ª Época: também chamada a bela época”, in *Épocas do teatro no Grão-Pará: ou apresentação do teatro de época*. Tomo I. Belém: UFPA, 1994, p. 187.

<sup>6</sup> Id. Ibid., Esses artistas estiveram envolvidas em diversas apresentações nos teatros paraenses, p. 139-217.

<sup>7</sup> Id. Ibid., p. 181.

<sup>8</sup> Id. Ibid., Sobre os artistas e o envolvimento em outras peças teatrais, p. 140-203.

<sup>9</sup> “Notas artísticas”, in *Folha do Norte*. Belém, 11 mai., 1904.

costumes, mas não por um maranhense e sim “outra é a penna embora não menos festejada”.<sup>10</sup> Neste caso, tratava-se do jornalista João Marques de Carvalho.

### João Marques de Carvalho



**Fonte:** PARÁ, Governo do Estado do. (Augusto Montenegro). *Álbum do Estado do Pará*. Paris: Chaponet, 1908.

Portanto era o ano de 1904, quando João Marques de Carvalho (1866-1910)<sup>11</sup> tinha apenas 37 anos e concentrou suas energias em lançar essa polêmica peça teatral na capital paraense. Não era iniciante no mundo das letras, já tinha maturidade de escritor e larga experiência no ofício literário, um homem de letras de destaque e polêmico, fazia com que os leitores e críticos percorressem o imponderável e fugitivo cotidiano urbano.<sup>12</sup> Em suas belas-letras, as personagens-sujeitos criadas por Marques de Carvalho são diversas e também intrigantes. Ao todo, há 60 personagens com diálogos que contracenam ao longo das 43 cenas: a *Bubonica*, a *Carapaná*, o *Progresso*, o *Presidente do Club do Engrossa*, o *Orador Oficial do Club do Engrossa*, *Dr. Siranda*, *Dr. Tartina*, *Dr. Defluxo*, o *Homem do Sindicato*, a *Tracção Electrica*, o *Jornalista*, o *Telegrapho*, o *Correio*, o *Carnaval*, o *Boró*, *Theatro da Paz*, *Theatro Polytheama*, *Theatro El Dorado*, *Theatro Apollo*, o *Emprestimo*, *Banqueiro Ingles*, *Banqueiro Paraense*, o *Lixo*, o *Tácacá*, o *Futuro Bacharé*, o *Entrepasto Municipal*, o *Interposto Livre*, *Dr. Passarinho*, *Dr. Sapiencia*, a *Praça Baptista Campos*, o *Quartel de*

<sup>10</sup> “Notas artisticas”, in *Folha do Norte*. Belém, 12 mai., 1904.

<sup>11</sup> Uma boa cronologia sobre a vida e a obra de João Marques de Carvalho foi escrita por Vicente Salles. Cf. CARVALHO, João Marques de. *Hortência*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p. 22. (Coleção Lendo o Pará, nº. 3’); e MEIRA, Clóvis. ILDONE, José e CASTRO, Acyr. “João Marques de Carvalho”, in *Introdução à literatura no Pará*. Belém: CEJUP, 1990, p. 113-19.

<sup>12</sup> Confira a dissertação de mestrado de Carmem Dolores, em que a literata percorre o naturalismo científico presente em Marques de Carvalho, bem como a produção de contos, a prosa e o romance *Hortência*. Apesar das limitações na análise do “olhar microscópico”. BARRETO DA ROCHA, Carmem Dolores Marçal. *O olhar microscópico de Marques de Carvalho sobre o Pará do século XIX*. Belém: IOEPA, 2004.

*Bombeiros*, a *Borracha*, o *Sernamby*, um *Velho Auctor Saudoso do Passado*, a *Caetana*, o *Quincas*, a *Dona Miquelina*, o *Garapeiro*, o *Sorveteiro*, um *Sujeito com Ares de Gatuno*, o *Homem Constipado*, o *Moleque dos Jornais*, um *Mendigo*, os *Dois Homens que Acompanham Enterros*, os *Ratos* e os *Morganhos*, etc. Vou apresentá-los e analisá-los ao longo do capítulo, como diria um certo Joaquim os “(...) personagens aqui presentes estão agora mortos e enterrados, tempo é de contar a história agora sem reboço”.<sup>13</sup>

Assim, o polivalente escritor, dramaturgo, literato, jornalista, romancista, professor de português do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho e político João Marques de Carvalho teve a sensibilidade de deixar suas impressões e significados não somente do fausto belepoqueano, mas também do cotidiano da cidade de Belém, com seus símbolos, moradores, curiosidades, exceções e contradições da modernidade. Certamente, a dramaturgia possibilita dialogar do nascer ao pôr-do-sol, no dia-a-dia de Belém, principalmente através da percepção das diferenças numa cidade polissêmica, onde sujeitos-personagens representavam prováveis moradores. Estes vivenciaram adversidades nas relações sociais, mesmo apesar das metáforas do literato, as quais constituem alegorias do realismo e naturalismo científico que caracterizam a discussão sobre *A Bubonica* e, por designar, o cânone literário assumido pelo dramaturgo. Portanto, através dos olhares e imagens construídos na referida obra há possibilidades de buscar no mundo das letras, indícios, fragmentos e reminiscências sobre a Belém da *belle époque*.

Por isso, tomando a fonte literária de Marques de Carvalho enquanto objeto de estudo e também como “categoria social e histórica” na problematização dos enigmas da cidade é que proponho discutir as relações sociais presentes nos sujeitos-personagens e analisar o cientificismo da medicina social na tensa convivência de se estabelecer nele, como viés racionalista, o propósito de curar a cidade e os moradores, através de campanhas profiláticas e do voluntarismo a vacina. A esse respeito do reconhecimento da literatura como “categoria social e histórica”, Raymond Williams afirma que ela tem importância destacada por pontuar um “conceito-chave de uma importante fase de uma cultura, constitui evidencia decisiva de uma forma do desenvolvimento social da linguagem”.<sup>14</sup> Assim, *A Bubonica* está além de ser uma obra meramente “ficcional”, “criativa” ou “imaginativa” do escritor paraense, pois há uma reafirmação positiva do literato ao ler os signos da cidade, coadunando a obra literária e o autor com os valores de progresso, modernidade e civilização, pelo menos

<sup>13</sup> MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. “A causa secreta”, in *Contos escolhidos*. São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 60.

<sup>14</sup> WILLIAMS, Raymond. “Conceitos básicos”, in *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 58.

enquanto “evidencia decisiva” do desenvolvimento de Belém, a partir de diálogos racionais e ideológicos que abordam as concepções de saúde e progresso do estado, sem esquecer das querelas presentes na medicina social, como norteadores da visão de modernidade deste homem das letras.

Faz-se necessário discorrer brevemente sobre a Belém, do final do século XIX e início do XX, a respeito do processo de reurbanização do centro da capital paraense, onde o Largo da Pólvora tornara-se, na definição de Vicente Sales, “o centro da boêmia artística e intelectual de Belém”.<sup>15</sup> Neste espaço social de convivências e experiências do campo literário é que *A Bubonica* fora apresentada ao público no Teatro Polytheama, sobretudo por significar o teatro um local de debate renovado sobre a cidade e, portanto, freqüentado por expressiva parcela social. No Largo da Pólvora havia edifícios modernos como o Teatro da Paz, o Café Chic, clubes, cassinos, o Pavilhão de Recursos, o Teatro União, a casa de espetáculos Rotisserie Suisse. Além de novos espaços de lazer, a praça da República, bulevares e bosques garantiam a sociabilidade e os debates acalorados sobre o cotidiano urbano. As casas de espetáculo ofereciam ao público vasta programação, como as óperas, operetas, zarzuelas, coquetes, coristas, companhias líricas mambembes, orquestras, companhias circenses, comédias, bandas de música, grupos amadores de arte cênica, companhias infantis, bailes carnavalescos, exposições de arte, cancionistas, bailarinas, saraus.<sup>16</sup> Este ambiente artístico e intelectual exercera, por exemplo, significativo poder de sedução sobre os escritores, jornalistas, comerciantes, políticos, viajantes e também nos moradores que constituem os personagens-sujeitos ficcionais, os quais encadeiam o movimento citadino na “revista de sucessos” de Marques de Carvalho.

Logo, espaços de sociabilidades e experiências culturais foram pensados e associados a um clima de artificialismo, de ares europeus, ou melhor, aos valores de progresso, modernidade, cultura e civilização pois, tal qual um cordão umbilical, Belém fora forjada como a “Paris dos Trópicos”.<sup>17</sup> Outrossim, a experiência francesa de cidade moderna ultrapassou os limites nacionais e, pretensamente, difundiu-se até mesmo como modelo universal. Faz-se necessária uma advertência, como bem lembra Marcel Roncayolo, a de que

<sup>15</sup> SALLES, Vicente. op. cit., 1994, p. 129.

<sup>16</sup> Em *Épocas do teatro no Grão-Pará*, Vivente Salles oferece diversos indícios sobre o universo social peculiar ao Largo da Pólvora. Contudo, a historiografia ainda não se debruçou nessa perspectiva de pesquisa; prestaria enorme contribuição à história social da Amazônia o interesse de gerações futuras de pesquisadores na construção historiográfica sobre a “vida artística” e o burburinho do Largo da Pólvora. No Arquivo Público do Pará, no Teatro da Paz e no Museu de Arte Paraense há vasta documentação à disposição dos interessados.

<sup>17</sup> SARGES, Maria de Nazaré. “Belém: um outro olhar sobre a *Paris dos Trópicos*, 1897-1912”, in SOLLER, Maria Angélica e MATTOS, Maria Izilda (Orgs.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho D’Água, 1999, p. 49-74.

a modernidade “não é particular à França, nem à sua capital”, apesar de que a cidade parisiense continuava sendo um modelo, ou melhor, “a vitrine da modernização”.<sup>18</sup> Guardadas as peculiaridades de Paris e Belém, a “boemia artística e intelectual” que freqüentava o Largo da Pólvora, certamente intuiu do e no mundo literário essa experiência de “modernidade”, onde os palcos de teatros demarcaram o limiar entre ficção e realidades do cotidiano de Belém. Segundo Vicente Salles, o velho Teatro-Circo Cosmopolita “desapareceu sem ser notado. Em seu lugar, agora, erguia-se o Teatro Politeama, maior e mais confortável, muito vistoso, propriedade do capitão José Maria da Silva. E foi inaugurado em 20.02.1898 com estardalhaço”.<sup>19</sup> Neste sentido, as revistas de costumes e/ou sucessos, bem como os escritores ganharam um espaço privilegiado na exposição da sua dramaturgia literária sobre o cotidiano, a ser encenada nos tabladou ou palcos políticos de significados pelas companhias de teatros e operetas, uma vez que o Teatro da Paz estava fechado ao público em 1904 e destinava-se às grandes companhias européias.

Logo o Teatro Polytheama consolidava-se como o principal palco de espetáculos ao longo do ano, com bilheteria garantida e espetáculos matutinos e noturnos ao público, pois as reformas do Teatro da Paz findariam somente em 1905, sendo este reinaugurado em 3 de maio desse ano, além de que as grandes companhias de teatro, oriundas da Europa, eram contratadas pelo governo estadual. Por isso o Teatro da Paz, por sua opulência, tornara-se o palco por excelência da sociedade da borracha para a apresentação de óperas e peças consagradas do circuito artístico internacional, restando ao Teatro Polytheama, como já enfatizado, as apresentações e montagens de revistas de costumes que satisfaziam o entretenimento e o lazer social da “boemia artística e intelectual”. Por outro lado, Vicente Salles ressalta que o “artificialismo desse ambiente contrastava violentamente com o estilo de vida da Cidade Velha, conservadora dos velhos hábitos domésticos e contrastava, principalmente, com a pobreza circundante”.<sup>20</sup>

No limiar desse artificialismo que Marques de Carvalho procurou transitar com *A Bubonica*, através de símbolos e linguagens que evidenciam as percepções do autor e as traduções simbólicas do cotidiano de Belém, além de legitimar imagens e reforçar a construção de símbolos da modernidade. Estes símbolos ainda são caros à produção

---

<sup>18</sup> RONCAYOLO, Marcel. “Mutações do espaço urbano: a nova estrutura da Paris haussmanniana”, in *Projeto História: Espaço e cultura*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº. 18. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Maio/1999, p. 91-2.

<sup>19</sup> SALLES, Vicente. op. cit., 1994, p. 166.

<sup>20</sup> Id. Ibid., p. 130.

historiográfica,<sup>21</sup> pois as revistas de costumes, que tanto sucesso fizeram nos teatros paraenses, constituem expressões deliberadas de fazer das montagens e encenações cênicas, um legítimo espaço de convencimento e debate político, ou melhor, os teatros significavam arenas pedagógicas e conflituosas das discussões republicanas e científicas. Não obstante isso, a narrativa presente n’A *Bubonica* impressiona a cada diálogo; a princípio, a revista de sucessos paraenses privilegiava o público com o entretenimento artificial de devaneios belepoqueanos. Por outro lado, o cerne da apresentação d’A *Bubonica*, no Teatro Polytheama, procurava focalizar e delimitar o Largo da Pólvora, pelo menos metaforicamente, como o teatro das doenças a ser peremptoriamente higienizado pelos preceitos de campanhas profiláticas da medicina social. Os discursos de civilização e progresso estão contidos nas cenas, e não foi por acaso. O ardor infatigável de Marques de Carvalho pelo ideal de cidade salubre, na visão de modernidade, ecoava discursos literários, políticos e científicos do progresso republicano, do naturalismo científico e, artificialmente, de grande valor do ponto de vista do cientificismo, como forma de legitimar as ações da medicina social e higienista, assim como das administrações do intendente Antonio Lemos e do governador Augusto Montenegro.

Ciente do pressuposto de que a ficção não deve ser utilizada como fonte histórica, A *Bubônica*, enquanto obra literária também é ficção mister será entendê-la como não exclusivamente ficção, como irei analisar ao longo do capítulo. Por isso parto da defesa de Krzysztof Pomian; ela “impõe aos historiadores uma vigilância extrema e os obriga a reforçar constantemente as defesas”.<sup>22</sup> Esta imposição refere-se a fronteira móvel entre o reino da liberdade literária e os poderes assumidos. Nas palavras desse historiador, apagando-se essa fronteira, far-se-ia com que a história fosse “expropriada de sua identidade, se visse anexada, na categoria de uma província subalterna, ao império das belas-letas; os resultados disso seriam (...) deploráveis para todos”.<sup>23</sup> Haja vista o literato em questão escrever sobre

---

<sup>21</sup> *Belém da Saudade*: a memória da Belém do início do século em cartões-postais. 2 ed. rev. aum. Belém: Secult, 1998. 28 p. Analisando as imagens do álbum percebe-se a reprodução da propaganda do estado, que através dos Cartões Postais mostram uma cidade salubre, organizada e que revela uma população com trajes, costumes e hábitos europeus. Obviamente que a manifestação cultural da Europa se fez presente em Belém, nas palavras de Fábio Castro, um dos membros da comissão editorial, Belém “era uma cidade única, de cores tradicionais acrescidas dos signos de sofisticação, higienização e agilização do mundo europeu de então. (...) essa Belém ergueu-se altiva, uma capital da modernidade” (p. 23). Portanto, limitando-se em mostrar uma cidade para estrangeiro ver, *Belém da Saudade* oculta as imagens de insalubridade e de problemas urbanos. Coadunando com a percepção de quem produziu os postais, pois não se encontra neles qualquer referência da pauperização da cidade.

<sup>22</sup> POMIAN, Krzysztof. “História e Ficção”, in *Projeto História*: Interpretando práticas de leitura. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº. 26. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Junho/2003, p. 11.

<sup>23</sup>Id. Ibid. loc. cit.

experiências do cotidiano presentes na época, multiplicando referências dos moradores, leitores e espectadores de Belém na construção do saber receptivo, narrando familiaridades do dia-a-dia, criando “um espaço e um tempo que lhe são próprios e os preenche com objetos e seres”<sup>24</sup> pois pretende, ou melhor, aspira inscrever-se nas realidades através da percepção e da linguagem. Portanto, cabe refletir sobre *A Bubonica* enquanto objeto datado de vestígios e sinais de referências invisíveis ou não palpáveis na construção da historicidade e, porque não, na definição de Carlo Ginszburg, na construção de um “paradigma indiciário”,<sup>25</sup> pois é preciso tanto percorrer e analisar os sinais da obra literária, como desarticulá-los, ou seja, analisarei minuciosamente os diálogos e os discursos ideológicos de João Marques de Carvalho.

Em Belém, o médico Othon Chateau, um contemporâneo das experiências processadas no início do século XX, defendia a persuasão enquanto método eficaz do higienista por compreender que, através do ensino ou educação, as campanhas de profilaxia poderiam obter melhor êxito a serviço da higiene ou “ciência social”. Logo a ciência social fora vislumbrada como instrumento de dominação ideológica, contudo, a educação estaria associada a leis coercitivas ou legitimação do ensino através da força, resguardando os higienistas de serem “recebidos com escárnio ou repulsa”. Por isso o Dr. Chateau levava em consideração as “afinidades instintivas e o psychismo dos indivíduos, cuja boa vontade é indispensável conquistar com economia de energias, otimismo, sagacidade e de tal forma que a diplomacia possa ser uma das grandes forças da higiene, ciência da vida”.<sup>26</sup> Em outras palavras a vacina, ou melhor, os inspetores sanitários e vacinadores enfrentavam inúmeras resistências por parte dos moradores. Para tanto, *A Bubonica* significava essa tentativa de educação intransigente de suavizar as incertezas dos moradores diante do discurso da cura; construindo a idéia da aceitação da vacina enquanto um bem necessário próprio da preocupação da medicina social.

### **1.1 – Na Avenida Republica: olhares, percepções e diferenças na “terra da borracha”.**

The ethnographer is a little like Hermes: a messenger who, given methodologies for uncovering the masaked, the latent, the unconscioues, may even obtain his message through stealth. He presents languages, cultures and societies in all their opacity, their meaninglessness; then like the magician, the hermeneut, Hermes

<sup>24</sup> Id. Ibid., p. 17.

<sup>25</sup> GINSZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, in *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 171.

<sup>26</sup> CHATEAU, Othon. op. cit., 1935, p. 251-2.

himself, he clarifies the opaque, renders the foreign familiar, and gives meaning to the meaningless. He decodes the message. He interprets.

Vincent Tuhami Crapanzano, *The Hermes dilemma*, 1986.<sup>27</sup>

Ora, certamente, o teatro é o palco privilegiado da representação e da arte, mas também um tablado de sociabilidade político-pedagógica, em que as narrativas ficcionais e as realidades distintas encontram-se tematizadas nas vozes de personagens-sujeitos, os quais incorporam a arte cênica ao ofício de atores e atrizes para expressarem vivências incorporadas através de personagens. O que é significativo apreender, certamente, não é o exercício do ofício em si, da atuação de artistas nos palcos de Belém, e sim os diálogos norteadores construídos pelo dramaturgo, uma vez que têm, no íntimo dos personagens-sujeitos, distintas concepções sobre saúde, relações de trabalho, conflitos, costumes, política e outras mais e não seria diferente o posicionamento etnográfico concernente à cidade, com múltiplos olhares, percepções e diferenças em relação ao cotidiano urbano.

Neste sentido, o 1º quadro, “*Na avenida Republica*”,<sup>28</sup> por certo constitui o cotidiano da cidade de Belém e aí Marques de Carvalho debruça-se a construir os diálogos com personagens-sujeitos imbricados na multiplicidade das falas sonoras e visuais da cidade polifônica, para apreender-lhe a movimentação do dia-a-dia. Assim, o literato comunica-se através da criação dos personagens-sujeitos com os leitores e a platéia copresentes no Teatro Polytheama. Personagens-sujeitos porque o escritor empresta aos atores e às atrizes, suas percepções e interpretações peculiares sobre Belém, dando-lhes diálogos que ora procuram retratar as experiências vivenciadas, ora reforçam valores de dimensões extremamente politizadas dos governos do intendente e do governador, o senador Antonio Lemos e o Dr. Augusto Montenegro, respectivamente. Além, é claro, dos valores da medicina social por promover o diálogo aberto da higienização e o combate à peste, ao lixo, aos ratos, enfim, a insalubridade de Belém. Nota-se a vinculação naturalista do dramaturgo, que também transpõe hábitos, costumes e comportamentos nos escritos do realismo.

---

<sup>27</sup> CRAPANZANO, Vincent Tuhami, “The Hermes dilemma”, in CLIFFORD, J. e MARCUS, G. (eds.) *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986, p. 51. “O etnógrafo é um pouco como Hermes: um mensageiro que, contando com algumas metodologias para descobrir o mascarado, o latente, o inconsciente, pode obter a sua mensagem até mesmo através do furto. Ele apresenta linguagens, culturas e sociedades em toda a sua opacidade, estranheza e falta de sentido; então, como se fosse um mágico, um hermeneuta – o próprio Hermes – esclarece o que não estava claro, torna familiar o que era estranho e dá sentido ao que era desprovido de sentido. Ele decodifica a mensagem. Ele interpreta”.

<sup>28</sup> O quadro 1º, “*Na Avenida Republica*”, é composto por 16 cenas, contracenadas por 29 personagens-sujeitos: O Bóro, a Borracha, a Bubonica, a Carapaná, o Carnaval, o Club do Engrossa, o Côro, o Correio, o Dr. Sapiencia, o Homem do Sindicato, o Jornalista, o Lixo, os Morganhos, o Orador Oficial, o Pintor do Club, o Povo, a Praça Baptista Campos, o Presidente do Club, os Ratos, o Sernamby, o Telegrapho, o Theatro Apollo, o Theatro da Paz, o Theatro El-Dorado, o Theatro Polytheama, a Tracção Electrica, o Velho Actor, o 1º Popular e o 2º Popular.



Segundo Massimo Canevacci a cidade polifônica significa a narração de um coro “polifônico, no qual vários itinerários musicais ou os materiais sonoros se cruzam, se encontram e se fundem, obtendo harmonias mais elevadas ou dissonâncias, através de suas respectivas linhas sonoras”.<sup>29</sup> Em outras palavras, pode-se compreendê-la a partir da experiência dos olhares, locais e caminhadas fugitivas das vivências do literato. Por isso, a rua ou avenida república é o *locus* de encontro dessas experiências cotidianas reelaboradas no palco do teatro. *The Hermes dilemma* ou o dilema de Hermes na definição de Vincent Crapanzano significa minha tentativa de aventurar-me no universo narrativo e ficcional de Marques de Carvalho que, na definição de etnógrafo, “esclarece o que não estava claro, torna familiar o que era estranho e dá sentido ao que era desprovido de sentido. Ele decodifica a mensagem. Ele interpreta”.<sup>30</sup> Logo, o “furto” é minha interpretação da opacidade da obra *A Bubonica*, metodologia que compreende tornar familiar o estranho, procurando decodificar os diálogos dos personagens-sujeitos e, concomitantemente, estranhar o familiar para não incorrer na lógica da fonte, a qual representa a missão literária do literato, em função do esforço de apresentar linguagens tal qual um hermenauta.

Para o historiador, a “lógica histórica” constitui uma importante ferramenta de trabalho uma vez que não é possível reproduzir um fenômeno histórico e sim aproximar-se deste utilizando uma série de evidências em que o historiador se lança às perguntas cabíveis ao seu objeto de análise, pois o conhecimento histórico é provisório, incompleto, seletivo, “limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência”.<sup>31</sup> Outrossim as perguntas devem ser adequadas caso contrário, adverte Thompson, “embora qualquer teoria do processo histórico possa ser proposta, são falsas todas as teorias que não estejam em conformidade com as determinações da evidência”.<sup>32</sup> Portanto, as relações entre perguntas e respostas são compreendidas nos diálogos do método do historiador, para que o campo literário não deva ser lido enquanto descrições empíricas reais do que estava acontecendo em Belém, muito menos quanto simples representações da realidade.

Os argumentos do debate acerca do controverso e polêmico tema da “representação” entre os historiadores ainda vem sendo frequentemente aceso nos meios acadêmicos. Recapitulando, veja-se como exemplo Evaldo Vieira, ao chamar atenção sobre as dificuldades

<sup>29</sup> CANEVACCI, Massimo. “Introdução”, in *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 1993, p. 15. (Coleção Cidade Aberta).

<sup>30</sup> Ver nota de rodapé 27.

<sup>31</sup> THOMPSON, Edward Palmer. “Intervalo: a lógica histórica”, in *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 49.

<sup>32</sup> Id. Ibid., p. 50.

de se transitar entre representações e realidades ou vice-versa, principalmente de uma “certa linguagem à vida dos homens”.<sup>33</sup> É nesse universo literário que Marques de Carvalho transita ao criar, fazer e construir diálogos e personagens-sujeitos, além do mais dando-lhes práticas sociais num palco de representações e interpretações, pois as falas literárias e corporais, bem como os diálogos, procuram açambarcar representações e realidades referentes aos hábitos e costumes muitas vezes imponderáveis ao pesquisador. Adverte ainda Evaldo Vieira que, nas “relações com a ideologia, é bom notar que as representações exibem simbolicamente os fatos e interesses, mostrando que a gênese delas se encontra no universo biológico”.<sup>34</sup> Contudo, não estou relegando as relações ideológicas ou até mesmo os códigos simbólicos somente à categoria da representação. O próprio Marc Bloch aconselhava, por exemplo, ao fazer a inflexão de que a história, antes de qualquer coisa, fala “dos homens no tempo”<sup>35</sup> como também, e aqui com a maior oportunidade, devo referir-me às observações de Nicolau Sevcenko ao pensar a palavra representação, epistemologicamente, como problemática, quando ela “supõe um nexos entre algum segmento da realidade e a sua produção em alguma forma de linguagem”.<sup>36</sup> Assim, a história dos “homens no tempo” enquanto linguagem, antes de tudo é “uma criação humana, restrita a um determinado meio cultural e circunstância histórica”.<sup>37</sup> Por outro lado, por mais que a advertência de Sevcenko a Vieira seja pertinente e contemporânea, metodologicamente Vieira recomenda sobre as possibilidades de inteligibilidade para ler, por exemplo, as produções de literatos:

(...) ainda que usemos a expressão representação, porque é mais coloquial, seria o caso de ter claro na mente que ela se refere a um ato de re-apresentação, o qual, posto dessa forma, já traria consigo a implicação de que ele vem precedido de pelo menos duas outras ações que seriam o seu pressuposto. Uma, a da percepção e recorte daquele segmento específico da realidade, outro, a da sua interpretação e tradução nos termos dos códigos simbólicos e expressivos peculiares ao meio cultural ao qual pertence o agente desse ato de reapresentação.<sup>38</sup>

Antes de ir mais além, a saber, cabe ressaltar das possibilidades de inferências ao passado a partir das fontes, que permitem conhecer apenas “uma pequenina fração do que

<sup>33</sup> VIEIRA, Evaldo Amaro. “O historiador sabe que não existe superação pelo esquecimento...”, in *Projeto História: História e Cultura*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº. 10. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Dezembro/1993, p. 92. Este artigo fora discutido em Mesa Redonda “História, cultura e representação”, coordenada pela Profª Drª Maria de Lourdes Janotti.

<sup>34</sup> Id. Ibid.

<sup>35</sup> BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Publicação Europa-América, 1965.

<sup>36</sup> SEVCENKO, Nicolau. “... talvez a última grande batalha e ao mesmo tempo a última grande fronteira seja afinal a cultura”, in *Projeto História: História e cultura*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº. 10. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Dezembro/1993, p. 100.

<sup>37</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>38</sup> Id. Ibid. loc. cit.

ocorreu”, para usar os argumentos de David Lowenthal,<sup>39</sup> pois as reminiscências do passado não solapam a totalidade das experiências e significados atribuídos por sujeitos. Assim, para conhecer o fugitivo passado, “a história geralmente depende dos olhos e da voz de outrem: nós a enxergamos através de um intérprete que se coloca entre os acontecimentos passados e a nossa compreensão dos mesmos.”<sup>40</sup> O escrutínio do historiador é limitado nas tênues relíquias tangíveis. Portanto, a partir dessa advertência de David Lowenthal é que estou pensando Marques de Carvalho, enquanto um dramaturgo e literato que procurou, através de suas percepções e impressões, delimitar os olhares e as diferenças sobre a cidade polissêmica, no início do século XX, bem como as interpretações do cotidiano, as quais são traduzidas em “códigos simbólicos”, a respeito dos personagens-sujeitos de Belém.

O teatro é pois um espaço cívico de debate renovado no palco de construções literárias de Marques de Carvalho. Por isso, *Na Avenida Republica* pela parte da manhã, segundo o literato, o *Povo* se aglomera no Largo da Pólvora, peculiaridade comum ao movimento dos transeuntes e do vaivém diário de personagens reais, sujeitos anônimos da história, *locus* de vivência de uma certa experiência social. Portanto, através de um dos símbolos da modernidade, o Teatro Polytheama expressaria os dramas da vida urbana, enquanto composições, práticas sociais e representações partilhadas pela preocupação com os problemas sociais do cotidiano e, inclusive, uma forma de aproximar, identificar e familiarizar o público (espectadores) com o burburinho cotidiano da rua; repousando novamente nossa deferência na narrativa d’*A Bubonica*.

Não obstante, as relações de trabalho ou o cotidiano do trabalhador ganharam dimensão de harmonia, pois imperativamente expressava Marques de Carvalho um diálogo construtor de identidades direcionadas ao discurso de progresso e civilização pautado na forma de amizade e na concordância de sentimentos entre pessoas, dentro de um grupo, com o propósito de alertar os espectadores ou leitores para a necessidade do labor na caminhada do progresso e também enquanto valor moral de ordem para o desenvolvimento da cidade. Observa-se então num primeiro relance, que as tensões e os conflitos no mundo do trabalho foram dissipados na exaltação poética do labor ordeiro e glorioso, tendo a personagem-sujeito, o *Côro*, o representante maior desse discurso direcionador e legitimador, que bradava na avenida República a necessidade da construção dessa identidade afirmativa de valorização e apologia ao trabalho, numa estratégia para combater a “vadiagem”. Logo, a capital paraense

---

<sup>39</sup> LOWENTHAL, David. “Como conhecemos o passado”, in *Projeto História: História e cultura*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº. 17. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Novembro/1998, p. 111.

<sup>40</sup> Id. Ibid., p. 113.

tinha pressa em reelaborar a noção de trabalho, principalmente porque através do labor o trabalhador conquistaria “Paz, conforto, gloria, amor”,<sup>41</sup> características que sustentavam valores de civilização burguesa; afinal de contas o trabalho escravo tinha pouco mais de uma década de abolição.<sup>42</sup>

Concomitantemente, Marques de Carvalho procurou enfatizar um dos problemas mais graves da cidade, a ameaça das terríveis epidemias que ceifavam vidas e sonhos de sujeitos anônimos da história, que proporcionavam a desestruturação da vida social e o estado aparentemente mórbido da economia. Neste sentido o Largo da Pólvora fora eleito o espaço privilegiado pelo literato, pois tratava-se de um lugar de intenso movimento citadino e logo de maior visibilidade para chamar a atenção do público, bem como a coroação dos benfeitores do estado, como analisarei adiante. Portanto, um dos personagens-sujeitos centrais, a *Bubonica*, entra em cena acompanhada de *Ratos* e *Morganhos* e começam a fitar ameaçadoramente o *Povo*, enquanto caminham cautelosamente nas dependências do teatro, ou melhor, como algozes que passeiam soberbos na avenida República, observando a contradição do entorno. Ao deterem-se no centro da opulência da cidade a *Bubonica* e seus companheiros em observância aos propósitos de difundir o temível flagelo da doença, procuram refletir sobre a felicidade estampada no semblante dos transeuntes, ou seja, do *Povo* laborioso. Continuando o passeio, o *Povo* é admoestado e censurado levemente pela *Bubonica* em razão da aparente alegria manifestada, pois sua felicidade seria efêmera e em breve daria lugar ao sofrimento, à dor e ao pranto. Até o choro há de ser comum aos pobres e reis, pois a peste enlutaria o semblante feliz:

Sois felizes, bem o vemos;  
Mas em breve chorareis;  
Pois a peste enlucta os pobres  
E até mesmo enlucta os reis.<sup>43</sup>

De acordo com as advertências e procurando intimidar e chocar ainda mais o *Povo*, a *Bubonica* expressava sinais de quem pretende “lançar microbios sobre o povo”,<sup>44</sup> num gesto ameaçador de afrontar e causar temor neste, diante da ameaça eminente de contaminação.

<sup>41</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 5. Procurei manter no texto as citações com as grafias que foram produzidas pelo autor, em nenhum momento sofreram quaisquer alterações de minha parte.

<sup>42</sup> Sobre o debate da reelaboração da noção de trabalho em Belém, Cf. FONTES, Edilza Joana de Oliveira. “Negras e galegas: relações étnicas, relações de trabalho e identidades nacionais em Belém do Pará (1880-1890)”; SARGES, Maria de Nazaré. “Modos de vida e relações sociais. Belém do Pará”, in ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (Org.). *I Jornada História e Cidade: Belém-Pa*, 18 a 20 de abril de 2001. v. 1, nº 1. Belém: NAEA/UFGA, 2001, p. 37-9; e AMARAL, Alexandre Souza. “Tensões e conflitos sociais: os condutores de bondes em Belém no final do século XIX”, in ACEVEDO MARIN, R. E. (Org.). op. cit., 2001, p. 40-4.

<sup>43</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 5.

<sup>44</sup> Id. Ibid. loc. cit.

Nada mais que o prenúncio da epidemia da peste bubônica, que provocaria tamanho sofrimento e choro, enlutando pobres e reis, não fazendo distinção quando grassasse sobre a cidade. Entretanto, o *Povo* se retira da avenida República sem dar importância ao prenúncio pestífero, mas não sem antes enfatizar que todos deveriam ir ao trabalho com amor, seja esse nas oficinas ou nos jardins, vibrando o malho ou vicejando a flor. Permanecendo em cena a *Bubonica*, os *Ratos* e *Morganhos*, identificados como a tríade responsável pela epidemia da peste bubônica em Belém. “Eis-nos, enfim, na terra da borracha!”<sup>45</sup> exclamou a *Bubonica* com um súbito de admiração de quem dera o ar de sua presença em plena avenida República, impregnando o ambiente com pestilências miasmáticas e procurando agradecer com votos de louvor, os zelos dos *Ratos* e *Morganhos*, seus fiéis escudeiros na disseminação da peste. Não demorou em um *Rato* gritar: “Viva a Bubonica!” e a tríade bradava “Viva!”, no sentido de saudar a presença da *Bubonica*.

Curioso observar a forma do literato em apresentar a presença da epidemia da peste negra na cidade, desviando as atenções dos leitores-espectadores do “terrível morbus” em relação à temeridade do *Povo* digo, a ausência de preocupação de contaminação, uma vez que deliberadamente procurara Marques de Carvalho enfatizar ao público que não havia motivos de preocupação ou pavor com a sinistra visitante e portanto as atenções deveriam ser canalizadas para o trabalho, pois tratava-se do desenvolvimento da cidade belepoqueana, que dependia deste para promover o desabrochar do progresso e da civilização nos trópicos. Ainda assim, o literato procurara despertar a polêmica da existência da peste em Belém. O autor apresenta a doença no centro do burburinho, justamente no cenário da avenida República, notoriamente o centro de sociabilidade, cultura e lazer que vai além de uma simples vida boêmia, artística e intelectual, caracterizando o próprio fausto ou a vitrine belepoqueana.

Por outro lado, percebe-se a visibilidade da peste bubônica e da presença de ratos e micróbios como nocivos à saúde enfatizada na visão de Marques de Carvalho. A partir do Largo da Pólvora, a epidemia teria mais facilidade de alastrar-se pela cidade, partindo do centro e não dos subúrbios de Belém, ao sabor do movimento da multidão aglomerada. Como diria o arquiteto alemão, August Endell, em 1908, a rua é um “ser vivo, que acorda, trabalha, se cansa, que se transforma (...) basta um homem, um ponto em movimento para perturbar a ordenada simetria de uma rua”.<sup>46</sup> Perturbação está nociva, pois a *Bubonica*, os *Ratos* e *Morganhos* não estavam dispostos a perder tempo. Logo, há a associação de que *Ratos* e

<sup>45</sup> Id. *Ibid.*, p. 6.

<sup>46</sup> ENDELL, August. “Bellezza della metropoli”, in CACCIARI, Massimo. *Metropolis*. Roma: Officina, 1973, p. 121-64. *Apud*: FABRIS, Annateresa (Org.). “O espetáculo da rua”, in *Fragments Urbanos*: representações culturais. São Paulo: Studio Nobel, 2000, p. 69.

*Morganhos* eram os “operários” responsáveis por preparar o espaço insalubre para a *Bubonica* se desenvolver em Belém, pois esses sabiam fazer bem o dever de casa. Nesse sentido, a *Bubonica*, recém chegada da terra de Gonçalves Dias onde nos últimos meses de 1903 e início de 1904 desenvolveu a epidemia e onde o Dr. Biné não pode detê-la, insuflava o ego dos escudeiros com a retórica da animação pautado nos esforços conseguidos na terra dos camarões e do arroz cuchá. Sendo inclusive do conhecimento dos moradores da capital paraense o flagelo promovido no estado vizinho pela terrível peste negra. A *Folha do Norte* amplamente divulgou aos seus leitores a presença da peste no estado do Maranhão e, conseqüentemente, sua chegada a Belém proveniente dessa cidade e também através dos navios nacionais e estrangeiros que aqui aportavam, não tardando na morte das primeiras vítimas.<sup>47</sup>

A peste negra é uma doença epidêmica e contagiosa, causada pela bactéria *Yersinia pestis*, descoberta pelo suíço Alexandre Yersin, que estudou bacteriologia no Instituto Pasteur.<sup>48</sup> A transmissão da doença pode ser de pessoa para pessoa ou, também, pela picada de pulgas da espécie *Xenopsylla cheopis*, provenientes de um hospedeiro infectado, principalmente o rato urbano (epizootia), destacando-se aqui o rato-negro (*Rattus rattus*) e o rato de esgoto (*Rattus norvegicus*), tornando-se a peste assim uma zoonose. A peste bubônica leva de dois a cinco dias para estabelecer-se. Alguns sintomas caracterizam a doença tais como manchas vermelhas que salpicam o corpo no estado inicial, febre de 40°C, calafrios, vômitos, diarreia (nos casos mais graves), dor de cabeça, vertigens, intolerância à luz, sonolência, dor nos membros, delírios além, principalmente, das inflamações dos gânglios linfáticos que formam os bubões externos (pescoço, virilha e axilas), podendo ainda manifestar-se hemorragias internas responsáveis por hematomas na pele do “pestoso”, deixando-a inicialmente com manchas vermelhas, posteriormente enegrecidas.<sup>49</sup> Segundo Roy Porter, os seres humanos são atingidos pelo bacilo da peste quando:

(...) pulgas infectadas, havendo liquidado toda população preferida de ratos durante uma epizootia, são obrigados a se voltar para vítimas humanas, com efeitos devastadores. Quando a pulga pica seu hospedeiro, o bacilo penetra na corrente sanguínea. Filtrado pelo nódulo linfático mais próximo, ele produz a tumefação característica (“bubão”) no pescoço, na virilha e nas axilas, e mata em questão de dias (...).<sup>50</sup>

<sup>47</sup> “A peste”, in *Folha do Norte*. Belém, 16 jan., 1904.

<sup>48</sup> FARRELL, Jeanette. “Peste: das marmotas para os humanos”, in *A assustadora história das pestes e epidemias*. São Paulo: Ediouro, 2003, p. 93-120.

<sup>49</sup> Cf. SCLIAR, Moacyr. *A paixão transformada: história da medicina na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 55-7, 111-2, 175, 223, 254.

<sup>50</sup> PORTER, Roy. “Doenças”, in *Das tripas coração: uma breve história da medicina*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 25.

Retomando a apresentação da *Bubonica* na avenida República, percebe-se a forma como Marques de Carvalho procura mesmo evidenciar a presença da peste bubônica no Largo da Pólvora, despreocupar o *Povo* em relação a ela. A experiência real vivida pelos moradores de Belém, certamente provocara medo e incertezas quanto à própria vida pois, sob a ação do flagelo da peste liquefazem-se os quadros da sociedade, provocando-se alterações nos significados do viver e morrer, a ordem social sucumbe, delineiam-se imagens conflituosas, uma batalha de símbolos que ceifam vidas, como lembra Moacyr Scliar:

A doença nasce em silêncio. Seja pela ação de germes, ou substâncias nocivas, ou por processos endógenos, sutis alterações processam-se nas células: é a enfermidade em marcha. Quietamente, imperceptivelmente, implacavelmente.  
 (...) Pessoas falarão da doença, pois não há como não falar nessa experiência que todos partilhamos (...).<sup>51</sup>

Neste sentido, a doença marchava pela cidade de Belém atingindo os moradores e a *Bubonica* não queria perder tempo. Recém-chegada da terra de Gonçalves Dias, tratou logo de convocar seus inseparáveis aliados, os *Ratos* e *Morganhos*, a difundirem a epidemia a partir do centro da cidade, como já ressaltai, por uma questão de visibilidade que Marques de Carvalho procurava enfatizar sobre a presença do terrível mal em Belém:

Vamos à obra, não percam tempo. Anime-nos o resultado de nossos esforços na terra de Gonçalves Dias e dos Camarões; a terra do arroz cuchá e do dr. Biné!  
 Avante!  
 Todos. – Avante!<sup>52</sup>

Após o desenlace de apresentarem-se em público, advertindo o *Povo* em plena avenida República, a *Bubonica*, os *Ratos* e os *Morganhos* se retiram de cena, pois tinham a árdua tarefa de espalhar a peste negra nos bairros da cidade e não poderiam perder tempo. Nos idos de 1904, a peste bubônica ainda não havia atingido Belém, apesar de surtos epidêmicos no ano anterior. Contudo, o estado do Maranhão sofria com a epidemia e, por ser praticamente vizinho do Pará, a migração transformara-se numa preocupação recorrente das autoridades públicas, em especial dos inspetores e médicos sanitaristas, devido aos riscos de contágio.<sup>53</sup> Por isso, a *Bubonica* fora retratada por Marques de Carvalho como uma “forasteira” recém chegada do Maranhão, da terra de Gonçalves Dias, dos camarões e do doutor Biné, logo era uma questão de tempo para a epidemia alastrar-se por Belém.

Marques de Carvalho apresenta a indiscreta personagem *Carapaná*, que xereta o fugitivo cotidiano, espreitando as ruas, avenidas e becos, teatros, bulevares e praças e quantos

<sup>51</sup> SCLiar, Moacyr. op. cit., 1998, p. 7.

<sup>52</sup> PORTER, Roy. op. cit., 2004, p. 25.

<sup>53</sup> “A peste no Maranhão”, in *Folha do Norte*. Belém, 16 e 17 jan., 1904.

lugares possa adentrar ou sobrevoar. Com a pressa habitual, surge a *Carapaná* correndo, ou melhor, voando com seu zumbido peculiar, pois teria escapado do *Dr. Sapiencia*, o qual tomara medidas semelhantes às adotadas por médicos do Rio de Janeiro, ou seja, desenvolvera uma campanha de profilaxia contra a espécie das carapanãs (no caso da capital federal, a campanha profilática era contra a febre amarela promovida pelo jovem bacteriologista Oswaldo Cruz, então diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública). O *Dr. Sapiencia* praticava a irrigação nos lagos do Museu Emílio Goeldi com querosene, como forma de escoimizar a cidade diante da ameaça da epidemia, por isso a *Carapaná* havia entrado correndo, vangloriando-se de não ter morrido na campanha profilática contra o mosquito: “(...) Escapei de bôa! (...) Fugi a tempo, mesmo porque lá começavam agora a morrer, não sei porquê, ratos e cobayas...”.<sup>54</sup> Ainda feliz por ter sobrevivido, a *Carapaná* cantava ao público:

As pernas velozes  
Pedi á cotia:  
Deixei meus algozes  
Com toda a porfia.

Agora vou tratar-me  
Qual um senhor pachá  
Ditoso chafurdar-me  
Eu quero em guaraná!<sup>55</sup>

A irrigação de querosene nos lagos do Museu forçara a *Carapaná* a sair de seu “agradável viveiro” e a percorrer digo sobrevoar as ruas da cidade em direção à avenida República. Nota-se que essa campanha profilática promovida pelo *Dr. Sapiencia* afetou a *Carapaná*, deixando-a debilitada e cansada, apesar de ter fugido a tempo, graças tão somente à própria velocidade. Por mais que a *Carapaná* admitisse não saber os motivos das mortes de “ratos e cobayas”; fica evidente, no diálogo, a causa dessas mortes: justamente a campanha de profilaxia realizada. Outrossim, o alvo da campanha não se limitava apenas à espécie das carapanãs, pois os ratos e cobaias também foram atingidos, morrendo alguns devido à aplicação de querosene, numa referência tácita da campanha ser, também, contra a peste bubônica.<sup>56</sup> Enquanto a *Bubonica* mostrava pressa em disseminar-se na cidade os médicos higienistas promoviam campanhas preventivas de limpeza das áreas insalubres a saber os esgotos, pântanos e lagos, inclusive ressaltando o aspecto moral sobre a coleta do lixo nas

<sup>54</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 6-7.

<sup>55</sup> Id. Ibid., p. 7.

<sup>56</sup> “A guerra aos ratos”, in *Folha do Norte*. Belém, 10 fev., 1904.



ruas, como forma de evitar a proliferação de epidemias, sendo que os “ratos e cobayas” são identificados como hospedeiros e/ou transmissores da bactéria *Yersinia pestis*.<sup>57</sup>

Retomando à fuga ileso da *Carapaná*, percebe-se que não escapou tão boa assim, pois no canto anterior fica evidente a sua necessidade de tratar-se. Tal qual um “senhor pachá”, feliz da vida também queria chafurdar-se em remédios, mas não era bem o guaraná.<sup>58</sup> Em outras palavras, esse canto não deixa de ser metafórico, pois o tratamento, ou melhor, o medicamento para habilitar-se era o sangue de mocinhas e deveria ser ingerido como tivesse o efeito do guaraná, daí o querer chafurdar-se, mas como o *Dr. Sapiencia* queria exterminá-la, não poderia a *Carapaná* buscar tratamento num médico oficial ou então clínico. Curiosamente, a possibilidade de tratamento com pajés em nenhum momento da dramaturgia é evocada. A busca de tratamento na vida real, estava longe de consenso entre os moradores, que nem sempre buscavam médicos oficiais, inclusive preferindo a prática de cura dos pajés ou curandeiros que, segundo Aldrin Figueiredo, travaram desde os fins do século XIX, intensa batalha pelo reconhecimento de suas práticas. Entretanto eram vítimas de perseguição referente as suas curas tradicionais, pois julgavam ter um caráter científico, racional e eficaz de tratamento de diversas doenças ao manipularem porções mágico-religiosas.<sup>59</sup> Sendo, perseguidos inclusive pela polícia “com o estabelecimento de constantes diligências policiais nas moradas dos pajés e casas de ‘feitiçaria’, muitas vezes nas regiões centrais da cidade”.<sup>60</sup> Retornando à *Carapaná*, nota-se a vontade em se automedicar com sangue e assim ia distribuindo um “zumbindo aqui, dando ferradinhas ali... Quem sabe quanta mocinha dengosa não hei de morder? Por que eu Carapaná taludo sou dunga na operação... mosquito cara-dura, toca a metter o nariz em todo parte!”.<sup>61</sup> Ironias fora, o tratamento da *Carapaná* consistia pois em ferrear mocinhas, uma vez que o sangue das vítimas devolver-lhe-ia a vitalidade para realizar operações dessa natureza em Belém.

<sup>57</sup> “Moralidades e exgotos”, in *Folha do Norte*. Belém, 16 jan., 1904.

<sup>58</sup> O guaraná é uma planta silvestre de arbusto trepador, da família das *Sapindáceas*, encontrada na Amazônia e utilizada na medicina popular como estimulante.

<sup>59</sup> Sobre os pajés e o embate na legitimação de suas práticas de cura em relação a medicina social dos higienistas, mas precisamente a questão da apropriação do discurso racionalista e cientificista por parte dos pajés na Amazônia. Cf. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia. A constituição de um campo de estudo, 1870-1950*. Campinas, 1996. Dissertação (Mestrado em História Social). IFCH / Departamento de História, UNICAMP; Id. “Quem eram os pajés científicos? Trocas simbólicas e confrontos culturais na Amazônia, 1880-1930”, in FONTES, Edilza Joana Oliveira (Org.) *Contando a história do Pará: diálogos entre história e antropologia*. v. III. Belém: E. Emotion, 2002, p. 55-86.

<sup>60</sup> FIGUEIREDO Aldrin Moura de “Anfiteatro da cura: pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX”, in CHALHOUB, Sidney, MARQUES, Vera Regina Beltrão, SAMPAIO, Gabriela dos Reis e SOBRINHO, Carlos Roberto Galvão (Orgs.) *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 278.

<sup>61</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 7.

Subitamente ouve-se um rumor aproximar-se, um barulho de gente. O burburinho era o prenúncio da presença do *Povo* e, ao mesmo tempo, do *Correio*, o qual estava todo esfarrapado, carregando cartas e maços de jornais. Ao redor do *Correio*, então, havia a presença do *Povo*, identificados como homens e mulheres ávidos por notícias e possíveis correspondências, cartas e jornais. Contudo, este burburinho não assustara a *Carapaná*; muito pelo contrário, os rumores causaram-lhe alacridade pois, desalojada dos lagos do Museu e buscando manter-se viva, podia enfim percorrer a cidade divertindo-se ao aplicar suas “ferradinhas”, já que estava diante de grande número de possíveis vítimas, o *Correio* rodeado por populares, os quais cobravam correspondências. A *Carapaná* não titubeou, seu tratamento e diversão estavam prestes a iniciar-se. Sem açodamento o *Correio* tentou manter a paciência perante a agitação de homens e mulheres ao seu redor, e a cena do burburinho enfatizava ares do cotidiano da cidade moderna e dos moradores ávidos por correspondências e notícias. Assim, esta agitação reflete um fragmento do cotidiano bem caracterizado da cidade que se moderniza, a movimentação em busca de notícias, o burburinho do *Povo*.

Por outro lado, percebe-se também a possibilidade de leitura dessa cena, referente à crítica presente nas entrelinhas tecida por Marques de Carvalho, a saber, a Belém belepoqueana que apresentava dificuldades tecnológicas demarcadas pelo discurso de atraso dos meios de correspondência, em alusão aos serviços oferecidos pela antiga Monarquia brasileira, uma vez que o *Correio* apresenta-se ao *Povo* com trajes em farrapos, denotando uma visão negativa dessa instituição federal e prossegue tentando manter a paciência perante a agitação de homens e mulheres ao seu redor:

*Vozes.* – As minhas cartas?  
 – As minhas?  
 – Os meus jornaes?  
 – Dê cá a minha correspondencia!<sup>62</sup>

Não obstante, o *Correio* mantém a maneira indiferente e indolente com o *Povo*, reclamando da pressa deste: “(...) Os srs. Pensam que vae acabar o mundo? Tenham paciencia, esperem!”.<sup>63</sup> Esta cena era observada atentamente pela *Carapaná*, pois esta continuava tramando seu divertido tratamento curativo, enquanto o apático *Correio* se explicava. Não perdendo mais tempo, a *Carapaná* proferia: “É sempre a mesma coisa! Olha ferroada p’ra um, para expertar!”<sup>64</sup> Diante de tanto calor o *Correio* reclamava, mas a *Carapaná* aconselhava-o a lavar-se com água fria, já que estava sujo. Assim, como um

---

<sup>62</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>63</sup> Id. Ibid., p. 8.

<sup>64</sup> Id. Ibid. loc. cit.

símbolo sujo poderia representar a modernidade? Novamente, a crítica direta e lasciva de Marques de Carvalho, que atacava o *Correio* através da *Carapaná*, pois esse estigma de sujeira fora associado ao legado de atraso da Monarquia. Em voz alta e clara, o *Correio* recitava que não tinha pressa alguma, pois não era um suicida e “A vida, senhores, não vae a matar”, já que se vangloriava de separar um maço de cartas e correspondências diariamente “com todo o vagar”.<sup>65</sup> Não obstante a crítica tecida pelo literato ao atraso dos serviços do *Correio*, ou seja, um símbolo da modernidade, constituía em si uma ação deliberada de atacar essa contradição presente na demora da entrega da correspondência porque, ironicamente, segundo o *Correio*, a culpa do seu atraso era do *Progresso*, uma vez que os pacotes que a traziam eram movidos a vapor, fazendo com que chegassem depressa à capital paraense, provocando a acumulação de trabalho, transferindo assim a responsabilidade do serviço. Concomitantemente à justificativa do atraso, há a tentativa deliberada do *Correio* de eximir-se da culpa – a respeito da demora da entrega das correspondências – ao transferir a responsabilidade ao *Progresso*, já que o serviço do *Correio* era praticamente um favor. Este, por um breve instante, fora interrompido:

Uma voz. – E muito faz você por 75\$ mensaes!

Ha tempo de sobra. Quem for descontente,  
Assente-se, espere, seu sangue renove:  
Estamos ainda fazendo uma escolha  
Na folha das cartas... de sessenta e nove!<sup>66</sup>

O *Correio* ignora as críticas, fazendo pouco caso dos descontentes, que deveriam mostrar maior paciência, enquanto selecionava as cartas a ser entregues; findo o serviço retira-se entre as vaias do *Povo*. A *Carapaná* observava a agitação do cotidiano na avenida República, demonstrando com acuidade conhecer bem a cidade e os problemas de comunicação que os populares sofriam. Curiosamente, apesar do caráter cientificista-naturalista incutido em Marques de Carvalho, a peculiaridade da *Carapaná*, enquanto personagem-sujeito, tem a índole de espreitar o dia-a-dia de Belém e os mais diversos problemas da cidade, como analisarei em outras situações adiante, sendo inclusive uma narradora onisciente e onipresente na narrativa. De qualquer forma, a *Carapaná* não poupava motejos àquele tipo de serviço federal, porque “Trinta e cinco annos de atrazo! Poderia ser peor”.<sup>67</sup> Segundo O *1º Popular*, o serviço era uma miséria, que poderia ser comparado somente com o do *Telegrapho*. Este não morria cedo, na linguagem popular, pois o 2º

<sup>65</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>66</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>67</sup> Id. Ibid. loc. cit.

*Popular* avistava a presença do *Telegrapho* aproximando-se. Assim, o literato procurava reforçar essa imagem de atraso ou miséria dos serviços de comunicação no estado do Pará. Aos olhos dos dois *Populares* a imagem do *Telegrapho* arrastando-se, bem como a crítica aos serviços de comunicação que tem a dimensão de partir dos *Populares*:

O *Telegrapho*, arrastadamente. – Sahi do Castanhal há 15 dias, com um despacho urgente. E vou ao Rio!  
 1º *Popular*. – Coitado!  
 2º *Popular*. – Não tenha tanta presa!  
 Carapaná. – Dêem-lhe uma cadeira. Vocês não tem caridade!<sup>68</sup>

Diferentemente do *Correio*, o *Telegrapho* é modesto e brincalhão além de educado pois, agradecido com a gentileza cominada pela *Carapaná* aos *Populares*, trata logo de se sentar e cantar, que o *Telegrapho* estava cansado após o longo percurso de Castanhal a Belém, aproximadamente uns 60 quilômetros, devido ao despacho urgente (tão urgente que demorou 15 dias) e ainda teria de ir à capital federal. Outrossim um *Coro*, seguido do canto de lamento do *Telegrapho*, tecia críticas metafóricas a esse serviço, com um jargão que denotava a lentidão do serviço, que em nada agradava aos usuários:

De longe venho,  
 Pr'a longe vou.  
 Pernas não tenho,  
 Capenga sou!

Côro  
 Que serviço marca-anzól  
 A cargo d'um caracól

*Telegrapho*  
 Eu sempre érro  
 No meu vagar;  
 Vivos entérro,  
 Sem hesitar

Côro  
 Que serviço marca-anzól  
 A cargo d'um caracól!

Carapaná. – Que perigoso collaborador de certos medicos...<sup>69</sup>

Por que o julgamento hostil parte dos *Populares* e da *Carapaná*? A crítica tecida ao *Correio* também é válida para o *Telegrapho*, pois este representa o atraso em que se arrastava a herança monárquica arcada pela República, em função da lentidão nos serviços e até nas mensagens difundidas pelo *Telegrapho*, significando uma ameaça à saúde dos moradores. Marques de Carvalho arroga à *Carapaná* uma certa sensibilidade, denotada através da

<sup>68</sup> Id. Ibid., p. 9.

<sup>69</sup> Id. Ibid. loc. cit.

indignação desta diante do serviço do *Telegrapho* em relação à saúde pública pois, atenta ao canto acima do *Telegrapho*, que capengava no serviço prestado, a *Carapaná* não deixava passar despercebido o perigo representado na demora e entrega de informações aos médicos, haja vista que a demora em se receber uma mensagem, ou então, as dificuldades de comunicação com os médicos do Rio de Janeiro pesavam de forma desfavorável nos serviços de saúde pública no estado. Cabe ressaltar que Oswaldo Cruz era a maior autoridade médica federal e estava promovendo, ao lado do prefeito Pereira Passos, a escoimização da capital federal, mas nem por isso tinha galgado entre os “pares” aceitação à frente da Diretoria Geral de Saúde Pública. De qualquer forma, depreende-se daí a necessidade de um contato eficiente com os médicos paraenses, pois naquele momento havia somente as faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro para cobrir os serviços de saúde de todo o território nacional.<sup>70</sup>

Em relação aos *Populares*, a crítica tem legitimidade social, pois questiona a saúde através da ineficiência dos meios de comunicação. Contudo, curioso observar que nem o governador Augusto Montenegro, muito menos o intendente Antonio Lemos têm sequer parcelas de responsabilidade na saúde pública, pelo contrário, eles são coroados como responsáveis por curar a cidade. Ah, mas isso será discutido ao final desse capítulo. Retornando à celeuma da comunicação, o serviço no estado constituía pois uma ameaça latente, haja vista que o *Telegrapho* reconhecia erros e não hesitava na hora de enterrar vivos, em função do seu vagar ou da demora em transmitir uma mensagem, ou ainda na dificuldade de comunicação com os médicos do Rio de Janeiro, fatores desfavoráveis aos serviços de saúde pública no estado, conforme já amplamente destacado.

Nessa seara, o *Telegrapho* procurava animar o *Côro* através de uma brincadeira que, segundo esse, ressuscitaria até os mortos, sendo essa uma de suas façanhas, ou seja, pregava peças aos usuários do serviço, como aconteceu com um negociante de Bragança. O despacho entregue ao *Telegrapho* continha a seguinte mensagem: “*Farinha Raymunda vendida*”, mas através de um trocadilho de duas letras, a mensagem fora enviada com o seguinte conteúdo: “*Carinha Raymundo fendida*”. O pai da moça, segundo sugere o *Telegrapho*, teria ficado em estado de cólera. Logo, “A resposta d’elle, que deveria ser: ‘Mande cobres’, foi a seguinte: ‘Diga urgente nome patife matou minha filha’.”<sup>71</sup> Daí denota-se a despreocupação com um serviço eficiente e de qualidade, porque tanto clamavam os *Populares*. Assim, o *Telegrapho* se retira entre as gargalhadas do *Côro*, o qual entoava o jargão pejorativo e irônico em relação

---

<sup>70</sup> BORDALO, Alípio Augusto Barbosa. “O corpo clínico ao início do século XX”, in *A Misericórdia Paraense: ontem e hoje*. Belém: Sagrada Família, 2000, p. 63-5.

<sup>71</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 10.

à lentidão do *Telegrapho* de “serviço marca-anzol” tão moroso quanto um caracol. É nesse sentido que retrucava indignada a *Carapaná* sobre a infelicidade do país que tinha aquele tipo de serviço, por ser inclusive um “perigoso colaborador de certos medicos...”.

Naqueles primeiros anos do século XX, em meio aos símbolos da modernidade belepoqueana que se destacavam, os teatros constituíam espaços de encontro, sociabilidade e lazer, funcionando diariamente com mais de duas seções; num primeiro relance, não deixavam de ter realmente esses propósitos. Entretanto eram alvos dos dramaturgos ou homens de letras, como Marques de Carvalho, que vislumbravam a materialidade de representações num palco político, onde pudessem ter ressonância mais próxima com seus leitores, neste caso os espectadores da platéia, pois os teatros funcionavam diariamente com seções matutina e diurna. Certamente eram espaços restritos à elite belenense, principalmente o Teatro da Paz, um dos símbolos maiores da opulência e riqueza experimentadas pela elite paraense no final do século XIX e início do XX: erguido ainda durante a Monarquia, sendo inaugurado em 15 de fevereiro de 1878. Rota praticamente obrigatória das companhias líricas européias, o Teatro da Paz (Belém) e o Teatro Amazonas (Manaus) antecipavam-se a outras capitais, como o Rio de Janeiro ou São Paulo, e mimoseavam platéias entusiasmadas com as novidades dos trópicos, que sonhavam com a imagem emblemática de estarem vivendo o sonho da civilização, por partilharem do almejado progresso cultural. Contudo, a capital paraense inventara outros espaços culturais, tais como os teatros Polytheama, Apollo e El-Dorado que eram bastante freqüentados, sendo mais acessíveis às diversas companhias de operetas e peças mambembes do circuito nacional, como a Companhia do ator Silva Pinto, que se despediu do Pará após uma temporada de treze meses.<sup>72</sup> Marques de Carvalho destacou esses novos teatros que, na visão da *Carapaná*, eram até bem construídos, pelo menos alguns. Assim sendo, os *Theatros* entram em cena de braços dados, esbanjando alegria, jovialidade e cantando, pois oferecer entretenimento de qualidade, no campo da propaganda, era uma arma fundamental para persuadir o público na escolha da casa de espetáculos a ser freqüentada.

Somos risonhos amigos  
 Das pessoas joviaes.  
 Declarados inimigos  
 Somos de prantos e ais.  
 Entre risos off'erecemos,  
 A quem nos paga, o prazer.  
 Attractivos mil nós temos;  
 Quem duvidar... venha ver!<sup>73</sup>

<sup>72</sup> “Notas artisticas. Companhia Silva Pinto”, in *Folha do Norte*. Belém, 22 mai., 1904.

<sup>73</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 10.

A *Carapaná* reconheceu tratar-se de individualidades bem construídas, algumas delas, enquanto um *Popular* logo a alertava de que o *Theatro da Paz* era o melhor, aumentando ainda mais o desejo da *Carapaná* de se aproximar dele. Este logo adverte estar “em concertos pela frente e lá por dentro”<sup>74</sup> e ela não devia levar essa idéia adiante. Portanto, devido ao *Theatro da Paz* estar fechado, outros teatros tiveram maior destaque que habitualmente, rivalizando-se em oferecer bons espetáculos. Os *Theatros* nem sempre eram aparentemente “risonhos amigos”, conforme apregoam no canto acima; por vezes chegavam a “declarados inimigos”. De outro lado, também podiam ser solidários entre si, conforme a circunstância e a conveniência de construírem uma identidade de “prantos e ais”, a qual reforçasse a jovialidade, enquanto sinônimo de alegria, desde que mediante pagamento permitindo a quem os desfrutasse os diversos atrativos, conforme discorri anteriormente, já que dependiam de um bom espaço físico, lanches, bebidas e uma ótima programação para atrair o público. O *Theatro El-Dorado* afirmava que o *Theatro Apollo* não prestava e encontrava-se fechado. Esse falava depressa ao fazer o reclame e pedia ao público que freqüentasse suas dependências, pois tinha “(...) cavallinhos, tenho bioscopio, com vistas animadas e coloridas, tenho cerveja gelada, sorvetes, refrescos, sanduwichs, pão com manteiga!”<sup>75</sup> Neste instante, enquanto o *1º Popular* queria saber a marca da manteiga passada no pão, se era *Lepelletier* ou *Bretel*, nitidamente fazendo pouco caso do *Theatro Apollo*, bem como a própria *Carapaná* alertava ao *Popular* para não mexer em “casa de maribondos”, enquanto o *Theatro Polytheama* pedia para deixarem de difamar o *Apollo*, dizendo tratar-se de “conversa fiada”.

Logo em seguida, o *Teatro Polytheama* faz seu reclame na avenida República, já que a alma do negócio consiste em fazer-se a propaganda do espetáculo, defendendo que somente ele era bom, por oferecer ao público “(...) revistas abrégeiradas, dou operetas risonhas, dou magicas deslumbrantes! Damma-se com isto o Cardoso da Matta, – mas que m’importa? O povo aprecia, o povo gosta, o povo applaude [A’ platéa]. Pois não é?”<sup>76</sup> Diversão, lazer, alimentação, novidades, informação, brincadeiras, mágicas e muitos outros atrativos eram marcas dos teatros mambembes, freqüentado por moradores de Belém, o “povo” que apreciava, gostava e aplaudia as revistas de sucessos ou costumes montadas por companhias de operetas nacionais nos palcos da cidade. O ano de 1904 certamente significara o canto do cisne para o *Teatro Polytheama*. Um *Velho Actor*, guardava o saudosismo do passado e

---

<sup>74</sup> Id. Ibid., p. 11.

<sup>75</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>76</sup> Id. Ibid. loc. cit.

demonstrava resistência aos teatros contemporâneos do século XX. Para ele, aqueles teatros não prestavam e estava “tudo perdido”, uma vez que eram um “valhacouto de revistas immoraes”,<sup>77</sup> deixando de ser o templo do atores Simões, Estevão Muniz, Francisco Ferreira de Souza e o próprio Cardoso da Matta, ou seja, o *Velho Actor* que rememorava a representação das peças “29”, “Honra e Gloria” e “Dois Sargentos” deixava a cena cabisbaixo, como quem lamenta as “revistas” em cartaz durante a temporada cênica.

A *Carapaná* tinha a receita para fazer um teatro ter sucesso, pois o que o *Velho Actor* denominava de “valhacouto de revistas immoraes”, para a *Carapaná* não passava de “boa musica, mulherama faceira no maxixe e graça em penca”.<sup>78</sup> Essa receita atrairia o empresário a investir dinheiro em teatros com um aspecto mais popular (no sentido de diferenciar-se das grandes companhias líricas européias) e conhecidos naqueles tempos como casas mambembes e do grande sucesso desses teatros mambembes. O *Theatro Polytheama* fazia pouco do saudosismo de outrora do *Velho Actor*, pois as revistas encenadas não eram para esse “immoraes” e, sim, “abrégeiradas”, com “operetas risonhas” e “magicas deslumbrantes”. Por isso o teatro mambembe caíra no gosto de expectadores, que lotavam os seus salões. Diga-se de passagem, as revistas “immoraes” ou “abrégeiradas”, ao bel-prazer dos personagens, é que imprimiam significados à cidade, pois é interessante observar que as revistas retratavam aspectos do cotidiano, tendo uma empatia de identificação com a platéia, popularizando assim as revistas de costumes e/ou sucessos.

Em seguida, saindo do alçapão do Theatro Polytheama, surge o *Bóró* adjetivando-se de pobre e esfarelado, mas ainda assim imprescindível aos mortais da cidade, pois podia ser encontrado tanto nos palácios de “opulentas familias”, quanto na barraca de um pobre. Ao rico ele dava o supérfluo à sobrevivência, enquanto ao pobre ou ao “operário afanoso” restava tão somente o pão do dia-a-dia. Logo, como todos o enamoravam, põe-se a cantar:

Eu por toda parte passo,  
Como a pulga insinuante.  
De mão em mão saltos faço,  
Toda a hora, todo instante.

Todos me humilham,  
Sem nenhum dó;  
Mas ninguém vive  
Sem ter bóró!

Quando a manhã desabrocha,  
Entro em scena, – pago a lona.  
E se alguém fica na brocha,

<sup>77</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>78</sup> Id. Ibid. loc. cit.



Commigo pagou a mona.

Todos me humilham, etc.<sup>79</sup>

Após o canto, as *Vozes* dão urras de viva ao *Bóro*, pois não havia ninguém que não lhe fizesse um olhar enternecido, por ser imprescindível numa sociedade de consumo, estando por toda parte, desde uma taberna aos grandes negócios de uma casa ao bordel, e se alguém ficasse na “brocha”, pagava-se até a “mona”, sendo inclusive uma humilhação para ele. Em tempos de economia movimentada pelos dividendos da borracha, o dinheiro circulava para quem? O próprio *Bóro* não escondia que podia ser encontrado nos palácios ou barracas, definindo a hierarquia social provocada pela desigualdade econômica e humilhado por passar de mão em mão. Interessa-me observar a distinção na composição da estrutura social; para Nazaré Sarges, a economia da borracha não apenas alterou a estrutura social, como também acentuou as desigualdades, pois de um lado encontravam-se políticos, burocratas, ricos comerciantes, profissionais liberais de famílias abastadas, ou seja, a elite dominante; enquanto do outro estavam os trabalhadores urbanos: sapateiros, alfaiates, vendedores, enfim, a população pobre.<sup>80</sup> A *belle époque* significou a afirmação para a elite paraense, que edificou o mito mendaz historiográfico durante décadas, mas que felizmente vem sendo demovido.<sup>81</sup>

Contudo, a *Carapaná* estava curiosa em saber do *Bóro* as novidades, uma vez que ouvira “dizer que o Progresso deseja contrair um empréstimo de muitos milhares de irmãos”.<sup>82</sup> Assim, ainda queria saber se o *Bóro* poderia tratar do assunto. Este, antes de se retirar de cena, compromete-se em conversar com um banqueiro londrino, já que eram os principais credores dos empréstimos à capital paraense. Observa-se que Marques de Carvalho apresenta à platéia uma discussão bastante comum na época aos moradores de Belém, provavelmente para justificar a necessidade do empréstimo contraído por seu chefe d’A *Província do Pará* e também intendente municipal Antonio Lemos. Enquanto isso, nota-se a missão literária, justamente a preocupação do literato sobre o debate acerca do empréstimo, pois seria canalizado à higiene pública apesar do descaso com a higiene da cidade ser constantemente denunciada pela *Folha do Norte*. Portanto, nota-se que o zelo com a higiene

<sup>79</sup> Id. Ibid., p. 12.

<sup>80</sup> SARGES, Maria de Nazaré. “O Pará na economia da borracha: transformações econômicas e sociais”, in *Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000, p. 58.

<sup>81</sup> Ver também SARGES, Maria de Nazaré. FONTES, Edilza Joana de Oliveira e NEVES, Fernando Arthur de Freitas. *Novos olhares sobre a República: trabalhadores urbanos, religiosos católicos, seringalistas e donos de terras*. Belém, 2003, 17 p. (Relatório final de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq/2003, tendo a participação dos bolsistas Mayara Silva Mendes, João Morais da Costa Junior, Daniella de Almeida Moura e Marly Solange Carvalho da Cunha).

<sup>82</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 13.

pública não recaía exclusivamente sobre os órgãos públicos, que eram intensamente cobrados através da imprensa pela limpeza da cidade, como forma de controlar as doenças.

Os moradores eram também responsáveis pela higiene privada e, conseqüentemente, pela saúde pública em seu mister de evitar a propagação das epidemias, pois tinham o hábito de deixar o lixo a céu aberto nas ruas e calçadas da cidade. O discurso higienizador incutia o ato de assumir responsabilidades com a escoimização, tal qual o intuito de evitar a propagação das moléstias e das epidemias responsáveis pelo significativo índice de mortalidade na capital.<sup>83</sup> As campanhas profiláticas visavam higienizar locais insalubres, em outras palavras, na prática, os grupos sociais desprovidos de riquezas materiais ou financeiras e que, portanto, mais sofriam com a violabilidade do lar por parte dos agentes de saúde e da polícia municipal. Esse tipo de política pública estava sintonizado com o ideário republicano de progresso que simbolizava a construção de um espaço higienizado, desodorizado e organizado. No início do século XX, em Belém, uma das mais acirradas disputas da medicina oficial era a escoimização da cidade, o que revela tratar-se da ciência ocupando o lugar do privado e do público (fronteiras tênues de se estabelecer), ou seja, o discurso de civilização lançando luz sobre a barbárie. Segundo Nazaré Sarges, a limpeza pública de Belém procurou afastar da zona central da cidade os ares fétidos provocados pela emanação mal cheirosa do lixo urbano. No *Relatório Municipal* de 1903, o intendente Antonio Lemos compreendia que o sucesso da desodorização da cidade dependia de um esforço conjunto, sendo a higiene privada e pública fundamentais:

A higiene privada é, no entanto, a base da higiene pública. Os melhores auxiliares do poder, quanto ao asseio urbano, serão os próprios munícipes, quando se convencerem estes que a saúde depende em linha recta do asseio que observarem nas suas casas e do rigor com que forem aplicadas as medidas de limpeza prescritas pelos códigos modernos de hygiene.<sup>84</sup>

A estratégia higienista elegera o lixo ameaçador à saúde e à cidade. Para o higienista Américo de Campos, inspetor sanitário da Repartição de Higiene do estado, a “higiene” era uma ciência responsável por garantir a saúde e a vida, a fim de se evitarem as causas que perturbam “o equilíbrio do corpo organizado”<sup>85</sup> e que prejudicam a saúde pública, a qual devia ser regulada exclusivamente pelo poder público, sendo que “as condições boas ou mais do meio dependem diretamente da capacidade administrativa do executivo e da sabedoria do

<sup>83</sup> “Contra as epidemias”, in *Folha do Norte*. Belém, 2 nov., 1904; e “Saúde pública”, in *Folha do Norte*. Belém, 29 out., 1904.

<sup>84</sup> LEMOS, Antonio José de. *O município de Belém* (1903). Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. v. 2. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1904, p. 56. *Apud*. SARGES, Maria de Nazaré. “Belém: a urbe das riquezas”, in op. cit., 2000, p. 104-5.

<sup>85</sup> CAMPOS, Américo de. *Noções geraes de hygiene*. Belém: P. de Oliveira, 1912, p. 169.

legislador”<sup>86</sup> que, obedecendo os ensinamentos da “Higiene Moderna”, determinaria as noções gerais de higiene pública. No caso de Belém, o Código de Polícia Municipal, redigido pelo jurista Fulgêncio Firmino Simões, expressava os novos costumes e preceitos a serem obrigatoriamente observados pelo discurso de civilização e progresso republicano. Ora, para o intendente Antonio Lemos, os moradores de Belém também tinham responsabilidades no asseio urbano corroborando a tese do Dr. Américo de Campos. Esse imbróglio fez-se presente na revista de sucessos. Um *Popular* sente um cheiro desconfortável tomar conta da avenida República, a *Carapaná* e *Todos* tratam logo de tapar o nariz. O cheirinho desconfortável anunciava a presença do *Lixo*:

1º *Popular*, *olhando em torno*. – Que cheirinho!

*Carapaná*, *levando o lenço ao nariz*. – Que cheirete!

*Todos*, *tampando o nariz*. – Irra! o *Lixo*!

*Lixo*. – Sentem alguma coisa? Que caras, santo Deus! Eu não sinto mais nada. Acostumei-me a mim próprio.

*Carapaná*. – O que não impede que sejas repugnante. Vae-te embora, vae á creolina!

*Lixo*. – De quem a culpa? Da população. Quando vem as carroços da Limpesa, deixam-me na cozinha, na lata velha, a apodrecer. Depois de passadas as carroças, atiram-me para a rua, empestando os transeuntes. Eu até sou ceia de cachorro!

*Bubonica*, *aparecendo ao fundo, entre Ratos e Morganhos*. – E’s o meu melhor auxiliar!<sup>87</sup>

Observa-se neste diálogo que a presença do *Lixo* causava incômodo e desconforto. O 1º *Popular* e a *Carapaná* sentiram-se importunados com o odor por ele exalado. O odor preocupava a saúde coletiva e individual dos transeuntes da avenida República, a qual deveria ser a vitrine peremptoriamente limpa de Belém. A *Carapaná* até levava um lenço ao nariz para se proteger, enquanto *Todos* tapavam o nariz no intuito de evitar o cheirinho ou cheirete provocado pelo *Lixo*. Segundo as teorias médicas que estavam no cerne do debate em fins do século XIX e início do XX, principalmente a miasmática, defendia-se à idéia de que a doença se originava dos eflúvios perigosos e emanações do solo e do ar, pois os “maus ares” eram responsáveis pela transmissão de doenças.<sup>88</sup> Neste sentido, a preocupação com os miasmas do *Lixo* tinha sua razão, e também o odor pútrido incomodava a *Todos*. Não por menos, o *Lixo* notara a expressão de reprovação e, ainda, ironicamente, brincava com sua peculiaridade de exalar mau cheiro, como quem ficara surpreso diante da recepção de rejeição, pois já estava familiarizado com o odor inato. Além do mais, essa justificativa não agradara nem um pouco à *Carapaná*, já que não impedia o *Lixo* de ser considerado *persona non grato*, ou melhor,

<sup>86</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>87</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 13.

<sup>88</sup> SCLIAR, Moacyr. op. cit., 1998, p. 169, 181 e 241.

repugnante. A indignação moral dessa, expressada no tom imperativo afirmativo não deixava dúvidas do tamanho do desconforto; por isso o *Lixo* deveria ir embora e até tomar um bom banho de creolina para se limpar.

O discurso do *Lixo* de estar acostumado com o próprio cheiro e não senti-lo, pouco importava à *Carapaná*. Esse era repugnante e fora mandado embora, pois precisava mesmo era de creolina para desinfetar o “cheirete”, o que o deixou indignado com a receptividade dispensada, além de ser inclusive “ceia de cachorro” nas ruas. Por outro lado, o *Lixo* tem um discurso moralizador e repreende a crítica, quando utiliza o artifício da transferência de responsabilidades em relação ao odor inato que espalhava pela cidade, pois se eximia de qualquer culpa, sendo esta exclusivamente da população. A autodefesa tem sintonia com o discurso moralizador do poder público e da medicina social higienista, como frisei ainda há pouco através dos argumentos do intendente Antonio Lemos e do médico Américo de Campos. Segundo o *Lixo*, quando as carroças da limpeza pública passavam em frente às residências para recolher o lixo domiciliar, a população deixava-o na cozinha, apodrecendo numa lata velha. Ia ainda além ao mostrar-se indignado com a receptividade que teve, já que a população atirava-o na rua somente após as carroças da limpeza pública terem passado, infectando os transeuntes e sendo até “ceia de cachorro”.

Neste caso, o posicionamento literário de Marques de Carvalho sequer responsabiliza a intendência municipal quanto ao descaso com a limpeza urbana. Muito pelo contrário, uma vez que passava a impressão do serviço de limpeza ou coleta de lixo domiciliar ser ordeiro e eficiente, recaindo a culpa exclusivamente sobre os moradores, que só recolhiam os lixos domiciliares após as carroças passarem. A literatura enquanto missão difundia valores de higiene e isentava as instituições públicas. Afinal de contas, o palco assumira significado de tablado pedagógico no debate respeitante à higiene pública e privada. Portanto, para o literato, o problema estava na educação da população e não no recolhimento do lixo domiciliar, pois os moradores da cidade ainda não teriam assimilado a propalada civilização. Ora, as reclamações ao asseio da cidade eram freqüentes e, aparentemente, não tinham nada a ver com o discurso de civilização pois a higiene, como bem lembra o Dr. Américo de Campos, deveria garantir a saúde e a vida e não perturbar “o equilíbrio do corpo”, já que o *Lixo* representava um inimigo a ser combatido pelos *Populares* e, ao mesmo tempo, um aliado em potencial da *Bubonica*.

Neste sentido, o espaço organizado dependia da “capacidade administrativa” dos executivos e legisladores. Outrossim, o próprio Antonio Lemos entoava a propaganda de salubridade, pois a higiene privada era sim de responsabilidade dos munícipes, quanto ao

asseio público. De qualquer forma, Marques de Carvalho exime a intendência municipal de culpa e ainda critica, através do *Lixo*, os péssimos costumes e hábitos dos moradores de deixarem o *Lixo* apodrecer nas residências, como quem desejava ensinar o dever de casa à platéia. Pelo menos a *Bubonica*, os *Ratos* e *Morganhos* não se queixavam do mau cheiro. O *Lixo* enquanto voz malsoante não estava desamparado, o consolo vinha de uma voz ao fundo a bradar: “E’s o meu melhor auxiliar!”<sup>89</sup> Era a *Bubonica*, entre *Ratos* e *Morganhos*, a defender o *Lixo*, uma vez que a insalubridade subentendia a propagação de doenças, por tornar o ambiente fértil na proliferação dos *Ratos*, hospedeiro da *Bubonica*. Portanto o *Lixo* não estava ao ermo e ganhara companheiros importantes na cruzada pela insalubridade. O dever de casa fora bem respondido pelo 2º *Popular*, o qual concordava plenamente com o discurso moralizador do *Lixo*, corroborando a tese do literato sobre a idéia de aceitação do discurso moralizador, dizendo o 2º *Popular* ter o *Lixo* razão a respeito da culpa de estar vagando pela cidade, mas que não aceitava a sua presença nas ruas a propagar doenças. Tendo ainda o 2º *Popular* mandado o *Lixo* para o forno, sendo corrigido pela *Carapaná*, pois “não se diz mais forno do lixo: é usina de cremação”.<sup>90</sup> Assim, *Todos* concordavam que o *Lixo* deveria ser incinerado na usina. O preclaro médico Américo de Campos defendia que os destino dos materiais orgânicos e inorgânicos deveriam tomar:

O lixo nas ruas ou recebidos das casas particulares, assim como animais mortos encontrados nas vias publicas, tambem as carnes e generos deteriorados devem ser, sempre que possivel, incinerados em uma usina de cremação, como se pratica em Belém.<sup>91</sup>

A incineração do *Lixo* tinha grande serventia e propriedade, uma vez que a insalubridade, a acumulação dos detritos urbanos e domiciliares nas ruas e nas residências facilitaria a propagação de doenças e o crescimento vegetativo dos *Ratos*, que tinham no *Lixo*, o nicho alimentar necessário para procriarem. Recorrendo novamente ao Dr. Américo de Campos, a profilaxia da peste seria, num primeiro momento, de responsabilidade do poder público, que promoveria o isolamento dos doentes e a destruição dos germes, bem como o “ataque as pulgas e ratos, desinfecção rigorosa dos locais e notificação compulsória dos casos”;<sup>92</sup> num segundo momento, a obrigação dependeria dos moradores, sendo que a prevenção da saúde basear-se-ia na destruição dos roedores, bastando “não facultar alimentação alguma aos ratos, não deixando ao alcance deles vidualhas e restos de comida.”<sup>93</sup>

<sup>89</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 13.

<sup>90</sup> Id. Ibid., p. 14.

<sup>91</sup> CAMPOS, Américo de. op. cit., 1912, p. 179.

<sup>92</sup> Id. Ibid., p. 197.

<sup>93</sup> Id. Ibid. loc. cit.

Praticamente expulsos da avenida República pelos *Populares* e pela *Carapaná*, os quais impõem ao *Lixo* que vá para a usina, a *Bubonica*, os *Ratos* e *Morganhos* se retiram em solidariedade ao *Lixo* e, ao saírem, procuram fazer “evoluções macabras”.<sup>94</sup> Logo associavam-se esses gestos aos *Populares*, como responsáveis pelo zelo com a higiene da cidade, fazendo o literato incutir na platéia o pensamento de que a avenida República ficara salubre e higienizada dos odores fétidos, dando espaço a outros personagens. Neste sentido, após ouvir uma “philarmonica popular” aproximar-se, a *Carapaná* compreende que tudo estava divertido, entrando em cena:

(...) o *Club do Engrossa*, com o seu estandarte, vindo depois o *Presidente*, um homem com um grande quadro sem pintura, mas já emoldurado, o *Pintor do Club*, com a palheta e os pinceis, o *Orador Oficial*, carregado de *Mensagens*, etc.<sup>95</sup>

Muito educadamente, o *Presidente do Club* felicita os senhores com bom dia e lança uma pergunta vaga, querendo saber onde estavam as pessoas que procuravam. A *Carapaná* também desejava ouvir dos “ilustres foliões” quem eles procuravam. Logo o *Presidente do Club* responde que estava atrás d’*Os Homens-do-Dia*, pois o *Pintor do Club* iria retratá-los a óleo, daí o quadro encontrar-se emoldurado; ao *Orador Oficial* restou o discurso adequado a ocasião, uma vez que este gabava-se de ter o *Club do Engrossa* um inesgotável material (mensagens, necrológios, cartas, cartões, minutas, etc). Assim a presença d’*Os Homens-do-Dia* era imprescindível. A *Carapaná* e os *Populares* já estavam sem paciência e entediados com o *Club do Engrossa* (o *Presidente do Club* e, principalmente, com o *Orador Oficial*). Justamente no momento em que este proferia seu discurso: “Há momentos na vida do homem...” – interrompendo subitamente o *Orador Oficial*, a *Carapaná* expressa sem cerimônias o desconforto que sentia – “... Em que o silencio é mais eloquente do que as palavras’, ja sabemos”.<sup>96</sup> Assim, como os *Populares* já estavam impacientes, o *Club do Engrossa* se retira pela direita do Theatro Polytheama acompanhado da “philarmonica popular”. Cofiando o cavanhaque e arrumando os óculos, entra pelo lado oposto ao *Club do Engrossa* o *Dr. Sapiencia* reclamando de que o *Club do Engrossa* não lhe havia prestado homenagens e também da ausência de manifestações populares.

A *Carapaná* certamente não ficou nem um pouco animada com a presença do médico. Lembra o leitor quando entrou em cena a *Carapaná*? Fugia então dos lagos do Museu devido à campanha desenvolvida pelo *Dr. Sapiencia*. Pois bem, este desenvolvia

<sup>94</sup> Desde 1901, a cidade de Belém já gozava da Usina de Incineração de Lixo e Animais Mortos ou Usina de Cremação, sendo o secretário de Serviços Sanitários Otaviano Paiva, então responsável pela higiene da cidade.

<sup>95</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 14.

<sup>96</sup> Id. Ibid., p. 15.

campanhas de profilaxia contra a espécie das carapanãs e orientava os *Populares*, enquanto homem de ciência, através de artigos pela imprensa a combater a *Carapaná*, devido a espécie ser transmissora de doenças em potencial, segundo as modernas teorias sobre os mosquitos.<sup>97</sup> Portanto, quando questionado por um *Popular* sobre o porquê dos artigos, o médico assim afirmou do alto da “sabedoria”:

Dr. Sapiencia. – Por ser eu o Dr. Sapiencia, um luzeiro, um poço de erudição. Falo e escrevo perfeitamente o português, apesar de estrangeiro e não obstante opinião contrária do José Veríssimo. Vivo entre macacos, jacarés e tuyuyús, – mas tive a precaução de fazer por conta do erário ótimos châteaux para mim e meus auxiliares. (...). Sou pago muitíssimo bem, mas acho pouco. Mereço como ninguém uma pequena manifestação popular...<sup>98</sup>

Observa-se que o *Dr. Sapiencia* outorga-se o *status* social proferido pelo exercício da profissão médica, isto é, enquanto homem de ciência e formado no berço do racionalismo científico, ele tinha prestígio e formação acadêmica para escrever artigos científicos e fazer campanhas de profilaxia na imprensa, haja vista que se definia como “um luzeiro” e até como “um poço de erudição”. Portanto, o doutor achava-se na força do direito, mesmo sendo estrangeiro, para proceder na cidade. Assim, a erudição constituiria um elemento diferenciador e o definia enquanto médico ilustrado e, portanto, apto a ensinar aos moradores de Belém através de artigos científicos, a maneira correta de proceder no momento. Aldrin Figueiredo bem definiu esse aspecto erudito em Belém onde, no início do século XX, os esculápios da medicina buscavam constituir-se enquanto profissionais e “solidificar-se como ‘classe’ e ‘organismo social’”. Pelo menos era esse o principal interesse da agremiação profissional mais importante da época, a Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará, que, em 1901, lançava o jornal *Pará-Médico*.<sup>99</sup>

Portanto, o preclaro *Dr. Sapiencia* acha-se no direito da força de escrever, mesmo sendo estrangeiro, para proceder na cidade, apesar da opinião contrária do crítico literário José Veríssimo. Ironicamente, a *Carapaná* não hesitou em afirmar ao doutor, ou melhor, ao “guéla-larga”, que a ciência era mal compreendida no Pará. Atitude compreensível por parte da *Carapaná* a de incentivar o médico a deixar o Pará, pois na lógica dela, quanto mais longe estivesse o *Dr. Sapiencia* dos olhos da *Carapaná*, mais esta estaria a salvo, uma vez ser difícil tornar-se novamente alvo da campanha profilática do médico, assumidamente contrário à existência dessa espécie. Por outro lado, a incompreensão sugere a falta de apoio que os

<sup>97</sup> “A moderna theoria dos mosquitos (Anopheles) já é uma questão liquidada?”, in *Folha do Norte*. Belém, 16 jan., 1905.

<sup>98</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 16.

<sup>99</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. op. cit., 2003, p. 286.

médicos higienistas sofriam por parte das camadas populares e até mesmo as resistências à vacina. Portanto, a *Carapaná* sentiu-se aliviada quando recebeu a concordância do *Dr. Sapiencia*, que imediatamente resolvera ir ao Rio de Janeiro na esperança de mérito e reconhecimento por sua profissão, pois vivia entre “animais”, mesmo reconhecendo que era “muitíssimo bem” pago pelo governo, assim como seus auxiliares, a ponto de mandar fazer “ótimos châteaux”. Ainda assim achava pouco e demonstrava ter a ambição de querer mais e além de que não desfrutava de apoio popular, pois o “poço de erudição” almejava ter uma manifestação favorável ao exercício da medicina, nem que fosse na capital federal. Todavia, a *Carapaná* não perdeu a oportunidade de criticar o médico, uma vez que este se sentia desprestigiado de não ter o mérito reconhecido sequer por uma popularesca manifestação: “Então este guéla-larga ainda quer mais? Parece-se com as fornalhas do thesoiro nacional, no tempo do Murtinho!”.<sup>100</sup>

Peço licença aos leitores para escrever algumas linhas destinadas a elucidar a curiosa referência a Veríssimo e em relação ao controvertido literário entre João Marques de Carvalho e José Veríssimo. Em 1888, Marques de Carvalho publicara o primeiro romance citadino belenense – *Hortência*.<sup>101</sup> O fio condutor perpassa pelo determinismo do naturalismo científico, cânone literário abraçado e defendido pelo autor. *Hortência* narra a história de uma relação incestuosa entre os irmãos Lourenço e Hortência, sendo Miguel fruto dessa relação de amor. O romance destaca-se não só por ser o primeiro romance urbano naturalista da Amazônia sobre mulatos, pois o literato defende a malandragem e as aberrações sexuais como de inclinação de um tipo popular generalizado, com todas as peculiaridades do determinismo relacionado ao destino da personagem, que era providencial, mas também por percorrer o fugitivo cotidiano urbano, através dos hábitos, comportamentos e costumes de trabalhadores que se encontravam habitualmente nas ruas de Belém, ou melhor, nas linhas de *Hortência*, que percorre e narra a cidade com a acuidade transferida pelo literato.

O romance fora encarado como um escândalo aos valores morais do Império. Um dos maiores opositores ao cânone literário, o paraense José Veríssimo fora um crítico literário de acidez contundente ao estilo literário do naturalismo, não poupando *Hortência* da sua pena feroz, pois considerava-a má compreensão do Naturalismo no Brasil, e dizendo-se chocado com a escrita de João Marques de Carvalho, chegando a pôr a obra em nível de pornografia. Assim, no capítulo “O romance naturalista no Brasil” dedicado em parte a Marques de Carvalho, Veríssimo desterra o romance urbano *Hortência*. Tecera críticas à obra,

<sup>100</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 16.

<sup>101</sup> Id. *Hortência*. Pará: Livraria Moderna, 1888.



considerando-a um “sonho polucional”.<sup>102</sup> Cabe ressaltar que a polêmica, com valores morais, era uma característica de Marques de Carvalho na trajetória literária assumida. Em 1885, o conto “Que Bom Marido” – que retrata um adultério e a diferença de idade entre o casal – onde o marido não dava atenção à esposa justificando assim o adultério tivera recusada a publicação pelo *Diário de Belém*, “declarando-o imoral”, sendo publicado no dia seguinte por *A Província do Pará*.<sup>103</sup> Marques de Carvalho jamais perdoara as críticas literárias tecidas a sua obra e ao escritor naturalista “porta bandeira na Amazônia”, pois assim se assumia, em relação à crítica ácida de José Veríssimo ao romance *Hortência*. Ironicamente e de forma lasciva, ao publicar *Contos Paraenses*, escreve o conto “Alegria Gauleza”, dedicado a José Veríssimo.<sup>104</sup> Neste há o relato de um estrangeiro gaulês sobre seu casamento com uma mulata paraense, que o deixou para viver com um vaqueiro marajoara, levando-lhe ainda o dinheiro. O gaulês não se vingara e ainda mandou entregar os pertences da ex-mulher, que faleceu um ano depois. Curiosa a alteridade do gaulês a preterir da vingança e mandar ainda entregar as roupas íntimas da ex-mulher como se nada tivesse acontecido. Portanto, a passagem do diálogo em que o *Dr. Sapiencia* se defende da opinião contrária de José Veríssimo sobre a evidência de ser estrangeiro, significa mais uma resposta sutil de Marques de Carvalho ao seu maior crítico literário, pois o *Dr. Sapiencia* era igualmente estrangeiro e nessa seara literária, mais uma vez o literato não poupou o desafeto, tendo o agravo sido aplicado diretamente no palco do teatro.

Desculpem se me alonguei um pouco. Outrora, os discursos de progresso, civilização e modernidade eram frequentes nos personagens-sujeitos de Marques de Carvalho, por isso a memória da cidade de Belém encontra-se, de certa forma, no imaginário e na literatura de seus moradores. Desde o final do século XIX e início do XX, o discurso de “progresso” atingira a Amazônia, a “Paris dos Trópicos”; era a legitimação da modernidade para uma parcela social e política que usufruía as benevolências dos “novos” tempos. Riquezas provenientes da borracha e do sacrifício, na extração do látex, de trabalhadores que viviam em barracões, sendo explorados ainda mais pelo aviamento, sacrifício e intensa exploração que fez da elite paraense a camada social a desfrutar a cidade moderna ou a tão sonhada *belle époque*. Certamente que foi uma realidade para poucos, que usufruíram e vislumbraram uma civilização com requintes europeus: praças suntuosas, construções no estilo *art nouveau* e neoclássico, palacetes, bulevares, luz elétrica, rede de esgotos, bondes elétricos, etc. Por isso,

<sup>102</sup> VERÍSSIMO, José. “O romance naturalista no Brasil”, in *Estudos brasileiros*. 2ª série, 1889-93. Rio de Janeiro: Ledmmert, 1894, p. 1-44.

<sup>103</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1989, p. 19.

<sup>104</sup> Id. *Contos paraenses*. Pará: Tipografia dos Editores, 1889.

Marques de Carvalho se coloca como porta-voz desse discurso belepoqueano infundido no palco, o qual não deixa de ser legitimador por propagandear e coroar ícones da modernidade.

Atenta ao retinir da campainha do bonde elétrico que se aproximava, a *Carapaná* observara nos bastidores do Theatro Polytheama a entrada, na avenida República, de braços dados ao *Jornalista* a *Tracção Electrica*, uma bela “rapariga”. Esse trata logo de apresentar ao público a novidade que Belém tanto necessitaria, um símbolo da modernidade aos “concidadãos. Há muito que vos procuro, para oferecer-vos esta belleza!”. Justamente a *Tracção Electrica* pois, segundo o *Jornalista*, “esta adorável creatura é maravilhosa. Sabendo do atrazo em que jazemos, vem offerecer-se á população”.<sup>105</sup> Para a *Carapaná*, a *Tracção Electrica* realmente era uma “bonita rapariga”, e o *Jornalista* assumira a responsabilidade do discurso belepoqueano, pois antecipava à platéia a presença do tão almejado sistema de viação urbana elétrico, apresentando ao público a *Tracção Electrica*. Diga-se de passagem, que, em 1904, os bondes ainda eram puxados por mulas. Por outro lado, a *Carapaná* tratara logo de acusar o *Jornalista* de praticar um comércio proibido, pois estaria infringindo o Código Penal. Entretanto, a *Tracção Electrica* procurou imediatamente interrompê-lo:

Tracção Electrica. – Nada há de occulto ou criminoso no seu acto. O *Jornalista* conhece os meus dotes, várias vezes tem-me experimentado em outros centros civilizados, julgando-me sempre de grande utilidade. Faz, pois, o meu preconicio. Ando constantemente com o varão no ar e por elle recebo a força, a vencedora força, que me impulsiona.<sup>106</sup>

A *Carapaná* provavelmente estava embebida da leitura do Código Penal, pois o comércio ilegal, ao qual se referia era o cafetismo, por ser proibido no Brasil. Contudo, o *Jornalista* defende-se da acusação, pois “Qual o cafetismo, nem meio cafetismo. Trata-se apenas de utilizar esta moça, que é a *Tracção Electrica*, em nosso atrazadissimo serviço de viação urbana”.<sup>107</sup> A *Tracção Electrica* (leia-se bonde elétrico) utiliza-se dos discursos dos relatórios da intendência de Belém, que advogava a causa do progresso à frente da cidade, tecendo loas à energia elétrica enquanto “systema triumphante”, conforme o “Progresso disse n’um dos seus Relatorios”.<sup>108</sup> Portanto, pela primeira vez, Marques de Carvalho dá uma pista concreta sobre quem representava o *Progresso*, o qual significava tratar-se do próprio intendente Antonio José de Lemos. Embora a *Carapaná* admitisse esse discurso da modernidade, pois reconhecia a necessidade de um moderno sistema de viação tão comum em algumas cidades brasileiras do final do século XIX e início do XX, como Rio de Janeiro,

<sup>105</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 17.

<sup>106</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>107</sup> Id. Ibid., p. 18.

<sup>108</sup> Id. Ibid. loc. cit.

Belém, Amazonas, São Paulo, Recife e Santos, entre outras, também advertia a *Carapaná* sobre os riscos que os bondes elétricos representavam no meio urbano,<sup>109</sup> pois a *Tracção Electrica* deveria assumir o “compromisso de não esmagar muita gente”.<sup>110</sup> Além do mais, a defesa proferida ao *Jornalista*, refere-se aos “dotes” experimentados pelos usuários em outros “centros urbanos”. Anunciando desta forma que o bonde era movido pela “vencedora força”, isto é, a substituição dos bondes puxados por mulas, cederia lugar aos bondes elétricos, em função da modernidade anunciar a energia como a força vencedora. Assim, a *Tracção Electrica* procurava entoar ao *Povo*, que a aplaudia entusiasmada, a loas da modernidade, pedindo a este que escutasse atentamente:

Da electricidade a força  
 Quem uma vez já provou,  
 De tudo por ella esquece:  
 Irresistível eu sou!

Sou fresca e nova,  
 Caminho lesto.  
 Quem d'isto prova,  
 Despreza o resto.

Ouvi meus rogos, gosae-me,  
 Vós todos que me escutaes,  
 Quem já andou no bond electrico,  
 De nenhum outro quer mais.

Sou fresca e nova, etc.<sup>111</sup>

Outrossim, a *Tracção Electrica* transferia a decisão de seu usufruto aos *Populares*, já que, quando estes a quisessem, bastar-lhes-ia chamá-la, colocando-se como uma força irresistível, novidade propagandeada aos quatro cantos pela modernidade, pois poderia ser usada haja vista que andar de bonde elétrico criava expectativas ansiosas na boca miúda de quem jamais tinha experimentado. Notadamente, Marques de Carvalho participa da campanha pela implantação da eletricidade em Belém. Segundo Fernando Pinho, somente após a participação, em 1905, da empresa londrina *The Pará Electric Railways and Lighting Company Limited*, é “que se observa um movimento efetivo em direção à concretização do sonho lemista”,<sup>112</sup> isto é, a implantação da eletrificação da viação urbana, sendo os trabalhos

<sup>109</sup> PINHO, Fernando Augusto Souza. “O lado oculto das festas: os elétricos também matam!”, in *Festas, inaugurações e decepções: a implantação dos bondes elétricos em Belém*. Monografia (Especialização em História da Amazônia). Belém: UFPA, Laboratório de História, 2001., p. 41-50. A eletricidade enquanto “systema triunfante” do progresso tem na sua história uma vertente oculta, pois se consolidou diante de mortes e acidentes, como bem analisou Fernando Pinho.

<sup>110</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 18.

<sup>111</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>112</sup> PINHO, Fernando Augusto Souza. “Lemos prepara a cidade para os bondes elétricos”, in op. cit., 2001, p. 20-6.

iniciados somente em 15 de agosto de 1906.<sup>113</sup> Prontamente, assumindo o discurso da *Tracção Electrica*, de uma modernidade “fresca”, “nova”, “limpa” e “irresistível”, um *Popular* sai em defesa da implantação dos bondes elétricos: “pois tratemos de o convencer das vantagens do moderno. Vamos rapaziada!”<sup>114</sup> Portanto, o literato procurava construir esse consenso de inevitabilidade das vantagens do moderno, costurando o apoio necessário para o correligionário intendente Antonio Lemos.

Após os *Populares* e a *Tracção Electrica* saírem de cena, o *Jornalista* prudentemente e seguro em sua fala, defendia que moderno era o grupo que estava se aproximando. Por grupo moderno tratava-se da *Borracha*, do *Homem do Sindicato* e do *Sernamby*. Aquela bracejava ao entrar em cena diante dos afagos interesseiros desse, além dos “beliscões” do *Sernamby* que incomodavam a *Borracha*, a qual pedia que a deixassem em paz. A *Borracha* suspeitava do *Homem do Sindicato* e do *Sernamby* (borracha de qualidade inferior), tratando de desprezar “as caricias interesseiras de um, como os desdens invejosos do outro”.<sup>115</sup> Logo, o *Homem do Sindicato* representava o monopólio, enquanto que o *Sernamby* procurava baixar o valor comercial da *Borracha*, já que esse era “o fél traiçoeiro da serpente a rastejar no pául. Vales apenas dez tostões, enquanto eu sou cotada a 5 e 6 mil réis”.<sup>116</sup> Embora o *Jornalista* cortejasse a *Borracha*, dizendo que esta “merecia muito mais”, a *Carapaná* ávida e curiosa queria saber mais sobre a *Borracha*, tendo a seguinte resposta:

Sou a Borracha, a gomma valiosa,  
Feita de leite puro e sem igual.  
De longes terras venho donairoza  
Suplantando este misero rival.  
(*Designa Sernamby*)

Desço das selvas, desço das florestas  
Do amazonas immenso e o coração  
Sinto ainda o echoar o som das festas  
Que o Acre faz na sua redempção!

Ao velho mundo vou levar a fama  
Dos seringaes d’aquelle céu de anil.  
Terra de heróes, ah! dize quem não te ama!  
Quem te ama, esplendido Brazil!  
(*Todos applaudem*)

<sup>113</sup> Id. “Nesta terra as coisas não se dão como em outros lugares”, in op. cit., 2001, p. 27.

<sup>114</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 19.

<sup>115</sup> Id. Ibid., p. 20.

<sup>116</sup> Id. Ibid. loc. cit. A partir de 1910, o artigo lucrativo da borracha começara a ser preterido pela produção das ilhas de possessões inglesas e holandesas na Ásia, tais como, Malásia, Ceilão, Java e Sumatra, que desarticulava a economia de Belém, caracterizando o sepultamento da “Belém da Belle Époque”, que nas palavras do memorialista Octávio Meira se referia ao fim dos “dias felizes” da *belle époque*, os quais “nunca mais voltariam”. Cf. MEIRA, Octávio. op. cit., 1975, p. 19; e WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

Vozes. – Vivam os acreanos! Viva!<sup>117</sup>

A apresentação da *Borracha*, muito mais que um canto soberbo e brioso, enaltece o valor da goma branca que impulsionou o comércio mundial, até mesmo a partir da desqualificação do *Sernamby*, já que essa era inigualável enquanto matéria-prima de comercialização.<sup>118</sup> A *Borracha* vinha das selvas longínquas do Acre, navegava pelo rio Amazonas, o coração da floresta, e podia sentir até mesmo as festas realizadas nos barracões de seringueiros. O júbilo da *Borracha* deixava palacetes suntuosos nas cidades e ressignificação do espaço urbano. Tempos de *belle époque*? Afamada no mundo graças ao artigo valioso da seringueira, que orgulhava principalmente os seringueiros, comerciantes, políticos e empresários gananciosos por riquezas. Estes sim amavam o “esplendido Brazil” pintado por Marques de Carvalho. No diálogo entre a *Carapaná*, a *Borracha* e o *Jornalista* observa-se a industrialização dessa matéria-prima (a borracha), ou melhor, o principal artigo econômico de exportação do Pará, Amazonas e Acre.<sup>119</sup> Enquanto matéria-prima teve grande aceitação no comércio e na indústria mundial, pois era aplicada na confecção de diversos produtos, tais como: chupetas, bicos de mamadeiras, bonecos, balões, botões, películas transparentes, cabacinhas, seringas, mangueiras, tubos de irrigação, contas, pentes, elásticos, capas impermeáveis, canetas, tapetes, pneus, enfim uma variedade de produtos manufaturados.

A *Carapaná* ainda pergunta à *Borracha* qual o desejo do *Homem do Sindicato* e do *Sernamby*. A *Borracha* sabia muito bem sua importância e também sua impotência diante do *Homem do Sindicato* e do *Sernamby*, que desejavam aviltá-la através do monopólio. O vaidoso *Sernamby* não concordava com a *Borracha* pois achava que ela estaria mentindo uma vez que, mesmo sendo “feio e sujo”, ainda assim teria serventia. Quanto ao *Homem do Sindicato*, defendia-se da acusação com o argumento de que a *Borracha* exagerava, pois sua proposta era simples; ele só queria “circumscrever-lhe a circulação, para torná-la mais valiosa”.<sup>120</sup> Logo, se a *Borracha* entrasse para o sindicato, ela seria “bem tratada”. Outrossim, a *Borracha* recusa essa proposta, pois preferia “continuar a ser um gênero livre”.<sup>121</sup> A cena

<sup>117</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 20.

<sup>118</sup> Segundo Márcio Souza, os “seringais da Amazônia eram chamados de ‘nativos’ e produziam borrachas de qualidade variada. Alguns seringueiros, ambicionando um melhor preço, adicionavam impurezas ao produto. A borracha era vendida por quilo e essa prática era largamente utilizada”. Cf. SOUZA, Márcio. “1ª Parte: novembro de 1897 a novembro de 1898”, in Galvez, *Imperador do Acre*. São Paulo: Circulo do Livro. s.d, p. 50.

<sup>119</sup> Cf. SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800/1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus – 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999; e SARGES, Maria de Nazaré. op. cit., 2000.

<sup>120</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 22.

<sup>121</sup> Id. Ibid. loc. cit.

fica mais tensa quando o *Jornalista*, enquanto sentinela da imprensa, procura aregoar a idéia de defensor dos “constrangidos” e exige do *Homem do Sindicato*, que deixe a “Borracha em paz”. Este não ficou nada contente com a intervenção do *Jornalista* uma vez que se julgava no direito de comercializar a *Borracha*, restando-lhe dessa forma “esmurrar os importunos”. Em seguida, “Saca do bolso uma luva de ferro, avança para *Jornalista*, que foge a correr”.<sup>122</sup> Uma grande confusão instala-se em cena, com muitos curiosos, que acompanhavam a saída do *Sernamby* e dos brigões enquanto a *Borracha* saía pelo lado oposto.

Para acalmar a tensão na avenida República, Marques de Carvalho coloca em cena um porta-voz “Meus amigos! Uma boa notícia. Falei a um banqueiro inglês sobre o empréstimo”.<sup>123</sup> Exatamente o *Bóro*, com sua pressa habitual de entrar e sair de cena, mas não sem antes, é claro, confirmar que o *Banqueiro Inglês* havia aceitado fazer o empréstimo e que o *Bóro* iria apresentá-lo ao *Progresso*. Enquanto o encontro do *Progresso* e do *Banqueiro Inglês* não ocorria, um outro aspecto de Belém enfatizado na “revista de sucessos paraenses”, diz respeito ao som dos pandeiros, guizos e foliões mascarados. Por isso entra triunfante o *Carnaval* e se põe a cantar:

Não valem brigas!  
Toca a folgar!  
A vida é um sonho  
E bem medonho  
E’ o despertar

Vinde comigo  
A’ reinação.  
Deixemos tudo  
Pela do entrudo  
Compensação.

Todos

Não valem brigas!  
Toca a folgar!  
A vida é um sonho  
E bem medonho  
E’ o despertar!<sup>124</sup>

Em Belém do Pará, a velocidade das riquezas que produziram a *belle époque* inaugurou modernidades – a cidade dos sonhos, projetada como modelo de civilização nos trópicos.<sup>125</sup> Portanto, para as elites locais, a cidade apresentava-se como o território privilegiado da utopia, que expressaria um modelo espacial, social e cultural da modernidade

<sup>122</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>123</sup> Id. Ibid., p. 23.

<sup>124</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>125</sup> SARGES, Maria de Nazaré. op. cit., 1999, p. 54.

através da urbanização e da criação de novos espaços de sociabilidade. As estações carnavalescas estavam hierarquizadas; de um lado havia o carnaval de clubes, com fantasias e bailes de máscaras, do outro o carnaval de rua. Segundo Rachel Soihet, este universo carnavalesco estava “calcado na razão e na ciência, as crenças e práticas populares constituíam-se em manifestações de atraso e ignorância representativas de um mundo em extinção, não se alinhavam com os valores da modernidade e deviam ser expurgadas”.<sup>126</sup> Neste universo social, repousava a preocupação de Marques de Carvalho. O carnaval de rua caracterizava-se pela improvisação de blocos de foliões, que seguiam as bandinhas ao som de marchinhas carnavalescas. Para Nazaré Sarges, “esse Carnaval das ruas, por gerar uma série de conflitos, passou a preocupar a intendência”<sup>127</sup> que o havia ignorado nos primeiros anos do século XX. Por isso, observa-se o apelo moralizador do *Carnaval* de condenar brigas, como a do *Jornalista* e do *Homem do Sindicato*, conclamando o “povo” a se divertir em harmonia.

Ao mesmo tempo a vida de sonhos e sem conflitos que o *Carnaval* cantava estava longe das realidades possíveis, pois Marques de Carvalho não esquece que o despertar desse sonho poderia ser “medonho” exemplo justificado pela degradação das condições sanitárias e a propagação da peste bubônica e da febre amarela que atingiram novamente Belém em 1904. Por isso a *Carapaná* concordava com a música cantada pelo *Carnaval*, mas tinha dúvidas quanto ao espaço de lazer na cidade onde se realizaria a festa. A intervenção da intendência no carnaval das ruas consistiu em transferir as festas populares para o Largo de Nazareth, passando este a ser acompanhado através da vigília da polícia municipal, que tinha o caráter de transformar o carnaval de rua numa manifestação “ordeira” e “civilizada”. Uma vez fraturada a paisagem urbana, onde a urbe passa a sofrer intervenção, torna-se necessário ao literato expressar a concepção de natureza urbanizada e higienizada. Para Françoise Choay, a criação de novos espaços refletia “a uma exigência de higiene”.<sup>128</sup> Assim, o próprio modelo de *urbe* iria contrapor-se à idéia de Alberto Rangel sobre o “inferno verde”.<sup>129</sup> Em outras

<sup>126</sup> SOIHET, Rachel. “Festa da Penha: resistência e interpenetração cultural (1890-1920)”, in CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT, 2002, p. 344.

<sup>127</sup> SARGES, Maria de Nazaré. “Administrando a cidade e construindo a memória”, in *Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos (1969-1973)*. Belém: Paka-Tatu, 2004, p. 151.

<sup>128</sup> CHOAY, Françoise. “A natureza urbanizada: a invenção dos ‘espaços verdes’”, in *Projeto História: Espaço e cultura*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº. 18. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Maio/1999, p. 104.

<sup>129</sup> RANGEL, Alberto. *Inferno verde: cenas e cenários do amazonas*. Gênova: S. A. I. Cichés Celluloide Bocigalupe, 1908, p. 10. No preâmbulo da obra de Alberto Rangel, Euclides da Cunha define a Amazônia como “a última página, ainda a escrever-se do Gênesis”, um verdadeiro “descuido singular da natureza”, pois era composta de uma comunidade monstruosa, sem órgãos perfeitos. Este pensamento cientificista denota a tese de uma região à margem da história. Por isso, as observações ou verdades positivas de Euclides da Cunha extraídas da viagem a Amazônia, em 1904, ou melhor, ao “paraíso perdido”, procuram ressaltar uma “terra sem história”.

palavras, saindo do alçapão do Teatro Polytheama comparece a *Praça Baptista Campos* e, num tom imperativo e afirmativo, após ser reinaugurada, impõe-se encantadora como a “obra-prima do Progresso”:

Estou bella, encantadora!  
Cheirosa, dominadora,  
Não receio uma rival.  
Com esmero preparada,  
Sou a flor mais delicada  
Do horto municipal!

Eia! a caminho!  
Vinde gosar  
Do meu carinho!  
Vamos folgar!

Riachos, pontes, cascatas,  
E passarinhos das mattas  
Eu possúo em profusão.  
Aos fatigados dou sombra,  
Da relva a macia alfombra,  
Ao pé d’um caramanchão!<sup>130</sup>

A arborização da cidade estava sob a responsabilidade de Eduardo Hass, diretor do Serviço dos Bosques, Jardins e Hortos Municipais, uma vez que a concepção de natureza urbanizada estava diretamente relacionada à salubridade de Belém. Os adjetivos enaltecedores na primeira estrofe (bela, encantadora, cheirosa, dominadora e delicada) reforça a invenção de espaços verdes para o lazer social, incutidos após a reinauguração da *Praça Baptista Campos*, e que vêm ao encontro da criação de núcleos oportunos e artificialmente naturais no centro de Belém. Para Françoise Choay, a criação de espaços verdes, em especial das praças modernas, significava um “complemento privado de um urbanismo residencial original: só os habitantes dos edifícios que cercavam seus quatro lados possuíam a chave e o prazer”.<sup>131</sup> Realmente, uma “obra-prima do Progresso”, com seu apanágio peculiar ao passeio aberto; a partir do modelo francês de Georges Eugène (1809-1891), o Barão de Haussmann, reelaborado por Eduardo Hass, nota-se a complexidade da praça, com seus riachos, pontes e cascatas, em harmonia com a fauna e a flora abundante de mangueiras opulentas e campos verdejantes. Lugar onde os “fatigados” poderiam desfrutar do descanso sob a sombra das copas das mangueiras e se proteger do sol. Por isso a *Praça Baptista Campos* era a menina dos olhos, ou melhor, a “obra prima do Progresso” e a “flor mais delicada” de Marques de

<sup>130</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 24. Há uma explicação de Marques de Carvalho, em nota de rodapé, pois: “Em virtude de exigencias scenicas, estes versos foram suprimidos durante as representações na temporada theatral de 1904, no Polytheama”.

<sup>131</sup> CHOAY, Françoise. op. cit., Maio/1999, p. 104.



Carvalho onde, segundo o *Bóro* encontrar-se-iam “surpresas deliciosas. O Jayme Abreu e o Antonio de Carvalho phantasiados de toireiros; o Santoro de figura de réclame de chappellaria; o Fraga de carapicú, etc.”<sup>132</sup>

A reinauguração da *Praça Baptista Campos* expressava uma exigência higienizadora, pois inseria-se no debate da urbanização do centro da cidade, que precisava de um espaço encantador no oferecimento de lazer aos moradores. Assim, a *Carapaná* instigava que *Todos* deveriam ir à *Praça Baptista Campos* e, por conseguinte, ao baile do cassino. Ao som do maxixe, a *Carapaná*, a *Praça Baptista Campos*, o *Bóro* e o *Carnaval* retiram-se de cena quando, ao fundo do Theatro Polytheama surgem, também dançando o maxixe, a *Bubonica*, os *Ratos* e os *Morganhos* demonstrando satisfação. Portanto, para a *Bubonica* “Optimo! Vae tudo ás mil maravilhas! Divirtam-se, façam excessos. Não os deixaremos.”<sup>133</sup> Assim a *Bubonica* retira-se em direção ao cassino ao som do maxixe, sempre espreitando o movimento dos transeuntes e esperando melhor oportunidade para deflagrar a epidemia da peste. Este diálogo diz respeito ao sucesso que a epidemia da peste vinha adquirindo, grassando a cidade e cravando a morte nas famílias. Finalmente a profecia concretizava-se: “pobres” e “reis” estavam sendo enlutados, a alegria cedia espaço ao choro. Mas Marques de Carvalho, logo, logo, apresentaria à platéia o desenlace desse problema. Curiosa essa imagem da doença a espreitar o movimento dos moradores.

O literato, nesse quadro, apesar de apresentar a *Bubonica* em plena avenida República, preocupa-se mais em defender a modernidade enquanto síntese dos olhares e diferenças apontadas na cidade. Ainda assim, a doença coloca-se como ameaçadora a essa ordem moderna pois, justamente por espreitar e acompanhar os transeuntes na avenida República, fica de sentinela ao primeiro sinal de insegurança ou falta de salubridade. Como fora o caso da presença do *Lixo* que tanto incomodara por significar uma ameaça real de proliferação de epidemias em decorrência da insalubridade e dos ares fétidos miasmáticos a espalhar-se por Belém. Entretanto, esforçava-se o literato em apresentar símbolos da modernidade sempre limpos, fortes, belos, encantadores, na construção do ideal de cidade salubre. Imagem-diagnóstico comum nas concepções da medicina social.

---

<sup>132</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 25. O tenente-coronel Antonio Marques de Carvalho era irmão de João Marques de Carvalho. Deputado estadual, correligionário do *Partido Republicano Paraense* e um lealista de ponta a figurar nas decisões políticas no governo de Augusto Montenegro.

<sup>133</sup> Id. Ibid. loc. cit.

## 1.2 – No *Palacio do Progresso. Salão: eldorado de alegorias.*

Quem viaja sem saber o que esperar da cidade que encontrará ao final do caminho, pergunta-se como será o palácio real, a caserna, o moinho, o teatro, o bazar. Em cada cidade do império, os edifícios são diferentes e dispostos de maneiras diversas: mas, assim que o estrangeiro chega à cidade desconhecida e lança o olhar em meio às cúpulas (..) logo distingue quais são os palácios dos príncipes, quais são os templos dos grandes sacerdotes, a taberna, a prisão, a zona. Assim – dizem alguns – confirma-se a hipótese de que cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma, preenchida pelas cidades particulares.

Italo Calvino, *Le città invisibili*, 1972.<sup>134</sup>

Após a mutação, o cenário da representação ou quadro da peça também se modifica. A avenida República cede espaço ao salão do *Palacio do Progresso*, digo, o Palácio da Intendência Municipal de Belém.<sup>135</sup> Os olhares e diferenças sobre os aspectos, sinais e significados da cidade foram substituídos, em parte, pelo eldorado das alegorias, no sentido do *Palacio do Progresso* significar o espaço de debates e negociações acaloradas por tensões, concessões e arranjos políticos, onde figuravam os interesses da comuna, ou melhor, das elites políticas: seringalistas, proprietários de terras, comerciantes, políticos, intendentes coronéis do interior do estado. Além é claro, da participação de trabalhadores urbanos organizados em associações.<sup>136</sup> O silêncio que precede o esporro é quebrado por *Uma Voz* dentro do *Palacio do Progresso* a bradar o nome do *Progresso* enquanto este adentrava o palco, ou melhor, o salão do palácio acompanhado da *Carapaná*, a qual avistara a aproximação do *Banqueiro Inglez*. Por conseguinte, o próprio *Progresso* ou o intendente Antonio Lemos estava bastante confiante e esperava ter sucesso na realização do empréstimo, tratando logo de avisar a *Carapaná* que o *Banqueiro Inglez* fizera exigências “ferozes”, mas ainda assim, tinha fé em sua “estrella”. A negociação fora tensa. Com roupas brancas, sotaque estrangeiro e português rasteiro, o *Banqueiro Inglez* deixara bem clara sua irredutibilidade em realizar qualquer empréstimo, em função do *Progresso* não ter concordado com as suas exigências (garantias):

Banqueiro inglez, *vestido de branco dos pés á cabeça*. – Bom dia, mister Progresso! Eu vem diz a vosmecê não cede um linha.

Progresso. – N’este caso, nada faremos. Suas pretensões são desarrazoadas. Attendel-as seria de minha parte uma falta de patriotismo.

<sup>134</sup> CALVINO, Italo. “As cidades e os símbolos”, in *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 34.

<sup>135</sup> O Quadro 2º, *No Palacio do Progresso. Salão*, foi escrito em três cenas, participando 12 personagens-sujeitos: a *Bubonica*, o *Banqueiro Inglez*, o *Bóro*, a *Carapaná*, um *Sujeito com ares de Gatuno*, o *Dr. Defluxo*, o *Dr. Siranda*, o *Dr. Tartina*, o *Progresso*, os *Morganhos*, os *Ratos* e *Uma Voz*.

<sup>136</sup> SARGES, Maria de Nazaré. FONTES, Edilza Joana de Oliveira e NEVES, Fernando Arthur de Freitas. op. cit., 2003, p. 9-12.

Banqueiro inglez. – Mim desconhecer tal sentimento quando faz negocio. Inglaterra não ganhar pouco, ganhar sempre seguro...<sup>137</sup>

Diante da atitude do *Banqueiro Inglez* em não aceitar ceder a possíveis alterações em relação à garantia do empréstimo empenhada pelo *Progresso*, este evocava o patriotismo nacional para sustentar o discurso [de defesa patriótica], diante do *Banqueiro* e também para desqualificá-lo. O intendente julgara as exigências do *Banqueiro Inglez* como desprovidas de razão. O *Banqueiro* não se comovera nem um pouco, já que estava mais interessado em obter garantias fortes à Inglaterra, uma vez que garantias frágeis colocariam em risco o capital britânico. Zombeteiramente, para demonstrar segurança, a *Carapaná* sugere ao *Banqueiro Inglez* uma “ferroada no bife”, para provar que não havia fistulas. Interrompendo a breve conversa fiada desses, o *Progresso* demonstra toda sua irritação e alteridade política com o *Banqueiro Inglez*: “Eu é que não lhe aceito as imposições. (*Levantando-se*) Passe bem!”<sup>138</sup> O *Banqueiro Inglez* faz referência à firmeza do *Progresso*, mantendo o respeito, já que o nacionalismo “brasileiro muito teso” demonstrava coragem ao tratar de negócios. A própria *Carapaná* procurava reforçar essa visão nacionalista de Marques de Carvalho, generalizando-a como se fosse uma qualidade inata dos brasileiros. No momento em que o *Banqueiro Inglez* se retira do salão do *Palacio do Progresso* e observando que a transação do empréstimo não obtivera êxito, das cadeiras do salão o *Bóro* grita ao *Progresso* para não se afligir, pois daria um jeito de arrumar a garantia do empréstimo, através de uma “carta do Amorim, do Pereira Dias e de outros banqueiros paraenses!”<sup>139</sup>

Em 1904 as epidemias grassaram Belém vitimando 19 pessoas de peste bubônica, 28 de lepra, 229 de varíola, 188 de febre amarela e 318 de tuberculose.<sup>140</sup> Marques de Carvalho era diretor e redator da gazeta *A Província do Pará* de propriedade do intendente Antonio Lemos, além de ter sido secretário municipal. Tinha larga experiência na burocracia administrativa e consciência do quanto a intendência municipal assim como o governo estadual precisavam de recursos para combater as epidemias no Pará e, também, para dar continuidade ao projeto de urbanização da capital. Daí ser um dos maiores defensores da dobradinha política Lemos-Montenegro. Cabe lembrar novamente que essa urbanização de Belém estava contextualizada na prática de desinfecção e medicalização do espaço social, que foi outorgada aos médicos higienistas e/ou sanitaristas. Assim, a higienização da cidade não

<sup>137</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 27.

<sup>138</sup> Id. Ibid., p. 28.

<sup>139</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>140</sup> LEMOS, Antonio José de. *O município de Belém* (1905). Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. v. 4. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1906, p. 79.

nasceu do nada; muito pelo contrário, ela resultou de um amplo debate político e higienista. O período em que o senador Antônio José de Lemos (1897-1911) esteve à frente da intendência municipal de Belém possibilitou a constituição de um grupo político presente em diversos segmentos da política paraense, inclusive no governo do estado e outros municípios e, principalmente, o discurso e a prática higienizadora do intendente, do governador e médicos sobre a cidade e também de seus moradores, alicerçados na reelaboração dos preceitos de saúde urbana da medicina social, como a higienização da *urbe* e implantação de um código de postura.<sup>141</sup>

Portanto, no salão do *Palacio do Progresso*, Marques de Carvalho apresenta de maneira bem apropriada sua visão governista-lemista, mostrando ao público que assistiram à peça os ilustres prisioneiros da medicina social, a saber: a *Bubonica*, os *Ratos* e *Morganhos*. Ora, apresentar os prisioneiros no *Palacio do Progresso* significava coroar as ações higienizadoras de combates às epidemias por parte do *Progresso* e dos médicos; assim a platéia identificaria os esforços alegóricos da medicina social na cura da cidade doente. Em seguida, o *Dr. Siranda* faz uma revelação grave ao público presente, pois suas suspeitas haviam sido confirmadas, isto é, a epidemia de peste bubônica já grassava em Belém. Ao lado do doutor encontrava-se prisioneira a *Bubonica* demonstrando sinais de pavor e admiração. A notícia causara surpresa, pois o *Progresso* queria saber se era possível essa suspeita, enquanto que a *Carapaná* argüia sobre se ela poderia ficar pestífera. Para esclarecer as dúvidas, o *Dr. Siranda* confirmava não haver equívoco em sua fala, pois seu auxiliar, o italiano *Dr. Tartina*, havia realizado exames clínicos através do microscópio e confirmara a presença da peste.<sup>142</sup> Por conseguinte, os *Drs. Defluxo* e *Tartina* têm uma breve divergência quando a *Carapaná* pergunta ao *Dr. Defluxo* se a peste não seria uma troca de nomes, evidenciando distintas concepções de práticas médicas respeitantes ao exame e diagnóstico de doenças.

Siranda. – O meu illustrado auxiliar dr. Tartina acaba de examinal-a ao microscopio. Não há equívoco.

Carapaná, a *Dr. Defluxo*. – Mas isso de peste não será nome trocado, doutor?

*Dr. Defluxo*. – E', sim. Eu até conheço-a pelo fáceis.

*Tartina, com accentuação italiana*. – E' impossibile senza microscópio.<sup>143</sup>

<sup>141</sup> AMARAL, Alexandre Souza. “A moderna ciência: alicerce do poder”, in *A cidade de Belém: saúde, higiene e medicalização urbana (1905 a 1909)*. Belém, 2002. Monografia (Graduação em História). Belém: UFPA, Laboratório de História, p. 13.

<sup>142</sup> O *Dr. Siranda* é uma alusão ao Dr. Francisco da Silva Miranda, então diretor do Serviço Sanitário do Estado e, também, da Escola de Farmácia e do hospital da Santa Casa de Misericórdia. Enquanto o auxiliar *Dr. Tartina* tratava-se do Dr. Jeronymo Martina Gesteira, então diretor do Laboratório de Higiene do município de Belém.

<sup>143</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 29.

Nota-se a discussão entre os homens de ciência a respeito da observação e da experimentação era dicotômica, seja a partir do olhar do *Dr. Defluxo*, que dizia reconhecer a peste na face de um doente, método hipocrático de diagnóstico desprovido de experimentação e tão somente da observação, ou então do *Dr. Tartina*, que fazia exames e experimentações a partir do microscópio, instrumento que possibilitou uma revolução para a medicina e freqüentemente utilizado por microbiologistas. Por isso foi o método pasteuriano da moderna bacteriologia, que se difundira rapidamente na prática médica, que possibilitou ao *Dr. Tartina* alterar a tese do *Dr. Defluxo* pois, segundo ele, era impossível saber se um doente tinha ou não a peste sem ter passado por um exame com o aparelho, isto é, para um diagnóstico confiável era preciso um exame microscópico, instrumento seguro por permitir visualizar as bactérias em forma de bacilos que provocavam a peste (bactéria *Yersinia pestis*). Logo mais retornarei a esta questão, pois bem lembra o velho e bom Joaquim Maria: “Olhe, se não tem pressa conto-lhe uma cousa interessante”.<sup>144</sup> Por mais importante que fosse à medicina esse tipo de debate, não agradou nem um pouco ao *Progresso*, pois a situação da saúde era delicada, ainda mais com a confirmação da peste bubônica na cidade, e não havia tempo para “discussões inúteis”. Logo, o *Progresso* concedera aos doutores carta branca para tomarem todas as medidas científicas necessárias:

(...) Não é a hora oportuna para discussões inúteis. Tomem-se quanto antes todas as medidas científicas. Segundo soube do proprio chefe do Estado, o thesoiro publico está ao serviço da saúde da população. O governador ha de vencer a peste (*Ao povo*). Havemos de vencel-a!<sup>145</sup>

As discussões não eram tão inúteis como quer fazer crer o *Progresso*; mais adiante retomo esta polêmica entre os homens de ciência. Por outro lado, a aliança entre poder público e medicina tinha um debate que agradava muito mais ao *Progresso*, o discurso da salvação do “povo”. Portanto, o intendente concedera aos doutores carta branca, uma vez que os ilustrados médicos e os poderes públicos vislumbraram a possibilidade de medicalização da cidade e, principalmente, dos habitantes; era preciso, nas palavras de Margareth Rago, “realizar o projeto utópico de desodorização do espaço urbano”.<sup>146</sup> Este projeto foi efetivado a partir da questão higiênico-sanitário, prática bastante comum no início do século XX.<sup>147</sup> Em Belém, o intendente Antônio José de Lemos (1897-1911) e os governadores Dr. Augusto

<sup>144</sup> MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. “Singular Ocorrência”, in *Contos*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 108.

<sup>145</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 29.

<sup>146</sup> RAGO, Luzia Margareth. “A desodorização do espaço urbano”, in *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 163.

<sup>147</sup> MATOS, Maria Izilda de. “Cotidiano e cidade”, in *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 33.

Montenegro (1901-1909) e Dr. João Antônio Luiz Coelho (1909-1912) colocaram em prática diversas campanhas profiláticas de escoimização urbana e social contra a insalubridade.<sup>148</sup> Analisando este período de transformações e debates, Nazaré Sarges lembra que “Belém tinha na insalubridade, o problema mais grave, e, combatê-la era condição *sine qua non* na materialização”<sup>149</sup> de um projeto belepoqueano que outorgou-se o direito da força, com o consentimento dos médicos sanitaristas e do pensamento científico da medicina social, para escoimizar o corpo doente, uma vez que essa medicina social visualizava seus objetivos na prevenção, enquanto o objeto era a população.<sup>150</sup>

A imagem da cidade que representa um corpo doente surgiu dos preceitos médicos da ciência, os quais associavam as epidemias ao corpo da cidade; por outro lado a literatura do século XIX, já associava os moradores aos “trajes imundos” e às “feridas abertas”<sup>151</sup> na funcionalidade urbana que padeceria dos miasmas exalados dos mesmos. O francês Charles Baudelaire, por exemplo, identificava o ar como “perigoso e fatal”.<sup>152</sup> Esse tipo de análise orgânica da *urbe* pressupõe que a noção de cidade doente significava uma desordem social. Investigando as questões ligadas à saúde urbana e social torna-se possível compreender as experiências culturais, pois a história de Belém é a história de seus moradores, que num cotidiano urbano construíram universos de vida, seja no mercado do Ver-O-Peso, nos boulevards, nos quiosques, nas moradias, no largo da pólvora ou na cidade velha. Esses espaços possibilitam recuperar vozes diante do Érebo.<sup>153</sup> É nesse universo da “enfermidade em marcha” sobre Belém, que a imagem de cidade desordenada, onde *Todos* se põem a cantar uma música agitada e entrecortada, fragmentos de antigas palavras que indicam perigo social, denotam a apreensão e um forte apelo à providência diante do horror da peste e da morte, além do medo e da insegurança de viver.

*Todos, em musica agitada e entrecortada:*

Que perigo, santo Deus!  
Meu Deus, que horror!  
D’estes pobres filhos teus  
Tem dó, Senhor!

<sup>148</sup> AMARAL, Alexandre Souza. “A cidade de Belém: profilaxia e medicalização urbana (1905 a 1909)”, in op. cit., 2002, p. 11.

<sup>149</sup> SARGES, Maria de Nazaré. “Belém: a urbe das riquezas”, in op. cit., 2000, p. 97.

<sup>150</sup> MACHADO, Roberto et. alli. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 105-6.

<sup>151</sup> BAUDELAIRE, Charles. “Flores do mal – CIX: A destruição”, in *As flores do mal*. Edição bilíngüe. Tradução, introdução e notas de Ivan Junqueira. 6ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 393. (Coleção de Todos os Tempos).

<sup>152</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>153</sup> Érebo representa um símbolo literário da morte, que para os gregos teria sido uma entidade que preexistiu à criação do universo, pois era filho do caos e irmã de Nyx (mãe do sono e da morte).

Progresso. – Desinfectem-se as casas, vacinem-se os habitantes. Manietem a Bubonica, sujeitando-a ao regimen mortifero. Façamos guerra de morte aos ratos.  
Carapaná. – Guerra aos ratos e ás ratas!<sup>154</sup>

Perigo e horror, pobres filhos de Deus, a epidemia pouparia as súplicas de aflição, humildade e submissão? A salvação não viria pela crença em Deus, mas sim pela ação do *Progresso*, o qual não havia cruzado os braços. A campanha de profilaxia defendida consistia em uma autêntica guerra sanitaria declarada para tirar a liberdade da *Bubonica*. Esta deveria ser presa ou morta, os habitantes seriam vacinados, as casas desinfetadas dos *Morganhos* e os *Ratos* morreriam, pois era do desejo do *Progresso* manietar a *Bubonica* até padecer ao “regimen mortifero”. A *Carapaná* reafirma o posicionamento do *Progresso*, pois a morte de ratos e ratas representava uma possibilidade de eliminação da peste, por serem os seus hospedeiros. Sendo assim, a guerra promovida pelas campanhas expressava-se na palavra de ordem do dia. Um *Sujeito com ares de Gatuno*, percebendo que a guerra estendia-se aos ratos, procurou fugir para outro estado, enquanto que o *Dr. Siranda* indicava uma seringa à *Bubonica*, símbolo da vacinação antipestosa. Portanto, atendia-se às ordens do *Progresso* para que fossem tomadas medidas científicas na campanha de profilaxia contra a epidemia da peste bubônica e da epizootia dos ratos, uma vez que o próprio governador Augusto Montenegro estava “ao serviço da saúde da população” e garantiria os recursos públicos para “vencer a peste”. Assim, os doutores *Siranda*, *Tartina* e *Defluxo*, acompanhados do *Povo*, saem do salão do *Palacio do Progresso* em perseguição à *Bubonica* e aos *Ratos*, que fugiram da prescrição de serem seringados ou vacinados.

É nesse sentido que a medicina tornara-se um suporte científico de médicos higienistas, os quais tinham o direito de intervir no espaço doente do corpo – identificado enquanto sinônimo da cidade e desordem urbana – para devolver-lhe a saúde, em outras palavras, a ordem à vida urbana. Portanto, para a medicina social, segundo Robert Pechman ao analisar a virada do século XIX, no Rio de Janeiro, havia o perigo constante de desestabilização da sociedade ou desordem social provocado pelo medo das epidemias. A intervenção da medicina significava a devolução da saúde e da ordem urbana, reivindicara o projeto de “polícia médica”.<sup>155</sup> Por isso a campanha dos médicos *Siranda*, *Defluxo* e *Tartina* consistia em afastar essa ameaça de desordem ou desestabilização social provocada pela epidemia. A intervenção no corpo da cidade tinha apoio oficial do estado, a “polícia médica”

<sup>154</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 29.

<sup>155</sup> PECHMAN, Robert Moses. “Cenas primordiais. Imagens da cidade”, in *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2002, p. 176.

ensejara campanha contra a desordem pestilencial. Daí os *Drs. Siranda, Tartina, Defluxo* e o *Povo* saírem do salão do *Palacio do Progresso* em perseguição à *Bubonica* e aos *Ratos*.

Após a perseguição aos *Ratos* e à *Bubonica* ficaram em cena o *Progresso* e a *Carapaná*, que receberam a visita costumeira do *Bóro*, o qual entrega uma carta ao *Progresso* sobre a resposta do empréstimo, mas não do banco inglês e sim do banco paraense. O *Progresso* urrou de alegria com a resposta após ler a carta. Estava dado o xeque-mate no *Banqueiro Inglez*, pois a proposta dos *Banqueiros Paraenses* de não sacrificar o Pará à voracidade do capital estrangeiro fora aceita. Assim o *Progresso* (intendente) com a palavra final, sentenciava: “Não percamos tempo. Salvemos o povo!”.<sup>156</sup> Eis o ápice da visão de Marques de Carvalho sobre o *Progresso*, o intendente Antonio Lemos é laureado como o salvador do “povo” no palco do *Theatro Polytheama*, pois conseguira o empréstimo e, com o apoio do governador Augusto Montenegro, devolveriam a ordem à cidade. A alusão do literato aos *Banqueiros Paraenses* que concederam o empréstimo através de contrato com o *Progresso* (lê-se Antonio Lemos), foi firmado em 18 de novembro de 1903; segundo Sarges os banqueiros eram Francisco Batista da Silva Aguiar, Joaquim Antonio de Amorim, Pereira Dias e outros associados, “além do Banco de Crédito Popular, negociando o empréstimo de 15.000\$000, referente à dívida contraída pela Intendência”.<sup>157</sup>

Os empréstimos seriam fundamentais para o *Progresso*, obviamente na visão de Marques de Carvalho pois, com recursos em caixa, as operações profiláticas de combate às epidemias estariam sob a responsabilidade dos médicos-higienistas. Contando com a “carta branca” do *Progresso*, entendo que os médicos e higienistas passaram a formular diagnósticos sobre a cidade doente e, conseqüentemente, sistematizaram ações de intervenção e cura através das campanhas de profilaxia. Criando teorias médico-higienistas e imagens para que a cidade fosse palpável a partir da noção de vida urbana, ou seja, curar os moradores foi uma questão secundária diante a materialidade de ordenar a vida (saúde e ordem) a partir do saber médico, sendo preciso “forjar esse corpo, inventá-lo, adoecê-lo, para depois curá-lo, para que, fraturando a paisagem, o urbano se opusesse à natureza e se demarcasse como um território”.<sup>158</sup> A medicina social procurava impor um novo *ethos* e estabelecer a ordem à cidade, classificando e estigmatizando os “tipos da rua” – trabalhadores urbanos tais como,

<sup>156</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 30.

<sup>157</sup> Sobre essa questão dos empréstimos ver: SARGES, Maria de Nazaré. “Administrando a cidade e construindo a memória”, in op. cit., 2004, p. 115-6. Os empréstimos não se limitaram aos banqueiros paraenses, empréstimos externos com o *Ethelburgs Syndicate* de Londres foram realizados em 1905, no valor de 1.200.000 libras e, em 1906, mais 600.000 libras, “sob as condições de pagamento anual de juros e amortização de 125.000 libras”, p. 115.

<sup>158</sup> PECHMAN, Robert Moses. op. cit., 2002, p. 177.



garapeiros, barbeiros, peixeiros, leiteiros, ambulantes, engraxates, carroceiros, etc. – como degenerados, responsabilizando-os pela desordem urbana. Sendo que o diagnóstico indicava a periculosidade real, imagem forjada através do microscópio, ou seja, um olhar acurado da medicina social. Logo, a “cura” do doente iria readaptá-lo a sociedade e à ordem urbana. Esse *ethos* caracterizou-se pela imposição de uma linguagem profilática e repressiva pois esse é o escopo do higienismo para promover a cura da cidade doente. Por isso, o Dr. Othon Chateau defendia a “aplicação tirânica” por parte da ciência social e das medidas profiláticas como forma eficaz na diminuição das doenças. Regulamentando os moradores através de “leis coercitivas, para que os executores não sejam recebidos com escárnio ou repulsa”.<sup>159</sup>

Assim o remédio (higienização urbana e campanhas profiláticas) foi imposto ao corpo doente daqueles que transgredissem os “novos padrões” de saúde. Para as ações médicas terem um caráter oficial, Marques de Carvalho procurava legitimar as práticas de cura na profilaxia, justamente no *Palacio do Progreso* (atualmente Palácio Antonio Lemos), inclusive deixando evidente aos leitores e espectadores daquela temporada de encenação da peça *A Bubonica*, que o *Progreso* seria o intendente Antonio Lemos. Oficialmente, os médicos *Siranda* e *Tartina* apresentaram ao gestor da intendência a *Bubonica* e os *Ratos* como prisioneiros ilustres da medicina higienista, reforçando a imagem da aliança entre médicos e governo e seu intento de não poupar esforços na medicalização da cidade, pois do eldorado de alegorias do *Palacio do Progreso* partiram as ordens de combater a epidemia de peste bubônica. Os leitores ou espectadores que tiveram contato com a obra literária, enquanto viajantes, não precisaram percorrer todo o caminho para perceber o caráter pedagógico da literatura missionária. O “palácio real”, na concepção de Italo Calvino, podia simplesmente ser encontrado no *Palacio do Progreso* ou Palácio da Intendência, o príncipe tinha nome, o *Progreso* chamava-se Antonio Lemos. O “estrangeiro” identificaria na “cidade desconhecida” o benfeitor e as benfeitorias realizadas na Belém moderna, pois fora esta defesa da administração do intendente que Marques de Carvalho reforçara. Lembrando Italo Calvino para quem por meio de olhares, que “cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças”.<sup>160</sup> No caso de Belém, a distinção tomada como parâmetro caracterizava as ações da intendência no combate às epidemias, uma vez que os diálogos construídos exaltavam o *Progreso* à frente das decisões tomadas no asseio da comuna.

---

<sup>159</sup> CHATEAU, Othon. op. cit., 1935, p. 246.

<sup>160</sup> CALVINO, Italo. op. cit., 2004, p. 34.

### 1.3 – Na Avenida Republica: saúde, higiene e relações de trabalho no espetáculo das ruas.

A mutação teatral de Marques de Carvalho estaciona o olhar uma vez mais na avenida República,<sup>161</sup> local do burburinho urbano e de intensa circulação de transeuntes, sujeitos geralmente indecifráveis no cotidiano da vida, mas que na observação de um literato “assume a dimensão de um permanente espetáculo”.<sup>162</sup> Para Stella Bresciani o viver na cidade tornou-se visível nos textos de literatos contemporâneos. Neste sentido, o cotidiano da rua constitui o lugar por excelência das experiências sociais, espaço das diferenças e contradições da modernidade belepoqueana. No Largo da Pólvora, a cidade de Belém assumira na construção literária o ideário cosmopolita de centro “civilizado”, sobre contínuas mutações e fragmentos. A paisagem fraturada era edificada na ressignificação do espaço urbano.

A situação da saúde pública, no início do século XX na *belle époque* belemense, agravou-se com o crescimento demográfico e, do mesmo modo, com as precárias condições de moradias, higiene pública e sanitária. Segundo o recenseamento do IBGE de 1920, a capital paraense em 1900 contava com uma população de 96.500 almas; em 1905, já eram 120.000 e em 1907 atingira 192.230 pessoas.<sup>163</sup> Esta explosão demográfica em termos de porcentagem, por exemplo, revela que de 1900 a 1905 o aumento fora de 24,35% (23.500), enquanto nos anos de 1900 a 1907, a população crescera 99,20% (95.800). A cidade, durante a administração do intendente Antonio Lemos, estava dividida em seis zonas distritais,<sup>164</sup> sendo o 3º distrito que compreendia o antigo Largo da Pólvora e, conseqüentemente, era a menina dos olhos de Marques de Carvalho, o centro “civilizado” onde os personagens-sujeitos se entrecruzavam no dia-a-dia nas ruas de Belém.

Portanto, não foi sem motivo que, no espaço da avenida República se efetivou a campanha contra a *Bubonica*, bem como as relações sociais encenadas à platéia que acompanhou as apresentações da peça teatral durante o ano de 1904. A guerra contra as

<sup>161</sup> Composto com 15 cenas, O Quadro 3º, *Na Avenida Republica*, possibilita-me adentrar novamente nas impressões e percepções literários sobre a cidade de Belém. Marques de Carvalho estaciona os olhares mais uma vez no espetáculo da rua, na busca do movimento dentro das relações sociais do cotidiano de 32 personagens-sujeitos que se alternam em cena, tais como: a *Bubonica*, a *Caetana dos Casquinhas*, a *Dona Miquelina*, a *Florismanda*, a *Tácacá*, as *Vozes*, *1º Sujeito*, *2º Sujeito*, *3º Sujeito*, *4º Sujeito*, o *Banqueiro Paraense*, o *Bóro*, a *Carapaná*, o *Dr. Defluxo*, o *Dr. Passarinho*, o *Dr. Siranda*, o *Dr. Tartina*, o *Emprestimo*, o *Entrepasto Municipal*, o *Futuro Bacharé*, o *Garapeiro*, o *Homem Constipado*, o *Interposto Livre*, o *Jornalista*, o *Mendigo*, o *Progresso*, o *Quartel de Bombeiros*, o *Sorveteiro*, os *Dois Homens que acompanhavam enterros*, os *Moleques dos jornaes*, *Seu Quincas* e *Uma Mulher*.

<sup>162</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. “A rua e seus personagens”, in *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 10 (Tudo é história, nº 52).

<sup>163</sup> PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém: estudo de geografia urbana*. Belém, UFPA, 1968, p. 204.

<sup>164</sup> LEMOS, Antonio José de. *O município de Belém* (1906). Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. v. 5. Belém: Archivo da Intendencia Municipal, 1907.

epidemias caminhava com as transformações urbanas, ainda mais com esse crescimento demográfico horizontal da cidade. Campanhas de profilaxia obedeciam a disciplinas rígidas, por exemplo, a violação dos lares, a inoculação de vacinas e a limpeza da cidade. O termo campanha era utilizado pelos médicos militares em operações de guerra. As campanhas de saneamento dos higienistas em Belém atingiram conotações de guerra às doenças e à insalubridade e, do mesmo modo, ao corpo das pessoas a partir do poder tutelar da ciência, que procurou forjar a cidade como perigosa à vida e, não por acaso, em função da mortalidade provocada pelas doenças e epidemias, tais como malária, varíola, febre amarela, lepra, tuberculose, peste bubônica, paludismo, febre tifóide, cólera morbus, beribéri e outras.

Portanto, para os higienistas, a vacinação significava um bem necessário, sendo que o nobre fim das campanhas médicas seria justificado pelos meios autoritários das campanhas de profilaxia, no sentido de que a medicina social impôs a verdade científica e racionalista como forma de cura, sem estabelecer um diálogo efetivo, já que as estratégias de imunização faziam parte de um amplo teatro de operações. Por isso, o espetáculo da rua perpassa pelo reconhecimento de múltiplos sinais presentes nessa mutação de Marques de Carvalho. A conversa entre o *1º Sujeito* e o *2º Sujeito* é direta, observa-se que a novidade é justamente a presença da *Bubonica* na cidade e também a preocupação em saber se já se haviam vacinado, sendo que o *Dr. Siranda* era um dos responsáveis pela vacinação em sua clínica. A presença da peste bubônica alterou a percepção e a sensibilidade diante da vida e da morte no cotidiano de Belém, novidade que corria à boca miúda nos moradores:

1º Sujeito, *encontrando-se com o 2º*. – Olá! Como vaes?

2º Sujeito. – Bem. Que há de novo?

1º Sujeito. – Nada... Só a Bubonica. Já te vaccinaste?

2º Sujeito. – Não; e tu?

1º Sujeito. – Ainda não; mas já vou procurar o dr. Siranda.

(*Afastam-se, desaparecem. Surgem pelos dois lados as scena dois outros sujeitos*)

3º Sujeito. – Oh! Amigo velho!

4º Sujeito. – Bom dia! Quantas pessoas morreram hontem de peste?

3º Sujeito. – Ouvi falar n'umas trinta...

4º Sujeito. – Vamos á vaccina?

3º Sujeito. – Vamos lá, por causa das duvidas.<sup>165</sup>

Nota-se após a mutação, onde a avenida República passa a ser o cenário, a presença de moradores propositadamente conversando sobre a peste bubônica e a vacina. Por que a construção desses diálogos por parte do literato? Minha interpretação perpassa pela idéia de

<sup>165</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 31-2.

que a *Bubonica* já não estava apenas espreitando os moradores, já era uma realidade na cidade, daí a ordem do *Progresso* de mandar os médicos prenderem a *Bubonica* e vacinarem os *Populares*. Assim, Marques de Carvalho denota entre os dois primeiros *Sujeitos* a familiaridade com a epidemia, sendo a *Bubonica* a única novidade na comuna. Existe ainda um outro aspecto, a considerar: a prevenção fora associada à construção da vacina enquanto remédio eficaz contra a peste, não havendo qualquer debate sobre a vacina antipestosa, fator evidenciado no diálogo a respeito sobre se já haviam tomado a vacina de forma bem natural e sem contestação alguma. E então, no breve encontro, decidira-se pela procura do *Dr. Siranda*, reforçando a necessidade de procurar um médico para tomar a vacina. Nesse instante, já mais de uma vez mencionei, o médico era o portador do saber científico e praticamente inquestionável entre os *Sujeitos*, dando a idéia de que a vacina era natural e imprescindível para à cura do corpo.<sup>166</sup> A princípio, a missão do literato chama atenção para a presença da epidemia, encarada com naturalidade e também o descompromisso dos dois primeiros *Sujeitos*, que não eram vacinados e, sem qualquer constrangimento, resolvem procurar o *Dr. Siranda*. Subitamente, o literato estava incutindo à platéia dos que não haviam se vacinado, a tomarem a atitude dos *Sujeitos*.

Em relação ao 3º *Sujeito* e ao 4º *Sujeito*, a reciprocidade na cortesia demonstra já se conhecerem de longa data. Outrossim, o diálogo corrobora a conversa entre os primeiros *Sujeitos*, a saber, a preocupação com os vivos de outrora a respeito dos mortos de peste bubônica que corria de boca em boca, e não eram poucos os mortos. Segundo o 3º *Sujeito* falava-se em 30 vítimas fatais da peste. Daí a certeza em relação à epidemia que dizimava vidas e, portanto, a *Bubonica* não estava mais espreitando na surdina. A inquietação dos *Sujeitos* permeia a real preocupação com a vida, pois informações foram trocadas como forma de alarmar a platéia sobre o número de mortos que a peste teria provocado num único dia. Os noticiários das colunas jornalísticas estavam recheados das manchetes da peste e os boletins demógraphos-sanitários dessa mortandade em Belém. Por isso, diante da incerteza e medo de morrer, os 3º e 4º *Sujeitos* resolveram vacinar-se. “Vamos á vaccina?” tanto facultava o livre

---

<sup>166</sup> Sobre a vacina antipestosa ou vacina de Haffkine, a primeira utilizada em larga escala, deixando a pessoa imune num prazo de até seis meses. Segundo Oswaldo Cruz estava longe de ser plenamente confortável e confiável, pois os bacteriologistas sentiram a necessidade de modificação na dosagem e no preparo, a fim de se evitar o “grave inconveniente, no tocante a dosagem. Simultaneamente com a parte vaccinante util (corpos microbianos), são injectadas substancias irritantes e pyretogenicas, provenientes das alterações soffridas pelo caldo, ex-vi da pullulação o microbiana que nelle se fez, accrescendo a isso a inevitavel attenuação do microbio, em virtude de longo tempo de cultura”. De qualquer forma, mesmo tendo reconhecido a eficácia da vacina de Haffkine, quatro estudos de bacteriologistas propuseram mudanças no preparo da vacina: 1) a comissão allemã (Gaffky, Pfeiffer, Sticker e Dieudonn), 2) Lustig e Galeotti, 3) Terni e Bandi e 4) Calmette. Cf. CRUZ, Oswaldo. *A vacinação anti-pestosa*. v. 15, nº 45, 47 e 48. Rio de Janeiro: Brazil-Médico, dezembro de 1901, p. 443-447, 463-466 e 473-477. (Trabalho do Instituto Sorotherapico Federal do Rio de Janeiro).

arbítrio ou a vontade dos sujeitos decidir se tomariam a vacina, quanto também estendia o convite persuadindo centenas de espectadores nas sessões de encenação da revista. Certamente Marques de Carvalho reforça a propaganda do voluntarismo à ciência, ou seja, a naturalidade dos *Sujeitos* de procurarem um médico clínico para tomarem a “salvadora” vacina de Haffkine, em completa harmonia com o discurso da medicina higienista. Fica deste modo demonstrado pelo literato essa inquietude em se vacinar através do voluntarismo à ciência médica, ainda mais quando há sintonia entre sujeitos de se preocuparem uns com outros a respeito de tomarem a vacina e, lógico, o diálogo atingiria a platéia causando pelo menos a dúvida e, conseqüentemente, a idéia de procurar um médico para se vacinarem, construindo assim a espontaneidade de procurarem prevenir-se da peste bubônica.

Não há muito falei sobre o *Dr. Defluxo* e o método científico de diagnóstico, o leitor deve estar atento. Aquele que reconhecia a peste pela “faceis” do possível doente, diagnóstico que contrariava profundamente o *Dr. Tartina* e totalmente inútil no debate para o *Progresso*. Pois bem, vou retomar a celeuma do ponto de vista das diferentes concepções da medicina, a partir de agora. Assim, começo pela clínica do *Dr. Defluxo*, que reclamava da vida e resmungava sozinho pelos cotovelos por ser “caipóra”, no sentido da falta de sorte de não ter na sua clínica pelo menos um caso de peste bubônica, enquanto nas clínicas de outros médicos eram comuns vários casos da doença. Apesar da inquietação e sem perder as esperanças, aguarda na solidão do consultório clínico quando, inesperadamente, um “atchim” o surpreende. Era um *Homem Constipado* e moribundo a espirrar, que havia entrado no consultório. O *Dr. Defluxo* demonstra a alegria nos olhos, pois poderia ser seu primeiro paciente com a peste bubônica, logo começou a inquirir do *Homem Constipado* o porquê de estar em morbidez:

Um Homem Constipado, *espirrando*. – Atchim!  
 Dr. Defluxo, – Ora Viva!  
 Homem Constipado. – P’ra morrer é qu’eu estou eu!  
 Defluxo, *com um lampejo de alegria nos olhos*. – Como assim?  
 Homem Constipado. – Ora, doutor! Tenho uma grande dôr de cabeça, uma mólleza no corpo... a língua suja. (*Deitando fora a língua*) ã ã ã...  
 Defluxo, *tomando-lhe o pulso*. – Cephalalgia, estado febril, língua saburrosa, mal-estar geral.... Não ha que ver: você está com *Ella*...  
 Homem Constipado, *espirrando*. – Eu não estou com pessoa alguma...  
 Defluxo. – Você tem peste – e da genuína! (*O doente vae quase desmaiar*) Que felicidade! Acudan! Socorro!<sup>167</sup>

Primeiramente, a reclamação de não ter sequer um paciente com a bubônica já evidencia a não credibilidade clínica do *Dr. Defluxo* – aliás, o nome do médico denota

<sup>167</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 32.

propositadamente uma sua característica pejorativa atribuída por Marques de Carvalho, pois é sinônimo de catarro nasal, manifestação de gripe ou resfriado, em outras palavras, constipação. Nome bem sugestivo para um médico! Por isso a surpresa imprevista, salientada na alegria do médico, diante de um *Homem Constipado*, e os brados de “viva” por finalmente alguém a procurar. O *Homem Constipado* não entendera tamanha alegria do médico, pois estava prestes a morrer e precisava dos serviços da medicina. Apesar da alegria, o *Dr. Defluxo* queria saber mais sobre o *Homem Constipado* em estado de languidez, o qual expôs os sintomas ao doutor, como dor de cabeça, moleza no corpo e a língua escura. Os sintomas de mal-estar, febre e dor de cabeça, enfim, não deixavam a menor dúvida ao *Dr. Defluxo* que não titubeou no diagnóstico: tratava-se de peste “genuína”, sem ter realizado qualquer exame laboratorial, mas tão somente tomado o pulso do paciente e observado os sintomas. O diagnóstico caracterizou-se no augúrio e observação, seja dos sintomas ou da “faceis”, como já havia defendido, por não ser necessária experimentação. Esta prática médica baseada somente na observação, ou método hipocrático, revelava-se em conflito com a medicina moderna ou social, justificado pela total ausência de exames laboratoriais, como o uso de microscópio, e vinha sendo paulatinamente combatida pela moderna medicina, principalmente na França a partir do Instituto Pasteur, onde os bacteriologistas debatiam a identificação da doença através de comprovação empírica em laboratórios.<sup>168</sup>

Logo, o primeiro paciente do *Dr. Defluxo* tinha a temida peste bubônica. Ao término desta sentença, o *Homem Constipado*, já bastante debilitado e assustado com a notícia, quase desmaia na frente do feliz *Dr. Defluxo*, que começou a gritar por “socorro”, pois o paciente estava desfalecendo bem à sua frente. Aos berros de “socorro” na clínica do *Dr. Defluxo* entram a *Carapaná*, o *Dr. Siranda* e o *Dr. Tartina* querendo saber o que estava acontecendo. O *Dr. Defluxo* tinha uma confissão a fazer, pois era incrédulo quanto à existência da peste em Belém, duvidara igual a São Tomé até ao momento em que um *Homem Constipado* fora diagnosticado. Um clima de curiosidade e medo instalou-se então na clínica do médico, pois o *Dr. Defluxo* comprovava um caso de peste : “E’ peste da peor fôrma: peste pneumonica!”<sup>169</sup> Essa prática do *Dr. Defluxo* já tinha causado uma situação de desconforto perante o *Dr. Siranda* e o *Dr. Tartina*, resolvida com a intervenção do *Progresso*, para quem se tratava de um debate inútil e não lhe interessando saber as especificidades do exercício da prática médica. Todavia, Marques de Carvalho apresenta essa polêmica à platéia.

---

<sup>168</sup> PORTER, Roy. “O laboratório”, in op. cit., 2004, p. 107-10.

<sup>169</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 32.

Assim, diante da sentença do *Dr. Defluxo* que afirmara a descoberta dum caso de “peste pneumonica”, acuradamente o *Dr. Siranda* passa a examinar o *Homem Constipado*, através de toques sobre possíveis dores no corpo e não somente tomado-lhe o pulso. Através dos sinais do paciente, que nega as dores nos locais indicados pelo doutor, após o exame do *Dr. Siranda*, também baseado no método hipocrático, percebe-se um diagnóstico diferente e, concomitantemente incerto por parte do *Dr. Defluxo*. O *Dr. Siranda* tinha dúvidas quanto ao exame realizado pelo colega de profissão. Os médicos retornam ao debate interrompido pelo *Progresso*. A opinião do *Dr. Siranda* reforçava a falta de prestígio e credibilidade no exercício da medicina por parte do *Dr. Defluxo*. Neste caso, o “ilustrado” auxiliar do *Dr. Siranda*, o *Dr. Tartina* levava o doente para ser examinado adequadamente na sua clínica, onde tinha instrumentos que comprovariam ou não os micróbios da peste. Contudo, o *Dr. Defluxo* demonstrava ter total confiança em sua análise e ironizava seus colegas: “Assim tivesse eu a certeza de ir p’ra o ceu! (A’ parte). D’esta vez, dou uma nota nos cabras!”<sup>170</sup>

Novamente farei outra pausa no debate, mas não se preocupem; logo mais virá o desfecho necessário. Enquanto o exame não estava pronto, Marques de Carvalho inspira-se em criar dois sujeitos-personagens, um *Mendigo* e um *Futuro Bacharé*, como forma de trabalhar outro aspecto do cotidiano da cidade. Um *Mendigo* coxeando e gemendo aproxima-se da *Carapaná* suplicando pelo “amor de Deus” uma esmola, pois estava com fome e precisava alimentar-se. Todavia, utilizando o discurso moralizador do *Progresso*, a *Carapaná* expressava o discurso de civilização contra o pobre “homenzinho”, para que deixasse de ser “pedinchão”, uma vez que:

*Mendigo, a gemer, a coxear.* – Uma esmola p’elo amor de Deus!  
*Carapaná.* – Olhe, homezinho, deixe-se de ser pedinchão.  
*Mendigo.* – Estou com fome!  
*Carapaná.* – O Progresso, no Pará, aboliu a mendicancia, supprimindo assim a especulação. Vá para o Asylo.  
*Mendigo.* – Que Asylo, meu senhor?  
*Carapaná.* – O Asylo de Mendicidade, onde terá casa, comida, luz, conforto material, trabalho...  
*Mendigo.* – Que diz? Trabalho? Não vou n’esse *embruio* do intendente. Estou aqui e estou mas é *imbarcando* p’ra *Manáo*...<sup>171</sup>

A *Carapaná*, por ser veloz e poder se deslocar com facilidade pela cidade, sempre espreitando e, principalmente, participando dos debates, assume ou encarna a narradora onipresente e onisciente, ou melhor, a senhora *Carapaná* trata-se do próprio Marques de Carvalho. A visão governista da *Carapaná* está embebida da concepção partidária do

<sup>170</sup> Id. Ibid., p. 33.

<sup>171</sup> Id. Ibid., p. 33-4.

*Progresso*, digo, do intendente Antonio Lemos; não é demais lembrar que o dramaturgo era diretor da gazeta de propriedade do intendente. A defesa do discurso de civilização e progresso da cidade torna-se mais do que evidente quando a *Carapaná* condena a prática da mendicância nas ruas de Belém. Aliás, o *Progresso* teria acabado com os pedinchões, pois a criação do “Asylo de Mendicidade” representava pôr fim à “especulação”. Subentende-se que ao trancafiar o *Mendigo* no asilo, este seria ressocializado à cidade, haja vista que teria tratamento adequado, como uma casa onde morar, alimentação diária, conforto e, até, trabalho. Ora o *Mendigo* retrucara à senhora *Carapaná* por não concordar com o discurso governista desta e também do intendente Antonio Lemos ou *Progresso*, justamente por conceber o “Asylo de Mendicidade” um verdadeiro “*embruiu* do intendente” – eis a segunda pista concreta da associação *Progresso-Lemos*. Restava-lhe tão somente fugir ou embarcar para Manaus a fim de se livrar da fiscalização da polícia, antes que o prendessem, pois a presença de um *Mendigo* na avenida República passaria a ser considerada um perigo social a ser combatido e isolado no prédio do Asilo Municipal.

A identidade e/ou filiação político-partidária de Marques de Carvalho não deixa a menor dúvida sobre o processo de construção da identidade lemistá. Enquanto homem de letras financiado pelo intendente, procurava defendê-lo e coroá-lo no palco do Teatro Polytheama. Contudo, pela primeira vez, por mais que o literato não tivesse esta intenção, há uma crítica deliberada ao intendente Antonio Lemos! O *Mendigo* deixava em situação desconfortável a visão do *Progresso*, altercando com a *Carapaná* e lançando a polêmica em pleno palco ao afirmar que o discurso entoado [pela *Carapaná*] não passava de falácia. Difícil esmiuçar a recepção dessa crítica sutil ao intendente de Belém no palco do teatro, quase despercebida. Mas certamente os leitores e/ou espectadores d’*A Bubonica* fizeram leituras distintas, que constituem o campo de possibilidades do historiador ao ler fragmentos de antigas palavras, apesar da crítica sutil do literato significar, na prática, a desautorização da crítica ao *Progresso*.

Primeiramente, quem teve contato com a revista poderia ter concordado com o discurso da *Carapaná* e do *Progresso* a respeito da mendicância ser uma prática condenável e que merecia ser perseguida pela fiscalização da polícia, sendo trancafiado o *Mendigo* no asilo. Em segundo, e como consequência da primeira, havia a possibilidade de acreditar-se que no asilo o *Mendigo* teria os cuidados do poder público e o trabalho significaria uma forma de recuperação social. Na prática, o discurso escondia outro propósito, ou seja, o intuito de abolir ou esconder os pobres das ruas de Belém, situação bem mais confortável diante do estranhamento de encontrar-se um “homezinho” pedindo esmolas em nome de Deus para não



morrer de fome. Por fim, os jornais noticiavam a presença de ciganos, pobres e vagabundos nas ruas. Logo, ficava claro que a mendicância não havia sido abolida; por isso desconstruía-se a imagem do *Progresso* enquanto benfeitor e aceitava-se a crítica do *Mendigo* ao intendente Antonio Lemos, sendo a *belle époque* uma falácia para os pobres. De qualquer forma, a visão de Marques de Carvalho sobressaía pelo apoio contundente ao intendente Antonio Lemos, tal como a da *Carapaná* ao *Progresso*.

Em contrapartida, um *Futuro Bacharé* se aproxima do *Dr. Siranda* – que aguardava pacientemente o *Dr. Tartina* com os resultados do exame – pedindo informação sobre a localização do Ginásio Paes de Carvalho, aonde iria fazer exame de “portuguez, inglez, francez, jumetria, etc. e hei de sahi approvado. Sou um futuro Bacharé. Quero sê doutô...”.<sup>172</sup> “Doutor em que?” pergunta o *Dr. Siranda*. Só se for na “asneira”, desdenha a *Carapaná*. Apesar da indiferença e discriminação sofrida, o *Futuro Bacharé* pensava se tornar um advogado e até quem sabe um boticário.

Carapaná. – Boticario? Que perigo! Não seria mau mandal-o para o isolamento!

Dr. Defluxo. – Quem sabe se não tenho n’este homem um futuro collega?

Carapaná. – Ahí está um microbio que convém combater: – o microbio do bacharelismo. Já se não encontra contínuo de repartição que deseje ser menos que doutor. Por isso andam tão caras as covas e a farinha.<sup>173</sup>

Solidário ao *Futuro Bacharé*, o *Dr. Defluxo* procurava incentivá-lo, mas a *Carapaná* não se fazia de rogada em criticá-lo duramente [o *Futuro Bacharé*], reconhecendo-o como perigoso e sugerindo inclusive o seu isolamento, além de que o bacharelismo deveria ser combatido, tal qual um micróbio. Essa metáfora me faz pensar na sugestão da *Carapaná* de que as repartições públicas estavam contaminadas de “micróbios” e, portanto, deveriam ser combatidas, pois os bacharéis não tinham sensibilidade com a população, em função do custo de vida ser alto; a *Carapaná* reclamava até das covas e da farinha estarem caras. Estaria novamente Marques de Carvalho tecendo críticas à intendência de Belém? Diretamente não. Mas, desta vez, a crítica diz respeito às repartições públicas de um modo geral, incluindo o governo municipal, estadual e federal, no sentido dos funcionários públicos ou contínuos estarem incrustando-se em diversas instâncias burocráticas administrativas, pois os governos estariam repletos de bacharéis insensíveis com o dia-a-dia dos moradores. Logo, o “microbio do bacharelismo” devia ser argüido por quem contratava um “doutor” para trabalhar; em outras palavras, a crítica torna-se indireta à intendência porque também praticava a contratação de partidários do coronel Lemos. Cabe ressaltar que o grupo hegemônico na

<sup>172</sup> Id. Ibid., p. 34.

<sup>173</sup> Id. Ibid., p. 35.

política paraense era bem definido pelo velho oligarca Antonio Lemos, participando não apenas o literato, como o próprio irmão, tenente-coronel e deputado estadual Antonio Marques de Carvalho, entre outros que tomavam decisões concernentes à contratação. Assim, Marques de Carvalho construía dois personagens distintos, um *Mendigo* que representava o “perigo social” a ser combatido e isolado no Asilo de Mendicidade pela intendência; e o sonho de um jovem, *Futuro Bacharé*, que carregava muitos livros e buscava *status social* a partir da educação e conseqüente formação no Ginásio Paes de Carvalho, seja como advogado ou boticário. Nos diálogos destes personagens-sujeitos depreendem-se críticas ao trato com a coisa pública, sendo a fala do *Mendigo* mais acintosa, por alterar a tese do *Progresso* defendida pela *Carapaná*.

Contudo, Marques de Carvalho estava mesmo interessado em apresentar ao público o debate em torno do exame laboratorial e da divergência entre médicos, pois a medicina social estava longe de ser homogênea em relação às práticas de cura: campanhas de profilaxia, exames, consultas e receitas, mesmo porque há uma relação tensa entre os homens de ciência. Com uma placa de microscópio na mão, entra o *Dr. Tartina* trazendo o resultado do exame e se aproxima do *Dr. Siranda*, falando-lhe ao ouvido. Este escuta atento e faz um exame cauteloso e ponderado das informações obtidas através do exame laboratorial realizado no escarro do *Homem Constipado* utilizando-se a placa microscópica. Concluíra na aferição de que não era “peste pneumonica”; o exame feito pelo *Dr. Tartina* comprovara tratar-se de peste simples. O *Dr. Defluxo* ficara indignado com o resultado e, ainda assim, sustentava sua opinião veemente de que era “peste genuína”:

Siranda. – Que dizia eu? O homem está com peste como qualquer um de nós.  
 Defluxo. – Não é possível.  
 Tartina. – Garante-lh’o o exame microscopico de escarro.  
 Defluxo. – Achi, piróca! E’ peste, e da genuína, repito!  
 Siranda. – Pois não é. Quer saber qual a doença, a grave doença d’aquelle homem? Defluxo, um simples defluxo. (*Gargalhadas geraes*) Um catarrão modesto, como diziam os nossos avós!  
 Carapaná. – Ora essa! Que fiasco! Então há defluxo nas virilhas?  
 Vozes. – Fóra! Fóra o dr. Defluxo!  
 Carapaná. – Mettam o Defluxo no isolamento!<sup>174</sup>

O *Dr. Siranda* surpreendeu o *Dr. Defluxo*. O diagnóstico foi contrariado pelo recente método experimental do microscópio. O *Dr. Defluxo* não descartava suas idéias e mantinha-se incrédulo ao exame, garantindo insistentemente a existência da “peste genuína”. Estava comprada a briga e o bate-boca de contestação e validade do exame. O que eu quero dizer, entre outras coisas, é a desmoralização pública do *Dr. Defluxo* por parte do *Dr. Siranda* e,

<sup>174</sup> Id. Ibid. loc. cit.

principalmente, a ausência de uma medicina social homogênea, pois o conflito entre os médicos era tenso e desqualificador no exercício da medicina, uma vez que o defluxo do *Homem Constipado* significava catarro nasal ou constipação, digo, um “catarrão modesto” e fora comprovado pelo exame realizado no microscópio pelo *Dr. Tartina*. Ainda assim, o *Dr. Defluxo* colocava-se numa posição reticente de incredulidade, pois reafirmava ser peste genuína. Entretanto, a evocação do exame microscópico por parte do *Dr. Tartina* reforça as diferenças de concepções na prática dos esculápios. Observa-se a auto-afirmação de uma moderna medicina que iria de encontro às práticas hipocráticas. Portanto, segundo a *Carapaná* a medicina praticada pelo *Dr. Defluxo* era um “fiasco”. Por isso as gargalhadas e o grito das *Vozes* pedindo que o *Dr. Defluxo* fosse embora, enquanto a *Carapaná* ainda queria que o metessem no “isolamento”, tal como o *Futuro Bacharé*. A situação de desmoralização pública fez com que o *Dr. Defluxo* fugisse da avenida República diante de vaias e assobios de reprovação sobre sua conduta médica. O escárnio proferido contra o médico, não somente desmoralizava o *Dr. Defluxo*, mas também era um sinal das diferentes práticas de cura. A medicina naqueles tempos deixava gradativamente de ser a arte de curar dos médicos hipocráticos, cedendo espaço à especialização empirista das novas tecnologias; o laboratório significava o espaço de trabalho de novos pesquisadores, onde haveria condições de averiguação das causas das doenças, sendo realizados exames em tubos de ensaio, microscópios, soluções químicas, raios x, entre outros.

Mas não fora só o *Dr. Defluxo* a sofrer constrangimentos. Por outro motivo, o *Dr. Passarinho* entra, com uma maleta na mão, correndo e reclamando do tratamento recebido enquanto médico pelo poder público, com vistas de até ser preso por um oficial de justiça: “Diabo de terra, esta! Mal cheguei, vejo-me obrigado a partir... às pressas!”.<sup>175</sup> O motivo teria sido um contrato de seguro, o qual não foi liquidado e a *Garantia* exigia judicialmente ressarcimento, haja vista o *Dr. Passarinho* ter procurado a *Garantia*, a qual na qualidade de credora não se comprometeu com o médico que estava devendo. O *Dr. Passarinho* virando ao avesso os bolsos da calça mostrava a *Carapaná* que estava partindo como chegou, sem dinheiro: “(Tomando a malêta) Mas deixe-me partir. Estou com medo de algum oficial de justiça! Aquella *Garantia*! Aquella *Garantia*”.<sup>176</sup>

Os dois casos acima tratados, tanto a do *Dr. Defluxo*, como a do *Dr. Passarinho*, por mais distintos que sejam, têm significados comuns. Vaias, gargalhadas, escárnio, assobios denotam uma reprovação cara ao saber médico, pois o discurso sobre a doença da cidade não

---

<sup>175</sup> Id. *Ibid.*, p. 36.

<sup>176</sup> Id. *Ibid.* loc. cit.

tinha, necessariamente, uma aceitação no diagnóstico-imagem de cura, por mais que a medicina social buscasse ser o porta-voz do poder público. Ou seja, desde o século XIX, os médicos buscavam ser os construtores da ordem e, certamente, no início do século XX as práticas de cura procuraram ir ao encontro do discurso higienista do governo. Assim, como formular o discurso a partir do exercício da profissão? Rupturas processaram-se na medicina, provocando mudanças. Conseqüentemente, a medicina hipocrática fazia o percurso inverso, ou seja, ia de encontro ao higienismo sanitário. Assim, tornava-se incoerente formular práticas de cura a partir do exercício da profissão que não se coadunassem com os interesses do governo, haja vista o caráter republicano abraçar o cientificismo das teorias modernas. Portanto, o *Dr. Defluxo* e o *Dr. Passarinho* foram brindados com reprovações de conduta, no primeiro caso por parte de colegas de profissão, em que os métodos de diagnóstico já não condiziam com os avanços médico-científicos; no segundo o caráter de ser médico não conferia necessariamente prestígio que lhe garantisse renda para o sustento na capital paraense.

As vozes do cotidiano de Belém são trabalhadas por Marques de Carvalho através de outra revista de costumes, que fazia seus reclames nas ruas de Belém. Por isso, a *Revista Tácacá* é homenageada pelo literato, que cria a personagem *Tácacá*.<sup>177</sup> A *Carapaná* defendia a *Tácacá* por ser uma bebida (alimento) paraense sem peste e saborosa. Entretanto, este era bastante suspeito por ser “doido pelo tácacá. Até costume lamber a cuia e a panella”.<sup>178</sup> O curioso é que um dos símbolos do *Progresso*, o *Quartel de Bombeiros* estava à procura da *Tácacá* durante a madrugada inteira. Prontamente entrava em cena gritando aos ventos o saboroso alimento, colocando a panela do tacacá no chão:

Eu sou a panella esmaltada e bonita  
Que levo p'elas ruas o bom tácacá.  
Sou muito melhor que a tal giribita  
Que tantos desgostos nos causa por cá.

Eu tenho pimenta vermelha e queimosa,  
Jejú, tucupy, camarão e jambú.  
Também levo sal, que me faz saborosa  
E fico completa se tenho bacú!<sup>179</sup>

<sup>177</sup> A revista de costumes paraenses *O Tacacá*, escrita por Euclides Farias e musicada por Cincinato Ferreira de Sousa, estreou no Theatro Chalet, arraial de Nazaré, em 11 de outubro de 1903, com grande êxito. Segundo Salles, o sucesso d'*O Tacacá* se apoiava na “boa música, na riqueza da montagem, no texto comunicativo e chitoso”. Durante os quinze dias foram apresentados noventa e quatro vezes os espetáculos da revista *O Tacacá*, em diversas sessões diárias e com êxito de público. Cf. SALLES, Vicente. op. cit., 1994, p. 183-186.

<sup>178</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904., p. 37.

<sup>179</sup> Id. Ibid. loc. cit.

O porquê dessa procura tratava de uma ordem de apresentação no posto de bombeiros, já que o *Progresso* iria inaugurar o novo *Quartel de Bombeiros* e este precisava estar bem alimentado. Assim, a *Tácacá* se colocou às ordens do *Quartel de Bombeiros*, o qual dançava maxixe enquanto cantava ao som das palmas. Por outro lado, por maior a homenagem prestada à *Revista Tacacá*, Marques de Carvalho faz uma referência ao alimento que comumente era vendido pelas tacacaseiras, como são conhecidas as vendedoras de tacacá, nas ruas de Belém. Por isso a *Tácacá* vendia um alimento quente e queimoso ao gosto do freguês, sendo a *Carapaná* apenas mais um “doido” entre tantos pela iguaria, tal como o *Quartel de Bombeiros*:

O bombeiro apaga o fogo,  
Dando á bomba cá e lá,  
A pimenta queima logo.  
Na cuia do tácacá

Fogo queima a lenha secca,  
Cheira flor do vindica,  
Doidos correm Sécca e Mécca,  
Mas de bom, – só tácacá!<sup>180</sup>

Essa encenação teatral expressava uma metáfora com a iguaria regional, um alimento típico da cidade de Belém que vitalizava as energias do *Bombeiro*, deixando-o forte para o trabalho. o *Quartel de Bombeiros* constituía uma autopropaganda ao intendente Antonio Lemos, que o inaugurara em 1904, na rua 16 de Novembro, no bairro da Cidade Velha. Essa associação com a intendência, como afirmei parágrafos antes, está relacionada ao posicionamento político-partidário de Marques de Carvalho com o oligarca Lemos, que financiaria o literato mesmo a partir de 1905, quando fora morar na Europa para tratar-se da saúde, recebendo normalmente enquanto comendador d'A *Província do Pará*, pois ficara responsável pelo acompanhamento das obras de arte confeccionadas na Europa. Assim, o próprio “Corpo de Bombeiros” era um aliado e importante instrumento da modernidade nas campanhas de profilaxia, como a desinfecção de áreas insalubres, limpeza e drenagem de pântanos e igarapés.

Entrecortando imagens e cenas o acompanhamento de um enterro não passara despercebido pois, no momento em que a *Tácacá* e o *Quartel de Bombeiros* se retiram de cena, surgem *Dois Homens* de luto fumando, com jornais em baixo dos braços, após terem velado um morto durante o percurso do cortejo em direção ao cemitério. Mas os *Dois Homens* não estavam tristes ou choramingando pelo cadáver, antes encontravam-se sorrindo e bem

---

<sup>180</sup> Id. Ibid., p. 38.

animados. Esta atitude dos *Dois Homens* irritara profundamente a *Carapaná*. Os sorrisos escarninhos denotavam não terem o menor respeito ou sensibilidade com o finado, apesar de estarem vindo de seu enterro. Outrossim, a justificativa das gargalhadas dos *Dois Homens* era a de que o finado, quando em vida, não passava de um “patife”, pois teria deixado a família na miséria e “(...) dizem ate que a mulher... (*fala qualquer coisa ao ouvido do amigo*)”<sup>181</sup> e saem ambos sorrindo após insinuarem, provavelmente, uma atitude reprovável da mulher. Segundo a *Carapaná*, a cena era peculiar na cidade: “Assim se vae aos enterros e assim se volta do cemitério: a rir, a fumar, a insultar a memória do finado! Ah! Chicote!”<sup>182</sup>

Marques de Carvalho tem, no espetáculo da rua, a contradição da *belle époque*, um espaço tensionado por conflitos e tensões nas relações sociais do mundo do trabalho, sendo que o saber científico da medicina também procuraria construir e impor a “ordem” através de um discurso moralizador aos trabalhadores urbanos. Após os *Dois Homens* que acompanhavam o enterro cruzarem o palco, um *Sorveteiro* e um *Garapeiro* também faziam parte do cotidiano na avenida República. Neste caso, confesso pensar nas relações de trabalho, pois o atraso do pagamento do *Sorveteiro* reflete sua total indignação ao final do mês, ao contrário do devaneio belepoqueano que ressalta a harmonia no mundo do trabalho. Por outro lado, o literato reforça a imagem do trabalhador desordeiro para justificar o pretexto da ação policial. A reclamação do *Sorveteiro*, por mais simpática que seja, não é absorvida pelo *Garapeiro* que o desqualifica jocosamente:

Sorveteiro. – Isto axim num bae bem. Boxe dixee que pagaba no fim do mez e te agora inda nada.

Garapeiro. – O’ su Manél! Espere um poucoxinho, homi. As coijas andan tan feias!

Carapaná. – Chegou a crise pela garapa!

Sorveteiro. – Feio ’sta mais é o xeu pruxedimento. Bóxê é mais pior qu’á Bubónica.

Garapeiro. – Num comexe com mas palavras, su Manél. Olhe qu’eu tambain digo um inulto...

Sorveteiro. – Ora dige lá, s’és capaz!

Garapeiro, *fora de si*. – Já-co-viii-no!<sup>183</sup>

Este tensionado xingamento presente nas relações de trabalho possibilita dialogar com a tese de Márcio Souza, para quem a *belle époque* na Amazônia é uma “falácia” diante da modernidade que a região experimentou desde fins do século XIX.<sup>184</sup> Em outras palavras, nas lápides dos túmulos ou historiografia da “Belém da Belle Époque”, os historiógrafos

<sup>181</sup> Id. *Ibid.*, p. 39.

<sup>182</sup> Id. *Ibid.* loc. cit.

<sup>183</sup> Id. *Ibid.* loc. cit.

<sup>184</sup> SOUZA, Márcio. “O período do imperialismo”, in *A expressão amazonense. Do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977, p. 112.

construíram discursos e representações, significados e imagens da sociedade belenense, registrando nos epitáfios a modernidade belepoqueana.<sup>185</sup> Desta forma, os epitáfios não servem para serem lidos como descrições empíricas do passado, mas sim para serem pensados, pois esse passado nostálgico transformou-se em moeda universal, que aos poucos sofre a desvalorização.<sup>186</sup> Por isso, Thompson alerta que alguns conceitos utilizados por historiadores tornam-se “moedas correntes”, ou seja, os termos são elásticos, genéricos e irregulares, pois diluem significados específicos e historicamente construídos, reduzindo-os a categorias “estáticas” e “não-históricas”. Neste sentido, entendo que o termo “Belle Époque” tornou-se uma “moeda corrente” e foi representada com inúmeros significados e valores: progresso, civilização, modernidade, Paris dos Trópicos, etc.

Nesta seara, a atitude do *Garapeiro* de chamar o *Sorveteiro* de “Manél” e “Já-co-viii-no” (jacobino) faz referência à tensão entre eles, que pode ser observada através do xingamento enquanto estratégia de depreciação e desqualificação presente no discurso do *Garapeiro*. Por outro lado, a manifestação do *Sorveteiro* em relação ao procedimento do *Garapeiro* é compará-lo à doença, sendo até “pior qu’á Bubonica”. Esse jogo de insultos e xingamentos, segundo Marques de Carvalho era acompanhado atentamente pelos espectadores, que não poupavam gargalhadas e apitos sobre os “desordeiros”. Diante da iminente briga, o aparelho policial tem o caráter repressivo no ordenamento do conflito, culminando na prisão desses trabalhadores urbanos. A polícia potencializa em suas ações a garantia da calma e estabilidade e constituía um importante instrumento da intendência lealista na senda da cidade ordenada. A partir do diálogo construído pelo literato, o *Garapeiro* e o *Sorveteiro* não passavam de “desordeiros”, ou melhor, percebe-se um determinismo social na associação de incultos à desordem, sendo que estes eram vulgarizados através do linguajar rústico, denotando uma atitude de comportamento duvidosa desses trabalhadores e reforçando que por serem “desordeiros” tornavam-se alvos da ação policial.<sup>187</sup>

<sup>185</sup> Sobre os “historiógrafos” e a produção de cultura a cidade da “Belém da Belle Époque” na figura do intendente Antonio Lemos, ver: ROCQUE, Carlos. *Antonio Lemos e sua época: história política do Pará*. 2ª ed. Belém, CEJUP, 1996. CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. 2 v. Belém: UFPA, 1973; e MEIRA FILHO, Augusto. *Antonio José de Lemos: o plasmador de Belém*. Belém: Grafisa, 1978.

<sup>186</sup> THOMPSON, Edward Palmer. op. cit., 1981, p. 57. A metáfora “desvalorização” não significa que as produções historiográficas e literárias produzidas, ao longo do século XX, perderam importância, muito pelo contrário. Elas registram as marcas “dos homens no tempo” e espaço que foram gestadas e, também, por revelarem o universo mental de seus atores/atores.

<sup>187</sup> Um trabalho de fôlego sobre os significados da polícia no cotidiano da cidade, especialmente os capítulos III e IV, “A luta pelo monopólio da força” e “A polícia e os cidadãos”, respectivamente, encontra-se em BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

Esquadrinhando os Relatórios Municipais do intendente Antonio Lemos, Sarges entende que a criação da Polícia Municipal, a partir da Lei nº 158 (17/12/1897), respondia não somente pelo zelar da ordem pública, mas também como o instrumento político-municipal que interferia “diretamente na vida cotidiana dos habitantes da *urbe*”.<sup>188</sup> Por isso, enquanto os policiais prendiam o *Garapeiro* e o *Sorveteiro* por estarem perturbando a ordem pública e brigando entre si, num breve momento de distração da ação policial repressiva e moralizadora os *Moleques* que vendiam jornais aproveitavam-se da ausência, ou melhor, da prisão do *Garapeiro* e do *Sorveteiro* para furtar a garapa (caldo de cana) e o sorvete, para em seguida retornarem à árdua tarefa de jornaleiros e exercerem o ofício do reclame nas ruas de Belém. No decurso da venda de periódicos, apregoavam “*O Binoculo, a Moça, o Carrapato! A feijoada da 22 de Junho! A feijoada da 9 de Janeiro! A feijoada da 3 de Maio!*”<sup>189</sup> Isto é, os periódicos anunciados pelos *Moleques dos jornaes* identificavam espaços de lazer e alimentação dos moradores, onde deveriam procurar uma boa feijoada. A impressão causada pelo reclame dos *Moleques dos Jornaes* aos moradores de Belém e compradores dos jornais é apenas um vestígio do sucesso desses periódicos. Contudo, com aspecto de desânimo, um *Jornalista* não deixa de registrar seu desconforto e profundo incômodo em relação ao trabalho dos jornaleiros e à preferência do “povo”: “A tal estado chegamos. O povo prefere aos grandes órgãos estes papeluchos, que são os *atravessadores* da imprensa”.<sup>190</sup> Por conseguinte advertia a *Carapaná*: “De quem a culpa? Dos grandes órgãos, que se não respeitam, passando a vida em recíprocos debiques insultos”.<sup>191</sup> Em outras palavras, a advertência da *Carapaná* associava a culpa aos “grandes órgãos”, destacando-se a *Folha do Norte* e *A Província do Pará*. Torna-se necessário *a priori* uma breve incursão nesse debate a respeito da imprensa, pois cabe afirmar, logo de início, ser um corpo documental de circulação diária em Belém forjador de símbolos e significados, o que bem reflete o cotidiano urbano e as diversas experiências culturais. A este respeito, Heloísa Cruz ao analisar a imprensa paulista, no final do século XIX e início do XX, defende que ela assumira um “importante instrumento de renovação da cultura letrada, como também no *locus* de formulação, discussão e articulação de concepções, processos e práticas culturais e de difusão de seus projetos e produtos”.<sup>192</sup>

<sup>188</sup> SARGES, Maria de Nazaré. “Belém: a urbe das riquezas”, in op. cit., 2000, p. 98-9.

<sup>189</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 40.

<sup>190</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>191</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>192</sup> CRUZ, Heloísa. “A cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo – 1890-1915”, in *Projeto História: Cultura e cidade*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº. 13. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Junho/1996, p. 83.



Logo, os grandes órgãos de circulação da cultura letrada em Belém, nesse período, restringiam-se à órbita das gazetas *Folha do Norte* e *A Província do Pará*, ou seja, expressavam as concepções do jogo político e ideológico de lauristas e lemistas, respectivamente, em campos opostos na política paraense. Esses periódicos estavam diretamente associados à arena de grupos da cultura letrada, os quais se enfrentavam através da imprensa paraense, assim como nas eleições políticas no estado do Pará. O jornal *Folha do Norte* era vinculado ao senador Lauro Sodré, principal crítico e rival político da administração lealista enquanto *A Província do Pará* pertencia ao senador e intendente Antônio Lemos que definia o editorial favorável à administração municipal. Contudo, a visão do literato é limitada ao não distinguir os conflitos de lauristas e lemistas, pois não se tratava apenas de “recíprocos debiques insultos” que os grandes órgãos proporcionavam aos leitores, como queria reafirmar a *Carapaná*, mas sim de embates ideológicos de concepções políticas na imprensa sobre o cotidiano de Belém, sendo o literato inclusive diretor d’*A Província do Pará*.<sup>193</sup> Em outras palavras, *Moleques* (jornaleiros) e *Jornalista* estavam longe de minimizar essa dicotomia politizada e escamoteada no diálogo dos personagens.

Contracenando com estes personagens e demonstrando estar contente, o *Dr. Siranda* torna-se porta-voz do poder público, ou melhor, da ciência a respeito da peste bubônica, uma vez que a campanha de profilaxia contra a peste estaria surtindo o efeito desejado, isto é, o *Dr. Siranda* anunciava na avenida República que a *Bubonica* estava “dando a casca”. Nesta seara da medicina, o discurso construído exaltava o sucesso da campanha de profilaxia, que vai ao encontro do anseio de *Uma Mulher*, a qual desejava a erradicação da epidemia, uma vez que para ela a *Bubonica* “Não deixará saudades, aquela desavergonhada!”<sup>194</sup> Além disso, a dúvida em relação à peste retornara ao cerne do diálogo dos personagens, pois aparentemente a *Carapaná* e a *Dona Miquelina* não se deixaram seduzir pelo discurso do *Dr. Siranda*, apesar dos esforços médicos na campanha. Alias, pela segunda vez o *Dr. Siranda* fora contestado, mas de forma indireta, lembrando que anteriormente a “briga” foi com o *Dr. Defluxo*.

Carapaná. – Mas será mesmo peste, dona Miquelina?

Dona Miquelina. – Qual peste, nem nada! E’ gallicismo. Esta gente anda pôdre.

Carapaná. – Gallicismo? Eu não disse que tinha mudado de nome? E as investigações da sciencia?

Dona Miquelina. – Tolice, meu branco, tolice!

(*Sae*)

<sup>193</sup> “João Marques de Carvalho”, in *Folha do Norte*. Belém, 11 abr., 1910. No dia 10 de abril falecera na Europa o literato, a *Folha do Norte* publicara um artigo em “homenagem” ao jornalista, que traz uma pequena biografia.

<sup>194</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 40.

Carapaná. – Com efeito, em Belém, nunca tivemos falta de *bobões* e de *bubões*, com *o* e com *u*, á vontade do fréguez...<sup>195</sup>

Apesar do *Dr. Siranda* ter esclarecido que a campanha de profilaxia contra a peste estava surtindo os efeitos desejados no combate a bubônica e até do aparente alívio de *Uma Mulher* com a notícia, nota-se que na exegese deste diálogo entre a *Carapaná* e *Dona Miquelina* há a desconfiança em relação à autoridade do doutor *Siranda*, por mais que fosse o porta-voz do poder público e do racionalismo da medicina. Recordo ao leitor tratar-se do Dr. Francisco da Silva Miranda, então diretor do principal órgão de higiene pública, o Serviço Sanitário do Estado, que acumulava ainda as funções de diretor da Escola de Farmácia e do hospital da Santa Casa de Misericórdia. Aliás, não se tratava de um doutor qualquer – como o *Dr. Defluxo* (ridicularizado por não ser preciso no diagnóstico), o *Dr. Passarinho* (fugira do estado sendo ameaçado de prisão) e o *Dr. Sapiencia* (resolvera partir para o Rio de Janeiro na busca de reconhecimento científico no combate ao mosquito e à febre amarela). Estes, analisados anteriormente, foram contestados veementemente quanto ao exercício da medicina por Marques de Carvalho, principalmente o *Dr. Defluxo* na prática médica de diagnóstico, tendo sido contraditado pelos médicos *Siranda* e *Tartina*.

Contudo, pondera-se que até o *Dr. Siranda* sofrera indiretamente questionamentos, haja vista que a *Carapaná* procurava tirar suas dúvidas, em relação à existência da peste bubônica em Belém com *Dona Miquelina*, deixando de lado a opinião do *Dr. Siranda*. Assim, *Dona Miquelina* enfatizara a não existência de peste na capital paraense, tratando-se a palavra somente um galicismo, digo a doença adviria apenas da falta de higiene da população com o corpo, já que essa “gente anda pôdre”. Portanto, para *Dona Miquelina*, a peste não passava de uma tolice da medicina ou um modismo francês (galicismo) de nomear doenças, apesar da *Carapaná* instigá-la sobre as investidas da ciência, sem sequer ter sugerido outra nomenclatura para a peste. A *Carapaná* fora demovida da existência da doença? Creio não ser esta a questão. Na prática, Marques de Carvalho procura estabelecer, a partir da *Carapaná*, que alguns sintomas da peste bubônica eram comuns em Belém de longa data. Neste caso estaria a tumefação (“*bobões*” e “*bubões*”), um sintoma característico da peste bubônica, mas não exclusivo desta doença. Provavelmente por este motivo, o *Dr. Defluxo* tenha errado o diagnóstico e até mesmo *a priori* por querer muito constatar um caso de pestoso em sua clínica. Daí o *Dr. Tartina* afirmar que somente a partir de exame microscópico poderia haver certeza. Logo, o posicionamento reticente da *Carapaná* em relação ao *Dr. Siranda* passa a ser entendido enquanto precaução e não necessariamente uma polêmica com o médico.

---

<sup>195</sup> Id. Ibid., p. 41.

Por outro lado o *Jornalista*, ávido por informações que pudessem ser noticiadas na imprensa – e atento à conversa entre a *Carapaná* e *Dona Miquelina*, além da observação do *Dr. Siranda* ao diálogo destes – procura inquirir [o *Dr. Siranda*] sobre a suspeita de um caso de peste que estava sendo analisado. Reservadamente e de forma lacônica, o *Dr. Siranda* confirma:

Jornalista. – Dr. Siranda, confirmou-se aquelle caso suspeito de peste, que estava em observação?

Siranda, *em reserva*. – Sim.

Jornalista. – Posso noticial-o?

Siranda. – Não cáia n’essa! Pelo amor de Deus! O homem era pestoso, com effeito. Como, porém, o médico, amigo nosso, que o examinára, havia declarado inexacta a denuncia, não convém dar publicidade ao facto.

Jornalista. – Não vejo tal inconveniente. Todos podem errar...

Siranda. – Sim... mas, você comprehende... a gravidade da investidura official... a sciencia... você sabe...

(*sae*)

Jornalista, *afastando-se*. – Qual gravidade, nem qual gravidez. Eu estou aqui, mas é já estampando a noticia no jornal... cada um cumpra o seu dever!<sup>196</sup>

Ao saber da confirmação do caso, o *Jornalista* ainda procurara o consentimento do *Dr. Siranda* para poder noticiar na imprensa que a epidemia da peste ainda era uma realidade em Belém. Entretanto, o posicionamento negativo do *Dr. Siranda* não fora justificado pela possibilidade de alertar ou informar os moradores de Belém quanto ao alastramento da epidemia e dos perigos iminentes que eliminariam vidas e sonhos de crianças, jovens, adultos e idosos; mas pela omissão e proteção de um médico resguardando o poder público e a ciência. Assim, o *Dr. Siranda* estava mais preocupado em descarregar a culpa imputada ao amigo e médico, uma vez que este amigo de profissão teria examinado um paciente e declarado não procederem as suspeitas de um caso de peste bubônica, pois o exame-diagnóstico realizado durante a “observação” (aqui no sentido de diagnóstico da medicina social) teria confirmado a inexistência da peste e enquanto o exame realizado pelo *Dr. Siranda* a confirmava.

Certamente o médico em questão, amigo do *Dr. Siranda*, não era o *Dr. Defluxo*, o qual fora recriminado publicamente e portanto seria normal não defendê-lo. Por outro lado, apesar de não haver uma evidência recriminadora, não posso descartar a possibilidade desse “amigo” ser o *Dr. Tartina*, que se apoiava no exame microscópico, que possibilitava constatar, através do instrumento, o micróbio da peste justificando-se assim a reticência da resposta lacônica. Neste caso, o diálogo de *Dona Miquelina* e da *Carapaná* teria sentido por justificar a defesa do *Dr. Tartina*. Caso contrário, se não do *Dr. Tartina*, mas de um outro

<sup>196</sup> Id. Ibid. loc. cit.

médico de identidade não revelada se tratasse, o diálogo continuaria tendo sentido, reforçando a idéia de erro médico no diagnóstico. Afinal, nem mesmo a medicina social estava isenta da possibilidade de erro, por isso a preocupação com a “investidura oficial” e a “sciencia”. Assim permanece a incógnita desse médico protegido pelo *Dr. Siranda*, pois o nome em si é uma questão secundária e interesse-me realmente diante da possibilidade levantada sobre erro no diagnóstico, por questionar a eficácia da moderna ciência, haja vista que estava sujeita a acertos e erros, não sendo estes novidade nenhuma nos meios da medicina experimental dos laboratórios. Por isso a chacota da *Carapaná* em relação à existência de bubões, além do total descrédito de *Dona Miquelina* na ciência.

Percebe-se nessa identidade circunstancial de médicos o drama da omissão do *Dr. Siranda*, que faz um apelo ao *Jornalista*, para este não divulgar a notícia, o que prejudicaria a “investidura oficial”, ou seja, o próprio saber médico investido de cientificismo seria também questionado publicamente através da imprensa. Ainda assim, o *Jornalista* insiste com o argumento de que o erro do amigo do *Dr. Siranda* não seria nenhum inconveniente, pois “todos podem errar...”. Portanto a imprensa não se omitiria ao debate; o *Jornalista* não demonstrava a menor preocupação diante dos apelos do *Dr. Siranda*, muito pelo contrário, a notícia da peste era de domínio público e um “dever” do *Jornalista* noticiá-la já que a imprensa assumira o papel de perscrutar estreitamente a saúde pública como sentinela a desanuviar o lado oculto do cotidiano urbano e dos bastidores das práticas científicas. Basta lembrar dos *Sujeitos* conversando sobre as mortes provocadas pela peste bubônica, pois o burburinho provavelmente oriundo dos ecos de notícia, informava e noticiava as epidemias e a mortalidade em Belém.

É preciso tomar de empréstimo as observações de Walter Benjamin por uma “história a contrapelo” para referver as dissidências do diálogo entre o *Dr. Siranda* e o *Jornalista*. Segundo Benjamin, “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”,<sup>197</sup> pois os resquícios e/ou evidências do passado constituem o campo científico da pesquisa e, conseqüentemente, do historiador na busca de percepções e experiências que se encontram no ostracismo da história oficial. A correspondência dessa complexidade do campo científico encontra ressonância direta também em Homi Bhabha, para esquadrihar o discurso do *Dr. Siranda*, ou seja, percebe-se uma realidade “intervalar” dos locais da cultura uma vez que se notam embates culturais, denotando antagonismos dentro da própria filiação dos médicos. Por isso, a “representação da diferença não deve ser lida

---

<sup>197</sup> BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”, in *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 223.

apressadamente como o reflexo de traços culturais ou étnicos *preestabelecidos*, inscritos nas lápides fixas da tradição”.<sup>198</sup>

Em outras palavras, na produção de Marques de Carvalho percebe-se a “representação da diferença”, uma vez que na fala do *Dr. Siranda* há a defesa da medicina social em não expor concepções de postura médica em relação ao “amigo” de profissão, enquanto forma de construção da identidade de “classe” dos esculápios. Portanto, de quais silêncios na tradição da ciência o *Dr. Siranda* omitiu-se? Por que a publicação da notícia de um caso de peste tem a dimensão de uma gravidade que colocaria em xeque a “investidura oficial”? Por que o médico se retira do embate cultural com o *Jornalista*? A análise desse diálogo entre o *Jornalista* e o *Dr. Siranda* suscita inquietações que podem ser apreendidas a partir da preocupação da medicina social, que procurou no aparato do estado, o *locus* de receptividade à ciência, para fazer da cidade o laboratório de experiências através das campanhas profiláticas e da importância das inspeções sanitárias na árdua tarefa de higienização, que visualizou a constituição de um saber científico e médico inquestionável, como necessidade dentro do estado na legitimação da “ciência da vida”, na expressão de Othon Chateau, conseqüentemente, na construção de imagens de uma “cidade doente” bem como na tradição do fazer-se de um saber gestado e reelaborado no estado. Daí a necessidade de um *status* político e social dos “guéla-larga”, como se referia a *Carapaná* aos médicos, que temiam a contestação pública e oficial da arte de curar.

Notadamente, a omissão do *Dr. Siranda* tem uma preocupação correspondente, necessariamente não com a presença da peste na cidade – já que a imprensa divulgava constantemente a presença de epidemias – mas sim na preservação da identidade médica com um amigo de profissão e, principalmente, em poupar o *status* científico da medicina, pois as divulgações de divergências concernentes aos diagnósticos colocariam em xeque as campanhas de profilaxia, que passariam a ser questionadas e desmoralizadas, tal como a desaprovação do *Dr. Defluxo*. Isto é, a partir da aliança entre medicina e poder público, percebe-se uma prática de higienização em que o médico sanitarista torna-se o porta-voz da saúde e o responsável pelo combate às epidemias e à insalubridade da cidade, uma vez que um doutor da medicina oficial representava o corpo consultivo e moralizador do poder público nos assuntos de saúde e salubridade, desempenhando uma nova função social no exercício público da medicina. A higiene pública e a epidemiologia constituíam os ramos da medicina que mais cresciam e se consolidavam no Brasil e no limiar do século XX os

---

<sup>198</sup> BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 20. (Coleção Humanitas).

médicos vão reclamar através da medicina experimental sua competência científica como autoridades reguladoras da ordem urbana. Não por menos o *Dr. Sapiencia* arrogava-se aclamação enquanto um “poço de erudição”. Neste sentido, considera-se que, a partir dos descobrimentos da moderna microbiologia, – destacando-se por exemplo o químico francês Louis Pasteur (1822-1895) e o médico alemão Robert Koch (1843-1910) – a medicina social e experimental começaria a deixar de ser cega e pela primeira vez poderia curar e prevenir as enfermidades coletivas.<sup>199</sup> A cura e a prevenção de enfermidades coletivas necessita de ressonância nas camadas populares, pois a difusão das ações de médicos higienistas simbolizam o espelho do próspero, que legitimaria as campanhas de profilaxia das repartições de inspetoria do Serviço Sanitário do estado e da intendência, ou melhor, da “investidura oficial”, pelo menos enquanto campanhas pedagógicas aos espectadores e moradores de Belém a saber por exemplo, quando Marques de Carvalho abre espaço às camadas populares nas cenas entrecortadas dos diálogos “principais”. Por isso venho analisando-os até ao momento.

O cheiro de pólvora e querosene, além do barulho de bombas e foguetinhos anunciavam a presença dos *Inflammaveis*, ou seja, do *Entrepasto Municipal* e do *Interposto Livre*. O primeiro era autorizado por lei e arrogava-se a responsabilidade de zelar pela segurança pública, isolando os *Inflammaveis* em lugar seguro, enquanto o segundo julgava-se sempre espoliado da liberdade e protestava contra a sua falta preferindo continuar alfandegado, registrando as mercadorias comercializadas e pagando taxas à aduana. O dramaturgo estava realmente preocupado em persuadir a platéia através da defesa que este fazia da intendência lealista. Enquanto o oligarca Lemos acumulou cargos públicos, como venho ressaltando, grupos de comerciantes transferiam amplo apoio dentro do nicho político, que tanto promovia a defesa do chefe do Partido Republicano Paraense, não obstante o próprio senador Antonio Lemos, quanto também promoviam a rapinagem no dinheiro de trabalhadores, em função de obterem diversas concessões municipais de serviços urbanos do intendente. Analisando esta questão, Nazaré Sarges informa sobre os interesses presentes por detrás dessa encenação, digo, das concessões ou monopólios. Essa prática política de concessões aos serviços urbanos não representava nenhuma novidade política, pois eram comumente adotadas desde a Monarquia. Contudo, o problema consistia nas críticas enfrentadas pelo intendente, pois acintosamente essas práticas administrativas representavam

---

<sup>199</sup> A respeito dos avanços da moderna microbiologia e os embates científicos da medicina; Cf. JAIME, Larry Benchimol. “A ciranda dos bacilos”, in *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999, p. 345-381.

barganhas políticas e afetavam diretamente o cotidiano dos trabalhadores. O intendente montara uma política de favores assentada na política de concessões. Para tanto, alterou o Código de Polícia Municipal, em 12 de março de 1903, definindo a concessão do Entrepasto de Inflamáveis e Explosivos ao tenente-coronel Antonio Pinto Xavier:

Outra concessão que repercutiu foi a do Entrepasto de Inflamáveis e Explosivos, cujo beneficiário foi o tenente-coronel Antonio Pinto Xavier, o mesmo que já havia recebido benefícios no Mercado Municipal. Essa concessão rendeu muita discussão no Conselho Municipal, e para realizá-la Antonio Lemos modificou o art. 117 do Código de Polícia Municipal, em 12 de março de 1903. a partir de então, os utensílios inflamáveis ou explosivos destinados à venda a retalho deveriam ser dispostos em lugar arejado, seguro e isolado por muros.

Tornou-se evidente que a obrigatoriedade dessa nova medida havia trazido aumento de taxas, sobretudo para os vendedores de querosene ou fogos, que teriam de pagar o armazenamento por decímetros cúbicos e por prazo não excedente a dois meses. Essa obrigatoriedade atingiu de fato as pequenas mercearias do subúrbio cujo consumidor era a gente pobre que comprava “tostões” de querosene para iluminar seu barraco. Ao mesmo tempo, as embarcações vindas do interior também foram atingidas tanto que para atracarem no trapiche do entreposto pagavam uma taxa.<sup>200</sup>

Esta delicada questão das concessões também repercutiu no palco do Teatro Polytheama, contudo a partir da defesa de Marques de Carvalho a essa prática política, pois o tenente-coronel Antonio Pinto Xavier precisava de defesa na tentativa de acalmar os ânimos políticos. Percebe-se que a obrigatoriedade fora acompanhada de taxações econômicas sobre vendedores, comerciantes e trabalhadores que participavam desse comércio. Os foguetinhos, bombas e o cheiro do querosene anunciavam a presença do *Entrepasto Municipal*, que regulamentava a segurança pública, diante da ameaça do *Interposto Livre*, segundo a explicação do literato.

Entrepasto Municipal. – Sirvam os senhores de juizes. Sou o Entrepasto Municipal, auctorizado por lei, para guardar todos os inflammaveis em logar seguro.

Carapaná. – Safa! Este, é explosivo!

Jornalista. – E’ uma especie de isolamento: isola os inflammaveis.

Entrepasto. – Minha existencia decorre do proprio principio de segurança publica.

Carapaná. – Então com certeza está no seguro... E este?

Interposto Livre. – Julgo-me expoliado, protesto. Porque não me deixaram continuar alfandegado? Era tão commodo...

Entrepasto Municipal. – Interpuzeste-te entre mim e a lei. E’s o *Interposto Livre*. Has de cair.

Interposto Livre. – Cahir, cahirás tu. Já tens o *pé-na-cóva*...

Entrepasto Municipal. – Mas estou mais vivo do que a companhia do olho vivo.

Carapaná. – Cumpra-se a lei. (*Ao Interposto*). Vá sahindo de barriga.

Vozes. – Vá! Vá! Fóra!<sup>201</sup>

<sup>200</sup> SARGES, Maria de Nazaré. “Administrando a cidade e construindo a memória”, in op. cit., 2004, p. 145.

<sup>201</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 42-3.

O *Entrepasto Municipal* transfere a responsabilidade do julgamento à platéia, uma vez que o *Interposto Livre* era clandestino, justificando-se o *Entrepasto* para tanto estar autorizado por Lei, leia-se pelo Código de Polícia Municipal, que fora alterado pelo intendente para beneficiar o correligionário tenente-coronel Antonio Pinto Xavier. Portanto, o *Entrepasto Municipal* passara a guardar em local seguro os inflamáveis, em função dos riscos de explosão, tendo Marques de Carvalho usado o “princípio de segurança pública” na autodefesa do *Entrepasto*, com o apoio do *Jornalista* e da *Carapaná*. Outrossim, através desse diálogo, há a possibilidade de ler-se uma crítica à intendência municipal, haja vista que o *Interposto Livre* não deixa de aferir e protestar contra a situação a que fora submetido, julgando-se inclusive privado da liberdade por estar sendo espoliado pelo *Entrepasto Municipal*. O protesto do *Interposto Livre* ainda recupera o debate da relação de trabalho anterior à alteração do Código de Polícia Municipal, uma vez que, quando estava alfandegado, a situação era mais cômoda, isto é, na repartição da Alfândega as mercadorias eram registradas e cobradas. A julgar pelo protesto e também da análise de Sarges para quem os impostos cobrados, anteriores a modificação do Código, eram menos pesados sobre os rendimentos do *Interposto Livre*. Assim, as taxaões aumentavam o custo de vida dos moradores, “sobretudo para os vendedores de querosene ou fogos (...). Essa obrigatoriedade atingiu de fato as pequenas mercearias do subúrbio cujo consumidor era gente pobre que comprava ‘tostões’ de querosene para iluminar seu barraco”.<sup>202</sup>

Contudo o protesto é rebatido pelo *Entrepasto Municipal*, com o argumento de que o *Interposto Livre* estava na clandestinidade, por se colocar entre ele e a lei. Doravante deveria cair e deixar de interferir nos serviços urbanos e, conseqüentemente, adequar-se à nova legislação. Curioso observar que, por mais que Marques de Carvalho tenha tido uma relação muito próxima do amigo Antonio Lemos, ainda assim não se eximira de fazer-lhe críticas sutis. Outra fosse a pena, não seria surpresa. Outrossim, a intencionalidade do literato procura construir a defesa do *Entrepasto Municipal*, poupando assim as prováveis críticas ao intendente Antonio Lemos. Mas o literato não adentra diretamente nessa polêmica e sim no discurso de urbanização referente a segurança pública. De qualquer forma, há novamente uma crítica indireta que poderia ser perfeitamente filtrada pelos leitores e espectadores d’*A Bubonica*.

Quero destacar duas possibilidades de leitura desse diálogo entre o *Entrepasto Municipal*, a *Carapaná*, o *Jornalista* e o *Interposto Livre*. Primeiramente, Marques de

---

<sup>202</sup> SARGES, Maria de Nazaré. op. cit., 2004, p. 145.



Carvalho reforça a justificativa da política de concessões<sup>203</sup> a partir da legalidade, isto é, o *Interposto Livre* estaria infringindo a lei municipal e portanto merecia ser reprovado através do *Entreposto Municipal*. Assim, a concepção política do literato sobressai no diálogo da *Carapaná* e das *Vozes*, pois a lei deveria ser cumprida e o *Interposto* sepultado pelo monopólio. Mais uma vez, e não seria diferente, o comendador defende na literatura missionária as ações da intendência, procurando reforçar o perigo que as mercadorias inflamáveis e explosivas representavam para a cidade. Além do mais, o *Entreposto Municipal* não receava a luta contra o *Interposto Livre*. Por outro lado, depreende-se a crítica do literato, reforço, apesar de não ser o propósito. Assim, a segunda possibilidade de leitura diz respeito à recepção dos espectadores/leitores que filtravam significados desses diálogos. Fica notória a crítica do *Interposto Livre* quando retruca ao *Entreposto Municipal* o posicionamento de cair, uma vez que quem estava com o “*pé-na-cova*” era o *Entreposto*. Nota-se ser essa leitura indiciária que vai de encontro à política de favores ou concessões, por polemizar uma questão delicada na cidade.

Certamente não era a “gente pobre” que teve acesso à “revista de sucessos paraenses” no teatro e que portanto necessitava de comprar querosene para iluminar as moradias. Assim, tal medida impopular era escamoteada na peça teatral. Isto não quer dizer que a platéia concordasse com a literatura pedagógica. O custo de vida não era barato e o querosene tinha comercialização garantida, fosse nas moradias ou então nas embarcações, daí haver a crítica indireta do literato, expressada na voz do *Interposto Livre* e até na perseguição do *Entreposto Municipal*. A *Carapaná*, designando o *Interposto Livre*, exigia o cumprimento da lei com o apoio correspondente das *Vozes*, que exigem a retirada desse. Outrossim, o *Interposto Livre* já não gozava de aprovação e resolvera viajar para o Rio de Janeiro na esperança, de na capital federal, não ser perseguido e espoliado. Mas a *Carapaná* logo adverte: “Olha que por lá também há peste!”<sup>204</sup> Isto é, a segurança pública almejado pelo *Entreposto Municipal* também perpassa pelo discurso higienista, pois a ausência de um controle eficaz sobre a circulação de mercadorias e gêneros alimentícios, contribuiria para a proliferação da epidemia. De nada adiantaria assim ao *Interposto Livre* ir ao Rio de Janeiro, pois a cidade também padecia com a peste e o *Interposto* seria igualmente enquadrado na lei. Nesse sentido, o *Entreposto Municipal* representa uma autoridade reguladora, pois a defesa de Marques de Carvalho ao *Entreposto*, no palco do Theatro Polytheama, além de amenizar a

<sup>203</sup> LEMOS, Antonio José de. “Regulamento provisório do Entreposto Municipal”, in *Estado do Pará*. Governo Municipal de Belém. Disposições relativas ao serviço de inflamáveis. Entreposto Municipal para depósito de inflamáveis, explosivos e corrosivos. Pará: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1903, p. 23-33.

<sup>204</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 43.

celeuma entre os populares, procurava legitimar as taxações e impostos cobrados, uma vez que a responsabilidade destes recaía na segurança dos moradores de Belém, que guardavam materiais inflamáveis. Portanto, ao *Entrepasto Municipal* era associada a imagem da virilidade, já que não tinha receio da luta e estava decidido a enfrentar qualquer trabalhador que se colocasse diante de seu caminho, procurando regular esses produtos, uma vez que estava no “encalço do Interposto Livre!”.<sup>205</sup>

As camadas populares referidas há pouco ganham novamente espaço no palco do teatro. Desta vez há o retorno da questionadora *Dona Miquelina*. Na primeira aparição, o diálogo fora distinto da medicina social em relação à doença. A partir de agora, analiso a peculiaridade desta personagem-sujeito e sua função primordial necessária ao sucesso da campanha profilática, a saber, a denúncia anônima. *Seu Quincas* era marido da *Dona Miquelina*, a qual guardava ressentimentos de *Florismunda*, uma costureira que a insultou por causa da cobrança de uma dívida atrasada. Eis o motivo do ressentimento, uma simples dívida cobrada pela costureira. Em conversa com *Quincas*, *Dona Miquelina* procurou arquitetar uma vingança contra “aquella costureira lambisgoia”.<sup>206</sup> A vingança planejada por *Dona Miquelina* logo assumiria caráter pessoal, mas nem por isso descabido do papel social de vigiar a cidade diante da ameaça do perigo da peste [veja-se adiante], pois essa atitude está concebida na lógica da prevenção punitiva das inspetorias sanitárias estadual e municipal.

Ou seja, o plano de *Miquelina* precisava contar com o auxílio de *Quincas* para ser bem sucedido, uma vez que aquela ficara sabendo, durante a manhã, que *Florismunda* estaria doente e chegara o momento apropriado à vingança. Apavorado com o tom e o conteúdo do diálogo da mulher, *Seu Quincas* interrompe-a, julgando estar *Miquelina* tramando a morte de *Florismunda* sendo logo esclarecido de não ter a mulher a intenção de matar o desafeto. O plano de vingança isentaria a dupla de macular-se de responsabilidade por ser simples e perfeito. Segundo *Miquelina*, ela não queria matar, mas desejava do marido uma simples ajuda: “somente que você mande uma denuncia á hygiene, dizendo que ella está com peste...”.<sup>207</sup> O próprio *Quincas* reconhece a notícia da doença da costureira, mas adverte ser a informação inexata, o que também era do conhecimento de *Miquelina*. Logo, a esposa estava tentando persuadir o marido pois sabia perfeitamente que *Florismunda* não tinha peste. Portanto, o que menos importava era se *Florismunda* era ou não portadora da doença, as inspetorias sanitárias necessitavam tão somente de uma denúncia para empreender o papel

---

<sup>205</sup> Id. Ibid., p. 44.

<sup>206</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>207</sup> Id. Ibid. loc. cit.

normativo de vigiar, com o auxílio de moradores, e punir os doentes isolando-os nos hospitais de Belém:

Miquelina. – Ella não está, de facto, *com peste*. Mas como é *uma peste*, não haverá senão meia mentira. E depois, que escrupulos são esses? A denuncia pode ser anonyma...

Quincas. – Ah! n’esse caso bem... (*Vaidoso*) Eu sou turuna em cartas anonymas!

Miquelina. – E damos co’ a bicha no isolamento!<sup>208</sup>

Depreende-se sem dúvida que *Miquelina* estava longe de morrer de amores por *Florismunda*, pois deprecia-a de “lambisgóia”, “peste” ou “bicha” e até lhe usa para construir o trocadilho sagaz. Todavia, interessa perceber no diálogo a evidência da denúncia anônima no que tem como comparsa o próprio marido. Neste sentido, a delação à inspetoria de higiene reflete o papel pedagógico que venho discorrendo a respeito do espelho do próspero, isto é, as diferentes visões e concepções ideológicas de Marques de Carvalho coadunam-se no palco à defesa oficial político-partidária, sobre os espectadores e leitores, assumindo assim um reflexo moralizador e disciplinador uma vez que lhes outorga o caráter civilizador de vigiar a cidade e as camadas populares fator bem assinalado dentro do discurso de progresso e modernidade do governo republicano, como também por parte das atitudes do vaidoso *Quincas*, um especialista em cartas anônimas que concordara com a idéia de forjar a denúncia contra *Florismunda*, conforme o plano de *Miquelina* e o desejo de ver “a bicha no isolamento!”

Por outro lado, vale lembrar que não bastava tão somente a denúncia para a inspetoria de higiene caracterizar a remoção e conseqüente isolamento; valia-se a inspetoria de higiene de outros expedientes. Os costumes das práticas higienistas obedeciam a um certo ritual, nem sempre seguido diante das evidências. A denúncia constituía um dos aspectos que legitimava as ações de higienistas de inspecionar moradias. Uma vez na residência denunciada, coletavam-se amostras as quais eram submetidas a exames bacteriológicos para averiguar a presença ou não da bactéria em forma de bacilo, *Yersinia pestis*. Somente após diagnóstico positivo removia-se o paciente, isolando-o no hospital. Concomitantemente, os demais moradores das residências próximas à do paciente removido eram passíveis de receber vacinação e até mesmo visitas por parte de delegados, inspetores ou agentes sanitários, procedendo-se em seguida ao serviço de desinfecção da residência e moradias adjacentes pois vale lembrar que a peste é uma doença contagiosa e epidêmica como já sobejamente explicitado.

---

<sup>208</sup> Id. Ibid., p. 45.

Uma preocupação recorrente nas belas-letas do literato diz respeito aos vendedores ambulantes de comidas típicas que trabalhavam nas ruas de Belém. A manhã já findava e, chegada a hora do almoço, a *Carapaná* não fazia idéia de qual bóia filaria, pois não havia lido a “*Vida Social*” no jornal, enquanto o *Jornalista* desejava os petiscos de *Caetana*. A personagem *Caetana* é uma vendedora ambulante, negra, cozinheira, que carregava à cabeça uma bandeja de quitutes cantando enquanto trabalhava nas ruas de Belém, oferecendo seus alimentos: salgados, tortas, fios de ovos, empadas, doces em calda, pastéis de camarão, açaí e casquinhas de caranguejo. Conhecida como *Caetana dos Casquinhas* cantarolava, pois a propaganda era a alma do negócio e o prelúdio da presença da vendedora:

Ai!  
Ninguém como eu  
Quitute faz.  
Próvem do meu.  
P’ra pedir mais!

Sou preta limpa e cheirosa.  
Nas artes de cozinheira,  
Eu serei sempre a primeira  
Em nosso bello Pará.  
Também assahy amasso.  
E se um namorado chora,  
A’ donzella qu’elle adora  
A cartinha eu vou *leva*.

Ai!  
Ninguém como eu, etc.

(*Todos applaudem, rodeando Caetana, comprando-lhe pasteis*).<sup>209</sup>

Há um preconceito subliminar na crítica do *Jornalista*, *Caetana* tinha a “*pelle de Judas*”, pois seus alimentos custavam caro, um casquinho de caranguejo custava dez tostões, mas a máxima de *Caetana* consistia em rebater que o bom custa caro e seus casquinhas eram frescos e apimentados, portanto saudáveis. Assim, de nada adiantaria a reclamação do preço levantada pelo *Jornalista*, ela lhe respondia: “O sinhô tem pago mais caro tanto casquinho estragado...”.<sup>210</sup> Sendo assim, a vendedora *Caetana*, “preta limpa e cheirosa”, é reverenciada ao retirar-se de cena ao som de música e aplaudida por *Todos*, os quais a rodeavam para compra-lhe pastéis, gozando a vendedora de prestígio para com seus clientes. Quero retornar à música cantada por *Caetana*, nela há questões relevantes referentes aos alimentos, às relações de trabalho e ao corpo dessa trabalhadora negra, e não por acaso, as quais são significativas para entender a noção de higiene recorrente na época porquanto estou mesmo é interessado

<sup>209</sup> Id. *Ibid.*, p. 46.

<sup>210</sup> Id. *Ibid.* loc. cit.

em discutir os significados da noção de higiene associada à “pureza” do corpo presente na afirmação, “Sou preta limpa e cheirosa”, como requisito valorativo na identidade de *Caetana* enquanto vendedora ambulante e cozinheira. Dialogando com Roy Porter, percebe-se que o “Corpo é prenhe de significados simbólicos profundos, intensamente carregados e, amiúde, sumamente contraditórios”.<sup>211</sup> Buscando entender esta questão, o higienista Américo de Campos deixa pistas e observações interessantes sobre os cuidados da higiene com o corpo no início do século XX em Belém:

A Higiene nos ensina as regras que devemos observar sempre em relação: á limpeza do nosso corpo; á confecção das nossas roupas; aos nossos habitos, moradias, profissões, relações de cortezia ou de amizade; á Comunhão, ao meio em que agimos e, enfim, em relação a tudo quanto direta ou indiretamente possa influir sobre o nosso tão complicado organismo ou prejudicar a saúde pública.<sup>212</sup>

As mentalidades sanitárias da limpeza dos corpos e dos alimentos têm nas teorias médicas do contágio e na microbiana, por exemplo, a idéia de que a doença era transmitida de uma pessoa para outra, no primeiro caso, ou que a doença tinha como causa a invasão do corpo por organismos microscópicos vivos, no segundo caso. Na prática, os postulados vão ao encontro da revolução pasteuriana iniciada no século XIX, sintetizando o princípio da teoria microbiana do contágio, no início do século XX, segundo Liane Bertucci.<sup>213</sup> Logo, em conformidade com as noções de higiene de Américo de Campos, observa-se a preocupação e o cuidado de *Caetana* em cuidar da limpeza do corpo, pois o hábito de estar “limpa e cheirosa” constituía até uma exigência no exercício da sua profissão. Portanto, o cuidado com a limpeza do corpo obedecia a uma questão de higiene e era preocupação da cozinheira, uma vez que a limpeza referendava a qualidade no asseio com os alimentos que vendia. Quando respondera ao *Jornalista* que seus casquinhos eram frescos e bem apimentados, além de que não eram estragados, percebe-se essa inquietude por parte de *Caetana* com a saúde pública e a higiene do corpo e dos alimentos, uma vez que se cercava de cuidados para não decepcionar seus clientes. Até mesmo as “relações de cortezia e amizade”, defendidas por Américo de Campos, têm conotações em *Caetana*, que procurava reforçar essas relações, pois prestava-se, por mais irônico que pareça, a levar cartinhas a donzelas de um namorado a chorar.

Em outras palavras, a propagação de doenças estava diretamente relacionada ao contato direto e/ou indireto com as doenças urbanas, uma vez que poderiam ser disseminadas através do hábito alimentar e causar complicações ao organismo e, conseqüentemente, à

<sup>211</sup> PORTER, Roy. “O corpo”, in op. cit., 2004, p. 73.

<sup>212</sup> CAMPOS, Américo de. op. cit., 1912, p. 169.

<sup>213</sup> BERTUCCI, Liane Maria. “O tempo da influenza”, in *Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 70-2.

“saúde pública”. Assim, a própria variedade de alimentos que *Caetana* vendia não causava “indigestão”, como bem lembrava a cozinheira. *Caetana* pode ser considerada o exemplo ou ideal de trabalhadora ordeira diante do discurso moralizador de Marques de Carvalho; tem todo um cuidado social com o corpo e os alimentos, pois enfatiza ao *Jornalista* e à *Carapaná* seu estado de asseio na formação de sua identidade de trabalhadora, já que era uma “preta limpa”, além de “cheirosa”, o que a gabaritava a exercer a profissão. Portanto, mais uma vez os aspectos pedagógicos encontram-se na concepção do literato, que participa da construção dos preceitos higienistas na representação teatral. O exemplo da vendedora ambulante representa o espelho da civilização refletido nas relações de trabalho. Certamente, fazendo do teatro um palco político-pedagógico de advertências e ensinamentos às platéias, o dramaturgo compactua dos preceitos de que o cuidado de limpeza do corpo eram fundamentais na visão de civilização, sendo que o “bello Pará” vem a ser mais uma cidade salubre e higienizada, logo, civilizada; pois “*Todos applaudem, rodeando Caetana, comprando-lhe pastéis*”.<sup>214</sup> Somente a partir do século XX, é que as idéias miasmáticas aeristas e contagiosas pareciam haver encontrado sustentação teórica nos recentes descobrimentos da microbiologia, que havia considerado factuais as explicações químicas e biológicas: a limpeza do corpo, o ar purificado, uma nova organização do espaço urbano escoimizando Belém dos males e odores fétidos.<sup>215</sup> A higienização de Belém seria revitalizada pelos preceitos biológicos, os quais deveriam ser seguidos pelos moradores, mostrando-se o teatro uma valorosa escola desses valores.

A materialização desse anseio político médico-sanitário tem dependência com o empréstimo almejado pelo *Progresso*. Nessa vereda, com a pressa peculiar de sempre, chega todo vaidoso o *Bóro*, ao mesmo tempo em que do lado oposto entra em cena o *Progresso*, dando a notícia aos senhores presentes de que conseguira o *Emprestimo*, garantido através do acordo com o *Banqueiro Paraense*, que aparecera para legitimar e confirmar as transações com a intendência.

Carapaná. – Felicito o municipio na pessôa do Progresso.  
 Progresso. – Assim poderei dar expansão ainda maior ao bem-estar da  
 Communa.  
 Banqueiro, *com um gesto evocativo*. – Venha o Emprestimo!<sup>216</sup>

<sup>214</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 46.

<sup>215</sup> CORBIN, Alain. “Purificar o espaço público”, in *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 119-145.

<sup>216</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 47.

Novamente, o *Progresso* é o intendente Antonio Lemos, diga-se de passagem, oportunamente felicitado pela *Carapaná* enquanto representante do município. Segundo o *Progresso*, com os novos recursos adquiridos através do *Emprestimo*, poderia dar continuidade à expansão e ao “bem-estar da Communa”, haja vista que a reurbanização da cidade, neste caso o centro de Belém, necessitava de recursos para uma série de reformas que modificariam a paisagem da cidade logo, o discurso significava a consolidação da modernidade e da civilização. Num gesto evocativo, o *Banqueiro Paraense* pede a presença do *Emprestimo*, que surge do alçapão do Teatro Polytheama causando admiração e aplausos gerais:

Scintilante, tilintante,  
Sou esplendido metal!  
Offusco, sem ser diamante;  
Sem ser Deus, sou immortal!

Quando apareço, abarroto  
Cofres, arcas, pés-de-meias.  
Caprichos, teimas derroto,  
Quando lançado a mãos cheias.<sup>217</sup>

A projeção luminosa repousa no *Empréstimo* para destacá-lo “fulgurante d’oiuro”, o imortal metal nas metáforas acima representa a consolidação de um estado dependente da economia da borracha e de empréstimos bancários, pois o capital empregado na reorganização do espaço urbano só fora possível graças ao artigo lucrativo que era a borracha nos mercados externos.<sup>218</sup> O próprio *Progresso* reconhecia no *Emprestimo* “a consolidação do credito municipal a prova dos inexgottaveis recursos da praça”.<sup>219</sup> Em contrapartida ao retórico *Progresso*, para Marques de Carvalho, o *Emprestimo* estava imbuído de uma missão civilizadora, “reparadora e benefica, segundo deseja o intendente”.<sup>220</sup> Logo, não poderia perder tempo e retirara-se de cena diante dos aplausos da platéia. Estes discursos do *Progresso* e do *Emprestimo* favoráveis ao intendente Antonio Lemos também foram partilhados pelo *Dr. Siranda* que os ampliava felicitando o representante do governo do “glorioso Estado do Pará”, o jovem governador Augusto Montenegro, que “tem sido incansável em combater a peste!”<sup>221</sup> Portanto, o médico imbuído da urgência em noticiar os resultados da campanha contra a peste bubônica informava diretamente ao *Progresso* que a *Bubonica* estava agonizando na cidade, postura diferente da que teve anteriormente com o

<sup>217</sup> Id. Ibid., p. 48.

<sup>218</sup> Cf. WEINSTEIN, Bárbara. “Pará versus Amazonas”, in op. cit., 1993, p. 219-40.

<sup>219</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 48.

<sup>220</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>221</sup> Id. Ibid., p. 48-9.

*Jornalista*, quando não queria noticiar a existência da peste bubônica. Diferente porque agora tratava-se de coroar êxitos e identificar o “benfeitor”. O *Dr. Siranda* praticamente prestava contas com o intendente, já que durante o discurso favorável ao estado defendia a campanha profilática da peste empreendida pelo *Progresso*. Assim, a notícia deveria ser saudada com entusiasmo:

Todos. – Bravos!  
 – Que vá p’r’as profundas!  
 – Vivam os amigos do povo!  
 Progresso. – Quero vê-la morrer! Quero assistir aos derradeiros momentos da perversa!  
 (*Sae, acompanhado dos Drs. Siranda e Tartina*)  
 Todos. – Bravos ao Progresso!<sup>222</sup>

As imagens de aceitação e felicidade de *Todos* colaboram com a tese de que havia grande ansiedade em se livrar da peste e também a campanha [no teatro] de discursos pedagógicos correspondentes à aproximação da platéia com o nicho oligarca lealista de exaltação à República, num momento político delicado de eleições no Pará, pois os “amigos do povo” – identificados nos personagens que se aliaram no combate à peste, entre eles o Governador, o *Progresso*, o *Dr. Siranda* e o *Dr. Tartina* – não mediram esforços para curar a cidade doente. Marques de Carvalho procura exaltar o intendente Antonio Lemos e o governador Augusto Montenegro, para reforçar a tese de que os órgãos das repartições de inspetoria de saúde do município e do estado estavam tomando as medidas possíveis e necessárias para combater a peste bubônica. Logo, o *Progresso* desejava a morte da *Bubonica* e assim caminha, com os médicos *Siranda* e *Tartina*, pelas ruas de Belém. A arguição da *Carapaná* vai ao encontro do discurso do *Progresso* e do *Dr. Siranda*, pois defendia as teses de que a *Bubonica* estaria vencida, o erário municipal abarrotado de *Bóro* em função do *Emprestimo* e, conseqüentemente, o fortalecimento da intendência municipal. Portanto, restava trabalhar para que o estado alcançasse a almejada prosperidade; através do labor a prosperidade da *belle époque* seria o alicerce da modernidade. Assim, as imagens construídas pela *Carapaná* referem-se à apropriação do discurso republicano que demonstra mais uma vez a identidade política [da *Carapaná*], pois enfatiza que:

(...) não esqueçamos de prestar uma homenagem aos patriotas que, reunidos no Bosque Municipal, como os antigos patriarchas austeros, resolveram a revisão da Lei Constitucional do Estado. A Constituição republicana seja o lemma dos governantes! Viva o Pará!  
 Vozes. – Viva! Viva!<sup>223</sup>

<sup>222</sup> Id. *Ibid.*, p. 49.

<sup>223</sup> Id. *Ibid.* loc. cit.



Este diálogo inflamado e apologista da *Carapaná* têm toda uma lógica republicana presente nas delicadas eleições de 1903. O governador Augusto Montenegro, um aliado importante de Antonio Lemos, assumira em 1901 o governo indicado no partido pelo próprio intendente. Seu mandato findaria em 1904 assim, um ano antes das eleições, ocorrera um intenso debate político referente ao candidato do Partido Republicano Paraense (*PRP*) para o governo estadual. A carta constitucional do Pará não permitia a reeleição do governador. O chefe do *PRP*, Antonio Lemos, propunha a revisão da Lei Constitucional do Estado, em 1903, no Congresso dos Intendentes do Estado do Pará realizado no Bosque Municipal. Segundo Sarges a tensão política caracterizava-se pela desconfiança no propósito do intendente:

Desconfiava-se que Lemos queria alterar o dispositivo que proibia a candidatura de pessoas que não fossem paraenses ao cargo de governador do Estado. Tendo o Bosque Municipal como cenário, os representantes de todos os municípios reuniram-se em Congresso.<sup>224</sup>

Esta desconfiança não era descabida, pois o coronel José Heitor de Mendonça, intendente de Cametá, aliado ao grupo político de Lemos, costurava nos bastidores do Congresso do Bosque Municipal, realizado em 15 de agosto de 1903, a alteração da naturalidade para o intendente concorrer ao cargo de governador, por entender que o maranhense Antonio Lemos almejava o governo do estado. Analisando este tensionado jogo político, a historiadora argumenta que o senador Lemos “ameaçou dissolver o congresso diante da insistência do proponente e dos demais que compartilhavam a idéia. Diante dessa atitude enérgica do líder, a proposta foi retirada, causando surpresa em seus opositores”.<sup>225</sup> A proposta de Lemos era garantir a reeleição do governador Augusto Montenegro, por isso os “amigos e correligionários” brindavam à “saúde e felicidade do Chefe do Estado”,<sup>226</sup> o qual governaria até aos idos de 1909, enquanto “venerado e respeitado Chefe”.<sup>227</sup> Portanto, o brado da *Carapaná* de “Viva o Pará” pretendia acalmar os ânimos políticos, já que a oposição ao grupo lealista, através dos correligionários do senador Lauro Sodré, intensificara-se nos embates. Hora de nova mutação, desce a cortina do teatro enquanto em outro tablado, o político, o outro quadro fecha a coroação da oligarquia Lemos.

<sup>224</sup> SARGES, Maria de Nazaré. “A construção da imagem de Antonio Lemos”, in op. cit., 2004, p. 65.

<sup>225</sup> Id. Ibid., p. 66.

<sup>226</sup> *O Congresso dos Intendentes Municipaes do Estado e dos chefes politicos do Partido Republicano Paraense*. Discurso pronunciado no Bosque Municipal na 1ª reunião, em 15 de agosto de 1903 pelo Senador Antonio José de Lemos. Intendente de Belém e Presidente da Comissão Executiva do Partido Republicano Paraense. Belém: Secção de Obras d’A Provincia do Pará, 1903, p. 10.

<sup>227</sup> *Congresso dos Intendentes Municipaes do Estado e dos chefes politicos do Partido Republicano Paraense*. Mensagem dirigida aos Exs. Srs. Senador Antonio José de Lemos e o Dr. Augusto Montenegro pelos Intendentes Municipaes do Estado e chefes do Partido Republicano Paraense, em comemoração ao congresso Politico realizado em Belém a 15, 17 e 18 de ago., 1903. Belém: Secção de Obras d’A Provincia do Pará, 1903, p. 8.

#### 1.4 – *Apothéose*: legitimando imagens na construção da oligarquia.

(...) o espaço da cidade é o instrumento ideal de exteriorização do poder. Aos governantes, não bastam marcos edificadas, obeliscos de vitórias, edificações alusivas de suas gestões. Importa interferir na imagem da cidade, pois registram nela, indelével, a marca de sua perpetuidade.

Ana Luiza Martins, *A invenção e/ou eleição dos símbolos urbanos*, 1994.<sup>228</sup>

Nesse viés de investigação, um debate vivo no seio do fazer-se das experiências de sujeitos adormecidos na narrativa ficcional, deparo-me com a contribuição sempre presente de Walter Benjamin. Faz sentido pensar-se na diversidade do objeto de estudo da história, pois esta “é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’”.<sup>229</sup> Um tempo presente tão nebuloso quanto o nosso pretérito, cujos vestígios e reminiscências culturais são revelados pela rememoração que, como um cordão umbilical, instiga a interagir o presente/passado a partir de relações sociais polissêmicas e tensionadas por jogos políticos, que não estão no serôdio da história, mas no presente.

Por isso a *Apothéose* configura-se uma batalha de símbolos e significados que aparentemente homogeneizam a peça.<sup>230</sup> A *Apothéose* é a vitória do *Progresso* e da República (contra a desordem social, o cotidiano e as brigas de trabalhadores, a epidemia da peste bubônica), da campanha profilática, do saber médico edificador da cura, em outras palavras, a vitória da ciência, da razão e da modernidade, enfim o discurso e práticas legitimadoras e construtoras da intendência. A partir da mutação, os personagens-sujeitos retiram-se de cena, o espaço deixara de ser a *Avenida Republica*, muito menos há o retorno do *Palacio do Progresso*, que cede lugar ao Bosque Municipal. Os diálogos tensos entre trabalhadores, as polêmicas sobre exames ou diagnósticos entre os médicos e de múltiplos significados construídos nas belas-letas de Marques de Carvalho, que analisei até agora, atentamente acompanhados pela *Carapaná* e muitos outros personagens-sujeitos e por você, leitor, tiveram missões que vão além de mera apresentação do campo pedagógico da representação no tablado do teatro, haja vista a literatura ser importante instrumento da modernidade belepoqueana, enquanto missão.

Assim, no campo político, literário, naturalista e realista, *A Bubonica* difundira valores de “civilização” durante as apresentações e representações no Theatro Polytheama,

<sup>228</sup> MARTINS, Ana Luiza. “A invenção e/ou eleição dos símbolos urbanos: história e memória da cidade paulista”, in BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). *Imagens das cidades: séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH, FAPESP, marco Zero, 1994, p.189.

<sup>229</sup> BENJAMIN, Walter. op. cit., 1994, p. 229.

<sup>230</sup> Marques de Carvalho não constrói cenas com sujeitos-personagens e diálogos no quadro final, a *Apothéose*. Mas traz um desfecho visual repleto de significados.

cumprindo com a reafirmação e a construção do porta-voz Marques de Carvalho. A abrangência dessa “revista de sucessos” permitiu-me adentrar variadas polêmicas que se faziam presentes naquele tempo saturado de agoras do fazer histórico. Resta ainda a cena final: convido o leitor paciente a observar a literatura enquanto missão ao abrirem-se as cortinas para a *Apothéose*:

*A orchestra executa o Hynno Nacional. Abre-se o fundo. Aparece uma vista do Bosque, ao Marco da Légua. N'um ponto culminante, a estatua do Progresso eleva-se em attitude solenne, rodeada de figuras allegoricas aos Municípios do Estado. Por traz da estatua, rutila esplendorosamente o sol, – immortal como o sentimento humano da liberdade.*

**Cae o panno**  
Fim.<sup>231</sup>

A *Apothéose* enfim representara uma harmoniosa cerimônia de honras e louvores à República no Pará e, principalmente, ao *Progresso*, digo ao intendente Antonio Lemos e ao nicho político da oligarquia. Momento de glorificação e esplendor em que Marques de Carvalho introduz a presença de uma orquestra a executar o hino nacional, pois o nacionalismo enquanto símbolo do republicanismo fora exaltado ao público na construção da identidade nacional. Logo, no palco do teatro, a orquestra tocando o hino nacional significava a construção de um ato cívico nas solenidades republicanas. Justamente detrás da orquestra, outro símbolo da modernidade ressignificado pela intendência, o Bosque Municipal,<sup>232</sup> reinaugurado em 15 de agosto de 1903, para ser palco do Congresso Político dos Intendentes Municipais do Estado, onde o chefe do Partido Republicano Paraense, o intendente Antonio Lemos, presidiu a reforma da Constituição Paraense. Portanto, no “*ponto culminante*” exaltava-se a “*estatua do Progresso*” para legitimar a modernidade.

Durante esse momento solene a “estatua do Progresso” é erguida como um ícone máximo à autoridade do senador Antonio Lemos, rodeado de coronéis intendentess, os quais procuravam dar legitimidade e força política ao baluarte da oligarquia. Este, laureado pela luz do sol, deveria refletir o sentimento republicano de ordem e progresso ou então de liberdade, pois fora sucedido na campanha contra a *Bubonica*. Cabe ressaltar que o monumento fora erguido somente em 17 de dezembro de 1906 portanto a *Apothéose* cumpre a missão literária

<sup>231</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 51.

<sup>232</sup> Através da Resolução nº 158, de 12 de dezembro de 1906, o Bosque Municipal passou a ser denominado de Bosque Rodrigues Alves, em homenagem ao ex-presidente da República. Durante o ano de 1906, o Bosque Municipal permanecera fechado para execução de obras, destacando-se a construção do monumento comemorativo ao Congresso Político dos Intendentes Municipais do Estado, sendo novamente reinaugurado em 17 de dezembro de 1906 com o monumento já edificado e no dia do aniversário do senador Lemos. Cf. LEMOS, Antonio José de. *O município de Belém* (1906). Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. v. 5. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907, p. 94 e 200-2.

de Marques de Carvalho ao trabalhar os valores republicanos, um intenso louvor de civilização forjada na economia da borracha e nas relações político-sociais aos moradores de Belém. Ana Martins bem definiu um dos aspectos da cidade de São Paulo referente a “eleição de símbolos urbanos” por parte de gestores públicos.<sup>233</sup> No caso de Belém, o espaço ideal da “exteriorização do poder” do coronel Antonio Lemos não se limitou somente em edificar marcos civilizadores ou alusões a vitórias, como o Congresso dos Intendentes. Para tanto, o *Progresso* contava com o apoio incondicional do redator da gazeta *A Província do Pará*, o polivalente João Marques de Carvalho que, através da *Carapaná*, procurou legitimar símbolos e/ou “inferir na imagem da cidade”, demarcando significados do cotidiano a partir da “marca indelével de sua perpetuidade”. Assim, para fechar com chave de ouro, o literato deixara a estátua do *Progresso* ser rutilada pelos raios de sol, por representar o símbolo “*immortal como o sentimento humano da liberdade*”.

Todavia, os sinais deixados nos diálogos de alguns personagens-sujeitos, a saber, o *Futuro Bacharé*, o *Mendigo* e o *Interposto Livre*, principalmente os dois últimos, revelam críticas acintosas à administração do intendente Antonio Lemos, por maior que seja a defesa da *Carapaná* ao *Progresso*. Assim, depreende-se o esforço dantesco de Marques de Carvalho de lograr homogeneizar tensas relações conflituosas, quando desautoriza certo descrédito à intendência. Por outro lado, o *Progresso* fora elevado ao obelisco da vitória contra a *Bubonica*, o literato associava diretamente a morte da peste ao higienismo da campanha sanitária empreendida pelos governos municipal e estadual. Portanto, o palco do Teatro Polytheama servira de pódio aos vencedores, a vitória da ciência e do *Progresso* tornara-se a missão de Marques de Carvalho, como homem de letras na construção dessa imagem fraturada da cidade de Belém.

Descem as cortinas, a esfinge do historiador deve decifrar as especificidades das campanhas profiláticas e os discursos e práticas de médicos presentes na intendência municipal e no governo do estado. As experiências vivenciadas na história, para os historiadores, constituem o universo de trabalho, a capacidade de reagir; não há substituto para a experiência, que instiga sempre a uma maior investigação.

---

<sup>233</sup> MARTINS, Ana Luiza. op. cit., 1994, p. 189.

## 2 – A cidade mortífera e as práticas médico-sanitárias: medicina, higienização e campanhas profiláticas (1904 a 1911).

Através da “Chronica Lusitana”, o médico português Dr. Amilcar de Sousa advertia, já nos idos do século XX, que “a cidade, à face da hygiene, é mortífera”.<sup>1</sup> As crônicas lusitanas, freqüentemente publicadas pela *Folha do Norte*, tinham um aspecto científico, comum aos homens de ciência, então conhecidos pela erudição científica, tal como a personagem *Dr. Sapiencia*, “um luzeiro, um poço de erudição”.<sup>2</sup> Assim, para a medicina higienista e intervencionista, os conhecimentos acadêmicos de médicos serviam ao propósito de procurar difundir os valores da moderna ciência higienista, a medicina social ou ciência da vida. Para tanto, quando o Dr. Amilcar de Sousa se indagava sobre o que significava saúde? Não deixava de ser enfático ao afirmar: “Não existe... – Tudo é doença”, pois saúde e doença, vida e morte caminham juntas na natureza. Este debate é norteado no campo das campanhas de profilaxia urbana, por envolver a saúde e os costumes dos moradores de Belém e por compreender que a medicina social está além de ser um mero porta-voz dos governos municipal e estadual, uma vez que os projetos de higienização e as campanhas profiláticas em Belém adquiriram múltiplos significados sobre os quais irei discorrer ao longo deste capítulo. Portanto, para o colaborador do periódico, o Dr. Amilcar contribuía decisivamente na defesa da ciência da vida, pois “Sanear as cidades é defender os individuos que nelle vivem – é poupar os organismos dos ataques inconscientes dos microbios que, por milhões, no ar se difundem, a espreita, para provocarem a morte”.<sup>3</sup>

Cabe ainda ressaltar as presentes especificidades nos projetos de saúde pública que estavam em curso no início do século XX, a saber, as concepções sobre saúde pública e higienização por parte de médicos, governadores e intendente municipal que patrocinaram memórias nitidamente de autopropaganda nos boletins demógrafo-sanitários, mensagens de governo e relatórios municipais, advogando em causa própria as campanhas de profilaxia, de salubridade e de higienização da cidade moderna. Em contrapartida ao paradigma da cidade mortífera, enquanto justificativa e legitimação da propalada “ordem social” e “progresso” republicano da *belle époque*. Sendo que as validades e concepções dos preceitos do cientificismo e da medicina social caracterizaram as marcas das ações do poder público, leia-

---

<sup>1</sup> “Chronica Lusitana”, in *Folha do Norte*. Belém, 4 mai., 1908.

<sup>2</sup> CARVALHO, João Marques de. *A Bubonica*: revista de sucessos paraenses. Belém: Secção de Obras d`A Província do Pará, 1904, p. 16.

<sup>3</sup> “Chronica Lusitana”, in *Folha do Norte*. Belém, 4 mai., 1908.

se higienismo, no combate as epidemias e a insalubridade de Belém, como forma eficaz de evitar a proliferação de epidemias. Diga-se de passagem, eficaz no discurso e, em parte, na prática. No primeiro caso, a propaganda oficial é discutível na vulgarização da aceitação das campanhas; enquanto no segundo, as medidas de isolamento, vacina e remoção visavam afastar as “classes perigosas” da visibilidade da cidade moderna e, não necessariamente, a cura dos doentes, apesar do combate às epidemias. Portanto, um dos poetas consagrados da literatura ocidental, Charles Baudelaire, ajuda a refletir sobre a cidade parisiense, a partir de meados do século XIX, com ênfase nos problemas urbanos. O literato coloca o leitor diante do cotidiano, destacando as experiências culturais dos moradores, que sonhavam, viviam, brigavam, trabalhavam, adoeciam e, também, morriam. Os “doentes” da Paris mórbida não teriam outro fim, senão “um abismo comum”, a morte.

É o momento em que as dores dos doentes culminam!  
 A Noite escura os estrangula; eles terminam  
 Seus destinos no horror de um abismo comum;  
 Seus suspiros inundam o hospital; mais de um  
 (...)  
 E entre eles muitos há que nunca conheceram  
 A doçura do lar e que jamais viveram!<sup>4</sup>

Nesse sentido, apreende-se que os moribundos com estertores já não tinham mais o viço diante do Érebo,<sup>5</sup> uma vez que as enfermidades e epidemias grassavam nas cidades atacando seus moradores. Logo, o espaço citadino das ruas, avenidas, becos, áreas alagadas, galerias, praças, enfim a *urbe* passara a ser compreendida enquanto “local inóspito”, onde as doenças ceifavam vidas e se desenvolviam rapidamente no espaço urbano, significando uma constante ameaça à vida e à saúde pública, por provocar momentaneamente, a desestruturação da ordem social. Nessa seara, a cidade moderna, para Baudelaire, fora apreendida pelo simbolismo da destruição, pois o poeta lançara seu olhar sobre a construção da imagem da Paris urbana e fisionomista. A historiografia contempla esse debate como para Lucrecia D’Alessio Ferrara, que definiu a partir da leitura de contemporâneos, destacando-se os médicos, que visualizaram as cidades como “um organismo vivo, mutante e ágil para agasalhar as relações sociais que a caracterizam”.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> BAUDELAIRE, Charles. “Quadros Parisienses – XCV: O Crepúsculo Vespertino”, in *As Flores do Mal*. Edição bilíngüe. Tradução, introdução e notas de IVAN JUNQUEIRA. 6ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 351. (Coleção de Todos os Tempos).

<sup>5</sup> Érebo significa o símbolo literário da morte, que para os gregos teria sido uma entidade que preexistiu à criação do universo, pois era filho do caos e irmã de Nyx (mãe do sono e da morte).

<sup>6</sup> FERRARA, L. D’Alessio. “As mascaras da cidade”, in *Um olhar periférico*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 203.

Daí o ímpeto literário peculiar sobre a confusão social e “o aparato sangrento e atroz da Destruição”, onde a urbe respirava um ar “perigoso e fatal”, de uma “multidão impura”, a qual não teria remédio, já que o mundo era um “oásis de horror num deserto de tédio”.<sup>7</sup> Visão bem peculiar, mas diferente do literato paraense. Não por acaso, João Marques de Carvalho dedicara *A Bubonica*, uma análise naturalista e realista de cura através da aliança entre médicos e as instituições públicas. Esses significados baudelaireanos sobre a cidade parisiense remetem-me a problematizar a cidade de Belém, que segundo Bárbara Weinstein, “era uma das mais notáveis cidades da América Latina”<sup>8</sup>. O bacteriologista Oswaldo Cruz, quando nela esteve pela primeira vez ficara bastante impressionado: “A cidade é linda: ruas largas, toda iluminada á luz electrica, muito movimento, muitos carros, uma cidade européa, em summa! A vida é carissima”.<sup>9</sup> Esta impressão não fora por menos, pois o Dr. Afonso Mac-Dowell ciceroneou o amigo pelo centro de Belém, já que chovera bastante no dia 10 de novembro de 1905, aliás, o dia inteiro.

Assim, o contestado diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública conheceu convenientemente apenas o espaço salubre, onde o viver na *belle époque* era caríssimo. Contudo, é sob o prisma de cidade mortífera e inóspita, que sofrera projetos públicos de intervenção, na expectativa de cura do *corpus* social e orgânico, que me proponho a analisar. Logo, a experiência francesa ultrapassou os limites nacionais e pretensamente se representou e foi representada enquanto modelo universal de modernidade. Ainda assim, como bem lembra Marcel Roncayolo sobre a modernidade, a qual “não é particular à França, nem à sua capital”, apesar de ser “a vitrine da modernização”.<sup>10</sup> Portanto, a linguagem da cidade contém na representação, seja teatral ou diplomática, acepção indissociável para Helenice Silva:

(...) A primeira modalidade pressupõe a idéia de uma presença: nesse caso, a representação expõe uma situação significativa, que evoca um encadeamento de ações, tornando presente o destino, a vida, o mundo – tanto em seu aspecto visível quanto em suas significações invisíveis. A segunda modalidade sugere a idéia de “delegação”, no sentido de uma transferência de atribuições, por meio da qual uma pessoa pode agir em nome e em lugar de uma outra.<sup>11</sup>

<sup>7</sup> BAUDELAIRE, Charles. op. cit., 1985, passim. p. 391, 393, 395 e 441.

<sup>8</sup> Cf. WEINSTEIN, Bárbara. “Pará versus Amazonas”, in *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993, p. 219.

<sup>9</sup> Carta de Oswaldo Cruz enviada a Miloquinha. Belém, 11 nov., 1905. *Apud.* AMARAL COSTA, Carlos Alberto. *Oswaldo Cruz e a febre amarela no Pará*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1972, p. 373-6.

<sup>10</sup> RONCAYOLO, Marcel. “Mutações do espaço urbano: a nova estrutura da Paris haussmanniana”, in *Projeto História: Espaço e cultura*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº. 18. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Maio/1999, passim, p. 91-2.

<sup>11</sup> SILVA, Helenice Rodrigues. “A história como ‘representação do passado’: a nova abordagem da historiografia francesa”, in CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papirus, 2000, p. 84.

No primeiro caso, há os significados concretos e matérias das ações sociais, visíveis ou invisíveis, como analisei no capítulo anterior, manifestados no cotidiano enquanto no segundo, há um sentido real que dá visibilidade ao representante a partir dos discursos políticos e das ações médicas ou higienistas. Logo, as representações são elaboradas para legitimar práticas, além de construir identidades sociais, políticas e institucionais. Em outras palavras, as práticas médico-sanitárias têm intencionalidades e experiências específicas na declamada Belém belepoqueana, pois compreendem um ideal representativo de cidade moderna, isto é, uma abstração forjada na esfera do estado. Por isso, depreende-se que a imagem da cidade moderna, para Ana Luiza Martins tem na materialidade cultural o “instrumento ideal de exteriorização do poder. Aos governantes, não bastam marcos edificadas, obeliscos de vitórias, edificações alusivas de suas gestões. Importa interferir na imagem da cidade, pois registram nela, indelével, a marca de sua perpetuidade”.<sup>12</sup>

Portanto, a imagem da cidade salubre e higienizada, apesar de ser propósito dos agentes políticos, tem na perpetuidade a intenção de destruir a inospitalidade da Belém mortífera, na definição do Dr. Amilcar e, até mesmo, na visão do intendente Antonio Lemos, para quem os flagelos epidêmicos atribuíam a Belém o título de “necrópole” paraense.<sup>13</sup> Angel Rama argumenta que as cidades têm uma linguagem diferente e superposta, pois a linguagem física de um “visitante comum percorre até perder-se na multiplicidade e fragmentação, e a simbólica, que a ordena e interpreta”.<sup>14</sup> Outrossim, cabe ressaltar que o visitante comum também faz uma leitura simbólica do espaço urbano, o qual interage nas relações cotidianas; daí Oswaldo Cruz ter ficado surpreso enquanto “visitante”, bem diferente de Marques de Carvalho, que procurava ordenar e interpretar. Esse paradigma comporta leituras da cidade inóspita e mortífera ao ser confrontado com as concepções da medicina social, leiam-se as práticas de higienização e campanhas profiláticas, também apreendido no imaginário da Amazônia construído historicamente, enquanto determinismo geográfico e social Euclides da Cunha a respeito, refere-se à região imperfeita, assim definida como uma:

---

<sup>12</sup> MARTINS, Ana Luiza. “A invenção e/ou eleição dos símbolos urbanos: história e memória da cidade paulista”, in BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero/Anpuh, 1993, p. 189.

<sup>13</sup> Essa imagem de necrópole paraense arrastava-se desde meados do século XIX, quando a epidemia do cólera, por exemplo, grassou os moradores do Grão-Pará, coexistindo com outras epidemias e dizimando milhares de pessoas. A este respeito confira: BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004; Ler também o debate a respeito das políticas públicas de saúde, referentes à varíola e à febre amarela, bem como o cotidiano de vida e trabalho, além das experiências de populares em Belém: RITZMANN, Iracy de Almeida Gallo. *Belém: cidade miasmática – 1870/1900*. São Paulo, 1997. Dissertação. (Mestrado em História Social). Departamento de História, PUC-SP.

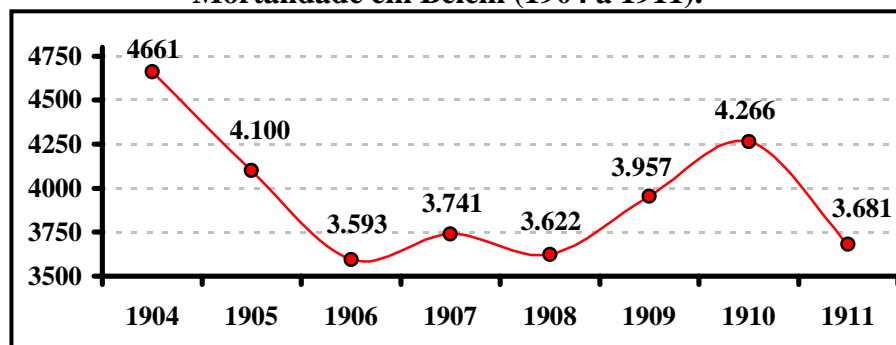
<sup>14</sup> RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 53.



(...) comunidade monstruosa sem órgãos perfeitos, recém-nascida e moribunda vegetando por um pródigo da natureza mirífica, cujos dons ella monopolizou em detrimento de raças mais robustas, que noutros territórios sucumbem, combatidas, esmagadas pelos antagonismos naturaes.<sup>15</sup>

Esta imagem de um “inferno verde”, característica marcante na obra do engenheiro Alberto do Rego Rangel (1871-1945), partilhada também por seu amigo Euclides da Cunha,<sup>16</sup> evidencia outro aspecto sobre a região amazônica, que possibilita trilhar esse paradigma presente no início do século XX, pois não pretendo apreender a cidade de Belém como a “francesinha do norte” dos cartões-postais, muito menos enquanto “comunidade monstruosa sem órgãos perfeitos”, tal qual a “última página, ainda a escrever-se do Gênesis”.<sup>17</sup> Entretanto, os antagonismos naturais dizem respeito ao aspecto geográfico e ao debate sobre adaptação do homem na Amazônia, onde o imigrante estrangeiro frequentemente sucumbia ao contrair doenças. Por isso, a partir da mortalidade em Belém é possível caminhar pelo estado lutuoso, que tanto chamava a atenção dos inspetores sanitários, tendo maior destaque as epidemias da varíola, paludismo, febre amarela, tuberculose e peste na origem dos óbitos:

**Mortalidade em Belém (1904 a 1911).**



Fonte: LEMOS, Antonio José de. *O município de Belém* (1905). Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. v. 4. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1906, p. 79; e *Boletim de estatística demographo-sanitaria da cidade de Belém*. Ano VII. Belém-Pa: Imprensa Oficial, dezembro de 1911, p. 325.

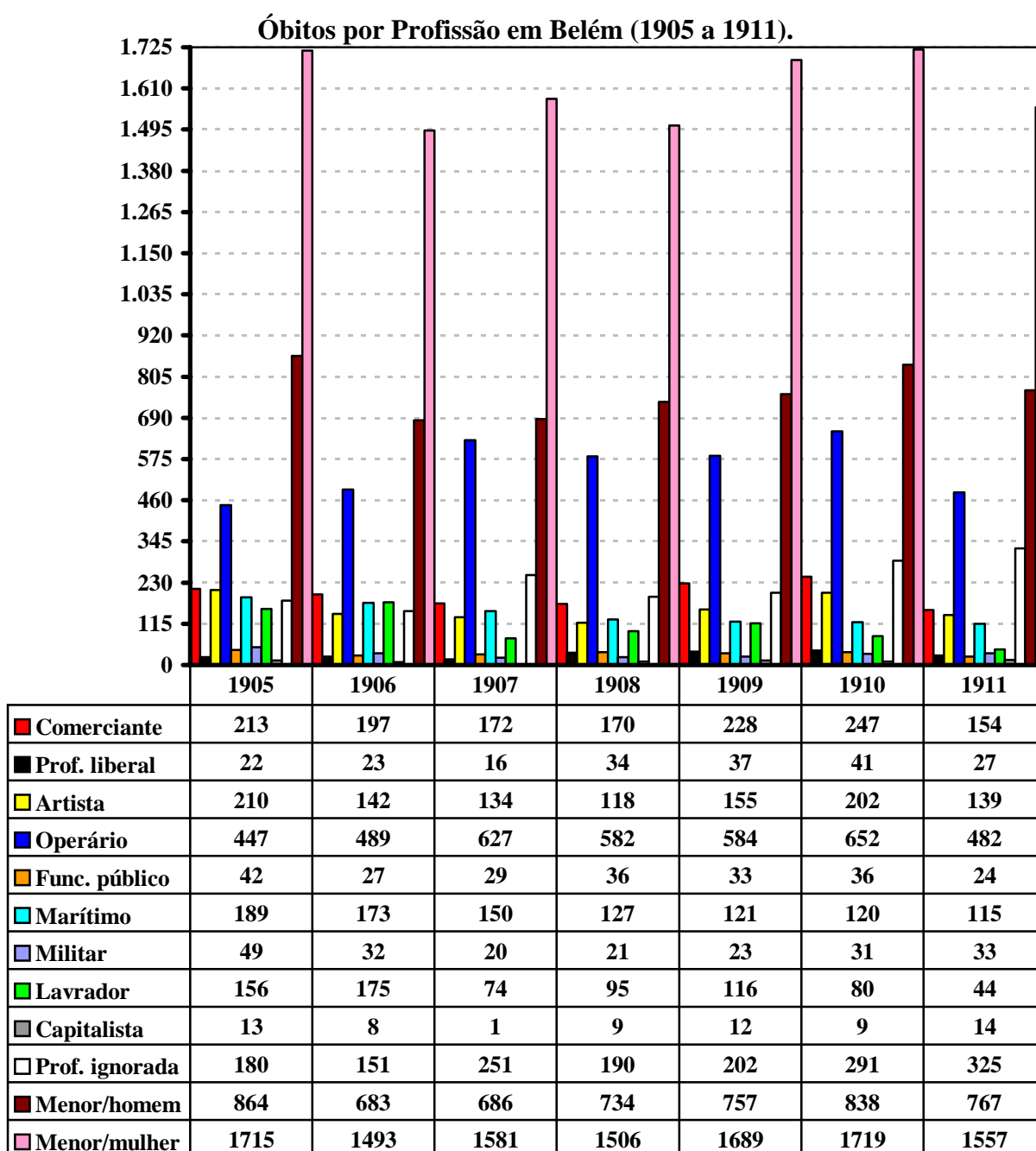
Os boletins sanitários eram publicados mensalmente, tendo sido organizados a partir de 1905, por determinação do governador Augusto Montenegro, por serem importantes instrumentos de disseminação da autopropaganda dos médicos do Serviço Sanitário. Estão encadernados por ano e encontram-se disponíveis no Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Viana sendo fontes significativas por conterem estatísticas que possibilitam apreender as ações oficiais e a atuação médica na saúde pública, além dos relatórios dos

<sup>15</sup> Essas argumentações encontram-se no preâmbulo assinado por Euclides da Cunha. Cf. RANGEL, Alberto. *Inferno verde: cenas e cenários do amazonas*. Gênova: S. A. I. Cichés Celluloide Bocigalupe, 1908, p. 14.

<sup>16</sup> Sobre Euclides da Cunha e Alberto Rangel confira: ROCHA, Hildon (Org.). *Um paraíso perdido: ensaios amazônicos*, de Euclides da Cunha. Brasília: Editora do Senado Federal, 2000. (Coleção Brasil 500 Anos).

<sup>17</sup> RANGEL, Alberto. op. cit., 1908, p. 10.

inspetores reunidos nos boletins. A mortalidade de 1904 foi abstraída do relatório de Lemos; entre os anos de 1904 e 1911, observa-se a mortalidade de 31.621 pessoas registrada pela Diretoria do Serviço Sanitário (em 1905, Belém tinha uma população de 120.000 e, em 1911 atingia mais de 190.000 habitantes), daí a preocupação com as epidemias e doenças, que deixavam em alerta autoridades sanitárias, com referência a salubridade urbana e ao crescimento demográfico, onde as epidemias geralmente eram imputadas à migração, somada ainda à insalubridade. Assim, levando-se em consideração esses dados, os inspetores sanitários fizeram um perfil dos óbitos por profissão, conforme observa-se no gráfico a seguir:



Fonte: Boletim de estatística demographo-sanitaria da cidade de Belém. Ano VII. Belém-Pa: Imprensa Official, dezembro de 1911, p. 346.

A mortalidade ou número de óbitos em relação à profissão é reveladora e significativa.<sup>18</sup> Aviso tratar-se de um campo de possibilidades, pois os números ajudam a visualizar um perfil dos trabalhadores e a profissão, bem como um acompanhamento por ano dos óbitos, não sendo entretanto possível, neste gráfico, relacionar-se a doença à profissão e vice-versa. Mas não é, contudo, impossível, em função de que mais adiante vou apresentar ao leitor outras estatísticas em que, perfeitamente, podem ser cruzados dados, identificando-se assim a profissão e a causa da doença, precisamente em relação à tuberculose, à peste bubônica e à varíola. Por outro lado, observando os óbitos e a profissão, lembrando o total atingir 26.290 habitantes, entre 1905 e 1911, assusta notar o alto número de mortes entre menores de idade ou crianças. Ainda que não haja uma faixa etária definida nessa classificação no gráfico anterior, lembro que geralmente as estatísticas incluíam menores, classificando-os até a idade de 10 anos; a mortalidade entre meninas atinge 11.260 (41,766%), enquanto a de meninos representa 5.329 (19,766%), ou seja, somente as crianças perfaziam do total de 26.290 óbitos, nada menos que 16.589 meninos e meninas (61,322%); portanto sabe-se que a mortalidade atingia principalmente as crianças, talvez por serem mais vulneráveis ao padecimento, provavelmente pela fragilidade dos organismos em decorrência das condições de moradia e alimentação e dos esforços das campanhas de profilaxia “supostamente” recaíam sobre as crianças embora na realidade as ações dos inspetores sanitários tinham como alvos preferenciais os imigrantes, trabalhadores, pobres (a famosa “classe perigosa”).<sup>19</sup>

As demais profissões merecem destaque, uma vez que o universo da doença recaía, para lembrar a advertência da personagem *Bubonica*, sobre a epidemia que atingia tanto “pobres”, quanto “reis”.<sup>20</sup> Assim, 1.381 ou 5,122% de comerciantes (geralmente portugueses) padeceram com doenças; enquanto os profissionais liberais (médicos, advogados, professores, engenheiros, por exemplo) correspondiam a um número infinitamente menor, ou seja, apenas 200 ou 0,742% dos óbitos; número aliás bem próximo do dos funcionários públicos (227 ou 0,842% das mortes) e, também, do dos 209 (0,775%) militares e apenas 66 ou 0,245% de

<sup>18</sup> A documentação da Diretoria do Serviço Sanitário, encontra-se no Arquivo Público do Pará, na documentação sobre o Poder Executivo, mais precisamente nas Secretarias de Estado, ver “Saúde (1901-1939)”, alguns relatórios estão presente na Biblioteca Arthur Vianna (CENTUR), no setor de obras raras.

<sup>19</sup> CHALHOUB, Sidney. “Sobrevivendo...”, in *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 64-89. Sobre este assunto, ver especialmente o debate em relação a construção do conceito de trabalho, enquanto elemento ordenador da sociedade, pois era necessário inculcar o hábito do trabalho para combater as “classes perigosas”. Confira a análise sobre as relações de trabalho e a mão-de-obra, na virada do século XIX e início do XX no Pará, onde os conflitos também foram características marcantes em Belém, confira: FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *Prefere-se Portugueses: trabalho, cultura e movimentos sociais*. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em História Social) – IFCH / Departamento de História, UNICAMP.

<sup>20</sup> CARVALHO, João Marques de. op. cit., 1904, p. 5.

capitalistas. Esta evidência reflete que funcionários públicos, profissionais liberais, militares e capitalistas gozavam de condições de vida melhores, mas nem por isso estavam imunes a contraírem doenças, corroborando a desigualdade social como elemento diferenciador de condições de vida e hábitos saudáveis. Já os artistas, identificados com a vida boêmia e hábitos não saudáveis, por levarem uma vida instável e morarem freqüentemente em cortiços, além de serem considerados “amantes” dos costumes noturnos, como a freqüência a botequins e teatros, foram 1.100 ou 4,080% das mortes.

Outra categoria das bastante atingidas diz respeito aos operários, que geralmente exerciam diversas atividades, como caixeiros, vendedores ambulantes, jardineiros, jornaleiros, sapateiros, barbeiros, motorneiros, boleiros, condutores de bondes, carroceiros, carpinteiros, peixeiros, enfim, trabalhadores do serviço formal e informal do crescente e diversificado mercado de trabalho em Belém, naqueles tempos de crescimento demográfico assustador; assim, 3.863 ou 14,329% dos operários sucumbiram na cidade. Além do mais, 740 ou 2,745% de lavradores (caseiros e trabalhadores rurais) morreram, seja pela ineficiência de assistência pública ou também pelas condições de saúde nas áreas rurais de Belém, reforçando a tese de que padeciam muito mais pessoas de baixa renda durante a *belle époque*. Para apoquentar mais um pouco esta celeuma, a Diretoria do Serviço Sanitário identificou nas profissões algumas ignoradas (provavelmente operários, lavradores, trabalhadores, mendigos, pobres, enfim, apenas estatísticas para as autoridades, pois não fora possível identificar a profissão) um universo considerável, ou seja, 1.590 ou 5,898% de moradores. Os marítimos têm destaque, pois o mundo do trabalho diz igualmente respeito às embarcações, lanchas, paquetes e navios, freqüentemente acusados pela vigilância sanitária pela insalubridade e sujeira e, principalmente, pelo transporte de passageiros doentes, que convalesciam em alto-mar, atingindo a tripulação e que quando não morriam durante a viagem, padeciam nos hospitais; lembrando que a vigilância sanitária precisaria ainda identificar a doença pois algumas enfermidades permaneciam incubadas, demorando alguns dias para se manifestar. Por tudo isso morreram 995 ou 3,691% de marítimos. Não é demais lembrar que, entre 1898 e 1907 deram entrada no Porto de Belém, entre tripulantes e passageiros 805.005 imigrantes nacionais e estrangeiros vindos de infinitos lugares, daí a ameaça real de epidemias geralmente ter sido importada.<sup>21</sup>

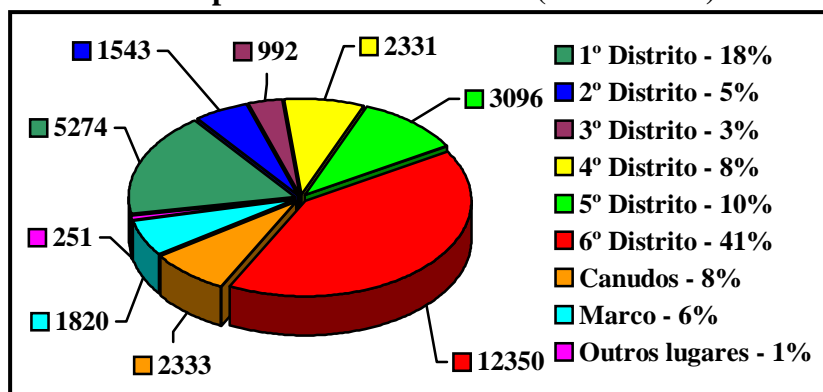
A desigualdade social e a profissão ou trabalho exercido pelos moradores reflete a identificação da pobreza com a doença e o rastilho de epidemias em Belém nos segmentos

---

<sup>21</sup> MONTENEGRO, Augusto. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 7/09/1908. Belém-Pa: Imprensa Oficial, 1908, p. 80.

menos favorecidos de riqueza, bem como a alta taxa de mortalidade entre menores. Antes de ir mais além, observe o gráfico a seguir sobre a mortalidade e a identificação com os distritos para melhor compreender essa linha de argumentação, uma vez que as epidemias e doenças estão intimamente relacionadas às moradias e ausência de condições mínimas de salubridade.

**Óbitos por Distritos em Belém (1905 a 1911).**



Fonte: *Boletim de estatística demographo-sanitaria da cidade de Belém*. Ano VII. Belém-Pa: Imprensa Official, dezembro de 1911, p. 34.

Os distritos estavam organizados por “largos” e diziam respeito ao Largo da Sé, São José, Trindade, Memória, Santo Antônio e São Brás, além do Largo do Palácio que na prática acabava sendo uma extensão da Sé. No relatório (1905) de Lemos encontram-se duas plantas da cidade, uma diz respeito à divisão por distritos e outra refere-se a linha de bondes; não foi possível identificar os distritos com os bairros, apesar do mapa conter as legendas, pois elas têm uma tonalidade amarelada de difícil distinção; outrossim, na outra planta, observa-se claramente os largos, mas ainda assim não tem a associação aos respectivos distritos. Por isso, segue-se a análise da mortalidade por distritos, sabendo-se *a priori*, que o índice maior de mortalidade tem relação direta com a ausência de salubridade pública. O 6º Distrito é revelador, pois concentrava o maior índice de mortalidade, isto é, 12.350 ou 41% dos óbitos e abrigava milhares de migrantes que chegavam a Belém, muitos deles provenientes do Ceará, tendo destaque as mulheres que viviam nos subúrbios da cidade e exerciam o trabalho de vendedoras ambulantes, costureiras, amas-de-leite, engomadeiras e lavadeiras, além de sustentarem a família, revelando que a imigração necessariamente não significava trabalhar nos barracões da extração do látex, aliás, atividade praticamente masculina na Floresta Amazônica.<sup>22</sup> Assim, nesse distrito, os moradores estavam afastados das benesses da saúde,

<sup>22</sup> Um breve rastreamento de mulheres e homens nordestinos e a presença no dia-a-dia de Belém, por exemplo envolvimento “em atos de indisciplina contra a ordem vigente”, confira: LACERDA, Franciane Gama. “Requerendo passagem para si e sua família: mulheres migrantes no Pará da virada do século XIX”, in *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº 27. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Dezembro/2003, p. 305-320.

digo, de infra-estrutura básica, como saneamento, água potável, salubridade, esgotos, pavimentação urbana. O 1º Distrito também tem esta característica, pois verifica-se que 18% ou 5.274 moradores foram atingidos fatalmente; enquanto o 5º Distrito atingiu a terceira maior taxa de óbitos, ou seja, 3.096 ou 10% da mortalidade, sendo seguido pelo 4º Distrito que teve o quarto índice, nada menos que 2.331 ou 8% dos óbitos.

O bairro do Marco atingira o índice de 6% ou 1.820 mortes, freqüentemente atacado pelas epidemias do impaludismo (malária) e febre amarela, pois havia áreas alagadas e diversos córregos obstruídos pelo processo de ocupação. O bairro de Canudos, mais próximo do centro da cidade e alvo de atenções por parte das diretorias do Serviço Sanitário Municipal e Estadual, teve a taxa de 8% ou 2.333 mortes. Assim, a mortalidade provocada pelas doenças e epidemias nesses quatro distritos corresponde a 27.204 ou 91% dos óbitos. Taxa elevada, permitindo depreender-se que nesses “largos” populosos, alvos preferenciais das campanhas, que visavam isolar a área central da cidade para evitar a disseminação de epidemias, a vida era madrastra. Além do mais, geralmente as doenças não cessavam nesses bairros, sobrevivendo endemicamente; quando muito as ações de profilaxia conseguiam conter as epidemias para que não desfilassem em plena avenida República, tal como fizera a personagem a *Bubonica*, que fora apresentada sem alarde aos moradores laboriosos.

Na outra extremidade, havia as áreas menos atingidas e que foram o 2º Distrito e o 3º Distritos, com 5% ou 1.543 e 3% ou 992 óbitos, respectivamente, além de lugares afastados da cidade, onde a mortalidade atingira 1% ou 251 moradores. Logo, o processo em curso de urbanização e remodelação do espaço promovido pelos governos, afastava as camadas populares do centro da cidade, uma vez que o Largo da Memória (Nazaré), do Palácio (centro político e administrativo) e o de Trindade (Praça da República) destinavam-se às elites e camadas abastadas que usufruíam de certo saneamento urbano e regular coleta de lixo, evidenciando a ocupação ou moradias à condição social e ao poder aquisitivo dos moradores, bem como à salubridade pública. Seguem-se nesse capítulo singularidades, como se o passado transitasse por instantes nas entrelinhas das experiências residuais. É hora de adentrar especificamente no campo movediço das ações e dos discursos políticos, além de nas representações das percepções de fontes e sujeitos.

## **2.1 – Saberes e poderes: a reorganização do Serviço de Higiene Pública.**

Após o primeiro mandato, já reeleito governador do estado do Pará com o apoio irrestrito do intendente Antonio Lemos, Augusto Montenegro (1901-1909) fizera um balanço

positivo do Serviço de Higiene Pública durante a primeira administração, apesar das dificuldades de infra-estrutura, permitindo-me apreender as transformações e a reordenação deste serviço, uma vez que se tratava de uma necessidade urgente na intervenção do espaço social, a partir das concepções de higienização e saúde pública. Até 1903, o Serviço de Higiene Pública ficava localizado em um prédio alugado, próximo a Praça Saldanha Marinho, no bairro do Comércio, sendo um espaço físico limitado, em precárias condições de funcionamento, impedindo a melhor eficiência do poder público no combate às doenças, assim como na cura dos enfermos e na higienização da cidade por parte dos médicos, clínicos gerais, especialistas, sanitaristas, inspetores sanitários, químicos, bacteriologistas, etc.

O governador Augusto Montenegro, ao assumir o segundo mandato de governo, em 1904, promovera a transferência desse serviço para o prédio do Palácio do Governo, também localizado no bairro do Comércio, onde a proximidade com a gerência estadual poderia permitir um melhor acompanhamento das ações de saúde pública do governo, além de evidenciar a preocupação do poder público com a higiene, uma vez que este acompanhamento tinha a vigília do próprio governador. No prédio do Palácio do Governo, o novo Serviço de Higiene Pública gozava de amplos cômodos, ocupando 13 compartimentos, assim distribuídos:

(...) porta, sala de banco e gabinete anexo, aula de pharmacia, pharmacia, laboratorio, aula pratica de chimica, bibliotheca, sala dos motores e apparatus pessados, deposito, gabinete frigorifico, gabinete dos raios X e spectroscopio.

Alem destes commodos, no pateo foi construido um deposito de drogas, deposito de garrafas, sentinas e mictorios e um desinfectorio composto de 2 salas de espera, 2 banheiros e 2 camaras de formol. No segundo pateo ficam situadas as amplas e arejadas cocheiras em que se encontram carros, carroças, carrinhos, um carro de desinfecção e cavallos.<sup>23</sup>

Não se tratava tão somente de uma simples transferência; o espaço físico maior certamente contribuiria para a melhoria do atendimento ao público e a agilidade dos serviços de saúde, além de reunir o atendimento, como exames laboratoriais e aplicação de vacinas, lembrando que a diretoria cabia ao Dr. Francisco da Silva Miranda, que substituiria interinamente o Dr. Lyra Castro. Portanto, os compartimentos demonstram a relevância da saúde pública e a estrutura aparelhada pelo estado, obviamente balizada por médicos, higienista e clínicos gerais, os quais passaram a ter uma farmácia equipada dentro do Palácio do Governo e o curso regular na Escola de Farmácia, onde se ministravam aulas de farmácia e química, além dos atendentes contarem com laboratório adequado, equipado com aparelhos

<sup>23</sup> MONTENEGRO, Augusto. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 7/09/1904. Belém-Pa: Imprensa Official, 1904, p. 26.

pesados, como os gabinetes de frigorífico, raios-X e espectroscópio para realizarem os exames médicos e até de uma biblioteca com livros específicos de medicina, ou melhor, da moderna ciência médica. Corroborando a necessidade de um espaço de trabalho que reuniria teoria e prática no exercício da profissão.

Desde fins do século XIX, a medicina social tivera o apoio e financiamento do poder público, universidades e institutos de pesquisa promoviam o avanço da ciência médica na Europa ocidental, destacando-se Paris, Viena, Berlim e Londres. Na América e na Europa, os estudantes e futuros médicos ou cientistas obtinham formação e diplomação, geralmente em Paris ou Lisboa, com qualificação em patologia, bacteriologia, química e microscopia. No Brasil obter um curso superior em medicina não era das tarefas mais cômodos, pois a formação profissional limitava-se às faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia até o início do século XX; no Pará a Faculdade de Medicina fora fundada apenas em 1919.<sup>24</sup> Assim, os jovens afortunados procuravam obter o bacharelado em medicina nessas cidades brasileiras ou em Paris. Ressalto que com exceções de Rio de Janeiro e Bahia, não havia faculdades de medicina no Rio Grande do Sul, São Paulo, Manaus, Santos e outras cidades brasileiras até a primeira década do século XX. Assim, Belém tinha a peculiaridade de não ter tradição médica, no que se refere à formação acadêmica a partir de uma Faculdade de Medicina na própria cidade. Por outro lado, a falta desta tradição não obstaculizava o exercício da medicina pública por médicos e químicos em Belém, uma vez que nos hospitais a medicina clínica ou ciência da observação contava com o apoio do estado para curar os doentes.<sup>25</sup> A própria Escola de Farmácia do estado ou a biblioteca do Serviço de Higiene dão dimensão dessa iniciativa, onde se debatiam com freqüência os saberes médicos. Estudava-se por exemplo, no laboratório de bacteriologia ou na biblioteca, a medicina evolutiva e a experimental de Hipócrates, Paracelso, Vesálio, Harvey, Lavoisier, Pasteur, Koch, Jenner, Swann e Bernard, pontuando-se a ruptura com o saber hipocrático, mas necessário ao conhecimento dos futuros farmacêuticos, que obtinham o título de doutores.<sup>26</sup>

Concomitantemente, a medicina social no Pará tem no aparelho burocrático do governo e da intendência o *locus* para desenvolver pesquisas e empregar o cientificismo nos

---

<sup>24</sup> BORDALO, Alípio Augusto Barbosa. “O corpo clínico ao início do século XX”, in *A Misericórdia Paraense: ontem e hoje*. Belém: Sagrada Família, 2000, p. 63-5.

<sup>25</sup> Sobre as peculiaridades gaúchas ver: WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

<sup>26</sup> Sobre a prática médica em hospitais, laboratórios, o ensino catedrático e profissional de médicos, pelo menos referente a ruptura proporcionada pela medicina experimental, ver: GEISON, Gerald L. *The private science of Louis Pasteur*. Princeton: Princeton University Press, 1995; e BERLANT, Jeffrey L. *Profession and Monopoly: a study of medicine in the United States and Great Britain*. Berkeley: University of California Press, 1975.



hospitais e nos laboratórios e, também, claro, no atendimento aos moradores de Belém. Portanto, no início do século XX, os hospitais e laboratórios têm significados específicos e dependentes entre si, pois o ensino da medicina está diretamente relacionado à prática médica, isto é, nos hospitais o exercício da ciência médica tem por finalidade as observações e anotações de médicos clínicos, os quais valorizavam o diagnóstico, deixando a terapêutica num segundo plano, delimitando assim os valores da moderna ciência com a medicina tradicional. Por outro lado, nos laboratórios, os médicos e químicos passaram a fazer experimentações controladas e sistemáticas na busca de remédios e fórmulas eficientes na difícil arte de curar, caracterizando a fisiologia, a patologia e a farmacologia enquanto ciências laboratoriais essenciais à medicina experimental.<sup>27</sup> Por isso, o novo Serviço de Higiene Pública do Pará procurou, com base nos ideais republicanos do cientificismo e, obviamente, nos preceitos da medicina ocidental, de forma experimental, esquadrihar as funções orgânicas dos seres vivos, os sintomas e a natureza das doenças, contando para isso com laboratórios e farmácias equipadas e até aulas práticas que facilitassem os estudos sobre o corpo, a manipulação de medicamentos e o emprego de remédios, fundamentais para as campanhas de profilaxia. Também os serviços de Assistência Pública e o de Cocheira auxiliavam e facilitavam os trabalhos das Juntas Sanitárias no mapeamento das epidemias e na cura dos enfermos.

Esta concepção do governo em relação ao tratamento da saúde pública estava no fazer-se cotidiano das experiências de médicos e pacientes pois a medicina social elevava ao pódio dos vencedores os esculápios, como porta-vozes da ciência e, conseqüentemente, das verdades científicas, restando aos moradores e pacientes as imposições de práticas de cura oficiais. A delegação de poderes aos médicos e delegados sanitaristas, por exemplo, por parte dos governos municipal e estadual, demarcou a ausência de diálogos dos médicos-sanitaristas com as camadas populares, tornando a relação tensa e conflituosa na legitimação de saberes e poderes de cura, sendo comum a constituição de comissões médicas no mapeamento das doenças, que emitiam pareceres sobre as epidemias. Nesse contexto o conhecido microbiologista, Dr. Antonio de Figueiredo,<sup>28</sup> fizera duas perguntas básicas ao estabelecimento de campanhas profiláticas: “1º Existe na região indicada uma epidemia; e qual a sua causa?” e “2º Que meios a empregar para debulá-la?”.<sup>29</sup> Identificar se a ocorrência

---

<sup>27</sup> Uma contextualização dos hospitais em Belém encontra-se: BORDALO, Alípio Augusto Barbosa. “O Lazareto do Tocunduba, o Hospício dos Alienados e o Hospital Domingos Freire”, in op. cit., 2000, p. 43-5.

<sup>28</sup> “O microbiologista Antonio de Figueiredo”, in *Folha do Norte*. Belém, 9 jan., 1905.

<sup>29</sup> Confira o relatório apresentado à higiene Municipal de Belém pelo microbiologista: FIGUEIREDO, Antônio de. *As febres do Marco*. Belém: Typ. Elzevirian, 1909.

de doenças caracterizavam uma endemia ou epidemia era a primeira preocupação, seguida da causa, freqüentemente associada como importada do “sul” do Brasil, através da entrada no Porto de Belém de imigrantes nacionais ou estrangeiros. Os meios para erradicá-las culminavam na escoimização da área e na conseqüente vacina.

Nos relatórios d’*O Município de Belém*, o intendente Antonio Lemos dedicava especial atenção ao Serviço Sanitário Municipal, notoriamente com discursos de modernidade, saneamento e salubridade pública em oposição à “Cidade da Morte”, definida “pela falta de hygiene e pelos propícios elementos de germinação n’ella encontrados para todos os germes morbidos espalhados no ar ambiente”.<sup>30</sup> A teoria aerista do miasma reabilitava o discurso político e médico da profilaxia e salubridade, seja no campo da hygiene pública ou privada, como um ideal de vida saudável belepoqueano e também de propagandas e práticas de intervenção no espaço da comuna.

Ora, é considerável observar que as propagandas e práticas higienistas ratificam “resultados notáveis”<sup>31</sup> na saúde pública e privada, sendo atribuídos graças aos delegados sanitários e aos poderes públicos, por não deixarem de medir esforços no combate às doenças e estarem em luta permanente contra “as molestias de carater insidioso que periodicamente nos visitam”<sup>32</sup>, moléstias reconhecidas e tidas como graves por parte dos médicos, mas de que nunca se apregoa essa melhoria à aliança higienista. A salubridade de Belém ou estado sanitário torna-se então o cerne desse aliança entre a medicina social e os poderes públicos. Revestidos de poderes, digo os delegados sanitários passaram a galgar autoridade, mesmo porque as ações realizadas no combate às doenças lhes garantiam participar e elaborar as campanhas de profilaxia contra diversas epidemias; além do mais, o prestígio com a “cura” da comuna construía um *status* social único à categoria médica. Contudo, interessa perscrutar no discurso presente dos relatórios, o trabalho dos médicos ou delegados sanitários contra os doentes e as doenças, bem como a política higienista.

## **2.2 – Vacine-se o povo: a campanha de profilaxia contra a varíola.**

Os delegados sanitários tinham, enquanto prática de combate à varíola, realizar visitas diárias nos bairros mais assolados, num esforço de campanha de profilaxia para

---

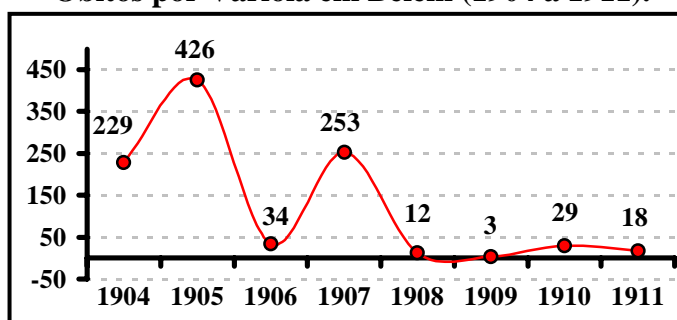
<sup>30</sup> LEMOS, Antonio José de. op. cit., 1906, p. 46.

<sup>31</sup> Id. *O município de Belém* (1906). Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. v. 5. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907, p. 46

<sup>32</sup> Id. Ibid. loc. cit.

promover a remoção de doentes e o isolamento dos enfermos, além da vacinação e revacinação antivariólica. Sendo assim, o Serviço Sanitário e os médicos sanitaristas contavam com uma repartição, localizada na travessa de São Matheus e, também, de postos médicos e/ou “vacinicos” nos bairros de Belém. Desde a epidemia da varíola de 1904, oriunda dos estados do Sul do Brasil, as autoridades médicas estavam em alerta, pois o mal nos idos do ano seguinte “(...) enquanto ameaçava dominar quadras inteiras de Belém surgia traiçoeiramente em algumas das localidades que marginam a Estrada de Ferro de Bragança.”<sup>33</sup> Antes de analisar a especificidade da varíola, faz-se necessário um panorama geral da ‘mortalidade em Belém provocada pela epidemia, tendo as campanhas de profilaxia logrado êxito nesse combate, devido à redução da mortalidade e certo controle da doença. O gráfico a seguir ajuda a entender os surtos epidêmicos, bem como o controle da doença pelos médicos sanitaristas.

**Óbitos por Varíola em Belém (1904 a 1911).**



Fonte: LEMOS, Antonio José de. op. cit., 1906, p. 79; e *Boletim de estatística demographo-sanitaria da cidade de Belém*. Ano VII. Belém-Pa: Imprensa Oficial, dezembro de 1911, p. 330.

O gráfico acima demonstra a oscilação dos óbitos por varíola, bem como a endemia irregular e a epidemia de varíola nos anos de 1904, 1905 e 1907 (picos maiores da doença). Entre os anos de 1904 e 1911, a varíola vitimou 1.004 habitantes, tornando-se assim preocupação recorrente das autoridades sanitárias e médicas. Entre 1904 e 1907, diversas campanhas de profilaxia visaram vacinar os moradores, havendo inúmeras resistências contra os médicos; contudo a presença da polícia impunha à população a vacinação forçada, como mais adiante se verá. A partir de 1908, a mortalidade caracterizou-se por surtos e pelo aspecto

<sup>33</sup> LEMOS, Antonio José de. op. cit., 1906. p. 48. Sobre a epidemia da varíola no século XIX e início do XX, confira a pesquisa realizada por Arthur Vianna referente a varíola, mas precisamente a epidemia de 1895 a 1902, que ajudaram em muito entender as ações do governo, como o isolamento obrigatório no Hospital de São Sebastião e a vacinação antivariólica, ver: VIANNA, Arthur Octavio Nobre. “A varíola”, in *As epidemias no Pará*. Pará: Imprensa do Diário Oficial, 1906, p. 35-78; e RITZMANN, Iracy de Almeida Gallo. op. cit., 1997.

endêmico da doença, principalmente após os vacinadores aplicarem constantemente a vacina antivariólica de Lancy.

Desde o século XVIII, a varíola era a doença mais virulenta da Europa e o conhecimento médico não respondia às necessidades de cura. Segundo Georges Vigarello, as práticas de cura para combater o aspecto contagioso desse mal claudicaram sobre os doentes “em todos os grupos sociais, o que acentua ainda mais a sua imagem temível”,<sup>34</sup> na difusão da doença essa imagem reforçava o medo, já que a propagação do microorganismo causador da varíola, o *Orthopoxvirus variolae*,<sup>35</sup> era indecifrável aos preceitos da medicina racionalista e iluminista e, mesmo diante do desdouro da ciência, cientistas não pouparam esforços para encontrarem uma cura eficaz, sendo a variolização a prática mais difundida de inoculação. Vigarello lembra que a inoculação significava um ato desconcertante para as referências médicas, pois “introduzir no sangue, por incisão, o mal, com o objetivo de melhor proteger o corpo; provocar um efeito atroz para tornar inacessível a doença a um ser saudável, evitando que ela seja epidêmica ou contagiosa”,<sup>36</sup> tudo isso não impedia que os variolosos ou são tivessem receio, uma vez que a doença provocava fissuras na pele, seguidas de vermelhidão e inflamação dos olhos que ficavam remelentos, além de alguns “buracos” no rosto e desfiguração do corpo.

O período de incubação era de 12 dias após a exposição. Os sintomas incluíam febre, fadiga e dores no corpo, seguidos pela erupção de lesões na pele e poderiam levar à morte dentro das duas primeiras semanas da enfermidade. Em outras palavras, o mal poderia “arruinar para sempre a aparência e a beleza”.<sup>37</sup> Isso possibilitava pensar-se no aspecto psicológico do paciente ao imaginar a ameaça da varíola e os seus significados no cotidiano durante a epidemia. Apesar do proselitismo médico concernente à inoculação via vacinação, “a introdução deliberada do pus no corpo”<sup>38</sup> chocava um paciente. Portanto, a variolização poderia ser considerada um quiproquó ou desrazão da medicina. Embora essa prática se houvesse disseminado entre os médicos no mundo todo, segundo Donald Hopkins, a

---

<sup>34</sup> VIGARELLO, Georges. “Inocular para proteger: A inoculação da varíola e a imagem do corpo”, in *Projeto História: Corpo e cultura*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº 25. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Dezembro/2002, p. 13.

<sup>35</sup> Não há cura até o momento para a varíola. Em 1978, o vírus foi considerado erradicado pela Organização Mundial de Saúde, sendo o método de erradicação a vacina, confira: FARRELL, Jeanette. “Varíola: cicatrizes, escaras, órfãos e vacas malhadas”, in *A assustadora história da medicina: pestes e epidemias*. São Paulo: Ediouro, 2003, p. 29-64.

<sup>36</sup> VIGARELLO, Georges. op. cit., 2002, p. 13-14.

<sup>37</sup> Id. Ibid., p. 15.

<sup>38</sup> Id. Ibid., p. 16.

variolização era singular sobre qualquer prática de cura, por provocar uma doença real e fornecer uma resistência invisível.<sup>39</sup>

O reconhecido médico escocês John Hunter (1728-1793) – inquieto com os problemas da medicina – escreveu uma carta ao colega Edward Jenner, pois esse estava preocupado com a aplicação da vacina contra a varíola: “Eu acho que você está certo, mas por que só achar? Por que não experimentar?”<sup>40</sup> Para o médico Samuel Christian Friedrich Hahnemann (1755-1843), “os remédios que curam uma doença são aqueles que provocam os mesmos sintomas da doença. *Similia similibus curantur*, o semelhante se cura com o semelhante”,<sup>41</sup> por isso para o Dr. Hahnemann, a vacina variólica introduzida por Edward Jenner, que provocava infecção, significava impedir o aparecimento da doença. Resistência e aceitação provocam uma mudança de paradigma, assim já que a representação sobre o corpo adquire uma nova imagem, é preciso fazer parênteses para refletir nessa singularidade curativa:

Provoca uma doença real, uma desordem, constituindo sempre, um prejuízo. Sua originalidade é justamente o fato de ela ser uma perturbação “dirigida”, uma contração voluntária e, ao mesmo tempo, um mal superado. Ela fornece um recurso imediato ao corpo, uma resistência invisível.<sup>42</sup>

Eis uma revolução no universo das práticas de cura, o conhecimento de uma “força interna do corpo”, imperceptível e invisível, mas ativo, que corresponde à imagem de um corpo protegido internamente, enquanto defesa do organismo sobre uma ação de contágio exterior. Além disso, retomando o debate, na coluna *Gazetilha*, da *Folha do Norte*, a varíola era vista como uma “calamidade nacional”. O artigo “Vaccine-se o povo” reforça essa idéia da importação, pois só no Rio de Janeiro a doença já havia ceifado 4.000 almas em seis meses, além dos óbitos em outros estados, tais como Bahia, Recife, Maranhão e Amazonas. Estes representavam “uma ameaça contra a qual nos devemos aparelhar-mos com o único meio eficaz de combate ao mal, que é a vacinação”.<sup>43</sup> Percebe-se neste editorial o abraço à causa médica, lembrando que a defesa da vacina é inquestionável por ser o único remédio de combate ao mal que assolava a cidade. Contudo, o teor do artigo tem outra finalidade, justamente o ataque ao 3º Distrito Sanitário, que tinha a finalidade de cuidar da vigilância do

<sup>39</sup> HOPKINS, Donald R. *Princes and peasants*. Chicago: University of Chicago Press, 1983, p. 57-63.

<sup>40</sup> SCLIAR, Moacyr. *A paixão transformada: história da medicina na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 116.

<sup>41</sup> Id. *Ibid.*, p. 117-118.

<sup>42</sup> VIGARELLO, Georges. op. cit., 2002, p. 19.

<sup>43</sup> “Gazetilha – Vaccine-se o povo”, in *Folha do Norte*. Belém, 15 set., 1908.

Porto de Belém, sob a responsabilidade do Dr. Jeronymo Gesteira. Daí, nota-se que a crítica é política e contra à administração do governador Augusto Montenegro:

O publico esta vendo com os seus próprios olhos, que nenhuma providencia, na zona marítima , tem sido dada para impedir que a varíola nos visite. A directoria do 3º districto sanitario, a quem incube defender a cidade pelo lado do mar, permanece numa expectativa de indignar.<sup>44</sup>

Essa indignação procura identificar na fiscalização a conivência e irresponsabilidade do 3º Distrito Sanitário, que não fez nenhum expurgo ou desinfecção no vapor *Acre*, proveniente do Rio de Janeiro, e que transportava na tripulação, alguns doentes que desembarcaram espontaneamente em Belém. Restava denunciar a malfeição do serviço ineficiente e que portanto deixava a porta “aberta para todos os males que desejam hospedar-se entre nos, e o que temos a fazer de melhor, para defender nossa vida, é vaccinar-mos, procurando-a onde ella se encontre, a lympha immunizadora”.<sup>45</sup>

Percebe-se radicalmente uma mudança de postura da *Folha do Norte*, que outrora criticava não apenas a vacina obrigatória e também até a eficácia do remédio. Para tanto, justificava sua nova postura a partir da vulnerabilidade de Belém à doença, por isso os moradores deveriam defender a vida através da vacina. Assim, a crítica à vigilância sanitária do porto assumira outro significado, ou seja, a defesa da vacina antivariólica como meio de salvar não apenas a própria vida, mas também evitar as marcas deixadas no corpo, que deformavam órgãos internos e externos do organismo humano. Conseqüentemente, o periódico evocara o diretor do Hospital São Sebastião do Rio de Janeiro, o Dr. Carlos Scidl que argumentava com a defesa da vacina, logo os opositores que hesitavam em aceitá-la deveriam visitar um hospital com variolosos presos ao leito no isolamento:

(...) mal suportando os lençoes, incapaz de servir-se das suas mãos, os pés chagados, espalhando em torno de si o fetido da podridão, a voz rouca e presa, deglutindo difficilmente, os olhos semi-cerrados pelas pálpebras tumefactas, o corpo todo dolorido e coberto de pústulas, dissonando sanie nauseabunda e repellente à vista ao tacto e ao olfacto dos que a coroam; quem presenciou, uma só vez que fosse, um tal espetáculo, não poderá hesitar em buscar na vaccina meio facillimo e innocuo, a garantia contra semelhante gafeira.<sup>46</sup>

O Dr. Carlos apresenta o estado de sofrimento de um doente e os sintomas da varíola para chocar àqueles que hesitavam em tomar a vacina, único remédio para evitar a doença. Curiosamente o editorial, que inicialmente criticara o governo municipal e estadual, reconhece no Pará os “benefícios da vaccina”, por causar menos estragos após ser introduzida,

---

<sup>44</sup> Ibid.

<sup>45</sup> Ibid.

<sup>46</sup> Ibid.

ainda em 1884, quando o presidente da Província, Sr. Maracatú permitiu o seu uso. Sobre a aplicação dela nos moradores, justificava o jornal que o “povo” paraense não era refratário e sim negligente e descuidado, pois não procurava tomar a vacina, uma medida simples, fácil, segura, imprescindível e benéfica, sendo preciso o delegado sanitário levar o remédio miraculoso “dentro da casa” dos moradores. O inspetor sanitário Américo de Campos, em *Noções gerais de higiene*, considerava a doença repugnante e dolorosa, sentia-se triste porque a doença continuava a figurar no quadro nosológico, haja vista que:

(...) quando o meio de evitá-la, com segurança esta sobejamente conhecido: a vacina jenneriana.

Se a maneira porque passa de indivíduo a indivíduo ainda á sabida, os recursos profiláticos, felizmente, são vulgares e dão resultados satisfatórios.

Tais recursos consistem: no isolamento rigoroso dos doentes; notificação compulsória dos casos; desinfecção completa dos locais e de roupas e objetos que estiverem mais ou menos em contato com o varioloso; vacinação obrigatória.

Todas as pessoas bem vacinadas ficam isentas da varíola.

Para que uma vacina seja considerada satisfatória é preciso que o indivíduo vacinado experimente uma reação febril e que a pústula seja característica. A simples inoculação da lymphá não basta para oferecer garantia; e indispensável que a vacinação seja real. Há pessoas que consideram-se vacinadas, imunes, e que, de fato não o estão.

Por isso as estatísticas apresentam casos de variolas em pessoas vacinadas, isto é, que declararam terem – não sido; assim, sem uma verificação competente, a estatística não representa a verdade.

Em boa regra, a vacinação deve ser levada até o ponto de saturação.

(...)

Toda pessoa vacinada deve vacinar-se, no mínimo de 5 em 5 anos.<sup>47</sup>

Os bacteriologistas não tinham dúvida no início do século XX dos resultados de cura e também da etiologia da doença, bem como das medidas profiláticas da varíola que consistiam na remoção, isolamento, notificação, desinfecção e vacinação obrigatória. Esta última, ressaltou não ter sido o caso do Pará. Logo, essas medidas permitiriam livrar a cidade da epidemia e ter um controle da endemia, deixando as autoridades aliviadas quanto à contaminação. Chama atenção nos escritos do Dr. Américo de Campos observar haver pessoas “que consideram-se vacinadas, imunes, e que, de fato não o estão.” Evidenciando práticas de recusa à vacina e revacinação, que devia ser de cinco em cinco anos. Portanto, as estatísticas também não são confiáveis e estão longe de se aproximar da “verdade”; assim não será a exatidão das taxas de mortalidade a preocupar, uma vez que estas servem como campo de possibilidade para aferir a epidemia, o que me basta no momento.

Nesse sentido, essa recusa à vacina significa a existência de reações contrárias à prática profilática, contudo, retomando ao debate da *Folha do Norte* que continuava a defesa

<sup>47</sup> CAMPOS, Américo de. “Variola”, in *Noções gerais de hygiene*. Belém: P. de Oliveira, 1912, p. 198.

da vacinação, haja vista querer a sua disseminação e inoculação dos moradores. Essa postura oposicionista não passou em branco pelo jornal *A Província do Pará*, que criticou essa mudança de atitude e atacou o jornal e os lauristas no dia seguinte, conforme se observa na própria *Folha do Norte*, que respondera às críticas. Segundo esta, havia um manifesto juízo contrário da imprensa adversária, pois nunca “se condenou aqui a prophylaxia da vaccina contra a variola. Isto seria raiar pela intransigência sectaria. Eramos e continuamos a ser pela vaccina.”<sup>48</sup> Por trás desse disse-que-disse, a questão diz respeito à Revolta da Vacina, quando o jornal manifestou-se contrário à obrigatoriedade<sup>49</sup> e também à vacina.<sup>50</sup> Provavelmente, o artigo foi escrito pelo redator Paulo Maranhão, que outrora defendia a vacina obrigatória<sup>51</sup> e havia mudado o discurso, tornando-se agora favorável pelo menos à vacina facultativa, o “facto de ter sido alguém contra uma medida não impossibilita de acreditar-a amanhã. Nunca é tarde para emendar a mão.”<sup>52</sup> Lembro que no Pará, teoricamente, a prática não foi obrigatória, ou seja, regulamentada por lei estadual; entretanto os delegados sanitários estavam revestidos de amplos poderes e contavam com o auxílio da polícia para prender e obrigar uma pessoa a ser inoculada, por considerar este um problema de salubridade pública,<sup>53</sup> mas longe de não ser falho e ineficiente.<sup>54</sup>

Quero deter-me em analisar a campanha ocorrida em 1905, pois a epidemia foi avassaladora naquele ano, possibilitando melhor compreensão das práticas médicas. Curiosamente, no primeiro trimestre de 1905, a variola deixava de ser apenas uma ameaça uma vez que, apesar de haver recuado em fins de 1904,<sup>55</sup> continuava sempre a ser traiçoeira, pois não fora ainda contida.<sup>56</sup> Além do mais, tomando-se a propaganda oficial apenas do primeiro mês de 1905, aparentemente, os médicos haviam obtido certo sucesso embora sustentassem, sua periculosidade firmando que poderia retornar a qualquer instante, principalmente porque no estado do Rio Grande do Norte existia a doença em caráter epidêmico.

Na prática, a epidemia não havia cessado, e no hospital São Sebastião existiam enfermos com o mal, além de registros de denúncias, expurgos, vacinas e isolamento

<sup>48</sup> “Gazetilha – A vacinação contra a variola”, in *Folha do Norte*. Belém, 18 set., 1908.

<sup>49</sup> A *Folha do Norte* ao noticiar os acontecimentos sobre a Revolta da Vacina se posicionava favorável a campanha e o senador Lauro Sodré, aproveitando para atacar a campanha de vacinação realizada em Belém, ver: “A campanha contra a vacinação”, in *Folha do Norte*. Belém, 15, 16, 17 e 18 nov., 1904.

<sup>50</sup> “A vacinação obrigatória”, in *Folha do Norte*. Belém, 29 ago., e 26 set. 1904; respectivamente.

<sup>51</sup> “A variola e a vacinação”, in *Folha do Norte*. Belém, 22 e 24 ago., 1904.

<sup>52</sup> “Gazetilha – A vacinação contra a variola”, in *Folha do Norte*. Belém, 18 set., 1908.

<sup>53</sup> “A variola e a limpeza publica”, in *Folha do Norte*. Belém, 10 dez., 1904.

<sup>54</sup> “Varioloso em abandono”, in *Folha do Norte*. Belém, 20 dez., 1904.

<sup>55</sup> “A variola entre nós”, in *Folha do Norte*. Belém, 19, 20 e 21 out., 1904.

<sup>56</sup> “Variola”, in *Folha do Norte*. Belém, 8, 10, 12 e 18 nov., 1904.



noticiados pela imprensa.<sup>57</sup> Assim, o risco de contágio em Belém fora latente e constante, pois os hospitais continuavam registrando óbitos e a repartição do Serviço Sanitário removendo doentes e desinfetando os domicílios.<sup>58</sup> A varíola continuava sua marcha inexorável, não demorando para assolar as moradias mais afastadas do centro e conseqüentemente levar dos afetados a remoção para o hospital de isolamento, o que vinha ocorrendo desde fins de 1904.<sup>59</sup> Logo os doutores Lima Mendes e Eduardo Velloso, bastante atuantes no Serviço Sanitário Municipal, foram destacados para realizar a assistência nas áreas de contágio e a remoção dos variolosos para a vila de Santa Isabel, haja vista a necessidade de afastar os doentes de Belém, confinando-os em completo isolamento para tratamento.

Apesar de conterem parcialmente o avanço do mal em fins de fevereiro de 1905, o aparente sucesso cedia espaço novamente à manifestação do “germem da doença”, mas desta vez o foco fora próximo do posto de isolamento, justamente na 4ª travessa da vila de Santa Isabel. No ofício assinado pelos delegados sanitários Miguel Lima Mendes e Eduardo Leite Velloso, responsáveis pela comissão na Estrada de Ferro de Bragança, e que fora encaminhado ao diretor do Serviço Sanitário Municipal, o senador estadual José Antonio Pereira Guimarães, nota-se que desde novembro de 1904, a epidemia grassava em Belém e expandia-se para as vilas, povoados, distritos e bairros da capital, em localidades marginais à Estrada de Ferro de Bragança, como Marituba e Americano. Nos quilômetros 72 e 29, circunscrição de Castanhal e Benevides, respectivamente, desde 18 de novembro daquele ano, a comissão havia se instalado, tomando como medidas profiláticas a implantação de dois estabelecimentos ou postos de isolamento de variolosos em razão da distância à cidade de Belém:

(...) Concomitantemente procedeu-se a rigorosa desinfecção nas casas infeccionadas e começou-se a fazer a irrigação antivariólica; mas era tal a prosmicuidade em que viviam até então doentes e sãos, que, apesar das rigorosas medidas adoptadas, deram-se novos casos, dentro do período da incubação da moléstia.<sup>60</sup>

Os esforços dos delegados sanitaristas alcançaram a vacinação de 382 pessoas nas localidades de Marituba, Americano, Benfica, Castanhal e Santa Isabel. Por outro lado, nota-se também que a profilaxia da varíola, mais precisamente em relação à vacinação e revacinação da varíola de Lancy, forçara a comissão a sofrer resistências dos moradores, pois consta do ofício a reclamação dos doutores Miguel Lima Mendes e Eduardo Leite Velloso de

<sup>57</sup> “Variola”, in *Folha do Norte*. Belém, 15 jan., 1905.

<sup>58</sup> “Variola”, in *Folha do Norte*: Belém, 9 jan., 1905.

<sup>59</sup> “Serviço de remoção de variolosos”, in *Folha do Norte*. Belém, 9 nov., 1904.

<sup>60</sup> LEMOS, Antonio José de. op. cit., 1906, p. VII.

teor “mau grado a repugnância de uma parte d’esta população por tão excelente medida de prophylaxia e do elevado numero de pessoas vaccinadas em época anterior”.<sup>61</sup>

A presença palpável da resistência de moradores em se submeter à vacinação ou, até mesmo permitir a presença nas moradias das juntas e comissões sanitárias compostas pelos delegados, inspetores e agentes sanitários, impedindo as visitas domiciliares tão necessárias e defendidas para o sucesso de uma campanha profilática, evidencia a relação conflituosa e tênue entre os doentes, a cura e os vacinadores. Essa resistência está emudecida pela censura dos relatórios municipais, mensagens de governo e boletins demógrafo-sanitários. Outrossim, através desse silêncio oficial deliberado, ainda assim, de uma maneira não muito coesa e fragmentária, esforço-me, como lembra Thompson, em “apresentar um relato histórico coeso sobre uma presença não-coesa, mas é preciso tentá-lo”,<sup>62</sup> justamente por essa experiência ter sido um projeto, ou melhor, manifestar tradições vencidas de moradores, diante dos arautos da ciência, mas que imprimiram suas marcas e vivências indeléveis na história diante dos médicos sanitaristas, e onde, por mais silenciosa seja a historiografia paraense corrente, busco adentrar e entender.

As queixas dos delegados sanitários àqueles que não se submetiam à vacina variólica, não deixam de ser a percepção que os doutores tinham da resistência à vacina, pois a desinfecção das casas tomadas pelo *morbis* da varíola, o isolamento dos doentes que não podiam ter contato com familiares e as vacinas antivariólicas significavam, também, uma invasão à sua privacidade. Além do além do mais, pouco pareceram importar as dificuldades de moradia e de vida desses doentes e são por parte dos vacinadores uma vez que a pecha de promiscuidade na moradia recaía como um rótulo pejorativo de discriminação, muito comum sobre “classes perigosas” e “promíscuas”. Assim, em nome do saber científico ou médico, justificava-se a profilaxia enquanto prática expurgativa contra a promiscuidade, ou melhor, em direção oposta às desfavoráveis condições de moradia, vistas como subterfúgios e focos de insalubridade e, conseqüentemente, meios propícios à disseminação de epidemias.

A campanha contra a epidemia da varíola ao longo da Estrada de Ferro de Bragança, mais precisamente nos interiores do município de Belém, fora bem sucedida com a extinção da moléstia, sendo que José Marcellino de Souza, então recolhido em 23 de abril, teve alta médica em 16 de maio de 1905. No início do mês seguinte, a comissão dirigiu-se novamente ao interior, quando da passagem pelo vilarejo de Marimary do delegado sanitário Dr. Lima

---

<sup>61</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>62</sup> THOMPSON, Edward Palmer. “A Westminster radical”, in *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. v. 3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 9. (Coleção oficinas da História, v. 8).

Mendes, que recebera denúncia do grassamento da varíola, sendo que quinze pessoas foram atacadas, das quais seis estavam restabelecidas, cinco em convalescença e quatro em tratamento. Ao retornar à capital, o Dr. Mendes procurou logo comunicar à Diretoria do Serviço Sanitário Municipal a denúncia recebida, que ordenou o seu retorno, em 26 de junho, juntamente com o Dr. Eduardo Leite Velloso, em missão de buscar evitar a epidemia. Contudo, constatou-se ser varicela, atualmente conhecida como catapora, uma doença infecto-contagiosa, com erupções semelhantes à varíola, mas em que as vesículas supuram moderadamente. Não foi constado nenhum óbito em Marimary mas foram vacinadas 83 pessoas neste vilarejo e mais 26 na ilha de Mosqueiro, por questões de prevenção.

A aparente calma que sucedera o trimestre seguinte, não fora ignorado pelos governos estadual e municipal, que continuaram a vigília sobre a doença da varíola nos arredores da capital. Apesar disso, a epidemia variólica irrompeu novamente, em novembro, acabando com o sossego das autoridades e, lógico, mais ainda com a vida dos moradores, esporadicamente acometidos tanto pelas enfermidades, quanto pelas vacinações e revacinações de Lancy. Por entre o esforço em reafirmar que a intendência não estava inerte e sim numa situação de sentinela contra a “temerosa doença”, em 20 de novembro de 1905, seguiu a comissão, mais uma vez, chefiada pelo Dr. Eduardo Velloso, para a vila de Castanhal, aproximadamente a uns três quilômetros dela onde, na serraria Aliverti, foram encontradas 17 pessoas com varíola e uma destas já morta. O delegado sanitário providenciara o isolamento dos doentes em “um barracão, afastado do estabelecimento infeccionado e, depois de mandar fazer n’elle alguns reparos mais urgentes, transferiu para ahi todos os enfermos, proporcionando-lhes tratamento e conforto”.<sup>63</sup> No quilômetro 29, nas proximidades de Benevides, a varíola manifestara-se novamente, sendo que fora construído um isolamento provisório para abrigar os doentes. Nessas localidades, o expurgo das habitações e mediações infeccionadas, bem como a inoculação com a “lympha vaccinica” atingiram os moradores.

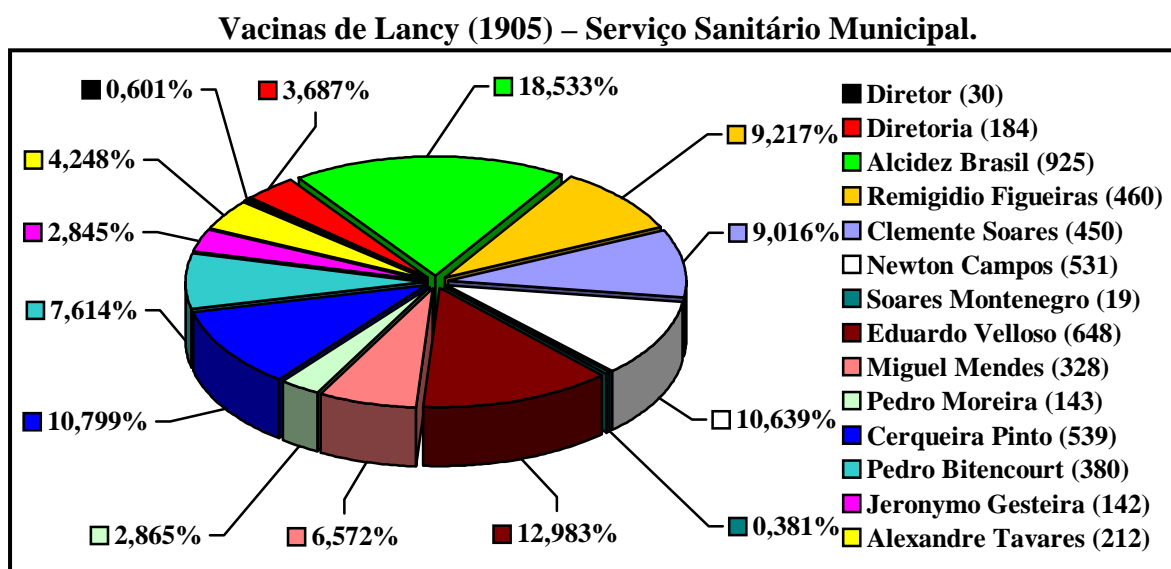
Curiosamente, a comissão sanitaria preferia a vacina antivariólica de Lancy (quinzenalmente o município recebia uma provisão de 200 tubos da Europa, para serem preparados pelo próprio Serviço Sanitário), ressaltando as propagandas do Serviço Sanitário da intendência e do governo em procurar construir o mito do voluntarismo à ciência, no sentido de aprovação e empatia da governabilidade administrativa e dessa prática de cura oficial. Acreditar no “bom êxito” dessa prática profilática em Belém, entretanto pode levar o pesquisador a incorrer em erro sobre e durante a leitura de documentos oficiais, tal como

---

<sup>63</sup> LEMOS, Antonio José de. op. cit., 1906, p. 46.

queria o intendente, ou seja, que acreditassem os leitores d'*O Município de Belém* na aceitação da vacina, o que levaria fatalmente os respectivos habitantes da vila de Castanhal a sujeitarem-se “com uma docilidade devéras louvavel”.<sup>64</sup>

Nem mesmo os contemporâneos digeriram esta “docilidade” tão receptiva à campanha de profilaxia, e não sem propósito o senador Antonio Lemos rebatia as críticas da oposição dos lauristas, incrustadas na *Folha do Norte* e recebidas pela gerência administrativa na área da salubridade pública e do Serviço Sanitário do município, para quem a “exploração criminosa de follicularios sem escrúpulos, guiados unicamente pela má fé e pelo odio”<sup>65</sup> não tinha sentido, pois não se mediram esforços para atender tamanha “docilidade” dos moradores. Portanto, os “follicularios” destoavam, segundo o intendente, da necessidade da vacina enquanto método preventivo de cura, para impedir a proliferação de doenças e da epidemia da varíola. Por isso, a Diretoria do Serviço Sanitário Municipal havia cumprido o dever de combater as epidemias através das providências investidas pelo Executivo Municipal, haja vista que as campanhas contra a varíola em Belém foram mais intensas, justamente pelas visitas domiciliares realizadas pelos delegados sanitários, que efetuaram durante o ano de 1905, segundo dados oficiais, a inoculação de 4.991 pessoas com a vacina antivariólica de Lancy.



Fonte: LEMOS, Antonio José de. op. cit., 1906, p. 46.

O Serviço Sanitário Municipal realizava a vacinação e revacinação, por meio de visitas domiciliares e através da rigorosa verificação dos moradores em cada prédio suspeito, ou então, uma vez recebido a denúncia, tratava logo a intendência de notificar, através dos

<sup>64</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>65</sup> Id. Ibid., p. 52.

delegados sanitários, os moradores suspeitos, além de iniciar uma ação conjunta com o Serviço Sanitário Estadual. Esta ação contou com a atuação dos médicos do Serviço Sanitário Municipal, tendo destaque os delegados sanitários Alcides Brasil, Remigídio Figueiras, Clemente Soares, Newton Campos, Eduardo Velosso, Cerqueira Pinto, Pedro Bitencourt e Miguel Mendes, que vacinaram mais de 85% dos 4.991 moradores que assim foram sujeitados à prática curativa. Observa-se por um lado a atuação destacada de Alcidez Brasil, que fora saudado pelos companheiros; todavia, por outro lado queixavam-se o intendente Antonio Lemos e os próprios delegados sanitários por não obterem apoio incondicional de médicos à campanha, “não obstante a desleal e maldosa campanha feita por certos médicos”.<sup>66</sup>

A “campanha maldosa” evidencia esta falta de homogeneidade entre médicos e políticos referente ao tratamento eficaz e ao próprio caráter da vacina. Entretanto, isto não impedia que pelo menos dois delegados sanitários estivessem de plantão durante o dia na Diretoria do Serviço Sanitário, para receberem pessoas que procuravam tratamento ou prevenção à doença. Apesar da varíola alterar a percepção de vida, deixar deformadas e matar 435 pessoas (esta taxa diz respeito ao município, pois para o estado haviam morrido 426), o que bem explicaria a vacinação e revacinação de aproximadamente 5.000 moradores ao longo do ano de 1905, havia uma pressão nada agradável sofrida por autoridades médicas e policiais contra essa prática.

O próprio Regulamento do Serviço Sanitário do estado prescrevia aos moradores cujas residências tivessem manifestado a ocorrência da varíola e, por conseguinte, recebessem notificação compulsória, que deveriam procurar os postos de vacinação, caso contrário seriam penalizadas com multas por descumprirem o regulamento sanitário; para isso os delegados sanitários eram revestidos de poderes, tanto para aplicarem multas como para executarem o serviço de remoção e isolamento de doentes, prática comum devido às visitas sanitárias, geralmente supervisionadas por policiais. As visitas domiciliares eram fundamentais, segundo o intendente Antonio Lemos, ao saneamento de Belém, sendo os delegados e agentes sanitários os responsáveis pela fiscalização da salubridade. Em outras palavras, a ressignificação da cidade nos discursos belepoqueanos de saúde pública alterariam os espaços privados e públicos. Assim, bastaria um prédio encontrar-se em “condições desfavoráveis à saúde dos respectivos moradores”<sup>67</sup> para os agentes sanitários agirem.

Rezava ainda a cartilha do Código de Polícia Municipal uma prescrição moral, uma vez que o proprietário era intimado a promover as alterações necessárias na moradia em

---

<sup>66</sup> Id. Ibid., p. 53.

<sup>67</sup> Id. Ibid., p. 69.

tempo determinado. Depois de transcorrido o prazo, nova inspeção seria realizada pelo delegado sanitário para averiguação; caso não tivessem sido realizadas as alterações, imputava-se multa e novo prazo para atender as exigências oficiais. Ainda assim, sustentava o discurso oficial que as visitas domiciliares realizadas com freqüência, não levantavam “reclamação de qualquer ordem”.<sup>68</sup> A história oficial construiu seus cristais, mas na prática não foi bem assim. Reclamações não faltaram à repartição de higiene, aos delegados sanitários e às visitas domiciliares, por hora, limito-me em analisar as especificidades presentes na propaganda oficial.

As visitas domiciliares abrangeram, em 1905, um universo de 725 moradias, que foram inspecionadas e julgadas em condições de ocupação, segundo *O Município de Belém* (1905). Curioso observar os poderes atribuídos aos delegados sanitaristas encarregados dos distritos municipais, responsáveis também por fiscalizar, examinar, notificar e cumprir as determinações do Código de Polícia. Por exemplo, o proprietário de uma casa, assim como os demais moradores, poderiam ser impedidos de ocupar o imóvel, caso o delegado o julgasse impróprio, ou melhor, em desfavoráveis condições de higiene. A este respeito o intendente Antonio Lemos propagandeava:

Ninguém negará as vantagens das visitas domiciliares feitas pelos médicos municipaes, em relação á saúde publica e privada. São ellas – porque não dizel-o? – a vanguarda da previdência sanitária, em favor dos inquilinos, tanto quanto em beneficio dos proprietarios de predios de aluguel. Para estes e para aquelles resultam idênticos proveitos de taes visitas, cujo escopo primordial é o excellent estado sanitario da população.<sup>69</sup>

Evidentemente, as “vantagens das visitas domiciliares” realizadas pelos médicos obedeciam a uma questão de embelezamento e reorganização do espaço urbano, mais especificamente no combate aos cortiços do centro da cidade, pois crescimentos demográficos e imobiliários estiveram juntos nesse processo histórico da economia da borracha. Logo, os discursos sanitaristas dos delegados seriam responsáveis pelo embelezamento ou mudanças nas estruturas prediais, sendo as notificações e as multas os instrumentos legais e coercitivos dessa prática médica sanitarista e excludente! Por conseguinte, não por acaso, as vantagens representavam não somente melhorias para a saúde pública ou privada e sim mais uma maneira de arrecadação de tributos em cima da castigada população pobre e de baixa renda, recaindo o ônus da reforma da casa sobre o inquilino, quando este tinha condições de atender a notificação, caso contrário ainda seria multado e até impedido de adentrar a moradia. O

---

<sup>68</sup> Id. Ibid., p. 68.

<sup>69</sup> Id. Ibid., p. 69.

desconforto e constrangimento dessas práticas coercitivas não recaíam diretamente nos proprietários de imóveis de aluguel, pois até mesmo um inquilino que pagava o aluguel da casa teria de arcar com as despesas da reforma. Estranhamente, não havia reclamação! Alguém quer acreditar na maravilha do discurso oficial? Peço um pouco de paciência ao leitor, não demoro em discutir essas e outras inquirições às fontes.

Por isso, as práticas de visitação foram eleitas como a “vanguarda da previdência sanitária” do intendente Antonio Lemos e do senador estadual e diretor do Serviço Sanitário Municipal, Dr. José Antonio Pereira Guimarães. Logo, as visitas domiciliares eram importantes instrumentos de arrecadação de impostos, oriundos das multas, responsáveis em parte pela execução do projeto urbano da administração municipal. Assim, a “vanguarda” favoreceria inquilinos e beneficiaria os proprietários de prédios, desde que isso fosse analisado pelo laudatório oficial que não esclarecia as práticas médicas aos moradores, os quais eram praticamente obrigados a pagar pela reforma da moradia diante da ameaça de despejo e, ao mesmo tempo, justificando as ações dos delegados sanitários em nome da saúde pública e da privada, para melhor atender à salubridade ou ao estado sanitário da população, mas longe de serem excelentes tais proveitos da “vanguarda previdenciária”.

Para tanto, o governo invocava até mesmo o apoio dos munícipes, providos da “melhor vontade, com a sua cortezia, com toda a gentileza que distingue os homens educados”.<sup>70</sup> Portanto, o epílogo apelativo do governo municipal, sobre a salubridade das moradias, dependeria de forjar esse apoio público, através da demagogia própria da politicagem, adjetivando a boa vontade, a cortesia, a gentileza e a educação dos moradores para com o município de Belém.

O distinto doutor Lyra Castro, diretor do Serviço Sanitário Estadual, publicara um artigo elucidativo pela imprensa paraense, reproduzido n’*O Município de Belém* (1905) pelo intendente, concernente à saúde pública, que bem reflete as concepções de médicos sobre a profilaxia da varíola. Segundo o diretor Lyra Castro, a varíola era uma doença transmissível e de fácil contágio, que irregularmente freqüentava o estado do Pará através dos navios dos estados do sul, que aportavam na doca da cidade. Sendo assim, a epidemia passara a ser vista como uma doença invasora, cabendo às repartições sanitárias travar uma luta contra o *morbus*.

Logo, tanto o município, quanto o estado não poupariam recursos públicos para equipar os órgãos de saúde, como postos, hospitais, laboratórios, bem como a contratação de agentes sanitários e médicos para exercerem cargos de delegados sanitários, sem esquecer da

---

<sup>70</sup> Id. Ibid. loc. cit.

compra na Europa e provimento da vacina de Lancy nos postos médicos do Serviço Sanitário. Protestava o diretor estadual contra a falta de percepção do perigo que representava uma epidemia, pois necessitava do auxílio da população para poder empregar as medidas profiláticas, as quais consistiam nas visitas domiciliares, no isolamento dos doentes e tratamento dos enfermos, na vacinação e revacinação e na desinfecção das moradias e objetos contaminados. Há uma defesa laudatória do Dr. Lyra Castro, mas antes leia com atenção o posicionamento do ilustre médico:

Os governos do Estado e do municipio despendem annualmente grande somma em compra de bôa lymphâ vaccinica; todos os médicos d'esta cidade se prestam a vaccinar gratuitamente a população; e, apesar de ser uma questão que não soffre mais contestação séria – a utilidade d'esse poderosso agene prophylatico, – a população na sua mór parte foge ao emprego do agente salvador. Uns, por mal entendido fatalismo, outros pelo receio de soffrimentos imaginários, muitos por suporem (erradamente embora) que em épocas epidêmicas a vaccina se transforma em varíola, e alguns pelo receio de ser inoculada outra qualquer moléstia transmissível pelo acto da vacinação, não falando da questão doutrinaria da liberdade.<sup>71</sup>

A vacina de Lancy era aplicada gratuitamente àqueles que assim o desejassem, isto é, obrigados e coagidos pela presença policial; o Dr. Lyra Castro procurou também silenciar a oposição à vacina, pois desde a Revolta da Vacina, na capital federal, muitas autoridades políticas e médicas recuaram no debate vacínico sobre a sua obrigatoriedade e resistência. Contudo, os moradores das áreas marginais à Estrada de Ferro de Bragança não haviam cessado a resistência aos vacinadores, por mais necessária fosse a vacina antivariólica pois, como lembra o próprio Dr. Lyra Castro, a maior parte da população “foge ao emprego do agente salvador”. Essa fuga à vacina não fora descabida, conforme os motivos expostos pelo diretor de saúde, seja pela incompreensão da ciência ou sofrimentos imaginários, a suposição tinha seu propósito.

Mas ainda assim havia uma certa temeridade com essa prática de cura, comumente incompreendida pelo Dr. Lyra Castro, que não demonstrava entendimento do porquê do receio dos moradores de abraçar a vacinação – como um instrumento salvador e gratuito para a população – apesar de identificarem os sofrimentos, que não eram nada imaginários, pois as experiências do contato com os sintomas eram comuns em tempos de epidemia. Por isso, o receio ou temor em ser inoculado, corresponderia em se contaminar com a varíola ou “qualquer molestia transmissível pelo acto da vacinação”. Contudo o preclaro médico, em relação a esta questão suscitada no artigo, reafirmava que “jamais se viu vaccina produzir

---

<sup>71</sup> Id. Ibid., p. 54



variola”, dizia, procurando ser didático com os leitores, já que concordava com a possibilidade da transmissão de outras doenças no ato da inoculação de braço a braço, mas tratava-se de “limpha de procedencia suspeita”. Outrossim, conforme a prática corrente em Belém, essa forma de inoculação – com riscos de transmissão de outras doenças – não estava em pauta de discussão, uma vez que a vacinação de braço em braço ser praticada pelas repartições sanitárias em razão da seguinte especificidade:

De modo absoluto banimos a vacinação de braço a braço; sómente empregamos lympha extrahida de vitellos e usamos de pennas proprias servindo uma para cada individuo. Com estas precauções a vaccina não offerece o minimo perigo e de modo quase absoluto garante contra a variola.<sup>72</sup>

A linfa vacínica era extraída de novilhos e preparada com a vacina de Lancy importada da Europa, no laboratório do Serviço Sanitário Estadual, argumento que significava a preocupação dos médicos para com o estado do animal (vaca), que deveria ser saudável e novo para garantir a preparação da vacina e as “pennas proprias” não eram reutilizáveis, por isso sustentava não haver o mínimo perigo. Mas não satisfazia o Dr. Lyra Castro que, à vista disso, argumentava que durante o isolamento dos enfermos, estes tinham pelo menos duas visitas asseguradas pelos médicos dos hospitais, destacando-se os hospitais São Roque, São Sebastião e Domingos Freire. Entrementes, havia distinção durante o tratamento aos pacientes nos hospitais, cabendo aos “doentes de classe” disporem de leitos reservados, inclusive com a presença de um acompanhante, provavelmente um familiar, durante o período de isolamento.

Essa diferenciação estendia-se como um privilégio social durante o tratamento. Além disso, poderia aos “doentes de classe” ser facultada a escolha de um médico assistente. Quer se fazer acreditar ao Dr. Lyra Castro, principalmente aos leitores e, também, ao intendente Antonio Lemos, que o tratamento dispensado nos hospitais tratava de medidas “suaves e humanitarias” por parte dos médicos e das religiosas ou filhas de Sant’Anna, que tiveram destacada dedicação com os pacientes.<sup>73</sup> Contudo, havia a contrapartida que se tentava ocultar, justamente o problema enfrentado pelo Serviço Sanitário, o fato de moradores esconderem os variolosos dos delegados sanitários:

O facto de occultar um varioloso envolve um duplo crime; um de carater social, pelo mal que causa aos seus semelhantes e outro resultante da infracção das leis emanadas dos poderes competentes.<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> Id. Ibid., p. 55.

<sup>73</sup> BORDALO, Alípio Augusto Barbosa. “As irmãs filhas de Sant’Ana”, in op. cit., 2000, p. 53-4.

<sup>74</sup> LEMOS, Antonio José de. op. cit., 1906, p. 55.

Portanto, a orientação pública reforçava a gravidade em ocultar um varioloso, pois como disse anteriormente, o Regulamento do Serviço Sanitário do estado prescrevia multas aos moradores que recebessem notificação compulsória. Neste caso, o crime social estava associado ao mal do semelhante, em razão da varíola ser contagiosa e epidêmica; por outro lado, o regulamento também previa multas a ocultação de doentes. Assim, esperava-se com essa orientação: a “bôa vontade” dos moradores em colaborar com a Diretoria do Serviço Sanitário, uma vez que os argumentos expostos pelo médico ajudariam a banir o “terrível flagello”, o qual ceifou nada menos que 435 vidas ao longo do ano de 1905, segundo os dados do Serviço Sanitário Municipal.<sup>75</sup> Vangloriava-se o intendente municipal do excelente tratamento recebido pelos enfermos dos hospitais, os quais demonstravam os agradecimentos aos médicos e às caridosas religiosas – através da imprensa, notoriamente do jornal *A Província do Pará*, do qual era proprietário – que trabalhavam nos hospitais.

Tanto o hospital São Sebastião, quanto o Domingos Freire, ambos mantidos pelo estado, dispunham de condições mais apropriadas para o isolamento pois, conforme os preceitos da moderna ciência, possuíam ambientes bastante arejados e iluminados, sendo *locus* por excelência da arte de curar, por parte de médicos, enfermeiros e das religiosas de Sant’Anna, que auxiliavam os trabalhos nos hospitais, além disso, proporcionavam conforto aos pacientes. Retornando à questão da campanha profilática, mote desse debate sobre o terrível flagelo da varíola. Não sem razão, nada mais que vinte médicos ou delegados sanitários percorriam as ruas de Belém, visitando domicílios, isolando e removendo enfermos, expurgando moradias e aplicando as vacinas antivariólicas. Notadamente, os delegados sanitários nem sempre eram bem recebidos:

Vinte médicos andam a vaccinar de domicilio em domicilio, recebendo com paciência os insultos dos acoroçados por certo jornal e intigados pelo seu – *ídolo* – o chefe da revolta de 14 de novembro de 1904, sob pretexto de combater a vaccina obrigatoria.<sup>76</sup>

Não espere o leitor encontrar nos documentos oficiais os insultos dos moradores, pois os motejos destas vozes foram silenciados. Contudo, percebem-se nas visitas domiciliares por parte dos médicos, que recebiam “pacientemente” os “insultos acoroçados por certo jornal”, referia-se diretamente o intendente ao periódico da *Folha do Norte*. O porquê desses “insultos acoroçados” tem relação direta com a Revolta da Vacina, já que o

---

<sup>75</sup> Id. Ibid., p. 79

<sup>76</sup> Id. Ibid., p. 55. A respeito da participação do senador do Rio de Janeiro e ex-governador do Pará, Lauro Nina Sodré, na Revolta da Vacina do Distrito Federal, identificado como um dos líderes pelos contemporâneos, reservo a analisá-lo no próximo capítulo.

“ídolo” ou “chefe da revolta” da vacina, rompida em 14 de novembro de 1904 na capital federal, era o grande opositor político da intendência, o tenente-coronel Lauro Sodré; mesmo estando preso no couraçado *Deodoro* durante a maior parte do ano de 1905, mantinha contato direto com o reduto político paraense, presente na *Folha do Norte*, que elaborava os insultos, ou melhor, as críticas contra as campanhas de profilaxia e, concomitantemente, contra os vacinadores e as vacinas (no próximo capítulo há um “intervalo”, para explicar e analisar a participação do ex-governador paraense Lauro Sodré). O intendente Antonio Lemos, para justificar a “cifra elevadíssima” das mortes de 435 pessoas por varíola, durante o ano de 1905, diante dos 2.653 óbitos registrados pelo Serviço Sanitário Municipal, atribuía e transferia o ônus ao “tamanho estrago á malévola campanha de certa imprensa contra a vacinação em tempo de epidemia, o que é deveras a negação das conquistas scientificas actuaes.”<sup>77</sup>

Por mais acoroçados que fossem os moradores com a *Folha do Norte*, através da “malévola” campanha contra a vacina, desde já vale ressaltar que estes moradores construíram uma forma de leitura e participação política peculiar em relação às campanhas de profilaxia em tempos de epidemia e tiveram seus motivos para insultar médicos, independentemente da propaganda dos lauristas em Belém e das próprias “conquistas scientificas”. Caso contrário eu estaria ignorando esses insultos enquanto ações de moradores-sujeitos sociais, que se posicionaram contra ou a favor da vacina e não necessariamente negando a ciência médica, cabendo destacar que existiam outras práticas curativas que desapareceram diante dos projetos vencedores.

É por falar nesses sujeitos e em diferentes práticas de cura, a construção social de imagens, no relatório municipal, através da construção de uma propaganda desqualificadora em relação aos movimentos sociais, mesmo concernentes à medida higiênica praticada pela velha Lourença, não passara despercebida pelo intendente Antonio Lemos, que reproduziu um artigo, provavelmente publicado pelo jornal *A Província do Pará*, respeitante ao tratamento de variolosos realizado em Belém, “não há muitos annos”, e que ajuda a compreender tanto o tratamento dispensado aos doentes, como também as rupturas nas concepções de espaço físico (hospital) e social (tratamento curativo):

Os doentes de certa classe social não eram isolados por falta de logar para isso; os indigentes tinham por hospital um enorme barracão coberto e cercado com palhas de ubussú, com uma janella, tendo apenas duas entradas muito baixas, lembrando as tabas dos chefes das tribus selvagens. Ahi, não entrava luz e o ar era excasso, nem mesmo cimento era o solo; o serviço entregue á excludiva direcção de uma preta velha ignorante; nem sequer um medico para este misero abarracamento da pobresa!

<sup>77</sup> Id. *Ibid.*, p. 58. A mortalidade geral e os óbitos por varíola registrados pelo Serviço Sanitário Municipal são superiores ao Estadual, como analisei anteriormente, sobre estas estatísticas do estado, ver pagina 113 e 123.

A única medida higienica praticada pela velha Lourença, como lhe chamavam, consistia na queima de alcatrão dentro d'essa grande pocilga fechada, tornando o ar irrespíavel a ponto de asphyxiar os doentes mais graves.<sup>78</sup>

A classe social diz respeito à população pobre e, portanto, desprovida de riquezas na cidade belepoqueana. Assim, os doentes e indigentes com varíola procuravam tratamento em um barracão ou hospital, em condições precárias e insalubres pela, descrição do artigo, que lembrava ao jornalista as “tabas dos chefes das tribus selvagens”, justamente por ser coberto e cercado com palhas de “ubussú”, tendo apenas uma janela e duas entradas, o que dificultava propositadamente a luminosidade bem como a circulação do ar; provavelmente o chão era de terra batida. Esse tipo de lugar era execrado pelos médicos, já que destoava dos preceitos da moderna ciência médica de combate aos micróbios invisíveis, e a microbiologia condenava ambientes fechados, escassos de luz e com pouca circulação de ar.

Não resta dúvida que o barracão era dirigido pela velha Lourença, uma curandeira retratada como “preta velha ignorante” e, por isso, fora propósito da propaganda discriminadora do Serviço Sanitário, bem assim como assumira significado distinto de um hospital contemporâneo: era um espaço identificado com as tabas indígenas que “certa classe” buscava para o tratamento e convalescença e, como bem reforça *O Município de Belém*, revelava assim uma tradição que perdia espaço diante de um projeto belepoqueano e civilizador da intendência, que não via com bons olhos essa tradição de barracões ou “misero abarracamento da pobreza” dirigido por curandeiros e/ou curandeiras. Eis o barracão que, para as autoridades, não deixava de ser uma “grande pocilga fechada” e sob os cuidados da velha Lourença, que tomava para si a responsabilidade de cuidar dos pobres, sendo aí praticada no exercício higiênico a queima de alcatrão, o que diferia completamente da profilaxia médica a respeito da prevenção e cura, uma vez que a moderna ciência concebia a vacinação antivariólica como único remédio eficaz de inoculação contra o terrível mal.

Contudo, as práticas higiênicas da curandeira por mais que desagradassem as autoridades, provavelmente faziam bastante sucesso com a “classe” pobre, pois a queima do alcatrão tinha um caráter expurgativo da doença e, ao mesmo tempo, por ser o lugar praticamente isolado e não arejado, o germe ali padeceria até a morte enquanto o moribundo acreditava que sairia curado do confinamento. Mas o que inquietava a medicina social, não era uma preocupação recente das concepções higiênicas, pois no século XIX a necessidade de um ambiente arejado passara a ser uma necessidade comumente aceita nos hospitais, daí a preocupação com a “pocilga” que, por ser isolada, tornava o ar “irrespíavel”, asfixiando os

---

<sup>78</sup> Id. Ibid., p. 56.

próprios doentes.<sup>79</sup> Nesse sentido, procurava a intendência municipal e o governo estadual, a partir das recentes concepções da medicina social, imprimir-lhe rupturas através da reelaboração dos hospitais e de médicos reconhecidamente aptos na direção hospitalar.

Por outro lado, a varíola não escapava da percepção de que fora importada, característica comum nos discursos oficiais como quem lava as mãos e se isenta de culpa pela epidemia, apesar de procurar a evocação do caráter patriótico e humanitário de combater o mal, não medindo esforços na vacinação dos moradores e isolamento dos doentes no Hospital de São Sebastião, como de praxe. Entretanto, a fiscalização frouxa muitas vezes permitia aos doentes evitarem o isolamento, preferindo fugir da profilaxia da peste vermelha, escapando à “vigilância sanitária, no porto e no ato do desembarque; outros vieram para terra com a molestia incubada”.<sup>80</sup>

Portanto, aos “fujões” da inspeção sanitária eram imputadas as acusações de proliferação da varíola e da irrupção da epidemia, seja nos distritos de Belém ou no interior do estado, onde apenas em Igarapé-Assú, 19 moradores adoeceram, em 1910, e destas vítimas uma fora fatal. Felizmente nesse ano foram logo localizados os focos da doença em Belém, sendo possível a ação enérgica da campanha de profilaxia contra a varíola e debelada a epidemia em princípios de agosto como afirmava a propaganda em missão das mais ardilosas, pois o Serviço Sanitário não conseguia impedir a importação da doença, numa situação que reforçava a deficiência dos serviços de vigilância sanitária no combate à varíola, também conhecida como peste vermelha, agravando-se ainda mais a situação devido à ausência de ações conjuntas de outros estados.<sup>81</sup>

A profilaxia contra a varíola, dizia há pouco, mantinha a prática do isolamento nos casos visíveis de contágio, mas a maior dificuldade das autoridades sanitaristas recaía na própria especificidade da doença, ou seja, no período de incubação do vírus (*Orthopoxvirus variolae*) que dificultava a vigilância sanitária, tornando praticamente impossível evitar a epidemia. Daí o delegado sanitário ter a autoridade de vacinar e revacinar, remover e isolar casos confirmados e moradores com sintomas da doença conforme já bem explicitado. Assim,

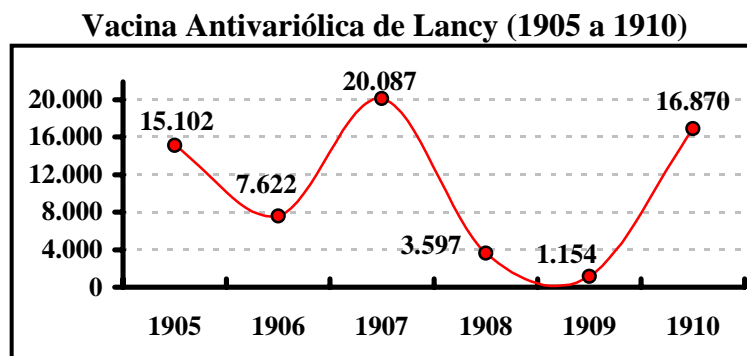
---

<sup>79</sup> Uma análise densa sobre as práticas de cura não oficiais e o caráter científico que os pajés procuravam construir no exercício curativo na elaboração de remédios, por exemplo, encontra-se em: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Pajés, médicos e alquimistas: uma discussão em torno de ciência e magia no Pará oitocentista”, in *Cadernos do CFCH*. v. 12. Belém, 1993, p. 41-54. Id. *A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia. A constituição de um campo de estudo, 1870-1950*. Campinas, 1996. Dissertação (Mestrado em História Social). IFCH / Departamento de História, UNICAMP.

<sup>80</sup> COELHO, João Antonio Luiz. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 7/09/1910. Belém-Pa: Imprensa Oficial, 1910, p. 78.

<sup>81</sup> Id. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 07/09/1911. Belém-Pa: Imprensa Oficial, 1911, p. 49.

o Serviço Sanitário do estado, diante de notificações ou do aparecimento da endemia, limitava-se à prática da vacina nos domicílios, para evitar a disseminação do mal vermelho e, conseqüente manifestação da epidemia em Belém.<sup>82</sup>



Fonte: COELHO, João Antonio Luiz. op.cit., 1911, p. 50.

Entre 1905 e 1910, nota-se a vacinação de 64.432 habitantes [em Belém], onde o Serviço Sanitário considerava “imunizados preventivamente contra a varíola 60% da população fixa da Capital”.<sup>83</sup> Contudo, chama a atenção a irregularidade do serviço e a freqüente oscilação na vacinação por parte dos delegados sanitários mesmo diante da vacina antivariólica de Lancy. Lembrando a mortalidade por varíola, em 1905, quando foram vitimadas 426 pessoas pelo mal vermelho, caindo a cifra ano seguinte para 34 e, em 1907, nova epidemia ocasionou 253 óbitos. A prática da vacina acompanhou de forma diretamente proporcional a mortalidade. Observando-se o gráfico acima, percebe-se que em 1905 foram aplicadas 15.102 vacinas, enquanto no ano seguinte o número caiu para 7.622, subindo novamente em 1907, pois 20.087 moradores foram vacinados. As autoridades aprenderam com a ameaça real de contágio, e em 1910, foram vacinados 16.870 moradores resultando apenas 29 óbitos. Depreende-se que o Serviço Sanitário Estadual ganhava espaço na prática de vacinação, mas nem por isso era isento de reclamações e ações contrárias aos inspetores e delegados sanitários.

Vou analisar aqui uma peculiaridade para que melhor se possam compreender as manifestações contrárias. Em janeiro de 1905, uma das áreas mais afetadas, a avenida Almirante Tamandaré, então local de cortiços e habitações populares, foi alvo da campanha profilática de vacinação e revacinação. Os inspetores e delegados sanitários costumeiramente se dirigiam ao local após receberem denúncias anônimas, notificando compulsoriamente os moradores, desinfetando as casas, removendo os variolosos e interditando as moradias

<sup>82</sup> Id. Ibid., p. 50.

<sup>83</sup> Id. Ibid. loc. cit.

afetadas. A interdição era temporária, o que não impediu a sua violação por “uma mulher moradora no n. 10 para retirar a rêde e roupas da enferma, afim de leval-a a valla que passa em frente, sem as precauções hygienicas”, lembrando ainda que “ficam sempre burlados os esforços do serviços sanitário.”<sup>84</sup>

Essa atitude bem reforça a imposição sanitarista de invasão do espaço privado, que muito irritava a pobre moradora, levando-a a burlar o regulamento sanitário, pois precisava da rede e das roupas. Não queria a mulher jogá-las na vala e sim lavar as peças para uso próprio, lembrando que a casa interdita era de sua filha. Outrossim, existiram situações em que os doutores Albino Cordeiro Junior e Bernardo Rutowitez, delegados sanitários do Serviço de Higiene, ao tentarem aplicar a vacina nas ruas de Breves e Santarém, encontraram-se diante de pessoas que se recusavam a recebê-la, insultando os vacinadores que retornaram no dia 3 de janeiro acompanhados de praças “afim de fazer effectiva essa medida legal e hygienica, reclamada pela pessima estação que atravessamos”.<sup>85</sup> Os policia conferiam pois auxílio aos delegados sanitários, portando-se na porta das casas onde os moradores se recusavam a receber a vacinação, impedindo a “sahida das pessoas que alli estivessesm”.<sup>86</sup>

Num triste dia para as vítimas que convalesciam nas moradias, os médicos Albino Cordeiro Junior e Bernardo Rutowitez resolveram dirigir o serviço de desinfecção das casas em todo o quarteirão; por volta das 9 horas, os delegados realizavam o trabalho sem maiores dificuldades quando receberam a denúncia de que na casa n.º. 10 – onde já havia sido removida uma mulher na tarde do dia 10 de janeiro – uma moça com varíola estava deitada e apresentava os sintomas característicos do mal vermelho. O Dr. Albino não perdeu tempo e foi ao encontro da moça mas, para surpresa sua, ela sumiu, apesar de se revistar toda a casa. O delegado inquiriu testemunhas sem muito êxito mas soube por uma mulher “que alli estava, a mesma que retirara a roupa da variolosa da casa n. 2 e que procurara occultar a outra até terça feira, que a doente havia sahido para a inspeçtoria de hygiene afim de se vaccinar”.<sup>87</sup>

Segundo o jornalista, aparentemente o Dr. Albino mostrou-se satisfeito, mas não acreditou, “por perceber que era mentirosa, e se retirou” da casa, continuando a desinfecção no quarteirão “sem reclamação alguma dos moradores”. Após uma hora do término dos serviços, sorrateiramente, o Dr. Albino retorna acompanhado de dois policiaes e surpreende no portão da moradia a “mulher occultadora dos variolosos e que é conhecida no bairro por

<sup>84</sup> “Variola”, in *Folha do Norte*. Belém, 1 jan., 1905.

<sup>85</sup> “Variola”, in *Folha do Norte*. Belém, 3 jan., 1905.

<sup>86</sup> “Variola”, in *Folha do Norte*: Belém, 4 jan., 1905.

<sup>87</sup> “Variola. Triste lua de mel. Prisão. Consequencia da imprevidencia.”, in *Folha do Norte*. Belém, 12 jan., 1905.

Velha Uruçú.”<sup>88</sup> Conhecida dos moradores por ocultar doentes das autoridades sanitárias, o médico provavelmente foi alertado, daí ter retornado de surpresa e surpreendido a Velha Uruçú, não lhe dando sequer tempo para fugir e entregando-a aos praças após mandar prendê-la na chefatura de polícia, onde ficou detida. Na casa da senhora Uruçú o médico encontrou num dos quartos a moça doente que, durante a manhã, estava escondida na casa de uma vizinha. Chamava-se a Alexandrina Maria de Araújo, tinha apenas 16 anos e havia contraído núpcias no dia 7 de janeiro com o praça Pedro Moreira, do corpo auxiliar do estado. O Dr. Albino após verificar que ela estava com varíola retirou-se, retornando às 20 horas para fazer a remoção de Alexandrina, que foi isolada no Hospital São Sebastião. A gazeta concluiu que a culpa da infecção de pessoas pobres foi consequência da ignorância da Velha Uruçú, postura extremamente discriminadora sobre os pobres, que para os doutos de “cultura” e “civilização” não passavam de ignorantes.

Percebe-se que, apesar da vacina não ser obrigatória, o delegado sanitário acompanhado de praças resolve prender a “ignorante” Uruçú, que já havia defendido duas filhas da inspeção sanitária, provavelmente por não confiar na vacinação enquanto elemento curativo; além do mais o médico mandou recolher a filha mais nova e recém-casada, Alexandrina, no hospital de isolamento, prática certamente antipática. Essa atitude decorre da não aceitação e reconhecimento da medida profilática, que gerou incertezas na mãe, então preocupada em proteger as filhas. A lua-de-mel de Alexandrina teve um triste desfecho: o recolhimento ao hospital e a prisão da ocultadora. A imprensa ficou atenta ao caso e novamente se encontram notícias sobre ele. Maria Ignacia de Araújo, então conhecida por Velha Uruçú era cearense, viúva e tinha 48 anos de idade; já havia ocultado a outra filha, Justina Maria da Conceição, residente na casa nº 2, que foi recolhida ao hospital por ordem dos doutores Albino Cordeiro e Bernardo Rutowitez, que haviam interditado a moradia.

Outrossim, no dia seguinte, a mãe violou a interdição e adentrou a casa da filha, retirando a rede e peças de roupa de Justina Maria, e levando-as sem os devidos cuidados para sua casa de nº 10, resolveu lavá-las; provavelmente o contato com as roupas ou então com Justina contagiou a irmã e também Alexandrina. “A velha Uruçú, que quisera occultar aquella assim como duas outras suas filhas, consoante já noticiamos, e que por esse motivo fôra recolhida presa a estação de segurança, foi dahi levada, com febre alta, para o Hospital de Caridade.”<sup>89</sup> Neste estabelecimento “manifestaram-se claramente as bexigas na pobre mulher, sendo removida para o Hospital São Sebastião, onde se acham também em tratamento suas

---

<sup>88</sup> Ibid.

<sup>89</sup> “Variola”, in *Folha do Norte*. Belém, 14 jan., 1905.



tres filhas”.<sup>90</sup> Maria Ignacia de Araujo faleceu na madrugada do dia 29 de janeiro no hospital.<sup>91</sup> Alexandrina faleceu dias antes sem ter uma lua de mel e sim uma “Lua de... lucto”.<sup>92</sup> A casa nº 10, bastante conhecida das autoridades, era uma habitação popular, onde vários moradores adoeceram de paludismo e varíola, como foi o caso de Cândida Maria da Silva, piauiense de apenas 16 anos, casada com um praça, a qual dera luz a uma criança, escondeu-se sem sucesso das autoridades sanitárias, pois tinha o mal vermelho, vindo a falecer no hospital São Sebastião.<sup>93</sup> Na manhã de sábado, 14 de janeiro de 1905, chegava às mãos dos leitores da *Folha do Norte*, uma matéria sobre “Os hospitais de Belém”.

O Hospital São Sebastião, que serve de isolamento as pessoas atacadas de variola, foi construído em local insalubre, improprio, portanto, ao fim para que o destinaram.

Ao que consta, as emanações de grandes pantanos que existem por traz do povoado denominado Canudos prejudicam os moradores de toda aquela circumvizinhança, especialmente os internados nos Hospitales Domingos Freire e São Sebastião que em pouco tempo de estadia allí são logo atacados de paludismo.<sup>94</sup>

O articulista critica a localização do Hospital São Sebastião e também a do Domingos Freire, afirmando que os citados nosocômios se encontram em locais insalubres e impróprios à saúde de variolosos que buscam tratamento e em decorrência contraem outras enfermidades, como o paludismo. Complementa o articulista da *Folha do Norte*:

E é devido principalmente a esta circumstancia de summa gravidade, que os medicos da repartição de hygiene a quem esta affecto o serviço de tratamento de variolosos, são accordes em aconselhar aos doentes, quando livres do perigo do terrivel morbus, que procurem convalescer em suas residencias, dando-lhes sahida logo após aos primeiros banhos, estando ainda depauperados de forças e com as feridas das bexigas ainda não bem cicatrizadas.

Os infelizes que não têm residencia propria e allí permanecem todo o tempo da convalescencia, voltam com organismos envenenados pelo pauludismo, muito mais perigosamente enfermos do que no momento em que para allí entraram.<sup>95</sup>

Ora, percebe-se que os hospitais não satisfaziam as necessidades dos variolosos e nem dos médicos, pois enquanto locais de tratamento da repartição de hygiene estavam aquém das expectativas de conforto e salubridade, uma vez que uma breve melhora no estado de saúde dos doentes levava os doutores a aconselharem que os paciente procurassem “convalescer em suas residencias, dando-lhes sahida logo após aos primeiros banhos, estando ainda depauperados de forças e com as feridas das bexigas ainda não bem cicatrizadas”.

<sup>90</sup> Ibid.

<sup>91</sup> “Variola. Consequencias do terror – A velha Uruçú.”, in *Folha do Norte*. Belém, 30 jan., 1905.

<sup>92</sup> “Variola. Lua de... lucto”, in *Folha do Norte*. Belém, 24 jan., 1905.

<sup>93</sup> “Variola”, in *Folha do Norte*. Belém, 21 jan., 1905.

<sup>94</sup> “Os hospitaes de Belém”, in *Folha do Norte*. Belém, 14 jan., 1905.

<sup>95</sup> Ibid.

Situação gravíssima e preocupante para os doentes [e pessoas humildes que não podiam arcar com despesas nas clínicas e consultórios da cidade], que após terem alta chegavam a retornar com o organismo mais envenenado e “mais perigosamente enfermos do que no momento em que para alli entraram”. Ajudando melhor a entender o porquê dos variolosos se esconderem dos inspetores sanitários e muitas vezes negarem-se a receber a vacina, numa atitude consciente de razão e medo ao burlar o regulamento sanitário.<sup>96</sup>

As vozes de quem sofreu com essa intransigência são inúmeras, como foi o caso da viúva Ana de Medeiros Amorim, residente na casa n.º 74 da travessa Santo Amaro, que procurou o redator da *Folha do Norte* para queixar-se dessa imposição profilática. O artigo “Os expurgos da hygiene” conta que a viúva havia se ausentado pela manhã e deixara apenas sua netinha na casa, a qual estava doente e acamada. Por conseguinte, como lembra o interlocutor e redator da notícia, os agentes da higiene pública penetraram na residência “como em país conquistado” e “começaram a desinfetar barbaramente a casa, a despeito das reclamações da doente, que lhes pedia fizessem o serviço com moderação.”<sup>97</sup>

Os apelos da mocinha não comoveram nem um pouco os inspetores sanitários, que invadiram o espaço íntimo e privado da viúva Ana de Medeiros Amorim, desinfetando tudo ao alcance com “sua mania expurgativa até a espargir creolina sobre as redes que se achavam armadas, inclusive aquela em que repousava a mocinha.”<sup>98</sup> As medidas sanitárias foram impopulares e intransigentes, prisões, remoções, praças da polícia em frente às casas, intimidação, isolamento, recolhimento e notificações compulsórias constituem evidências da tensa relação entre médicos e moradores, os quais valiam-se da imprensa oposicionista para fazer suas queixas.

A partir da aliança entre medicina e poder público, percebe-se uma prática de higienização em que o médico-sanitarista é o porta-voz da salubridade pública e o responsável pelo combate às epidemias e endemias, pois um doutor oficial representava o corpo consultivo do estado para os assuntos de higiene e saúde, desempenhando uma nova função social no exercício público da medicina, que saía do consultório clínico ou do hospital para curar a cidade. A higiene pública foi o ramo da medicina que mais cresceu e, no início do século XX, os médicos irão reclamar sua competência científica como autoridades reguladoras da ordem urbana pois consideravam que, a partir dos descobrimentos

---

<sup>96</sup> Cf. AMARAL, Alexandre Souza. “O lado noturno da vida: o ‘perigo social’ e a ‘irradiação do mal’ em Belém no início do século XX (1905 a 1909)”, in *A cidade de Belém: saúde, higiene e medicalização urbana (1905 a 1909)*. Belém, 2002. Monografia (Graduação em História). Belém: UFPA, Laboratório de História, p. 17-48.

<sup>97</sup> “Os expurgos da hygiene”, in *Folha do Norte*. Belém, 27 de fev., 1905.

<sup>98</sup> *Ibid.*

pasteurianos, a medicina deixava de ser cega e começava, pela primeira vez, a curar e prevenir as enfermidades coletivas.

Assim, a medicina social imprime campanhas sanitaristas como forma de tentar curar a *urbe*, contando com o apoio da polícia na efetivação de seus objetivos de fazer da cidade “um país conquistado”, como relatou o articulista da *Folha do Norte*. Essas ações mostraram-se muitas vezes conflituosas aos populares e a historiografia tem se debruçado para compreender as práticas de cura oficiais, bem como as não oficiais,<sup>99</sup> tão comuns na Amazônia e detentoras de saberes e tradições, que manejavam ervas, porções mágicas e banhos miraculosos de cura.<sup>100</sup> Estas representam uma tradição na Amazônia que, no final do século XIX e início do XX, começam a ser marginalizadas pelos “doutores da ciência”,<sup>101</sup> que se julgavam portadores do saber científico e racional.<sup>102</sup>

Contudo, a prática de cura está além do conhecimento científico, diante da disseminação da varíola em vários estados brasileiros. Em 1908, quando foram registrados 12 óbitos de varíola, as epidemias dos anos anteriores deixaram no imaginário a ameaça de ir romper novamente na cidade “entre nos de um momento para o outro com o seu cortejo de horrores indescriptives”.<sup>103</sup> O cortejo deixava estragos, ruínas e desolação nos lares. Reclamava o jornalista, com razão, não haver remédio eficaz contra os efeitos da destruição provocados pela doença, apesar da vacina jeneriana ser defendida por médicos como capaz de imunizar o indivíduo. O jornalista queria chamar a atenção para outra prática terapêutica, que levava em consideração um “preparado indígena” da região, onde os elementos da flora garantiriam a cura definitiva da varíola sem a necessidade da inoculação.

O feito foi elaborado por Dona Francisca Borralho Rolha, moradora da casa n.º 51 da rua Bernal do Couto e irmã do comandante Genelio Borralho. Dona Francisca procurou a redação do jornal relatando que, desde a última vez em que a epidemia assolou a cidade, conseguiu curar sete netos atacados pelo perigoso mal, mas preferia o silêncio ao fazer mistério do segredo, que consistia no uso de ervas da Amazônia, com as quais preparava um ‘banho especial a ser tomado durante três dias, restabelecendo o enfermo. O jornalista conseguiu apurar algumas informações da prática de cura.

<sup>99</sup> Sobre as práticas de cura não oficiais, ver: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. op. cit., 1996; e Id. “Anfiteatro da cura: pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX”, in CHALHOUB, Sidney, MARQUES, Vera Regina Beltrão, SAMPAIO, Gabriela dos Reis e SOBRINHO, Carlos Roberto Galvão (Orgs.) *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 273-304.

<sup>100</sup> “Os banhos de São João”, in *Folha do Norte*. Belém, 23 jun., 1908.

<sup>101</sup> “Profilaxia das doenças tropicais”, in *Folha do Norte*. Belém, 6 ago., 1908.

<sup>102</sup> “Ciência para todos”, in *Folha do Norte*. Belém, 6 mai., 1907.

<sup>103</sup> “Remedio contra a variola”, in *Folha do Norte*. Belém, 23 ago., 1908.

(...) A pessoa atacada da doença não precisa ter dieta alguma, podendo andar por toda a parte, limitando-se o seu tratamento a esses banhos, que serão tomados tres ou quatro vezes por dia. Demais este processo tem ainda a vantagem de não deixar o menor vestigio no corpo da pessoa que a ele se submeter.

Como prova do que afirmava, declarou-nos d. Francisca Borrvalho que apresenta a quem quizer ver os seus netos, que tinham sido acometidos de variola confluyente, e que hoje estão de perfeita saude e sem a menor deformidade.

Das suas declarações, deduz-se que não se trata de uma pagelança e sim de uma maneira, aliás muito racional, de curar com os proprios elementos da natureza no reino vegetal.<sup>104</sup>

Analisando esse relato, percebem-se algumas diferença em relação ao tratamento da medicina social pois, além de ervas, o varioloso não precisaria ter uma alimentação que o restringisse de alimentos regionais, que são classificados como “remosos” pelos doutores da ciência e portanto causadores de mal à saúde. Muito menos se trataria isolado, não ficando restringido de ir e vir. Outra característica importante desse tratamento refere-se às cicatrizes no corpo, pois garantia não deixar vestígios da doença marcados nos corpos dos variolosos. A única restrição dizia respeito a seguir à risca os banhos, pelo menos três a quatro vezes ao dia. Nesse sentido, a prova cabal do sucesso, segundo dona Francisca, consistia em expor os seus netos ao público que duvidasse, como forma de referendar tamanha descoberta, pois as crianças gozavam de saúde e não tinham vestígios da doença. O articulista prossegue deduzindo que essa prática de cura não podia ser considerada pajelança, apesar de toda a tradição presente entre os curandeiros com o manejo de ervas ou plantas medicinais.<sup>105</sup>

Logo, o discurso jornalístico procura desqualificar a pajelança, uma vez que o segredo de dona Francisca era “muito racional”, como quem quer afirmar a irracionalidade dos pajés em Belém, que utilizavam tal como a “curandeira” de netos, “os próprios elementos da natureza no reino vegetal”.<sup>106</sup> O curioso dessa matéria é que o articulista não se furta em negar a importância da moderna ciência no tratamento da varíola, pois indica uma receita que teria vindo de um correspondente de Stockton Herold, também empregada em centenas de casos com bom êxito. A fórmula química continha os seguintes elementos: 1 grão de sulfato de zinco, 1 grão de digitalis, ½ colher de açúcar e água (2 colheres de sopa ). Portanto, após misturar os ingrediente bastava adicionar:

(...) 4 onças de água e dê-se de hora em hora uma colher de chá.

Para criança diminui-se a dose segundo a idade.

A molestia desaparece dentro de doze ou vinte e quatro horas. È tambem um poderoso preventivo e cura a molestia embora as pustulas já estejam cheias. È um

<sup>104</sup> Ibid.

<sup>105</sup> CARVALHO, Antonio Carlos Duarte. “Medicina popular”, in *Curandeirismo e medicina: práticas populares e políticas estatais de saúde em São Paulo nas décadas de 1930 e 1940*. Londrina: UEL, 1999, p. 35-72.

<sup>106</sup> “Remedio contra a variola”, in *Folha do Norte*. Belém, 23 ago., 1908.

medicamento infalível e tem sido eficaz mesmo em casos que os médicos deram os doentes por perdidos.<sup>107</sup>

Charlatanismo ou não, muitas fórmulas para curar doentes se opuseram na prática à vacina enquanto “medicamento infalível”. Neste caso específico, recomendava o correspondente de Stockton Herold a posologia bem simples: um adulto deveria tomar de hora em hora uma colher de chá do remédio, enquanto na criança a quantidade dependeria da idade. O tratamento teria eficácia de 12:00 a 24:00 horas, mesmo nos casos em que as pústulas estivessem cheias ou os médicos dessem o paciente por perdido, podendo ser usado como um remédio preventivo, deduzindo-se que não substituíam a vacina, mas auxiliava na cura do doente. Contudo, as campanhas de profilaxia contra a varíola tornaram-se irredutíveis em suas práticas, elegendo a vacinação e revacinação dos moradores.<sup>108</sup>

### **2.3 – O vômito vermelho: tuberculose, o anúncio do mal social.**

A história da tuberculose ainda merece uma investigação específica diante de múltiplas abordagens e interrogações sobre a saúde de trabalhadores. É expressivo a mortalidade no Brasil provocado pela doença e as representações do imaginário social, bem como as políticas públicas a esse respeito. Segundo Rachel Lewinsohn, as teorias médicas e as práticas científicas da medicina, desde o século XVIII a tuberculose foi primeiramente associada a uma doença romântica, muito presente nas obras literárias e artísticas do cânone [romântico], então identificado aos homens de letras como o mal do século; a partir do século XIX e assumindo o caráter de mal social, identificada às condições de moradia e trabalho das camadas populares.<sup>109</sup> O discurso médico contribuiu significativamente para essa ideologia, construindo estatísticas que corroboram, desde o início do século XX, a incidência da moléstia sobre os trabalhadores.

A partir de meados do século XIX, a tuberculose passou a ser vista, tanto na literatura quanto nos relatórios médicos e ofícios policiais, como um problema social provocado pela questão da insalubridade pública relacionada ao cortiço, desmistificando o aspecto romântico. Em 1860, a Secretaria de Polícia da Corte, no Rio de Janeiro, discutia concomitantemente com a Junta de Higiene Pública do Império, a “deterioração das condições

---

<sup>107</sup> Ibid.

<sup>108</sup> “A vacinação contra a varíola”, in *Folha do Norte*. Belém, 18 set., 1908.

<sup>109</sup> LEWINSOHN, Rachel. “Medical theories, science and the practice of medicine”, in *Social Science & Medicine*. v. 46, n.º 10, 1998, p. 1.261-70.

de vida dos pobres”,<sup>110</sup> dimensionando o problema para a saúde pública, para Sidney Chalhoub a medicina já associava a tísica ou tuberculose “diretamente às condições de miséria em que vivia a população”.<sup>111</sup> Não por acaso, os urbanistas, engenheiros e médicos sanitaristas vislumbraram, em termos de saúde pública, a destruição de cortiços. Estes, geralmente moradias, pensionatos, casas ou barracas foram vistos como mantenedores, propagadores e acumuladores de sujeira e imundície, bem como os moradores pobres dos subúrbios das cidades, antro de doenças que foram identificadas, tal como a tuberculose, ao perigo social. O inventor do estetoscópio René Théophile Hyacinthe Laënnec (1781-1826), primeiramente demonstrou que as excrescências da tuberculose, os tubérculos, podiam ser encontradas em qualquer órgão do corpo, abrindo caminho para os estudos anatomopatológicos da tuberculose.<sup>112</sup> Algumas décadas mais tarde, graças ao microscópio e aos estudos bacteriológicos, o médico alemão Robert Koch (1824-1910) anunciou, em 24 de março de 1882, na Sociedade de Fisiologia de Berlim, a descoberta do microorganismo ou bacilo de Koch, responsável pela tuberculose e cientificamente chamado *Mycobacterium tuberculosis*.<sup>113</sup>

Este avanço científico acabara corroborando a teoria microbiana da doença. Cabe ressaltar que, em 1889, Koch publicara um artigo, *A etiologia das doenças traumáticas infecciosas*. A partir daí os estudos bacteriológicos não seriam mais os mesmos, em razão desse artigo constituir, segundo Roy Porter, um marco da ciência médica.<sup>114</sup> Os “Postulados de Koch”, onde ele reza que a cultura de um microorganismo específico produz infecção específica, sendo as bactérias a causa das infecções, os postulados eram os seguintes e precisavam preencher quatro requisitos:

1. O organismo específico tem que estar presente em todos os casos da doença infecciosa;
2. O organismo deve ser passível de cultivo;
3. A inoculação de um animal experimental com a cultura deve reproduzir a doença; e

---

<sup>110</sup> CHALHOUB, Sidney. “Cortiços”. in *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 32. Confirma especialmente o debate sobre o surgimento da ideologia da higiene, a partir de meados do século XIX, no Rio de Janeiro, onde a Secretaria de Polícia e médicos passaram a relacionar a deterioração das condições de saúde às moradias, bem como a proliferação das epidemias nos cortiços, propondo assim melhorar as condições de higiene das habitações coletivas, que deveriam zelar pela salubridade. p. 29-35.

<sup>111</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>112</sup> KERVRAN, Roger. *Laënnec: his life and times*. Londres: Pergamon Press, 1960, p. 22.

<sup>113</sup> SCLIAR, Moacyr. *A Paixão Transformada: história da medicina na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 123 e 177.

<sup>114</sup> PORTER, Roy. “O laboratório”, in *Das tripas coração: uma breve história da medicina*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 110.

4. Os organismos podem ser recuperados do animal inoculado e novamente reproduzidos numa cultura pura.<sup>115</sup>

Por ser uma doença furtiva, podendo permanecer incubada no corpo humano por tempo indeterminado, até o momento do hospedeiro estar com o sistema imunológico sensivelmente debilitado ou fraco a tuberculose, comumente conhecida por tísica – que em grego significa minguar como a lua – demonstrava o sinal mais latente através da mancha vermelha de sangue, anúncio da aproximação da morte, pois não havia ainda cura eficaz. Até os descobrimentos de Koch, sequer se sabia a causa da doença. A medicina não tinha respostas satisfatórias ao tratamento e cura; contudo, o sangue decorrente da tosse era um sinal de que uma artéria do pulmão estava lesada, não sendo possível mensurar a condição do órgão debilitado, apesar do estetoscópio, muito menos a causa até antes os postulados de Koch.<sup>116</sup> Somente após os estudos com micróbios existentes no solo, em 1944, o estudante de pós-graduação Albert Schatz, seguindo os ensinamentos do cientista Selman Waksman, referentes ao micróbio *Streptomyces*, conseguiu produzir uma droga capaz de matar a tuberculose: tratava-se da estreptomicina.<sup>117</sup>

Assim, a partir dos estudos do bacilo de Koch, em 1882, a etiologia da doença tornou-se marco importante para o estudo da tuberculose, bem como o aprofundamento da recente teoria microbiana sobre a transmissão da doença. Apesar das pesquisas realizadas, pouco se avançou efetivamente no tratamento terapêutico, pois a crença rezava a cartilha de condições favoráveis de alimentação e clima na melhora dos pacientes, geralmente isolados em hospitais, asilos e sanatórios. No Brasil, a Liga Brasileira contra a Tuberculose, criada em 1900 no Rio de Janeiro, tornou-se importante núcleo de debate médico, onde os cientistas assumiram a responsabilidade de oferecer tratamento e combate à doença, em função da mortalidade expressiva.

Assim, a tuberculose é uma doença infecto-contagiosa grave e pode ser transmitida pelo ar, atingindo especialmente os pulmões. O processo de disseminação da doença atinge vários órgãos do corpo e ela só é transmitida por quem estiver infectado com o bacilo nos pulmões, onde se reproduz e desenvolve rapidamente em áreas do corpo com muito oxigênio sendo assim o pulmão é o principal órgão atingido pela tuberculose, conseqüentemente, um simples espirro de um tuberculoso joga no ar cerca de dois milhões de bacilos, já na tosse,

---

<sup>115</sup> Id. Ibid., p. 111.

<sup>116</sup> Cf. BROCK, Thomas D. *Robert Koch: a life in medicine and bacteriology*. Madison, Wisconsin: Science Tech Publishers, 1998.

<sup>117</sup> FARRELL, Jeanette. “Tuberculose: a volta da morte lenta”, in *A assustadora história das pestes e epidemias*. São Paulo: Ediouro, 2003, p. 121-160.

cerca de 3,5 mil partículas são liberadas. Logo, os bacilos de Koch jogados no ar permanecem em suspensão durante horas e quem respira em um ambiente por onde passou um tuberculoso pode infectar-se.<sup>118</sup>

Os sintomas da doença, tais como: a hética (definhamento do organismo), tosse crônica durante mais de 21 dias, febre, hemoptises (hemorragias do aparelho respiratório, caracterizada pela expulsão de sangue, com tosse e expectoração), dispnéia (dificuldade de respiração), suores noturnos que chegam a molhar o lençol, dor no tórax, palidez, perda de peso lenta e progressiva, falta de apetite (anorexia). Assim, alguns sintomas eram praticamente imperceptíveis para a medicina bem como para os doentes, por isso a tuberculose assumira significado de morte lenta. Cabe ressaltar ainda que, dentre outras preocupações da medicina, a tuberculose não figurava como epidemia que necessitasse controle ou extrema vigilância sanitária; e sim a assistência pública que o estado deveria prestar principalmente à população pobre.<sup>119</sup>

Já no início do século XX, a tuberculose estava associada, intrinsecamente, à hereditariedade e às condições de vida, como habitação, trabalho e pobreza. A concepção de doença implicava na noção de herança de morte, pois acreditava-se que a moléstia era herdada enquanto constituição e, conseqüentemente, a morte sobrevinha por desconhecimento da cura. Outras concepções encaram o “mal perigoso” ao comportamento desregrado e amoral, ao local aglomerado e insalubre, logo, ao espaço contagioso.<sup>120</sup> Isto porque, a mortalidade de outras pessoas na família, levava o médico a acreditar na hereditariedade da doença, sem contar as condições sociais, também consideradas determinantes na enfermidade. Outrossim, a teoria mais corrente definia a tuberculose como a “doença da constituição”, ou seja, nascia-se com o organismo predisposto ou com a moléstia; idéia antiga e remanescente dos ensinamentos de Hipócrates.<sup>121</sup> A história da tuberculose é um exemplo de como as representações sociais foram construídas em constantes debates influenciados por saberes,

---

<sup>118</sup> DORMANDY, Thomas. *The White death: a history of tuberculosis*. Londres: Hambledon Press, 1999. O contato pela primeira vez com o bacilo de Koch de uma pessoa, que não tem ainda resistência natural, mas adquire. Se o organismo não estiver debilitado, consegue matar o microorganismo antes que este se instale como doença ou se desenvolva nos pulmões, permitindo ao organismo desenvolver anticorpos.

<sup>119</sup> Atualmente, segundo dados da Organização Mundial de Saúde, 1/3 da população mundial está infectado com o bacilo; No Brasil, 45 milhões de brasileiros estão infectados; 5% a 10% dos infectados contraem a doença; 30 milhões de pessoas no mundo podem morrer da doença nos próximos dez anos; 6 mil brasileiros morrem de tuberculose por ano. Números alarmantes para um problema grave e antigo.

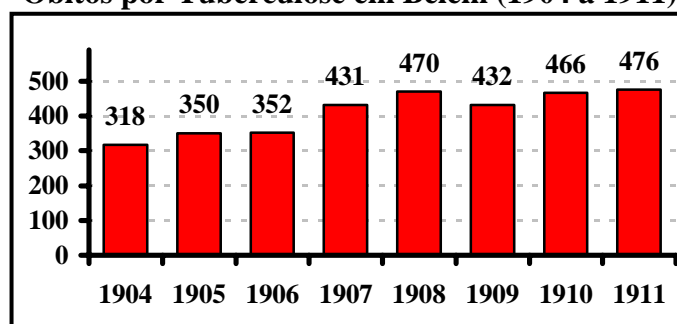
<sup>120</sup> Uma boa discussão sobre questões de moradia e a relação com as doenças contagiosas encontra-se: KARLEN, Arno. *Man and microbes*. Nova York: Putnam, 1996.

<sup>121</sup> SCLIAR, Moacyr. *A Paixão Transformada: história da medicina na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 31-8. Defendia-se que um tísico nascia de outro igualmente doente, morrendo tísico. Provavelmente esta idéia fora formada devido ao fato de crianças nascerem doentes ou mortas, quando a mãe sofria do mal.



experiências e práticas médicas e leigas. Essas situações ajudaram a criar políticas de saúde pouco eficazes para a erradicação e para o conhecimento de combate à doença, principalmente por que não se levava em consideração as perspectivas dos acometidos. Em Belém, a representação mais freqüente era a da degeneração do trabalhador pobre, que reunia estigmas e preconceitos político-sociais ao demarcarem comportamentos reprováveis, mais precisamente em relação às condições de vida (moradia, higiene e trabalho) como causas da enfermidade. Além, é claro, das péssimas condições de higiene e de salubridade. Restava às campanhas sanitárias em Belém oferecer um espaço saudável para acolher os doentes, o hospital de isolamento (que passaria a chamar-se Domingos Freire), enquanto medida de escoimização da cidade, pois a profilaxia tentava manter o controle da tuberculose. A mortalidade expressiva de 3.295 doentes, como se observa no gráfico a seguir, possibilita algumas inquirições. Observem-se os óbitos decorrentes da epidemia silenciosa em Belém:

**Óbitos por Tuberculose em Belém (1904 a 1911).**



Fonte: LEMOS, Antonio José de. op. cit., 1906, p. 79; e *Boletim de estatística demographo-sanitaria da cidade de Belém*. Ano VII. Belém-Pa: Imprensa Oficial, dezembro de 1911, p. 329.

A mortalidade referente ao ano de 1904 foi aferida pelo Serviço Sanitário Municipal, enquanto a dos outros anos, pela Diretoria do Serviço Sanitário Estadual, totalizando 3.295 mortes, ou seja, 10,42% do total (31.621) entre 1904 e 1911, perfazendo uma média superior a 411 óbitos por ano. Nota-se ainda que, a partir de 1907, a doença salta a “casa” de 400 mortes. Certamente que o crescimento demográfico e as péssimas condições de moradia em muito contribuíram na disseminação da epidemia silenciosa, sendo que a medicina quase nada podia fazer em termos terapêuticos, pois a tuberculina não tinha qualquer efeito sobre a doença.<sup>122</sup> Restava às autoridades sanitárias oferecer boas condições de tratamento, como alimentação e ambiente salubre, lembrando que o perigo de contágio levava médicos a construir leitos próprios de isolamento, na esperança de conter o avanço da doença.

<sup>122</sup> Sobre os cientistas e a luta contra a tuberculose, na busca de remédios que curassem os pacientes, bem como as experiências com antibióticos, confira: RYAN, Frank. *The forgotten plague*. Nova York: Little, Brown, 1993.

Contudo, as críticas aos locais de tratamento dos doentes recaíam sobre os hospitais, pois o governo deveria providenciar um melhor local para o Hospital Domingos Freire, por requerer uma região salubre e também para afastá-lo da proximidade com o Hospital São Sebastião, uma vez que o risco de contração de outras doenças era freqüente, levando algumas vezes os moradores a evitarem procurar esses estabelecimentos:

Pelo facto de demorarem ambos os hospitaes no mesmo terreno, péto um do outro, jamais de um caso de variola tem se dado nos doentes de bacillose pulmonar, constituindo outro serio perigo a remoção delles para o meio dos variolosos.

Ainda se está em tempo de emendar a mão e fazer um melhor beneficio á população de Belém.<sup>123</sup>

O governador Augusto Montenegro, a partir dos números apresentados pela Diretoria do Serviço Sanitário, identificava o perigo social e o “sentimento de pavor”, que causava estragos nos moradores. No Hospital Domingos Freire o tratamento era ineficaz, restando ao poder público amparar as vítimas, que já estariam fadadas à morte. Em 1905, a mortalidade decorrente da tuberculose diminuía em relação ao ano de 1904, quando foram registradas 318 mortes, mas nem por isso despreocupara a prática médica higienista; a epidemia contagiosa era implacável e não adormecia, espreitava ricos e, principalmente, os pobres. O mal romântico fora desmistificado por Robert Koch, a ausência de infra-estrutura, como a salubridade da urbe, interferia nas condições de vida de trabalhadores, a incidência maior da doença na cidade foi reveladora e assustadora, mesmo quando comparada a outras doenças graves, na imprensa pouco se falava sobre a tuberculose; por outro lado, há críticas contundentes decorrentes das condições de moradia.

A propaganda governista procurava reforçar os serviços de assistência médica aos tuberculosos no Hospital Domingos Freire. Segundo o intendente Antonio Lemos, a população de Belém assustava-se com os casos esporádicos de peste, mas parecia não ter o sopesar em relação à tuberculose e à promiscuidade das condições de vida que contribuiria para o avanço da epidemia. Não causa surpresa essa percepção atribuída aos moradores em relação à tuberculose, justamente por ser fugitiva de diagnósticos e, certamente, ocasionar a morte de forma lenta e sofrida. Quanto à promiscuidade, cabe lembrar o mal ser uma doença contagiosa e explicada pela teoria microbiana do contágio, haja vista que o contato direto entre pessoas facilitava a propagação do bacilo, em função de simples gotículas de germes emitidas e, portanto, existentes ao ar livre e que poderiam ser inaladas durante a respiração em

---

<sup>123</sup> “Os hospitaes de Belém”, in *Folha do Norte*. Belém, 14 jan., 1905.

ambientes preferencialmente associadas à promiscuidade.<sup>124</sup> Assim, o governador Augusto Montenegro também compartilhava desta percepção de maneira mais elucidativa, pois o:

(...) movimento do hospital Domingos Freire apenas pallida idéa vos dará dos estragos que a tuberculose esta fazendo entre nós. A leitura assídua do obituario tranos-ia a noção nitida do perigo social que é esse mal, e um sentimento de pavor se apoderaria de nós deante das victimas que elle produz.

O que o Governo faz no hospital Domingos Freire significa somente um esforço apenas no sentido de chamar a atenção da população, sem cujo concurso toda e qualquer lucta contra a tuberculose é inefficaz.

Os que se recolhem ao hospital Domingos Freire não são mais doentes são condemnados á morte certa, que vêm encontrar na caridade do Governo um simples allivio para os seus ultimos dias.

Os propios que sahem melhorados, graças ao regimen da casa, são muitas vezes obrigados a voltar a ella, porque o mal, que por momentos parou em sua marcha devastadora, retoma alento por effeito das condições de vida social a que se dedica a quase unanimidade dos que procuram o abrigo d'esse estabelecimento hospitalar.<sup>125</sup>

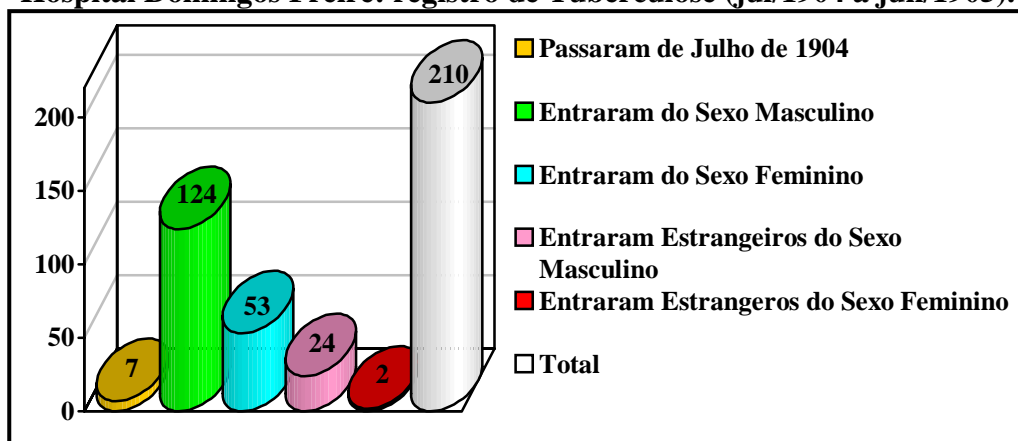
Apesar do governador Augusto Montenegro reconhecer, que esta *Mensagem* de 1905, não passa de um “esforço” para chamar a atenção dos moradores sobre o trabalho realizado no hospital Domingos Freire, realmente é praticamente impossível recuperar as experiências do sofrimento e da dor no isolamento e muito menos a convivência com outros doentes. Entretanto, nos rastros da “pallida idéa” dos estragos da tuberculose, é possível discutir os significados da doença, revelando uma dimensão social do hospital e, mais ainda, os vestígios desse “sentimento de pavor”.

Os obituários médicos divulgados diariamente na imprensa – longe de ser simples informativos, revelam as causas da morte, o sexo, a nacionalidade e a idade – além dos peculiares debates médicos, dos quais se apropriou o governador para imprimir à tuberculose os significados de “perigo social” e o contato com o “mal” no discurso de salubridade. Não obstante, o discurso higienista desse perigo estava longe de ser um quiproquó demagogo haja vista que a experiência revelava haver o “sentimento de pavor”, diante de uma bactéria de dois milésimos de centímetro, praticamente invisível em sua forma, mas perceptível aos contemporâneos de que a morte lenta não tardaria, para os condenados pela doença. Os enfermos que davam sinais de melhora no hospital obtinham alta, entretanto, geralmente retornavam, segundo a propaganda oficial, em busca de tratamento, em função do “mal devastador” se manifestar ou agravar as condições de vida. Logo, restava aos tuberculosos a “caridade” do governo; observe os dados do gráfico na página seguinte referentes ao registro de tuberculosos no Hospital Domingos Freire:

<sup>124</sup> LEMOS, Antonio José de. op. cit., 1906, p. 64.

<sup>125</sup> MONTENEGRO, Augusto. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 7/09/1905. Belém: Imprensa Official, 1905, p. 39.

### Hospital Domingos Freire: registro de Tuberculose (jul/1904 a jun/1905).



Fonte: MONTENEGRO, Augusto. op. cit., 1905, p. 39.

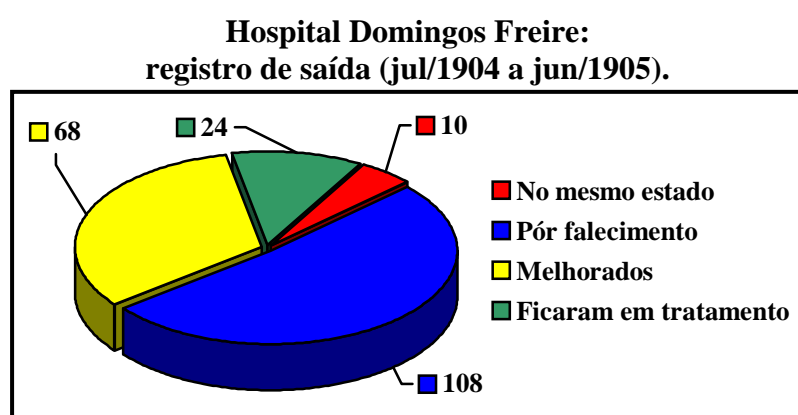
A forma da epidemia é reveladora pois, dos 210 pacientes que deram entrada no Hospital Domingos Freire, observa-se que 84,28% eram nacionais, diante de 12,38% de estrangeiros, os que passaram correspondem a 3,33% e não fora possível definir a nacionalidade destes. Logo, a ameaça maior de contágio recaía sobre os brasileiros, que mais padeciam e ocupavam as habitações dos subúrbios de Belém, onde as condições de salubridade eram precárias. Por outro lado, o crescimento demográfico na cidade, e em tantas outras na virada do século XIX para o XX, corroborava ser a tuberculose uma doença típica dos centros urbanos, não por acaso, *locus* de proliferação do bacilo, das multidões de hospedeiros vulneráveis e terreno fértil para o contágio – a insalubridade e as condições de trabalho contribuía para o germe pairar no ar à espera de ser inalado. Por isso a ressignificação do espaço urbano atenderia a uma questão de higiene pública para combater as epidemias.

Ainda assim, o isolamento dos doentes no Hospital Domingos Freire representava o esforço de médicos e enfermeiros em oferecer tratamento aos enfermos, pelo menos esse era o mote de discurso do governador Augusto Montenegro que servia de resguardo às acusações de leniência, legitimando o posicionamento caridoso do governo ao oferecer alívio aos “últimos dias” de pacientes adoentados. Ainda sim, o estado de languidez de quem contrairia o mal fora associado à condenação à morte, isto é, procurar um hospital significava também o desejo de ter um leito para morrer sob cuidados médicos mínimos, como o conforto das irmãs religiosas, o uso de remédios e as visitas diárias de médicos no leito hospitalar.<sup>126</sup>

Além do mais, morto ou vivo eram as únicas maneiras de deixar o hospital. Esta última era a opção para padecer no domicílio, na presença dos familiares. Embora houvesse

<sup>126</sup> Em relação a ciência clínica nos hospitais, confira: HARVEY, A. McGehee. *Science at the Bedside: clinical research in American medicine 1905-1945*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.

melhoras no estado de saúde de alguns internados, devido aos cuidados hospitalares, aparentemente alimentação e roupas limpas ajudavam na melhoria da saúde, isso não significava o restabelecimento do doente. Observa-se que uns retornavam ao hospital praticamente obrigados e, não por menos, devido ao agravamento ou debilidade da saúde. Em outras palavras, o mal não parava sua caminhada, continuava marchando devastadoramente. Nesse ponto, as “condições de vida social” foram identificadas como as causas do agravamento dos que retornavam “obrigados” na busca de alívio e tratamento hospitalar. Recorrendo mais uma vez aos números oficiais, nota-se no gráfico a seguir a movimentação do Hospital Domingos Freire referente a saúde de tuberculosos:



Fonte: MONTENEGRO, Augusto. op. cit., 1905, p. 39.

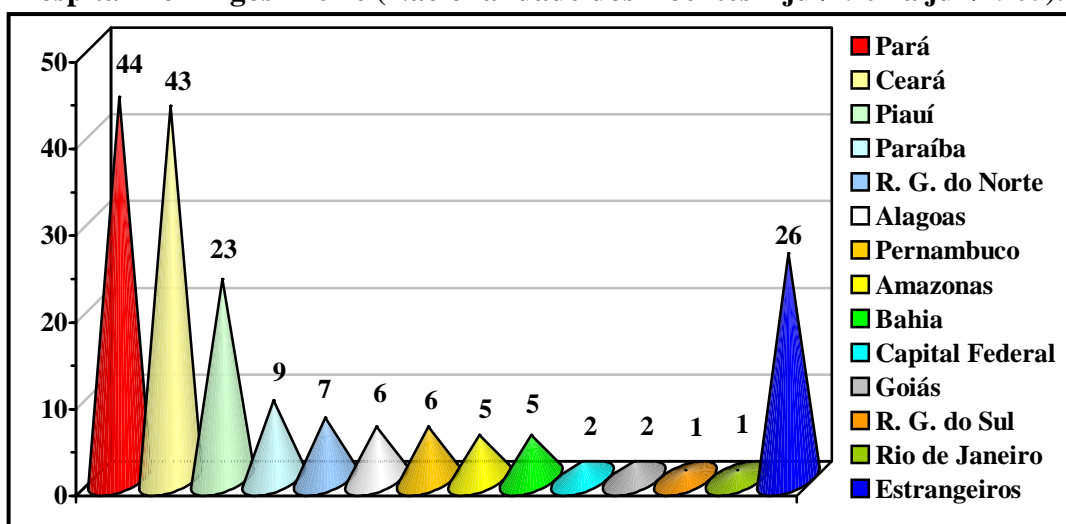
Nesse período, o registro de falecimentos aponta, em relação aos 210 tuberculosos, que 52% das vítimas faleceram, enquanto a aparente melhora chegara a 32% o que deixava o doente, longe de ser considerado curado, pois essa melhora podia ser confundida com o próprio desenvolvimento da doença, que mesmo letal desenvolvia-se lentamente e, tanto os médicos quanto os pacientes, tinham a sensação ou idéia de que os sinais físicos poderiam significar a cura por parte da medicina legal; observa-se também que 5% permaneceram no mesmo estado em que deram entrada, estando ainda internados 11% dos tuberculosos. Não passou despercebido, contudo, que a propaganda reforçava que “quase unanimamente” os doentes procuravam o Domingos Freire.

Interessa nesse momento pontuar sobre os que não procuravam o hospital e por que tomavam este tipo de atitude. Por enquanto, algumas questões surgem como possibilidade de leitura. Primeiramente, por mais que o hospital seja hoje encarado como a instituição indispensável da prática médica e da busca de tratamento, nem sempre foi assim. Na realidade, havia um ceticismo em relação ao seu préstimo, já que a princípio o hospital não deveria causar dano, mas o recolhimento ao isolamento significava estar condenado à “morte

certa” por tuberculose.<sup>127</sup> Mal-e-mal se limitava o “regimen da casa” em fornecer tratamento, alimento, abrigo e convalescença aos enfermos; sequer a tuberculina era utilizada enquanto remédio em Belém e, também, não tinha poder curativo; a própria cura ou uso de antibióticos somente ocorreria nos anos de 1940.

Infecções eram rastilho de pólvora e questionava-se o espaço do exercício médico, pois acreditava-se que poderia trazer mais danos do que benefícios à saúde. Em vez de capaz de oferecer tratamento ou “lucta contra a tuberculose”, na prática o hospital fora reconhecido como ineficaz, pois o governador reconhecia que tão apenas poderia oferecer caridade e alívio aos últimos dias de vida dos condenados. Assim, o “sentimento de pavor” do flagelo da tuberculose estendia-se ao Hospital Domingos Freire, quando da sua procura ou não pelas vítimas. Outro dado interessante diz respeito à nacionalidade dos afetados.

**Hospital Domingos Freire (Nacionalidade dos Doentes – jul/1904 a jun/1905).**



Fonte: MONTENEGRO, Augusto. op. cit., 1905, p. 39.

Paraenses, cearenses e paraibanos correspondem a mais de 52% dos enfermos, enquanto os estrangeiros provavelmente eram portugueses e espanhóis, em função da imigração. Curiosamente, por não haver métodos terapêuticos eficazes, o tratamento consistia no isolamento, repouso, boa alimentação e penumatorox (procedimento de injetar ar na cavidade pleural, que as vezes possibilitava a expansão do pulmão). Assim, as representações sobre a doença foram construídas pelos próprios sintomas peculiares da tuberculose, destacando-se por exemplo o escarro ou vômito de sangue que, quando lançado ao chão não

<sup>127</sup> GRANSHAW, Lindsay e ROY, Porter (Orgs.). *The hospital in history*. Londres e Nova York: Routledge, 1989.

perdia a propriedade do contágio, mesmo quando seco.<sup>128</sup> Logo a degeneração do indivíduo iniciava-se pela doença do mal social, onde os médicos do Serviço Sanitário identificavam a tuberculose pulmonar como responsável pela contaminação de 203 pessoas; por isso a preocupação das autoridades públicas não chega a ser demagogia, uma vez que entre 1896 e 1905, ela havia vitimado 2.882 pessoas, somente em 1905 foram 350 óbitos, provocando desordem na salubridade urbana:

(...) Os males que esta molestia produz as vidas que annualmente ceifa, a desordem e o aniquilamento que deixa no seio das familias, assumem uma tal gravidade, que para ella se volve com afinco e attenção acurada dos hygienistas, dos humanitarios e dos homens do estado.<sup>129</sup>

A desordem e o aniquilamento no seio das famílias reforçam a gravidade e a preocupação oficial, daí o hospital Domingos Freire ser o centro das atenções para isolar os doentes, numa tentativa de impedir a disseminação da epidemia. Sendo os “indigentes” os alvos da profilaxia, pois um longo tratamento, digo, regime especial de internamento atendia aos propósitos sanitaristas e até fornecia um breve conforto diante da morte iminente. O discurso oficial tenta legitimar a idéia de aceitação do isolamento no hospital, onde se recebiam os doentes atacados por “esta terrível enfermidade”.<sup>130</sup> Curiosamente, apesar dos importantes serviços prestados aos doentes, o governador Augusto Montenegro queixava-se da falta de uma propaganda contínua e ativa, na qual aconselhar-se-ia aos doentes a procurarem o hospital, “em períodos menos adiantado da terrível moléstia: muitos doentes entram para o hospital quase moribundos”.<sup>131</sup> Outrossim, serenamente, na administração do governador João Coelho, a tuberculose e a lepra também preocupavam as autoridades médicas, impotentes na cura, some-se ainda a condição financeira do estado, que começara a sofrer com a crise econômica da borracha assim deixava os tuberculosos sem assistência adequada, tendo o próprio governador reconhecido que as medidas adotadas pelas práticas médico-sanitárias eram deficientes e, portanto, inócuas no combate a epidemia.<sup>132</sup>

Geralmente, os que mais procuravam a assistência pública eram os pobres moribundos. Não é demais lembrar que a reforma urbana em curso na cidade e a atividade econômica do comércio necessitavam de mão-de-obra barata, abundante nas moradias

<sup>128</sup> Sobre a tuberculose e a representação da doença por parte dos microbiologistas, ver: GUIMARÃES, Reinaldo. *Determinação social e doença endêmica: o caso da tuberculose*. Rio de Janeiro: Abrasco/Espn, 1990, p. 211-33; e ROSEN, George. *Da polícia médica à medicina social*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

<sup>129</sup> MONTENEGRO, Augusto. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 7/09/1906. Belém: Imprensa Oficial, 1906, p. 28.

<sup>130</sup> Id. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 7/09/1907. Belém: Imprensa Oficial, 1907, p. 53.

<sup>131</sup> Id. op. cit., 1904, p. 27.

insalubres nos subúrbios, comércio e fábricas de Belém.<sup>133</sup> Concomitantemente, a aliança higienista promovera um controle das áreas de riscos sobre as camadas populares menos favorecidas de riqueza na afamada *belle époque*. Assim, a engenharia sanitaria tinha no diagnóstico da desorganização social provocada pelas epidemias, o pretexto de aplicação das teorias médicas, pois essa desordem foi eleita a causa das doenças e, portanto, deveria ser combatida.

Recorre-se ao Dr. Américo de Campos, que bem sabia ser a tuberculose a doença mais espalhada na terra e portanto um mal social. A tese defendida pelo sanitaria diz respeito a transmissão do bacilo por “hereditariedade”, no entanto recomendava enquanto prática profilática a educação pública “mostrando-lhe, mediante uma propaganda constante, pertinaz, ativa e inteligente, o perigo; ensinando-lhes um pouco de higiene individual, para que certas classes adquiram indispensáveis hábitos de limpeza.”<sup>134</sup> Novamente, hábitos de higiene, ou melhor, a ausência deles eram associados a “certas classes”, que poderiam ser educadas através da civilização, ou seja, educação e moralização dos costumes, tendo o governo a prerrogativa de orientar e auxiliar as noções de higiene pública e privada. Por isso:

Só com uma educação razoável do povo será possível extinguir tão devastadora enfermidade, porque quase depende do bem querer de cada indivíduo.

Todavia neste sentido, é de recomendar-se:

Destruir-se, por uma desinfecção rigorosa e completa, os germes mórbidos nos lugares contaminados.

Desinfetar qualquer predio, onde falecer qualquer pessoa, não sendo exibido atestado medico que prove não ter sido devido á tuberculose.

Estabelecer um serviço completo de visitas domiciliares, de modo que cada prédio, em uma cidade, seja, no mínimo, visitado uma vez por mez.

Melhoramento das condições sanitárias dos pobres, especialmente em relação á moradia.<sup>135</sup>

Analisando a teoria do Dr. Campos, observa-se na educação um elemento primordial na mudança de hábitos e costumes no combate a “devastadora enfermidade”, transferindo a responsabilidade às camadas populares, sem adentrar o cerne do debate, a ausência de infraestrutura e saneamento básico em Belém. Contudo, tendia a defender a campanha de profilaxia referente à destruição de lugares contaminados, leia-se: cortiços. Outrossim, as moradias poderiam ser passíveis de melhorias sanitárias. Por outro lado, a desinfecção de prédios onde houvesse falecimento de tuberculoso deveria ser prática adotada, exigindo-se inclusive atestado médico para evitar tal serviço de expurgo. Neste sentido, a campanha

<sup>132</sup> COELHO, João Antonio Luiz. op. cit., 1911, p. 49.

<sup>133</sup> “Questoes de tuberculose”, in *Folha do Norte*. Belém, 11 mai., 1908.

<sup>134</sup> CAMPOS, Américo de. “Tuberculose”, in op. cit., 1912, p. 194.

<sup>135</sup> Id. Ibid., p. 194-5.



profilática deveria estabelecer visitas regulares por parte dos inspetores sanitários, pelo menos uma vez por mês. Mas essas medidas não bastavam, pois os delegados deveriam ter legitimidade ao executar as ações preventivas e de cura.

Leis positivas (para serem realmente executadas) proibindo cuspir nos lugares públicos, igrejas, repartições, teatros, botequins, carros e vapores destinados a transito de passageiros, colégios, escolas, etc, e até nas ruas.

Estabelecimento de sanatórios e de dispensários para tratamento dos tuberculosos, assim como assistência domiciliar a tuberculosos pobres, incapazes de procurar o dispensário.

Fiscalização real do gado que fornece leite á população e bem assim do que á abatido no curro.

Fiscalização real dos gêneros alimentícios e do pessoal que negocia com taes gêneros.

Proibição aos tuberculosos declarados de mudar de cidade e até mesmo de habitação.<sup>136</sup>

Portanto, um novo Regulamento Sanitário deveria conter “Leis positivas”, que proibissem cuspir em diversos lugares, devido à presença do bacilo na saliva e também no intuito de educar o “povo” para adquirir ares de civilização. Até mesmo novos locais de isolamento o governo deveria construir, como sanatórios e asilos. Lembrando-se ainda que os doentes incapazes de locomoção poderiam sofrer assistência pública, como as visitas domiciliares. Até mesmo a alimentação não passara despercebida nessa reorientação do inspetor sanitário, que defendia a fiscalização dos currais, a fim de se oferecer ao público consumidor um leite de boa qualidade, bem como de gêneros alimentícios, estendendo-se a fiscalização aos vendedores que deveriam ter todo um cuidado com o corpo. Por isso, os tuberculosos encontravam-se impedidos de mudar de cidade ou habitação, haja vista que dessa forma o Serviço Sanitário poderia saber o paradeiro dos doentes, ressaltando que essa medida impediria o seu ir e vir. Individualmente as novas medidas impediriam cuspir em público e, selava a educação, advertir quem praticasse este hábito, inclusive recomendando o uso de escarradeiras, para recolher o escarro do tuberculoso, além de jamais o “conteúdo da escarradeira nunca será derramado no chão ou vazado nos esgotos e sim lançado ao fogo”.<sup>137</sup>

O cuidado com a higiene pessoal e a limpeza das roupas e moradias alteraria hábitos, como escaldar vestimentas pessoais por mais de 15 minutos, após esse tempo a roupa poderia ser lavada. Caso existissem crianças oriundas de pais tuberculosos, elas deveriam ter todos os cuidados e ser protegidas do contato dos escarros, vistos então como a maior ameaça às noções de higiene. Assim, as crianças deveriam usar flanelas e freqüentar lugares arejados e portanto puros. Outro cuidado refere-se à alimentação dos menores em horário fixo e à prática

<sup>136</sup> Id. Ibid., p. 195.

<sup>137</sup> Id. Ibid. loc. cit.

de exercícios musculares e respiratórios. Enfim, segundo o Dr. Campos, a educação zelaria por convencer “cada um e procurar convencer o maior número possível de pessoas de que o principal risco, o único risco, provem do catarro de um tuberculoso.”<sup>138</sup>

#### **2.4 – A campanha de profilaxia contra a peste bubônica: guerra aos ratos e pestosos.**

A sinonímia da peste diz respeito à patogenia: bubônica, pneumônica e septicêmica. A doença, como abordei no capítulo anterior, é infecciosa e acomete animais (roedores) e homens. A bactéria *Yersinia pestis* tem a forma de um bacilo Gram-negativo, facilmente pode ser destruída pela luz do sol, podendo sobreviver uma hora no ar. A peste pode ser contraída indiretamente, através de gotículas ou picada da pulga do rato (*Xenopsylla cheopis*); e diretamente através do contato com tecidos ou fluidos infectados. Nos dois casos a transmissão pode ocorrer pelo tato ou via respiratória

Quanto à patogenia, a peste bubônica é a forma mais comum da doença. Ocorre quando uma pulga infectada pica uma pessoa doente ou quando o material contaminado com *Yersinia pestis* entra em contato com a pele, provocando o aumento do linfonodo regional, bastante sensível e quente ao toque, conhecido por “bubo”, podendo variar a incubação num período de 2 a 6 dias não sendo transmitida de pessoa a pessoa. A peste septicêmica ocorre quando há multiplicação das bactérias no sangue, podendo representar um agravamento da peste bubônica ou pneumônica, ou então ocorrer sozinha, quando ocorre essa última característica não há formação do bubo e a contaminação pode ocorrer de pessoa a pessoa. Por fim, a peste pneumônica ocorre quando a bactéria infecta os pulmões. A transmissão dar-se-á através da aspiração de gotículas infectadas provenientes de pessoas ou animais com peste pneumônica; neste caso, o período de incubação é de 1 a 3 dias, e é contagiosa entre seres humanos. Os sintomas mais comuns correspondem à presença de bubos (linfonodos aumentados, sensíveis e quentes ao toque), hipertermia, arrepios e prostração; hipertermia, arrepios, prostração, dor abdominal, hemorragia e choque; e hipertermia, arrepios, prostração, tosse, dificuldade respiratória, pneumonia progressiva, que causa falência respiratória, respectivamente.<sup>139</sup>

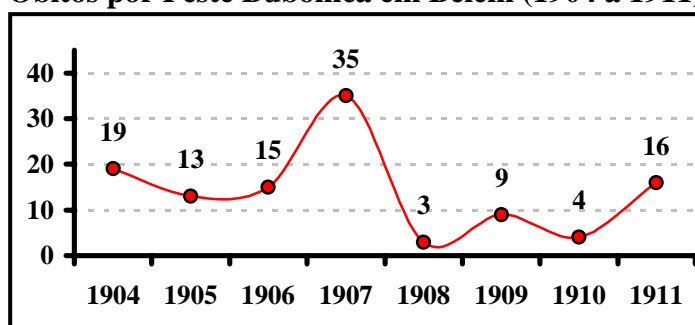
---

<sup>138</sup> Id. *Ibid.*, p. 196.

<sup>139</sup> Cf. LEWINSON, Rachel. “A peste negra e o médico do século XIV”, in *Três epidemias: lições do passado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003; GOTTFRIED, Robert S. *The black death: natural and human disaster in medieval Europe*. Nova York: The Free Press, 1983; e KARLEN, Arno. *op. cit.*, 1996.

Em Belém, o Dr. Américo de Campos chamava atenção para o perigo que as pulgas representavam na disseminação da peste bubônica, pois uma epizootia e as pesquisas realizadas por Yersin identificavam o rato como o animal que veiculava a doença. Não se tinha plena certeza sobre a transmissão através de outros animais ou insetos no início do século XX, daí haver variadas pesquisas em curso, como a observação do Dr. Guiart sobre as experiências de Yersin e Nuttal, “que mostraram poderem também as moscas e mosquitos veicular a peste; ainda os percevejos, conforme as experiências de Calmetti e Salimbeni.”<sup>140</sup> Outrossim, quanto ao rato, não havia a menor dúvida.<sup>141</sup> Analisando a epidemia da peste em Belém, curiosamente a mortalidade é relativamente baixa, quando comparada às outras epidemias, vitimando fatalmente apenas 114 pessoas ao longo de oito anos. Observe o gráfico abaixo:

**Óbitos por Peste Bubônica em Belém (1904 a 1911).**



Fonte: LEMOS, Antonio José de. op. cit., 1906, p. 79; e *Boletim de estatística demographo-sanitaria da cidade de Belém*. Ano VII. Belém-Pa: Imprensa Oficial, dezembro de 1911, p. 329.

A mortalidade não chega a ser expressiva, pois ao longo dos anos, observa-se uma freqüente oscilação dos óbitos, que atingiram 114 moradores. Além do mais, a doença era facilmente identificada, bem como o hospedeiro, restando à campanha de profilaxia da peste eliminar o rato e vacinar o homem; conseqüentemente, haveria também a desinfecção das quadras afetadas e a remoção do pestoso para o hospital D. Luiz, sendo que a reabilitação era quase certa, quando tratado a tempo. De qualquer forma as resistências aos vacinadores, em relação à peste, praticamente foram imperceptíveis, apesar de grande parte dos anúncios da imprensa referentes às epidemias e à salubridade pública darem destaque à peste bubônica, mesmo diante de epidemias que provocavam uma mortalidade infinitamente superior.

Em princípios de 1904, o Serviço Sanitário recebera várias denúncias da existência de um foco de peste bubônica, próximo ao Museu Goeldi, na avenida Gentil Bittencourt. Os

<sup>140</sup> CAMPOS, Américo de. “Tuberculose”, in op. cit., 1912, p. 197.

<sup>141</sup> Confira o primeiro capítulo a respeito da etiologia da doença nas páginas 38 e 39.

inspetores sanitários confirmaram as suspeitas a partir de exames realizados. Tratavam-se de cinco pessoas com peste bubônica benigna. Após diagnosticarem e medicarem os doentes, os médicos resolveram isolá-los no próprio domicílio; apesar de serem pessoas pobres, reza o discurso oficial que o estado prestou a assistência, digo, “o necessário para a sua manutenção: todas ellas se restabeleceram”.<sup>142</sup> Entretanto, a epidemia fazia vítimas inclusive na clínica do Dr. Brito Pontes, como foi o caso da criança Maria Ermelinda Pimentel Lamas.<sup>143</sup>

A epidemia da peste apesar de não ter grandes proporções ou óbitos registrados na documentação oficial, ainda assim era com frequência noticiada pela imprensa principalmente quanto à vacinação das pessoas, à desinfecção das moradias e ao recolhimento ao hospital<sup>144</sup> e às constantes denúncias ao Serviço Sanitário, onde os doutores Albino Cordeiro, Augusto Pinto, Carlos Novaes, Gonçalo Lago e Bernardo Rutowitez eram bastante atuantes na repartição do Serviço Sanitário Municipal.<sup>145</sup> A doença segundo as autoridades e a própria imprensa, havia sido importada do Maranhão,<sup>146</sup> ou dos outros estados vizinhos, não por acaso Marques de Carvalho escrevera a peça *A Bubonica*. Assim, cabia aos delegados sanitários e às diretorias do Serviço Sanitário Estadual e Municipal desferir verdadeira guerra aos ratos, pois a campanha de profilaxia voltava-se tanto para a vacinação de pestosos, quanto à eliminação de ratos doentes.<sup>147</sup>

No Hospital D. Luiz I foi recolhido Augusto Pereira, padeiro e português, que morava na padaria *Hortênci*a, localizada na avenida São João, esquina com a travessa Soares Carneiro. O isolamento do português demonstra não haver tanta certeza em diagnosticar a doença, pois a microbiologia ganhava espaço dentro dos hospitais e corroborava ou não as suspeitas, que só poderiam ser resolvidas mediante exame bacteriológico. Neste caso, o Dr. Souza Castro tivera a desconfiança de que Augusto Pereira havia contraído peste, resolvendo ouvir o amigo e médico Affonso Mac-Dowell, que partilhara da mesma opinião. Logo os médicos comunicaram o caso à Junta de Higiene, onde o delegado sanitário, Dr. Albino Cordeiro, compareceu ao hospital e extraiu “certa quantidade de líquido de um bubão inqual esquerdo que o doente apresenta, além de um outro na perna homonyma, afim de ser examinado pelos bacteriologistas da Junta de Hygiene.”<sup>148</sup> Essas medidas eram comuns entre

<sup>142</sup> MONTENEGRO, Augusto. op. cit., 1905, p. 34.

<sup>143</sup> “A peste”, in *Folha do Norte*. Belém, 17 jan., 1905.

<sup>144</sup> “A peste”, in *Folha do Norte*. Belém, 4 fev., 1905.

<sup>145</sup> “A peste”, in *Folha do Norte*. Belém, 9 fev., 1905.

<sup>146</sup> “A peste no Maranhão”, in: *Folha do Norte*. Belém, 17 jan., 1904.

<sup>147</sup> “A guerra aos ratos”, in *Folha do Norte*. Belém, 10 jan., 1904.

<sup>148</sup> “Peste bubonica. Denuncia a junta de hygiene. A extracção do liquido. O exame bacteriologico”, in *Folha do Norte*. Belém, 23 jan., 1909.

os médicos que mantinham aberto diálogo com o Serviço Sanitário, mesmo por que o hospital não possuía estrutura para realizar exames laboratoriais.

O exame bacteriológico realizado a partir da linfa extraída de um dos bubões confirmou as suspeitas dos médicos do hospital, sendo o padeiro recolhido para o hospital de isolamento, onde faleceu no dia 23 de janeiro, às 8 horas da manhã, duas horas após dar entrada, agonizando com a peste bubônica. A quadra hospitalar sofreu rigoroso expurgo, como também o hospital D. Luiz I e a mercearia onde trabalhava o padeiro, os quais foram fechados por ordens da Junta de Higiene.<sup>149</sup>

Por isso a epidemia da peste negra preocupava o sono das autoridades públicas, bem como o dos moradores, apesar das proporções menores se comparada à varíola. Esse “terrível morbus” freqüentava e matava rotineiramente os moradores de Belém. No caso da peste negra, as campanhas profiláticas foram mais eficazes; o próprio governador Augusto Montenegro, desde a reorganização do serviço de saúde pública, ordenara a aquisição de uma casa para transformá-la em isolamento de pestosos além da importação, da Europa, da linfa Yersin, contribuindo na melhora do estado sanitário. Essa cômoda situação fora rompida em janeiro de 1905:

(...) Parecia nada mais termos a receitar, quando em a noite de 14 de janeiro de 1905 o Diretor do serviço sanitário recebeu denuncia da existência de um caso pestoso na avenida Dezesseis de Novembro.<sup>150</sup>

A denúncia que podia ser anônima deveria conter o endereço do suspeito e funcionava como uma caixa de ressonância para os serviços sanitários municipal e estadual. Após recebida qualquer delação, o diretor do Serviço Sanitário Municipal, José Antonio Pereira Guimarães, encaminhava um delegado sanitário para averiguação no local, o qual extraía linfa para realizar exames bacteriológicos no laboratório. Naquela noite de 14 de janeiro, o próprio Dr. José Antonio Pereira Guimarães dirigiu-se ao local, no bairro da cidade velha e como já era noite, não fora realizado o exame, sendo somente possível realizá-lo no dia seguinte; o diagnóstico foi negativo. Ainda assim, a menor morreu “poucos instantes depois de ser vista pelo Diretor do serviço sanitario”,<sup>151</sup> no dia 15 de novembro. Depois de transcorridas 10 horas do falecimento, retirou-se novamente para exames bacteriológicos a linfa do cadáver. Em razão das evidências durante a inspeção médica, convenceu-se o Dr. José Guimarães da possibilidade de ser peste e ordenou as desinfecções rotineiras, isto é,

<sup>149</sup> “Remoção do pestoso para isolamento. Sua morte. Desinfecção”, in *Folha do Norte*. Belém, 24 jan., 1909.

<sup>150</sup> LEMOS, Antonio José de. op. cit., 1906, p. 58.

<sup>151</sup> Id. Ibid. loc. cit.

durante 10 dias, diariamente, realizar-se-ia a desinfecção na casa e mais três desinfecções durante esse período na quadra onde falecera a menor, sendo os moradores submetidos à vacina antipestosa de Yersin.

Não demorou muitos dias para o Serviço Sanitário permanecer em alerta: na noite de 17 de novembro o Dr. Barroso Rebello levara outra denúncia ao conhecimento do diretor do Serviço Sanitário, dessa vez bem distante do primeiro caso, na avenida Nazaré, onde o Dr. José Guimarães compareceu à residência suspeita. No local encontrou mais uma vítima da “sinistra visitante”, como se referia à peste, “um cadáver ainda recente”, adotando os mesmos procedimentos, retirada de linfa, exame bacteriológico, desinfecções e vacinações.<sup>152</sup> No dia 20 de janeiro, outro denúncia de um caso de peste, dessa vez ocorrido na avenida Quatorze de Abril, onde o delegado sanitário, ao chegar ao local, se deparou com mais um “cadáver ainda recente”, procedendo às medidas de praxe.

Essa propaganda republicana de combate à peste procurou construir a imagem dos órgãos sanitários aptos ao pronto atendimento dos moradores de Belém e também a imagem dos delegados sanitários, que agiriam imediatamente após as denúncias, envolvendo-se diretamente o próprio diretor, Dr. José Guimarães. Desta forma, o Serviço Sanitário estaria preparado contra a “devastadora doença” ou apenas a “sinistra visitante”. Combateria “o mal com a resolução e a confiança de quem lhe conhece os pontos vulneráveis, afugentando-o dos locais em que irrompe, annullando-lhe a acção mortífera”.<sup>153</sup> Essa forma onipresente do Serviço Sanitário reflete-se através da aliança política que imprimia a governabilidade a partir da órbita do *Partido Republicano Paraense*, uma vez que o governador Augusto Montenegro fora reeleito com o apoio do coronel Antonio Lemos.

O diretor interino do Serviço Sanitário Estadual, o Dr. Francisco da Silva Miranda, publicou na imprensa, no dia 21 de janeiro de 1905, artigo reproduzido n’*O Município de Belém* (1905):

O Diretor do serviço sanitário do Estado resolveu que no hospital de isolamento para pestosos sejam tratados, obrigatoriamente, as pessoas accommettidas de peste de fôrma pneumonica e septicemica e as de fôrma bubonica, quando as casas em que residirem não se prestarem ao conveniente tratamento e isolamento domiciliar.

Também terão allí entrada os atacados de peste, de fôrma bubonica, cujas familias ou pessoas da casa onde residirem não se quizerem sujeitar ás prescripções hygienicas estabelecidas pelo serviço sanitário, e ainda os doentes que voluntariamente preferirem ser tratados no hospital.<sup>154</sup>

---

<sup>152</sup> Id. Ibid., p. 59.

<sup>153</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>154</sup> Id. Ibid., p. 59-60.

Questionando as possibilidades de leitura desta fonte adequadas às evidências do objeto de estudo: Por que essa resolução do diretor interino procurou construir a idéia da onipresença dos delegados sanitários prontamente dispostos ao atendimento dos doentes? E, também, o tratamento/isolamento praticamente tornara-se obrigatório? Quais significados podem ser questionados na invasão do espaço privado, ou melhor, do poder público/médico ocupando o privado/domicílio? E as pessoas que não se sujeitassem à profilaxia, digo, por que se recusariam as prescrições higiênicas já pré-estabelecidas pelo Código de Polícia referente ao Serviço Sanitário?

Essa resolução do Dr. Francisco da Silva Miranda diz respeito ao campo de atuação do Serviço Sanitário concernente ao tratamento obrigatório e/ou isolamento no hospital dispensado aos moradores acometidos de peste, conforme o diagnóstico e o risco de morte das vítimas, pois em relação à peste pneumônica e à septicêmica, aos doentes não seria facultada opção de tratamento na residência ou no hospital. Uma vez sujeitos à decisão, caberia submeterem-se ao isolamento obrigatório; no entanto, se fosse peste bubônica haveria uma certa flexibilidade. Esta flexibilidade curiosamente dependeria, primeiramente, das condições de moradia, pois as casas de doentes de peste que fossem consideradas impróprias para o “tratamento e isolamento” domiciliar não poderiam acolher as vítimas, sendo os pestosos removidos obrigatoriamente para o isolamento no hospital. Ou seja, a privacidade de moradia e convalescença sofrera rupturas impostas pelo Serviço Sanitário, um poder público constituído de poderes por parte dos médicos, que poderiam intervir e/ou invadir o espaço privado, em detrimento ao público, sob o pretexto da higienização e salubridade do domicílio. Em segundo, da não obediência ao regulamento de saúde, haja vista que os delegados sanitários prescreviam as condições de higiene a que as famílias deveriam se sujeitar, caso contrário o doente com peste bubônica seria removido.

Por fim, os casos de voluntarismo à ciência e ao tratamento/isolamento no hospital não poderiam ser negados pelo Serviço Sanitário. Contudo, percebe-se a preocupação explícita quanto àqueles que se recusassem a sujeitar-se às prescrições higiênicas, atitude perfeitamente compreensível pela quebra do espaço privado, assumindo significado de invasão da moradia, *locus* da intimidade e convivência do cotidiano, que muito menos fora levado em deferência pelos delegados sanitários. Outra possibilidade desse empenho conflitante de resistência diz respeito aos próprios delegados sanitários que, por deterem conhecimentos específicos de cura, alicerçados no racionalismo da ciência, procuravam impor a profilaxia obrigatória da peste, pré-estabelecida pelo Código de Polícia, contribuindo ainda mais na não aceitação da prática médica por parte do Serviço Sanitário, além do mais,

hegemonicamente, os médicos incrustaram-se no estado com poder político e higienizador de curar a “cidade da morte”, mas não as moradias da cidade.

A peste bubônica existia endemicamente em Belém, e não recuava mesmo diante dos esforços dos delegados sanitários. Obviamente que o asseio urbano, por maior a propaganda oficial de salubridade, tinha relação direta com a epidemia, pois a insalubridade, as valas abertas, o lixo urbano e domiciliar, além da coleta irregular, entre outros fatores, facilitavam a proliferação de ratos na cidade. Assim, entre meados de 1909 e o primeiro semestre de 1910, ocorreram 14 óbitos provocados pela doença, preocupantes mas não fazendo do mal uma epidemia, ainda mas tão somente casos isolados que o Serviço Sanitário do estado procurava agir, isolando o doente e promovendo expurgos em áreas onde se manifestara o mal. Ainda assim, não fora possível considerar que os germens da peste negra estivessem erradicados no Pará, uma vez que a comunicação via marítima permitia a entrada da doença em Belém. Logo não é por isso “absurda a hipótese de terem sido de importação os casos esporádicos referidos”.<sup>155</sup>

---

<sup>155</sup> COELHO, João Antonio Luiz. op. cit., 1910, p. 77.



### 3 – No ardor da febre: o Dr. Oswaldo Cruz e a febre amarela no Pará (1910-1911).

A historiografia nacional praticamente ignora a Campanha de profilaxia, contra a febre amarela no Pará, desenvolvida pela Comissão organizada por Oswaldo Cruz, entre novembro de 1910 e outubro de 1911; mobilizou mais de 500 trabalhadores no ardor da febre amarela que dizimava inúmeras vidas de nacionais e estrangeiros em Belém. A produção acadêmica orientada pelo atual Instituto Oswaldo Cruz dedica-se, com exceções, a exaltar o patrono a partir da consolidação da medicina experimental. Apesar de ter excelente acervo e vasta documentação, como fotografias, tabelas, cartas, *charges*, manuscritos, correspondências e telegramas, por exemplo, na Biblioteca e Casa de Oswaldo Cruz sobre o Pará, curiosamente, faz-se um denso silêncio sobre as atividades desenvolvidas em Belém por médicos do Instituto Soroterápico Federal de Manguinhos, no início do século XX, que foram fundamentais na construção da imagem do Instituto quer no Brasil quer na Europa e, mais ainda, no *Congresso Internacional de Microbiologia* (1911), na *Exposição Internacional de Higiene e Demografia*, realizado em Dresden, na Alemanha, onde os resultados da Campanha no Pará tiveram destaque.

Não resta dúvida que foi a maior aliança do Instituto naquele momento, justamente após Oswaldo Cruz desligar-se do cargo de diretor da *Diretoria Geral de Saúde Pública*, pois a instituição sofria com as verbas minguadas e também com o esvaziamento do poder do diretor. Assim, passara a dedicar-se em captar recursos e firmar contratos com empresas privadas e governos estaduais, para desenvolver pesquisas a partir da formação de novos cientistas. Alguns desses estiveram em Belém, digo, os principais médicos, cientistas, pesquisadores e catedráticos professores do Instituto, os quais tiveram destacada atuação no Pará. Por outro lado, a historiografia paraense também se omitiu nesse debate, principalmente os pesquisadores da “belle époque”, que contribuíram significativamente em esmiuçar outros recortes. Por um lado, a ausência de referências historiográficas tornou a pesquisa difícil, a todo instante um obstáculo instigador de superação a partir das fontes.<sup>1</sup>

Neste capítulo, analiso a aliança entre o Instituto Soroterápico Federal, na figura do diretor Oswaldo Gonçalves Cruz e o poder público, representado pelo governador do estado do Pará, Antonio Luiz Coelho. Esta aliança assumira inúmeros significados que, no ardor da

---

<sup>1</sup> Devo ressaltar ainda, a importância do Conselho Estadual de Cultura do Pará, que instituiu um Concurso de Monografia, em 1972, época da comemoração do centenário de nascimento de Oswaldo Cruz (1872-1917). Resultando em três obras elaboradas por médicos, sanitaristas e epidemiólogos sobre a presença do sanitarista no Pará, que ajudaram em muito, na localização da documentação. Aliás, elas têm em comum a compilação e reprodução sistemática de documentos oficiais, abstenendo-se de análise mais profunda.

febre, levaram a imprensa laurista a silenciar a memória da Revolta da Vacina, apesar da participação do ex-governador Lauro Sodré. Também culmina, concomitantemente, num momento de rupturas e novas alianças das oligarquias no Pará, possibilitando uma leitura diferente para explicar o “sepultamento” da oligarquia do coronel Antonio Lemos. Assim, a partir das experiências de campanhas de profilaxia desenvolvidas em Belém, levando-se em consideração tratarem de saberes e práticas médico-sanitárias de cura, mergulhei em analisar essa peculiaridade.

### 3.1 – A ciência política e o contrato com o governador João Coelho.

A *Companhia Madeira-Mamoré Railway* padecia com a mortalidade dos trabalhadores provocada pelas epidemias, que atrasava as obras e aumentava os custos da construção da estrada de ferro que ligaria Porto Velho a Guajará-Mirim, durante a segunda fase da construção (1907-1912). Assim, o discurso médico entra em cena na relação custo da mão de obra e produção. Neste sentido, segundo o Foot Hardman “o saber médico-sanitário converte-se ele próprio numa das principais forças produtivas”, pois garantiria a rentabilidade do trabalhador. Em outras palavras, “não se trata de acabar com a morte e a doença, mas de administrá-las em níveis sofríveis – não para a humanidade ou a civilização em geral, mas para a companhia particular que empreitou as obras”.<sup>2</sup> Chamado pelas *Companhia Estrada de Ferro Madeira-Mamoré Railway* e *Companhia Port of Pará*, Oswaldo Cruz desembarcou em Belém no dia 26 de junho de 1910. Pela terceira vez chegava ao Pará, a bordo do paquete *Lloyd Brasileiro Rio de Janeiro*, acompanhado do Dr. Belisario Penna, então secretário do Instituto e responsável pelos cuidados da saúde do “chefe”. Havia aceitado o convite de Carlos Sampaio, representante das companhias, que estava no Rio de Janeiro e expôs ao bacteriologista as condições de saúde na região, ou melhor, a ausência de salubridade da Madeira-Mamoré.<sup>3</sup>

Impressionado, o cientista Gonçalves Cruz, assim assinava as correspondências, responde-lhe através de carta, em 5 de abril de 1910, que aceitaria estudar *in loco* uma solução para o problema de insalubridade da região, referente ao impaludismo e à febre amarela que dizimavam os trabalhadores dos rios Madeira e Mamoré. Antes, porém, fizera exigências, destacando-se a de um seguro de vida no valor de 200 contos de réis, para realizar

<sup>2</sup> HARDMAN, Francisco Foot. “Ferrovias fantasmas: nos bastidores da cena”, in *O trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 139.

<sup>3</sup> Cf. “Madeira-Mamoré Railway Company: considerações geraes sobre as condições sanitárias do Rio Madeira”, in *Oswaldo Gonçalves Cruz: Opera omnia*. Rio de Janeiro: Impr. Brasileira, 1972, p. 565-624.

a viagem e os trabalhos, já que julgara a situação da questão sanitária da região da mais “alta importancia nacional”. Em 13 de abril, Carlos Sampaio respondeu ao sanitarista que concordava com as exigências; aproveitaria o ensejo da presença do ilustre convidado, enquanto representante da *Companhia Port of Pará*, pois o Dr. Oswaldo Cruz durante a passagem pela capital paraense, poderia contribuir com conselhos aos interessados para “melhorar as condições sanitarias da cidade de Belém”.<sup>4</sup> Na prática Carlos Sampaio estava preparando o terreno para um possível contrato com o governo estadual, pois a febre amarela era um problema antigo na região.

Em 1909 o governador João Antonio Luiz Coelho ensejava, já no início do mandato legislativo, a preocupação em combater a febre amarela para evitar que o “mal assente suas tendas entre nós, creando-nos uma fama de insalubridade que é o maior entrave ao nosso progresso”.<sup>5</sup> Como analisei no capítulo anterior, a febre amarela vinha ceifando vidas em Belém, colaborando a doença dessa forma em agregar ao espaço urbano e ao imaginário europeu a imagem de uma cidade doente e mortífera. Segundo o governador era necessário um planejamento político enérgico para sanear a cidade, livrando-a da péssima imagem e “fama de insalubridade”, a partir de programas de combate ao flagelo, uma vez que a epidemia se colocava como obstáculo ao “progresso”. Assim, “um passarinho” contou-lhe um segredo, segredo esse amplamente divulgado pela imprensa, pois ficara sabendo da viagem do “renomado sanitarista” que havia erradicado a febre amarela no Rio de Janeiro e estava em vias de realizar expedições científicas pela Amazônia, ou melhor, em Porto Velho.

Portanto a força produtiva do saber médico-sanitário significava a possibilidade de garantia do discurso de progresso contra a péssima “fama de insalubridade”, afastando de vez a presença da febre amarela. Obviamente que o combate às condições de higiene e da doença diminuiria a mortalidade e traria melhores condições de saúde. Contudo a preocupação era outra, o afamado progresso. Assim, quem pagaria a conta de tal estudo, ou seja, do progresso? Quem senão o “povo” que padecia com as sezões dos mosquitos e a mortalidade provocada pela febre amarela? A notícia do contrato repercutira nacionalmente. No Rio de Janeiro a revista *O Malho* propagandeava a “Cruzada Oswaldo: os microbios que escapam”, antes das conferências que o sanitarista teria com o governador e, obviamente, a assinatura do contrato entre o Instituto Soroterápico Federal e o governo do estado do Pará. Na prática, a propaganda

---

<sup>4</sup> As cartas foram reproduzidas na imprensa. Cf. “Dr. Oswaldo Cruz”, in *Folha do Norte*. Belém, 30 jun., 1910.

<sup>5</sup> COELHO, João Antonio Luiz. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 7/09/1909. Belém: Imprensa Oficial, 1909, p. 37.

tratava de uma crítica contundente em relação à política regional no país, designado particularidades do campo de batalha na região Norte do Brasil.

### **Cruzada Oswaldo: os microbios que escapam.**

Esta em viagem para o extremo norte o Dr. Oswaldo Cruz, que accedeu ao convite para ir sanear a zona da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré, bem como o porto do Pará. (*Dos jornaes*).



*Zé Povo*: – Vai sábio higienista, que tanto honras o Brasil! Deus te acompanhe nessa nova e santa cruzada, que empreendes com o sacrifício da propria vida! Mas, si além dos da malária pudesse tambem destruir aquelles outros microbios... isso, então, é que era uma pechincha!...

*Oswaldo Cruz*: – Impossivel meu caro Zé! São microbios da politicagem e não ha hygiene pacifica que possa com elles... Só tu, a poder de protestos, poderás um dia acabar com esses *bichos*!...

**Fonte:** Revista *O Malho*. Rio de Janeiro, 25 jun., 1910. Ano IX.

O famoso caricaturista Alfredo Storni (1881-?), nascido em Sant’Ana do Livramento no Rio Grande do Sul, que também assinava com o pseudônimo de Sluff, muito hábil e talentoso além de ser um dos mais expoentes caricaturistas da revista *O Malho* no início do século XX.<sup>6</sup> Storni emprestou seu talento peculiar e fez a propaganda da viagem santa do cavaleiro Oswaldo Cruz à região Norte, onde iria trabalhar na *Estrada de Ferro Madeira e Mamoré* e no saneamento da febre amarela no porto do Pará. O Dr. Oswaldo Cruz era retratado na *charge* como o cavaleiro Oswaldo, que partira do Rio de Janeiro em missão nacional. No dorso de um cavalo, portando uma flâmula presa à lança da mão direita com os dizeres *SANEAMENTO DO BRAZIL*, reforçava a missão da medicina de curar o país. Logo a

<sup>6</sup> CONTRIN, Álvaro (Alvarus). “Oswaldo Cruz e a caricatura”, in CERQUEIRA FALCÃO, Edgard de. *Oswaldo Cruz monumental histórica: a incompreensão de uma época. Oswaldo Cruz e a caricatura*. v. IV, tomo I. São Paulo: Revista dos Tribunais e Clichéria Rufer, 1971, p. 48-9.

cruzada Oswaldo era ambiciosa na visão do caricaturista, jamais se chegara sequer perto de tamanha batalha ou ambição, apesar dos reiterados esforços e sonhos do diretor de Manguinhos. O cavaleiro ali estava, trajando uma roupa com o símbolo da cruz no peito e na mão esquerda empunhando o escudo com o símbolo missionário da saúde (a cruz), portava dantesca arma a ser utilizada na santa cruzada, ou seja, uma lança de combate típica de um cavaleiro medieval, ou melhor, propositadamente a lança fora substituída por uma enorme seringa presa ao cavalo, que seria utilizada no campo de batalha. Diga-se de passagem, batalha das mais ingratas para o sanitарista como se verá mais adiante.

Ainda do dorso do cavalo, estrategicamente, o cavaleiro punha-se em posição de superioridade em relação ao Zé Povo; olha-o por cima do ombro e sobre o escudo, aparentemente protegendo-se do contato com ele que, numa posição de inferioridade, sugere qual seria ser o verdadeiro propósito da cruzada. Zé Povo designa ao “sábio higienista”, com o braço direito, apontando-lhe a direção que deveria seguir: a região Norte do Brasil, o gesto conciso indicando os micróbios que esperavam pelo sanitарista. A imagem construída por Alfredo Storni não difere tanto da de Euclides da Cunha, para quem a vida na região Norte caracterizava-se pela existência de uma “comunidade monstruosa sem órgãos perfeitos, recém nascida e moribunda vegetando por um pródigo da natureza mirífica”.<sup>7</sup> Curiosamente, a placa *MICROBIOS DO NORTE A DESTRUIR* trata de uma referência ao campo de batalha político que o sanitарista deveria “sanear” – Lembro ainda que Oswaldo Cruz já tinha experiência de longa data sobre questões políticas em relação ao saneamento urbano, na época da Revolta da Vacina – por isso o cavaleiro sanitарista dá as costas como quem ignora a indicação de Zé Povinho, ou então por estar prestando atenção às palavras deste. Logo, a placa indica quais micróbios esperavam pelo herói medieval, digo, nacional.

O chargista Alfredo Storni fora sagaz ao criar os micróbios, pois nomeou-os criteriosamente, estivessem eles pendurados na árvore como a *Preguiça* e a *Manifestação*, ou amedrontados no chão como a *Porcaria*, a *Febre Amarella*, o *Beri-Beri*, o *Banditismo* e a *Olygarchia*, além de outros não nomeados. Nota-se a expressão dos micróbios imperfeitos, criaturas monstruosos de olhos grandes em cujo semblante percebem-se olhares perplexos de medo e pavor diante do cavaleiro Oswaldo, eles escondem-se e/ou então correm em direção oposta ao nobre cavaleiro. O medo e pavor dos micróbios dão dimensão do saneamento missionário imputado ao bacteriologista, haja vista tentarem fugir ou se esconder para escapar da lança-seringa.

---

<sup>7</sup> CUNHA, Euclides. “Preâmbulo”, in RANGEL, Alberto do Rego. *Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas*. Gênova: S. A. I. Cichés Celluloide Bocigalupas, 1908, p. 14.

Os diálogos são intrigantes quanto aos significados da *charge* e não poderiam ser mais sugestivos. Zé Povo pede ao sábio higienista que tanto honrava o Brasil – pelos méritos internacionalmente conferidos e conquistados na Alemanha, no XIV Congresso Internacional de Higiene, em Berlim de 1907 – para partir em mais uma “nova e santa cruzada”, com as bênçãos divinas e o “sacrifício da própria vida”, pois padecer em combate era uma possibilidade a que o corpo se sujeitava. Ainda mais na *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*, devido à alta mortalidade provocada pelo impaludismo e pela febre amarela; daí a possibilidade de correr sério risco de vida, pelas dificuldades e condições adversas no meio da floresta amazônica<sup>8</sup> e por isso havia pedido um seguro de vida no valor de 200 contos de réis para estudar *in loco* a região de Porto Velho. Não que em Belém pudesse correr tais riscos, mas certamente a estrutura da cidade era menos perigosa, mas O *SANEAMENTO DO BRAZIL* empunhado na flâmula retratava o objetivo da cruzada Oswaldo, certamente uma guerra com todos os ingredientes, principalmente sofrimento, doenças e mortes!

Zé Povinho queria mais. Desejava que o cavaleiro destruísse não apenas as epidemias através da lança-seringa, mas os micróbios da politicagem: banditismo, corrupção e oligarquia, por exemplo. Isto sim seria uma “pechincha” ou lucro inesperado um favor que o sanitarista prestaria ao Brasil. Entretanto, o cavaleiro fora categórico: era impossível destruir os micróbios da politicagem com a higiene pacífica pregada por ele. Outrossim, caberia ao Zé Povo desferir manifestações e protestos, assim poderia voluntariamente “acabar com esses *bichos*” um dia. Apesar de Alfredo Storni procurar associar a “Cruzada Oswaldo”, a uma possibilidade de combater o banditismo político e a corrupção presentes nos governos legitimados em oligarquias. O próprio subtítulo já reforça que não caberia à higiene esse propósito, por se tratar de “microbios que escapam”. Por isso o sanitarista estava vacinado ou inoculado de outrora; a experiência em campanhas sanitaristas desenvolvera-lhe anticorpos em relação à política da qual desviava-se com maestria, demonstrando diferente postura. Para o herói nacional esse tipo de missão desejada pelo Zé Povinho era impossível, por tratar de “micróbios da politicagem” e a “higiene pacífica” nada poderia fazer, mesmo porque estava sendo contratado pelos ditos micróbios políticos.

As possibilidades de leitura presentes nos micróbios do Norte evidenciam a visão regionalizada de Alfredo Storni que, através do determinismo social e geográfico, imaginava a Amazônia sem “órgãos perfeitos”, para usar a máxima de Euclides da Cunha, e cheia de

---

<sup>8</sup> Sobre a insalubridade e as condições de saúde na região confira: CRUZ, Oswaldo. *A prophylaxia do impaludismo no Amazonas*. Revista de Medicina, São Paulo 13 (20): 398-399, out., 1910 [Relatório apresentado à Companhia de Ferro Madeira-Mamoré].

bichos monstruosos ou micróbios. Cabe ressaltar a associação da região amazônica à terra da *Preguiça*, onde não havia *Manifestação* que protestasse contra a *Olygarchia* regional, muito menos contra o *Banditismo* praticado por esta. E sustentava ainda que a falta de higiene, presente na *Porcaria* era responsável pelas doenças da *Febre Amarela* e do *Beiberi*. Outrossim, essa leitura estava longe de ser uma peculiaridade da Amazônia, pois em tempos de oligarquias regionais dominando a política brasileira durante a jovem República, o estado brasileiro estava empestado de micróbios da politicagem que escapavam ilesos de protestos ou manifestações. A saúde pública e a política deixavam e deixam a desejar de norte a sul, seja ontem ou hoje. Dos idos da política do encilhamento proposta pelo médico Murtinho, vez ou outra há doutores cuidando da economia. Mas a receita para esse tipo de saneamento, o Dr. Oswaldo Cruz dava de graça, indicando quais prescrições deveriam ser realizadas, ou seja, o “poder de protestos”. Através de manifestações e protestos do “povo”, um dia quem sabe o Zé Povo não poderia acabar com os “bichos” da região?

Pelo menos este era o desejo de Storni. Antecipo ao leitor que Sluff não estava preconizando ao construir o diálogo de Oswaldo Cruz; contudo, o “tombo” da oligarquia lemistá, praticamente um ano depois, fora recheado de protestos, a higiene pacífica fora convenientemente apropriada. Atente-se para o momento oportuno pois, a respeito do campo de “batalha”, reitero que ainda não chegou. Adianto apenas mais à frente discutir o micróbio da *Olygarchia*, que significava o grupo político de Antonio Lemos. Peço um pouco mais de paciência, o terreno ainda é movediço. Além do mais, desenrolar o fio que não cessa na historiografia não é tarefa fácil; ainda há pano na manga para compreender o sepultamento da oligarquia Lemos.

Partindo do Rio de Janeiro em 15 de junho, na companhia do doutor Belisario Pena, secretário e discípulo, além de responsável pela saúde do eminente mestre, aportaram em Belém em 26 de junho de 1910.<sup>9</sup> A *Folha do Norte* noticiava aos leitores na manhã do dia seguinte, que o bacteriologista fora recebido por diversas autoridades, após ficar fundeado no Porto do Sal, pela parte da manhã, a bordo do vapor *Lloyd Brasileiro Rio Janeiro*, em frente ao Porto de Belém, tendo a inspeção sanitária do porto e da alfândega liberado o desembarque. Conveniente este posicionamento, provavelmente as inspeções sanitárias queriam mostrar serviço, além de se apresentarem ao sanitarista e, porque não, conhecê-lo.

---

<sup>9</sup> Desde 1908, o castigante trabalho a frente da *Diretoria Geral de Saúde Pública* debilitara Oswaldo Cruz, o qual convivia com a saúde fragilizada, sendo agravada ainda mais com a crise de uremia em agosto de 1909. Ainda assim, Oswaldo Cruz embarcou no vapor, diante as resistências da família que estava preocupada, pois aceitara o convite de Carlos Sampaio de trabalhar na Amazônia. Cf. FRANCO, Odair. História da febre amarela no Brasil. Rio de Janeiro, Ministério da Saúde, DNERu, 1969, p. 9.

Diversas autoridades dirigiram-se então ao *Lloyd* para dar-lhe as boas vindas, na lancha *Condor* de propriedade do estado: o capitão Cassulo de Melo; o diretor do Serviço Sanitário Estadual, Dr. Francisco da Silva Miranda; o diretor do Laboratório Bacteriológico do Estado, Dr. Antonio Peryassú; o engenheiro e chefe da comissão fiscal das obras do Cais do Porto e, também, gerente da *Port of Pará*, Mr. Yan Barry; além de jornalistas locais. Enquanto na lancha *Pará* pertencente à repartição da Saúde do Porto encontravam-se o diretor da repartição, Dr. Jeronymo Martina Gesteira, e os médicos Othon Chateau e Ageleu Domingues. Desembarcou a bordo da lancha *Condor*, no antigo Trapiche da Pesca, sendo recepcionado em terra pelos médicos Souza Castro, Jayme Aben-Athar, Renato Chaves e Apio Medrada. Após as cerimônias seguiram para o Café da Paz, onde ficaram hospedados e recepcionando uma infinidade de médicos e autoridades locais durante a tarde, devido à chuva torrencial.<sup>10</sup>

Uma vez mais em Belém, pela terceira vez, Oswaldo Cruz demorou em embarcar para Manaus devido à greve de foguistas a bordo do navio *Acre*. Durante os dias de estadia forçada na cidade manteve conferências com representantes da *Companhia Port of Pará* e com o governador João Coelho a respeito de medidas sanitárias no porto e sobre a febre amarela. Portanto, o preclaro médico já estava ciente da epidemia de febre amarela, pois fora informado por Carlos Sampaio. Segundo o próprio Oswaldo Cruz, que dispensou o governador dos auxílios da *Companhia Port of Pará* e “resolveu tomar a si a organização e execução dos serviços de prophylaxia da febre amarela, que nos foi então confiado”.<sup>11</sup> O governador encarecidamente solicitava uma Campanha de profilaxia sem precedentes no Pará, prontificando-se o sanitarista a retornar ao estado para tratar do assunto. O governo custeou a hospedagem do bacteriologista e acordou o contrato, que significaria uma nova era para o Pará, coroando os “decisivos triumphos materiais e sociais no dia de amanhã”.<sup>12</sup> O governador apresentou o plano e o desejo de combate do Serviço Sanitário do estado à febre amarela e o submeteu a Oswaldo Cruz, que faria as alterações necessárias, por considerar a solução um “problema nacional”. Além do mais, pretendia firmar contrato com o Instituto:

(...) o eminente hospede sincero amigo d'esta terra, muito embora saiba o poder publico que n'essas homenagens, apesar do seu empenho, ficou aquém dos grandes méritos do consagrado higienista.

Coincidiu com a sua chegada a minha resolução de encetar o combate á febre amarela, o que, como sabeis, é minha cogitação desde os primeiros dias de governo.

<sup>10</sup> “Dr. Oswaldo Cruz”, in *Folha do Norte*. Belém, 27 jun., 1910.

<sup>11</sup> CRUZ, Oswaldo Gonçalves. *Madeira-Mamoré: Considerações gerais sobre as condições sanitárias do Rio Madeira*. Rio de Janeiro: Pap. Americana, 1910.

<sup>12</sup> COELHO, João Antonio Luiz. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 7/09/1910. Belém: Imprensa Official, 1910, p. 7.



O renome, justo e glorioso, do dr. Oswaldo Cruz principalmente em materia de saneamento; o exito brilhante da campanha que dirigiu para a extincção do terrível mal no Rio de Janeiro, libertando de vez a capital do Brazil da desgraça fama de insalubridade que lhe estorvava os progressos e compromettia a civilização nacional, induziram-me á resolução de submeter ao exame do ilustre professor o programa de prophylaxia que eu destinava á execução do grande empreendimento sanitário (...).<sup>13</sup>

Assim, com o êxito profilático na capital federal, o forte apelo e reconhecimento laudatório seduziriam Oswaldo Cruz, para também extinguir o terrível mal de Belém e libertar a cidade da epidemia e até da pecha de insalubridade, que dificultava o progresso e a civilização na ótica do discurso belepoqueano. Esse discurso do governador não poupara esforços em associar a febre amarela ao atraso e, portanto, esta deveria ser extinguida. Auto-propagandeava a imagem de um político público extremamente preocupado em combater a epidemia e para tanto, deliberava:

(...) desde então, submeter o plano que tinha em vista a estudo e á critica do eminente bacteriologista, celebre hoje no mundo da sciencia, pelo extraordinário relevo do seu merecimento.

Logo á primeira vez em que nos falamos, feriu-se o assumpto. Expuz-lhe o meu programa, e concluí invocando o seu patriotismo para a rectificação de tópicos porventura em desacordo com as suas idéias e pratica na matéria. Promptamente accedeu o sr. dr. Oswaldo Cruz, dizendo que o faria com satisfação, pois considerava a extincção da febre amarella no Pará a solução de um problema nacional.<sup>14</sup>

No decorrer da pesquisa não encontrei o “programa” de combate à febre amarela, apesar de não restar dúvida das ações planejadas pelo Serviço de Higiene Pública do Estado, haja vista a alusão freqüente do secretário Augusto Olympio. Mesmo assim, nota-se o esforço do governador de sustentar haver um “programa”, o qual fora apresentado a Oswaldo Cruz e até retificou os “tópicos porventura em desacordo”, pois a erradicação da febre amarela no Pará estava diretamente associada a um grave “problema nacional”. Notadamente o médico aceitara o convite; assim o ilustre visitante percorrerá de carro os bairros da cidade para conhecer a cartografia de Belém e colher impressões para a elaboração do plano de profilaxia. Visitou o Teatro da Paz e almoçou com membros da colônia britânica, sendo ciceroneado pelo médico Antonio Peryassú, que trabalhou com Oswaldo Cruz no Instituto de Manguinhos e gozava da intimidade do ex-chefe.<sup>15</sup> No hotel-restaurant do Grande Café da Paz, localizado no Largo da Pólvora, onde ficara hospedado, Oswaldo Cruz escrevera carta à Miloquinha, como chamava carinhosamente a esposa Emília Fonseca Cruz, em 28 de junho. Nesta,

<sup>13</sup> Id. Ibid., p. 6.

<sup>14</sup> Id. Ibid., p. 84-5.

<sup>15</sup> “Gazetilha. Dr. Oswaldo Cruz”, in *Folha do Norte*. Belém, 27 jun., 1910.

comunicava-lhe detalhes sobre a conferência oficial, além de ter aceitado o pedido do governador do Pará para assumir a direção da Campanha contra a febre amarela:

(...) Ainda não sei das condições que me serão offerecidas. O Governador com grande acanhamento mandou me perguntar quanto eu desejava. Mande-lhe dizer que deixava ao alvitre delle a resolver. Mas, a julgar pelo entusiasmo em que está o homem as nossas vantagens parecem serão bem grandes. Para mim a cousa será muito suave e conto obter resultados seguros prestando assim um colossal serviço ao paiz. Segundo me informaram só no mez passado morreram duzentas e tantas pessôas de febre amarella.

Tenho sido muito bem recebido aqui. Estou installado no Hotel em dependencia com quatro aposentos pertencentes aos donos do Hotel, sendo todas as despesas pagas pello Governo; tenho 2 creados para me servir, carro particular, automovel á porta e uma lancha sempre a disposição Tenho estado prezo aqui mais tempo do que desejava porque houve uma greve á bordo do navio do Lloyd (Acre) que me terá de levar a Manáos, donde partirei em navio especial para o Madeira. Espero porem partir amanhã (29) á tarde.<sup>16</sup>

Percebe-se a impressão de Oswaldo Cruz sobre o entusiasmo e o esforço do governador João Coelho em convencer o sanitarista, pois mimava o hóspede com inúmeras regalias enquanto este pensava no “colossal serviço ao paiz” devido a mortalidade ser elevada em Belém, provavelmente informado pelos médicos Antonio Peryassú ou Afonso MacDowell. A adulação não lhe agradava nem um pouco, pois chegara a “sentir irritação de nervos”. Ainda assim ficou hospedado no melhor hotel da cidade e nos aposentos do proprietário Adolpho Melibeu, tendo as despesas pagas pelo governo. Apesar das mordomias (criados, carro, automóvel e lancha, além de música ao vivo para acalmar os nervos), a greve de foguistas no *Lloyd Acre* atrasava a viagem para Manaus. Convém notar agora a satisfação do sanitarista, pois estava prestes a fechar um excelente contrato para o Instituto Soroterápico Federal, com aceno de vantagens “bem grandes”. Aqui a vaidade não passa despercebida uma vez que, apesar de reiterar que os ganhos pessoais seriam suaves, o brilho em seus olhos estava presente no desafio assumido pois caso bem sucedido, o “colossal serviço ao paiz” daria visibilidade e credibilidade ao Instituto para fechar novos contratos.

Durante o contratempo da greve dos foguistas, ocorrera a segunda conferência oficial, Oswaldo Cruz apresentou sua visão ao governador, comprometendo-se com a possibilidade de, no prazo de um ano, erradicar a febre amarela, “sendo que nos primeiros seis meses, com as medidas apontadas pelo preclaro professor, ficaria debelada a febre amarela em

<sup>16</sup> Carta de Oswaldo Cruz endereçada à “Miloquinha”. Belém-Pa, 28 jun., 1910. *DOSSIÊ Miloca – 1910/1911 – Científicas de Manguinhos*. Correspondência pessoal. Acervo da Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Oswaldo comunicara ainda a visita do governador e, também, durante a noite da “filha da dona do hotel, uma exímia pianista, formada no Conservatorio de Leipzig e que veio tocar piano para eu ouvir. É uma verdadeira artista. Não imaginas a romaria de visitas que tenho recebido o que me tem elevado ao auge a sentir irritação de nervos. Sobretudo agora que desconfiam que vou tornar a direção da Campanha contra a febre amarella o chaleirismo está incomensuravel. Assim permitta Deus que sejamos bem succedidos.”

sua forma epidêmica, e nos seis outros seriam combatidos os casos esporádicos”.<sup>17</sup> Em contrapartida, exigia o governador João Coelho que o próprio Oswaldo Cruz dirigisse a Campanha de profilaxia. Este empenhara a palavra e partira para Manaus no dia 29 de junho, graças ao governador do Pará que mandara prender os foguistas do paquete, substituindo-os por outros e possibilitando o embarque na tarde do dia 29.<sup>18</sup>

O teor da segunda conferência fora marcado pela imposição das condições do sanitarista, conforme se lê na carta enviada de Santarém à Miloquinha, em 2 de julho, “sobretudo relativas ao pessoal e a não interferência da política”. Oswaldo Cruz notara que João Coelho ficara desanimado com as condições impostas e aguardava “a volta para ver o que ha de resolvido”.<sup>19</sup> Em 8 de agosto, escrevera Oswaldo Cruz outra carta, enviada de Porto Velho, ao médico particular e amigo que ficara no Rio de Janeiro, o Dr. Sales Guerra, que havia apresentado o jovem médico ao ministro J. J. Seabra. Nesta carta reforçava a repercussão nacional da Campanha a iniciar-se, mas com algumas reticências, pois não havia ainda assinado o contrato com o governador paraense. Apesar da possibilidade acenada de erradicar a febre amarela ter sido dada como certa no burburinho da imprensa nacional:

Como já deves ter tido notícia pelos jornais (que souberam a coisa antes que eu tivesse certeza) vou dirigir a campanha contra a febre amarela no Pará. Chegando ao Rio contratarei o pessoal e voltarei com êle ao Pará onde estalarei os serviços, voltando logo para aí, no fim duns 20 dias a 1 mês. E de quando em vez darei uma visita de olhos no que se tiver fazendo.<sup>20</sup>

A impressão de desânimo do governador notada pelo diretor de Manguinhos não se justificava, contratar o sanitarista era prioridade. Por isso os jornais noticiavam que Oswaldo Cruz dirigiria a Campanha no Pará. Por outro lado, apalavrado o compromisso, o próprio sanitarista revelava detalhes da Campanha referente à contratação da Comissão e os dias que ficaria em Belém, bem como a “visita de olhos”. O governador João Coelho antecipava-se através de telegrama e comunicou ao líder da bancada paraense na câmara federal, deputado Gemeniano Lyra Castro, que o Dr. Oswaldo Cruz aceitara organizar os serviços de profilaxia contra a febre amarela. O telegrama enviado por João Coelho informava ainda que iria propor ao “Congresso do Estado adoção durante campanha leis sobre hygiene que vigoram no Rio de

<sup>17</sup> COELHO, João Antonio Luiz. op. cit., 1910, p. 85.

<sup>18</sup> “Dr. Oswaldo Cruz”, in *Folha do Norte*. Belém, 30 jun., 1910.

<sup>19</sup> Carta de Oswaldo Cruz endereçada à “Miloquinha”. Santarém-Pa, 2 jul., 1910. *DOSSIÊ Miloca – 1910/1911 – Expedições Científicas de Manguinhos*. Correspondência pessoal. Acervo da Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

<sup>20</sup> *Apud.* AMARAL COSTA, Carlos Alberto. “A febre amarela no início do século XX e as primeiras providências do governador João Antonio Luiz Coelho para erradicá-la de Belém”, in *Oswaldo Cruz e a febre amarela no Pará*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1972, p. 95.

Janeiro”.<sup>21</sup> Na prática, o governador estava adiantando-se em cumprir uma série de medidas exigidas e estabelecidas pelo sanitarista, que somente dirigiria a Campanha se tivesse total independência e a não interferência da política. Em carta endereçada ao governador e reproduzida na *Mensagem de Governo*, Oswaldo Cruz expôs as exigências do contrato, que seria assinado no retorno da região dos rios Madeira e Mamoré, em Porto Velho:

- a) dispendio approximado de 3.000 contos de réis, durante a Campanha;
- b) adopção, no Estado, dos regulamentos sanitários em vigor no Districto Federal e dos que regem os serviços sanitários dependentes da União;
- c) criação da Commissão Sanitária de Prophylaxia da Febre Amarella, sendo que esta Commissão, inteiramente autônoma, entender-se-á por intermédio de seu chefe, ou de seu representante legal, com o Governador do Estado, e, quando necessário, com o intendente municipal;
- d) execução das medidas coercitivas de que cogitam os alludidos regulamentos, por via administrativa e pela Commissão de saneamento, havendo recursos para o chefe da Commissão, ou seu representante, e, em ultima instancia, para o Governador do Estado;
- e) concessão ao chefe da Commissão, ou quem suas vezes fizer, da mais ampla autonomia technica e administrativa e do necessário apoio moral e material para que sejam levadas a effeito as medidas sanitarias precisas;
- f) a Commissão será constituída, além do chefe, – cujas condições de remuneração ficarão dependentes de prévio accordo – do pessoal seguinte, que receberá vencimentos constantes da tabella opportunamente organizada, e que será contractado pelo chefe da Comimssão dentro e fora do Estado: 1 inspector geral; 6 inspectores sanitarios; 10 medicos auxiliares; 4 chefes de turma; capatazes; guardas, serventes, empregados de administração, etc.<sup>22</sup>

As exigências ou bases do contrato praticamente caracterizaram as imposições do Dr. Oswaldo Cruz e visavam conferir à Comissão a total responsabilidade da Campanha e o ônus da gerência, que teria sumariamente a carta branca do estado para agir na cidade e sem interferências políticas. Aparentemente estas exigências seriam o pomo-da-discórdia contudo, foram simbolicamente digeridas pelo governador. O valor de 3.000 contos de réis não seria nenhum problema, salvo durante a crise econômica em 1911, como discorrerei adiante. A Comissão já nasceu “inteiramente autonoma” e financeiramente com verba prevista de aproximadamente 3.000 contos de reis a serem gastos com a Campanha profilática e recursos definidos em prévio acordo de remuneração aos representantes e trabalhadores da Comissão. Juridicamente, as leis e regulamentos a serem adotados abrangeriam as do estado do Pará, bem como as do município de Belém, todavia estavam subordinadas aos regulamentos e leis sanitárias federais aprovadas pelo Decreto Federal nº. 5.157, de 8 de março de 1904. Logo, visava a Comissão adotar no estado os regulamentos sanitários da capital federal, ou seja, a adoção do regulamento elaborado por Oswaldo Cruz quando esteve na *Diretoria Geral de*

<sup>21</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>22</sup> COELHO, João Antonio Luiz. op. cit., 1910, p. 86.

*Saúde Pública (DGSP)*, haja vista que submetia o regulamento estadual em vigor.<sup>23</sup> Por isso, em relação aos regulamentos do Distrito Federal que salvaguardariam a Campanha de medidas contrárias, quando necessário tomaria ações coercitivas, em outras palavras com o uso da força policial, não faltando também recursos para o emprego da força fornecidos pelo próprio estado. Para tanto, o governo se comprometeria em criar a Comissão de Profilaxia da Febre Amarela, que gozaria de poderes autônomos, fossem eles técnicos ou administrativos, ou seja, não se subordinaria a Campanha às instituições do estado e/ou município. Caso houvesse qualquer obstáculo, o entendimento seria acordado diretamente entre o chefe da Comissão e o governador e/ou o intendente municipal.

Assim, a Campanha ficaria resguardada de atos de violência e/ou contestação por parte dos moradores às notificações normativas do regulamento federal, tal como no Rio de Janeiro durante as campanhas de profilaxia da varíola, da peste bubônica e da febre amarela.<sup>24</sup> Essa autonomia, tanto técnica quanto administrativa, permitiria ao chefe da Comissão intermediar ações sanitárias diretamente com o governador, neste caso com João Coelho, ou então quando necessário com o intendente Antonio Lemos. Portanto, reitero que a Comissão não se sujeitaria a outras repartições ou instituições públicas: em prol do saneamento justificava-se o uso de “medidas coercitivas”, por exemplo, o uso da polícia, mais precisamente através dos poderes públicos que simbolizavam a “via administrativa”. Outrossim, essa prerrogativa coercitiva seria utilizada somente sob as responsabilidades do chefe da Comissão ou representante legal. Além do mais, a Comissão teria apoio irrestrito, quer moral ou quer material, durante a Campanha. Essa seria formada e contratada com a anuência do sanitarista no Rio de Janeiro e, em Belém, seria toda remunerada, conforme prévio acordo dos vencimentos salariais.

Em 16 de agosto, Oswaldo Cruz retornava pela quarta vez a Belém. O navio *Alagoas* fundeara pela manhã no Porto com novas manifestações e recepções a bordo da lancha *Condor*. Após hospedar-se no Grande Café da Paz, às 9 horas da manhã o governador visitou

---

<sup>23</sup> “O novo regulamento de hygiene”, in *Gazeta de Noticias*. Rio de Janeiro, 29 fev., 1904. O regulamento elaborado, que suscitou enormes debates, segundo a gazeta carioca, dizia respeito: “A terceira parte é muito importante: refere-se ao serviço sanitario terrestre. Ha ahi disposições minuciosas sobre a policia sanitaria, que visitará as casas particulares de tres em tres mezes, e mensalmente as casas de habitação collectiva (casas de commodos, pensões, hotéis, collegios, etc.) As casas vagas não poderão ser alugadas sem que primeiro tenham sido desinfectadas e feitos os concertos indispensaveis á hygiene, não sendo permittidos os porões com assoalhos de madeira. Ha tambem disposições minuciosas referentes á prophylaxia das molestias inficiosas, estando consignadas medidas especiaes, como a obrigatoriedade da notificação dessas molestias, a qual, não sendo feita, acarretará penas severas não só para o medico assistente, como para o chefe da familia ou o dono dos hotéis casas e pensões, etc.; ou o enfermeiro, ou a pessoa encontrada junto ao enfermo.”

<sup>24</sup> Cf. FERNANDES, Tânia Maria. “Imunização antivariólica no século XIX no Brasil: inoculação, variolização, vacina e revacinação”, in *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, v. 10 (suplemento 2). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003, p. 468.

o sanitaria com quem acertara detalhes do contrato.<sup>25</sup> Não restara saída a João Coelho, mas ainda assim a credibilidade de Oswaldo Cruz iria render-lhe mais prestígio político. Nesse sentido, firmara o contrato em 17 de agosto de 1910, sob as promessas de que o serviço profilático se iniciaria ao final do ano. Esta garantia contratual conferia a possibilidade do “relevante empreendimento, que tem por fim, sobretudo, apagar o desconceito, de ordem sanitária, em que é tida a nossa terra no estrangeiro, e até no sul do paiz”.<sup>26</sup> Nesta noite, por volta das 18:30 horas, dirigiu-se o governador ao hotel onde estavam hospedados os ilustres sanitaria Oswaldo Cruz e Belisario Penna e os levou em seu automóvel Landeau para o Trapiche da Pesca, onde embarcaram com destino ao Rio de Janeiro onde chegaram dia 29 de agosto de 1910. Uma vez mais na capital federal, o sanitaria tomara a frente da direção e organização da Comissão, planejando as ações a serem executadas para levar a bom fim o empreendimento.

O desembargador Augusto Olympio, então secretário de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, em relatório referente ao “Serviço Sanitario: Prophylaxia da Febre Amarella” organizou atos oficiais, destacando-se o contrato firmado em 17 de agosto de 1910. Através do ofício nº 1.334, Oswaldo Cruz estava autorizado pelo governador a contratar os trabalhadores da Comissão, que teria uma despesa mensal de 200.000\$000 em papel moeda. Este acusava o recebimento do ofício do governador João Coelho e estava de “accordo em tomar a direção de serviço de prophylaxia da febre amarella em Belém”.<sup>27</sup> Acordou-se ainda que a Campanha se iniciaria até ao final do ano corrente e, depois de iniciada e funcionando perfeitamente no combate à febre amarela, viajaria para o Rio de Janeiro, em vistas de preparar e organizar o material para a *Exposição Internacional de Higiene e Demografia*, em Dresden, que ocorreria em maio na Alemanha. Assim, confiaria a chefia da Campanha a um dos médicos auxiliares, retornando ao estado sempre que necessário e nos prazos estabelecidos durante a primeira fase da campanha agressiva contra o mosquito. O governador fizera algumas considerações, principalmente em relação aos regulamentos federais, uma vez que a ação coercitiva prevista nos regulamentos não seria aplicada, por acreditar na “boa índole e dos habitos de cordura da nossa população”.<sup>28</sup> Cabe ressaltar que as leis de postura do estado não seriam suspensas, mas se em desacordo com a federal, prevaleceria esta.

---

<sup>25</sup> “Dr. Oswaldo Cruz”, in *Folha do Norte*. Belém, 17 ago., 1910.

<sup>26</sup> COELHO, João Antonio Luiz. op. cit., 1910, p. 89.

<sup>27</sup> SOUZA, Augusto Olympio de Araújo e. “Serviço Sanitario: Prophylaxia da Febre Amarella”, in *Relatório referente aos anos de 1910-1911*. Apresentado a S. Exc. Sr. Dr. João Antonio Luiz Coelho, Governador do Estado, pelo Desembargador Augusto Olympio de Araújo e Souza, Secretario d’O Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública. Pará-Brasil: Typ. do Instituto Lauro Sodré, 1912, p. 50-1.

<sup>28</sup> COELHO, João Antonio Luiz. op. cit., 1910, p. 88.

### 3.2 – Outros doutores no Pará: os preparativos da Campanha e a chegada da Comissão.

No Rio de Janeiro, a notícia do contrato fora corrente na imprensa. O paraense e notório farmacêutico aos olhos dos contemporâneos, Arthur Vianna, então na capital federal e que dedicara intensa pesquisa anos antes para escrever *As epidemias no Pará*, debruçando-se sobre a febre amarela escrevera um brilhante artigo, “Santa Cruzada”, sobre a repercussão da Campanha, digo, da “auspiciosa notícia”. Partidário da cruzada científica estava bastante ansioso com a guerra que se iria iniciar, uma vez que a “destruição do mosquito trará um benefício enorme á cidade”, em função de combater o impaludismo e a febre amarela que, segundo os dados apresentados causaram a morte de milhares de vidas nos últimos anos. Defendia o amigo João Coelho e desejava sucesso ao necessário empreendimento público, sugerindo até a mudança do nome da capital paraense, que poderia perfeitamente se chamar “Coelhopolia”.<sup>29</sup> Enquanto a Comissão estava sendo organizada no Rio de Janeiro, onde o sanitarista fora recebido com acaloradas manifestações pelos serviços prestados na *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*; no Pará se corria contra o tempo para organizar a infra-estrutura e os preparativos da Campanha.

Havia uma certa ansiedade com a chegada da Comissão Sanitária de Profilaxia da Febre Amarela, pois desde a partida do Dr. Oswaldo Cruz criaram-se expectativas sobre os trabalhos. A correspondência oficial enviada por Oswaldo Cruz ao governador João Coelho, em 11 de outubro, informava a partida para Belém no próximo dia 27 e a Comissão já estava constituída, notadamente escolhida com criterioso rigor técnico. Pedia ao governador para “mandar pôr á disposição do inspector geral Dr. Pedroso á Directoria de Saúde a somma de trinta e dous contos e duzentos mil reis (32:200\$000) correspondente ás ajudas de custo”.<sup>30</sup> Enquanto isso, construções de galpões nos fundos do Palácio do Governo e novas instalações no prédio do Serviço Sanitário, aquisição do material na Europa (através do escritório de compra do estado do Pará, em Paris, dirigido por Ernesto Mattosso), aluguel de prédios para hospedar a Comissão, instalações de telefones, adaptações nos hospitais, enfim, faziam parte da rotina do governador e autoridades oficiais. A cidade preparava-se para receber uma Campanha de profilaxia sem precedentes no Pará.

Em 25 de outubro, o deputado estadual e médico Cruz Moreira, relator da Comissão da Saúde Pública e do Legislativo Estadual, defendera na Câmara Estadual o projeto de Lei nº

<sup>29</sup> “Santa Cruzada”, in *Folha do Norte*. Belém, 8 set., 1910.

<sup>30</sup> Carta de Oswaldo Cruz endereçada ao governador Dr. João Coelho. Rio de Janeiro, 8 out., 1910. *DOSSIÊ Manguinhos - 1909/1917 – Expedições Científicas de Manguinhos*. Correspondência político-administrativa. Acervo da Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

1.058, autorizando o governo a criar a “Comissão de Prophylaxia da Febre Amarella”.<sup>31</sup> O pronunciamento do projeto de Lei baseava-se no discurso de civilização, na defesa da indústria e do comércio, sendo a saúde pública a responsável pela erradicação das epidemias e “molestias infectuosas”, corroborando para o “bem estar da sociedade”, o que julgava um dever patriótico. Evocava, enquanto médico, os convênios com institutos de ciência pelo mundo afora, destacando-se o professor Langlois da *Faculdade de Medicina de Paris* que, na conhecida obra “*Précis d' Hygiène publique et privé*” defendia, enquanto liberal, que não se podia permitir a liberdade das doenças, uma vez que as epidemias deveriam ser contidas, para justificar as ações sanitárias de profilaxias públicas.<sup>32</sup> Assim, para atingir a civilização seria necessário erradicar a febre amarela, pois é “um dos maiores elementos de descredito para o nosso Estado: embaraça o desenvolvimento de seu comercio e de sua industria, perturba todos os ramos de actividade e riqueza publicas, é a causa do nosso desconceito sanitario no estrangeiro”.<sup>33</sup> O quadro necrológico amedrontava investimentos. Esta imagem sanitária no estrangeiro ou no Brasil não era por acaso. O Dr. Américo de Campos, médico demographo-sanitário e inspetor do Serviço Sanitário do estado, gentilmente construiu um quadro estatístico sobre a mortalidade por febre amarela referente ao movimento do Porto de Belém, que foi apresentado pelo deputado Cruz Moreira no referido discurso para justificar o projeto:

**Mortalidade por Febre Amarela (jan/1899 a jun/1910).**

ANOS	ÓBITOS			Registro de entrada no Porto de Belém
	Nacionais	Estrangeiros	Total	
1899	8	383	391	126.953
1900	8	458	466	120.107
1901	1	130	131	58.693
1902	0	145	145	57.836
1903	0	130	130	65.363
1904	0	191	191	87.778
1905	1	182	183	71.901
1906	5	248	253	65.193
1907	4	189	194	78.279
1908	2	211	213	66.575
1909	4	165	169	75.738
1910	1	152	153	61.093
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>2.584</b>	<b>2.619</b>	<b>935..509</b>

**Fonte:** “O combate a febre amarela: brilhante discurso proferido na Camara pelo deputado Cruz Moreira, justificando o projecto que aqui reproduzimos”, in *A Província do Para*. Belém, 26 out., 1910. Os dados do quadro foram atribuídos à Américo de Campos.

<sup>31</sup> “O combate a febre amarela: brilhante discurso proferido na Camara pelo deputado Cruz Moreira, justificando o projecto que aqui reproduzimos”, in *A Província do Para*. Belém, 26 out., 1910.

<sup>32</sup> *Ibid.*

<sup>33</sup> *Ibid.*



A respeito do quadro apresentado, observa-se que o registro do movimento de entrada do Porto de Belém correspondera a 935.509 tripulantes e passageiros, tendo a mortalidade um dado curioso, pois os brasileiros vitimados foram apenas 34, enquanto que os estrangeiros atingiram a elevada mortalidade de 2.584 entre os anos de 1899 e 1910, ou seja, 98,66% das mortes eram de estrangeiros, enquanto os nacionais chegavam a 1,33%; assim a média de mortalidade nesse período fora de 218,25 ao ano e 18,18 por mês. A partir dos dados elaborados pelo Dr. Américo de Campos, nota-se a preocupação das autoridades públicas com a imagem do estado do Pará nacionalmente e também no exterior, uma vez que os óbitos de estrangeiros representavam uma péssima imagem para os interesses públicos e privados, seja na atração da mão-de-obra imigrante, ou então na falta de investimentos e posteriores dividendos que o estado pudesse atrair. Logo, justificava o deputado Cruz Moreira à aprovação do projeto, principalmente porque o Dr. Oswaldo Cruz desenvolvera a campanha contra a febre amarela na capital federal e fora reconhecidamente bem sucedido.<sup>34</sup> O discurso ainda contemplava um esboço da febre amarela no Brasil e no Pará, o conhecimento da etiologia da doença segundo os conhecimentos científicos, bem como os princípios de profilaxia; o histórico sobre o saneamento de Cuba, São Paulo e Rio de Janeiro e as expectativas sociais e materiais conseqüentes da erradicação da febre amarela no Pará.

A bordo do vapor *Bahia* e formado por ilustres médicos, partira a Comissão em 27 de outubro do Rio de Janeiro. A tão aguardada tropa de choque era esperada com ansiedade em Belém; não havia precedentes para uma política pública de tamanha envergadura na área de saúde, tendo como membros os médicos João Pedroso, Serafim da Silva, Leocadio Chaves, Belisario Penna, Mauricio de Abreu, Caetano Cerqueira, Ângelo Lima, Abel Lacerda, Emygdio Mattos, João Pedro de Albuquerque e Oswaldo Cruz, responsáveis então em combater o “terror dos estrangeiros” em Belém. Uma série de homenagens aguardava os

---

<sup>34</sup> Na senda social da etiologia da febre amarela no Brasil, Larry Benchimol problematiza mais uma vez a doença, historicizando a enfermidade em meados do século XIX. Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry (coord.). *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Bio-Manguinhos/Editora Fiocruz, 2001. Outrossim, outros estudos minuciosos chamam a atenção dos historiadores por uma história social da medicina e da febre amarela no Brasil, tratando-se de abordagens distintas, ler BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999; e CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Ver também: ALMEIDA, Marta de. “Tempo de laboratórios, mosquitos e seres invisíveis: as experiências sobre a febre amarela em São Paulo”, in CHALHOUB, Sidney, MARQUES, Vera Regina Beltrão, SAMPAIO, Gabriela dos Reis e SOBRINHO, Carlos Roberto Galvão (Orgs.) *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 123-60. Neste excelente artigo, a historiadora aborda a polêmica entre os médicos sobre a etiologia da febre amarela no V Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, realizado em 1903, no Rio de Janeiro, a partir de artigo escrito por Emílio Ribas, intitulado “Memórias”, a respeito da apresentação de relatórios médicos sobre a experiência científica no Hospital de Isolamento de São Paulo.

médicos da Comissão.<sup>35</sup> No dia 6 de novembro, por volta das 11 horas de uma manhã de domingo, o *Bahia* surge no horizonte da baía do Guajará, navegando em direção ao antigo Trapiche do *Lloyde Brasileiro*. Enquanto o vapor não aportava, as lanchas *Tutuoca* e *Pará* cortavam as águas do rio em direção ao *Bahia*. Nas lanchas estavam presentes o diretor do Laboratório Bacteriológico do Estado, Antonio Peryassú; o diretor do Serviço Sanitário Marítimo Estado, Jeronymo Martina Gesteira; o diretor do Serviço Sanitário do Estado, Francisco da Silva Miranda e os doutores Constante Araújo, Ophir Loyola, Renato Chaves, Othon Chateau, Alcides Brasil e Silvino Nóbrega, além dos senhores Adalberto Lassance, João Paulo de Macedo, José Baena, Armando Velhote e o subprefeito José Ferreira.<sup>36</sup>

Ao todo desembarcaram 87 homens, sendo a Comissão Sanitária de Profilaxia da Febre Amarela formada pelo bacteriologista e chefe Oswaldo Gonçalves Cruz e mais 10 médicos do Instituto Soroterápico Federal, além dos chefes de turmas: José Joaquim de Brito, Alberto Pereira, Raul de Avelar Alves e Curiacio de Azevedo, que ficara encarregado do serviço dos aparelhos Clayton e mais 20 capatazes, 50 guardas, o administrador Albertó Lamartine e o escriturário Theophilo Mauricio.<sup>37</sup> Ao atracar no trapiche, Oswaldo Cruz voltava pela quinta vez ao Pará, mas desta vez o propósito era diferente e complexo. Acompanhado da Comissão que desembarcou por volta das 12 horas, os médicos foram recebidos em terra pelos doutores Affonso Mac-Dowell, Ageleu Domingues, Lindolpho Campos, Jayme Aben Athar, Souza Castro, Penna de Carvalho, Antonio Marçal e o ex-governador e médico Pontes de Carvalho, representantes da igreja, damas, cavalheiros e populares, que deram as boas vindas, ovacionando a Comissão.<sup>38</sup>

Em seguida partiram em cinco carruagens para o Palacete nº 16 e 17 de propriedade de Agostinho Almeida, localizado no Largo da Pólvora, na avenida República ao lado da Praça da República, alugado pelo estado, onde seria a moradia dos ilustres doutores. Foram recepcionados no Palacete em grande pompa pelo governador João Coelho, o secretário Flexa Ribeiro, os coronéis Aureliano Guedes e Aureliano Eirado. Após o almoço, a Comissão aguardava algumas manifestações de apreço, como forma de apoio aos ilustres médicos do Instituto Soroterápico Federal, que acompanhavam o Dr. Oswaldo Cruz há algum tempo e,

---

<sup>35</sup> “Dr. Oswaldo Cruz”, in *Folha do Norte*. Belém, 6 nov., 1910.

<sup>36</sup> “Gazetilha. Dr. Oswaldo Cruz”, in *Folha do Norte*. Belém, 7 nov., 1910.

<sup>37</sup> “Dr. Oswaldo Cruz. A sua chegada em Belém. Os seus auxiliares”, in *A Província do Pará*. Belém, 7 nov., 1910.

<sup>38</sup> *Ibid.*

principalmente, buscavam consolidar a imagem do Instituto como *locus* da medicina experimental para além do Rio de Janeiro.<sup>39</sup>

### Comissão de Combate à Febre Amarela.



**Fonte:** Médicos do Instituto Soroterápico Federal em Belém, no Pará. Belém, 1910. Acervo da Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Código: IOC (P) GRUPOS 3-1.

Da esquerda para a direita:  
De pé: (1º) Costa Lima, (2º) Abel Tavares de Lacerda, (3º) Pedro de Albuquerque, (4º) Caetano da Rocha Cerqueira e (5º) Emydio de Matos.  
Sentados: (1º) Augusto Serafim da Silva; (2º) Leocadio Chaves; (3º) João Pedroso de Albuquerque; (4º) Maurício de Abreu e (5º) Belisario Penna.

A *Folha do Norte* noticiava que autoridades políticas, religiosas, crianças e moradores assistiram ao desembarque e, por conseguinte, as homenagens aguardariam a comitiva através de uma recepção festiva e acolhedora. Segundo a imprensa, os alunos e acadêmicos da “Escola de Pharmacia” do estado prestariam homenagens, reunir-se-iam no consultório da Pharmacia da Paz e caminhariam pela cidade até o palacete onde se hospedaria a comitiva, a fim de apresentar a Oswaldo Cruz “como aos seus demais auxiliares médicos as saudações do estabelecimento de instrução a que pertencem”.<sup>40</sup> Por volta das 16 horas, os acadêmicos da Escola de Farmácia reuniram-se no consultório da Farmácia da Paz: Ulysses Reimar, João Torres, Gonzaga dos Reis, Raul Bacellar, Manoel Magalhães, Pedro Nunes e Jayme Pinto; além dos farmacolandos: Amaral Brasil, Manoel Paiva, Manoel Coimbra, Telesphoro Estellita, Vilhena Brandão, Horacio Nunes, Alves de Souza, Manoel Garcia, Nilo Vieira e outros. Os acadêmicos partiram para o Palacete nº 17, onde prestariam as saudações à Comissão.

Os médicos da Comissão, conforme se observa na foto acima quando chegaram em Belém e provavelmente pousaram para a posteridade no salão do Palacete, eram da mais alta confiança e respeito de Oswaldo Cruz, tendo alguns acompanhado o sanitarista e vice-versa,

<sup>39</sup> Um bom trabalho sobre a vinculação brasileira com a ciência ocidental e as comunidades médicas, que contribuíram para a construção do Instituto Soroterápico Federal de Manguinhos, enquanto centro de referência científica encontra-se em STEPAN, Nancy Leys. *Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

<sup>40</sup> “Dr. Oswaldo Cruz”, in *Folha do Norte*. Belém, 6 nov., 1910.

desde quando assumira a *DGSP*, em 1903, na capital federal e também no Instituto Soroterápico Federal. Adquiriram experiência na adversidade das práticas de cura oficiais, a partir das campanhas de profilaxia da varíola, peste bubônica, impaludismo e febre amarela, por exemplo. Nos sabores e dissabores do ofício médico, os esculápios contribuíram para a consolidação no Brasil da medicina experimental no Instituto, onde exerciam o *metier* da medicina, fosse nas pesquisas parasitológicas da microbiologia ou na formação de novas gerações. A adversidade e os dissabores que referi dizem respeito à Revolta da Vacina, em que, justamente do ponto de vista médico a campanha de profilaxia não se pautara num diálogo mais franco de explicação com as camadas populares, sendo colocado em xeque inclusive o poder curativo, que fora duramente contestado na capital federal.

De qualquer forma, como disse há pouco, a Comissão recebera a homenagem dos alunos da Escola de Farmácia do Estado. As 16:30 horas, os estudantes foram recebidos e conduzidos pelo Dr. Belisario Penna até ao salão do Palacete nº 17, onde conheceram os respeitadores cientistas. O acadêmico Ulysses Reymar discursou acaloradamente, em nome dos alunos, ao “egregio mestre”. Dava como certa a vitória da ciência contra o “monstro que nos obstruía a passagem para o vulto, para a posse de tão grande ventura, vae perder o mandato prepotente, vae ser aniquilado para a dignidade do genio científico brasileiro”.<sup>41</sup> Discurso fastidioso, mas que identificava a febre amarela enquanto um monstro, com mandato inclusive, que impedia o estado de caminhar para o progresso; mas graças ao “genio científico”, a epidemia estava com os dias contados para ser aniquilada. Em outras palavras, Oswaldo Cruz fora eleito o salvador da pátria, pois redimiria “a mais fidalga das suas filhas, a princesa encantada, a dormir entre as selvas, a beira da maior caudal espumante e assombrosa do cosmo”.<sup>42</sup>

Por conseguinte, o egrégio sanitarista agradeceu lisonjeado aquela manifestação de apoio, e em seguida conduziu os alunos até às escadarias do Palacete. Outras manifestações ocorreram, mas Oswaldo Cruz, avesso, não participava delas. O preito que recebera a comitiva já reforçava a expectativa dos serviços de profilaxia da febre amarela, a respeitabilidade e a altivez dos médicos. Apesar de ser ainda apenas uma recepção calorosa e política, diversas autoridades rogam-se um lugar ao sol. A presença na recepção evidencia a dimensão da expectativa criada por moradores, que também estiveram presentes.<sup>43</sup> No Teatro Polytheama fora realizado uma homenagem no dia 6 de novembro, sendo o espetáculo

<sup>41</sup> “Gazetilha. Dr. Oswaldo Cruz”, in *Folha do Norte*. Belém, 7 nov., 1910.

<sup>42</sup> *Ibid.*

<sup>43</sup> “Dr. Oswaldo Cruz. A sua chegada a Belém. Os seus auxiliares”, in *A Província do Pará*. Belém, 7 nov., 1910; e “Dr. Oswaldo Cruz”, in *Folha do Norte*. Belém, 7 nov., 1910.

dedicado ao cientista, que tivera seu retrato, juntamente com o do governador, erguido no palco do teatro, “sendo saudado por uma prolongada salva de palmas”.<sup>44</sup>

No afã dos preparativos o governo tomava medidas ou atos oficiais indispensáveis, em conjunto com o Congresso Legislativo do Estado. Estes atos buscavam dar legitimação à Comissão. Através da Lei nº 1.140 de 5 de novembro de 1910, o Congresso Legislativo autorizava, por meio do relator da *Comissão de Saúde Pública* deputado Raimundo da Cruz Moreira, o governador a promover o serviço de profilaxia.<sup>45</sup> Os seis artigos da Lei abrangem a oficialização dos termos do contrato analisado anteriormente sendo ainda aberto um crédito significativo de 1.000.000\$000 em papel moeda, através do Decreto 1.733.<sup>46</sup> Por conseguinte, o governador João Coelho, por meio do Decreto nº 1.732, criava a *Comissão de Prophylaxia da Febre Amarella*, conforme as exigências apresentadas pelo Dr. Oswaldo Cruz, bem como a tabela de vencimentos e a nomeação da Comissão.<sup>47</sup>

**Tabela de Vencimentos da Comissão de Profilaxia.**

01 – Inspetor geral	5.000\$
06 – Inspetores auxiliares a 3.000\$	18.000\$
10 – Médicos auxiliares a 1.000 \$	10.000\$
01 – Administrador	1.000\$
01 – Escrivário	1.000\$
04 – Chefes de turma a 1.000\$	4.000\$
20 – Capatazes a 600\$	12.000\$
50 – Guardas a 400\$	20.000\$
Gratificação aos médicos do Porto	1.100\$
<b>Total</b>	<b>72.100\$</b>

Fonte: SOUZA, Augusto Olympio de Araújo e. op. cit., 1912, p. 53.

Além do mais, quase todos estes trabalhadores vieram do Rio de Janeiro com a aquiescência de Oswaldo Cruz. Oficialmente, no início da Campanha assim ficara composta a Comissão: o *Inspetor Geral*, Dr. João Pedroso Barreto de Albuquerque; os *Inspetores Auxiliares*, Francisco Ottoni Maurício de Abreu, Belisario Augusto de Oliveira Penna, Augusto Serafim da Silva, João Pedro de Albuquerque, Leocadio Rodrigues Chaves e Caetano da Rocha Cerqueira; os *Médicos Auxiliares*, Abel Tavares de Lacerda, Angelo Moreira da Costa Lima, Emygdio José de Mattos, e os médicos do estado Jayme Jacinto Aben-Athar, Afonso L. da Gama Mac-Dowell, Antonio de Figueiredo, Ophir de Loyola,

<sup>44</sup> No palco do teatro Polytheama a companhia do empresário José de Carvalho, através dos artista Alex Petrowicitch, dançarino Rappso, família Japonesa e o acrobata Young La Deu prestaram homenagens ao final do primeiro quadro, onde foram mostrados os retratos de Oswaldo Cruz e João Coelho, tendo a platéia aplaudido o espetáculo. Cf. “Notas artísticas. Polytheama”, in *Folha do Norte*. Belém, 8 nov., 1910.

<sup>45</sup> “Lei nº 1.140 – de 5 de novembro de 1910”, in *Diário Oficial do Estado do Pará*. Belém, 11 nov., 1911.

<sup>46</sup> “Decreto nº 1.733 – de 8 de novembro de 1910”, in *Diário Oficial do Estado do Pará*. Belém, 10 nov., 1911.

<sup>47</sup> “Decreto nº 1.732 – de 8 de novembro de 1910”, in *Diário Oficial do Estado do Pará*. Belém, 10 nov., 1911.

Ageleu Domingues, Antonio Gonçalves Peryassu e Miguel Pinto Meira de Vasconcelos; o *Administrador* Alberto Lamartine Teixeira Lopes, o *Escriturário* Theophilo Ottoni Mauricio de Abreu, os *Chefes de Turmas* José Joaquim de Brito, Alberto Pereira, Raul de Avelar Alves e Curiacio de Azevedo e o *Agente-Almoxarife* Basílio Magno de Souza.<sup>48</sup> Além de 20 capatazes e 50 guardas. Todos estes trabalhadores totalizavam um custo de 72.100\$ mensalmente, conforme a tabela dos vencimentos exposta na página anterior, não tendo o salário atrasado, nem mesmo quando a Campanha se sentiu ameaçada de paralisação pela crise econômica.<sup>49</sup>

Quase uma semana se passara da chegada em Belém, os preparativos estavam em parte adiantados e a Comissão corria contra o tempo para iniciar os trabalhos. A gazeta *A Província do Pará* noticiava no dia 7 de novembro, que já estava em Belém parte do material pedido ao governo pelo Dr. Oswaldo Cruz, adquirido na Europa, sendo composto de 2.000 caixas de querosene, 6 toneladas de creolina, 33 de enxofre e 2 de “pyrethino”, 3 aparelhos Clayton, 18 carroças, 1 caminhão-automóvel, 2 automóveis, restando apenas mais 2 caminhões automóveis e 2 automóveis.<sup>50</sup> Estes materiais e equipamentos sofreram inspeções na tarde do dia 11 pelos médicos auxiliares.<sup>51</sup> Entretanto, ainda havia muitos preparativos com a Campanha, os médicos percorriam a cidade tomando nota, orientando ações, treinando os trabalhadores e delegando poderes.

Após as primeiras conferências oficiais, a Comissão visitara a repartição do Serviço Sanitário Estadual, tendo sido contratados 150 trabalhadores para o serviço de profilaxia, restando ainda a contratação de mais 200 homens, os quais andariam padronizados de uniformes que teriam na manga o símbolo de uma cruz vermelha. Logo, os corpos de trabalhadores somente poderiam “penetrar no domicilio alheio, a objecto de serviço, convenientemente fardados.”<sup>52</sup> Sendo os uniformes confeccionados no Instituto Lauro Sodré. Ah, havia algumas exigências na contratação dos trabalhadores. A Comissão utilizara como critério, além da “boa conduta”, o “atestado de vacina anti-variólica” e de “idoneidade

---

<sup>48</sup> Segundo o jornalista Alcindo Guanabara, Oswaldo Cruz continuava no Pará enquanto “verdadeiro monopolizador” à escolher colaboradores diligentes. Ressaltava a importância dos médicos do estado do Pará, pois como médicos de “valor iam passando um pouco além das pequeninas fronteiras das cidades em que eles vivem, e percorriam o país em todas as direções” dando como certo que na “bela capital do Pará” o saneamento era uma preocupação do governo local. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 10 nov., 1910. *Apud.* AMARAL COSTA, Carlos Alberto. op. cit., 1972, p. 103.

<sup>49</sup> SOUZA, Augusto Olympio de Araújo e. op. cit., 1912, p. 56.

<sup>50</sup> “Dr. Oswaldo Cruz. A sua chegada a Belém. Os seus auxiliares”, in *A Província do Pará*. Belém, 7 nov., 1910.

<sup>51</sup> “Prophylaxia da febre amarella”, in *Folha do Norte*. Belém, 12 e 13 nov., 1910.

<sup>52</sup> *Ibid.*

moral”. Estes foram submetidos a treinamento e divididos pelos chefes de turma para iniciarem o “ataque em todos os bairros”, tarefa inteiramente desconhecida.<sup>53</sup>

A Comissão iniciara um périplo na organização e fiscalização dos preparativos, visitando autoridades como o gerente da Port of Pará; os hospitais da Beneficente Portuguesa, Domingos Freire, São Sebastião e D. Luiz, onde buscava reordenar os leitos para isolamento dos amareletos; na presença do Dr. Francisco da Silva Miranda realizaram vistorias na estrutura preparada pelo estado, como os compartimentos e “aposentos do pessoal inferior, instalados em pavilhões especialmente erguidos no pateo dos fundos de palacio”, além da vistoria em equipamentos laboratoriais.<sup>54</sup> Segundo Amaral Costa, o Dr. Oswaldo Cruz solicitou ao intendente Antonio Lemos dez cartas topográficas de Belém para tomar conhecimento dos acidentes geográficos e uma “coleção de leis e posturas do município”,<sup>55</sup> medida que possibilitava à Comissão um planejamento mais eficiente na divisão das turmas de trabalhadores na cidade, bem como o mapeamento das áreas onde fossem registrados casos de febre amarela.

Até mesmo o sistema de viação urbana, como os bondes elétricos e o percurso através dos trilhos, não passou despercebido. O transporte de enfermos para o Hospital Domingues Freire, destinado ao isolamento dos doentes, precisava ser revisto em função da distância de aproximadamente 600 metros das linhas de bondes ao hospital. Neste sentido, em conversa com os representantes da *The Pará Electric Railways and Lighting Company Limited* a Comissão pediu providências para o transporte dos doentes até ao hospital, como a construção de um desvio pela travessa José Bonifácio. Não fora possível à *Pará Electric* implantar novos trilhos, pois justificava-se que a aquisição do material era importado, demandando alguns meses para chegar a Belém. De qualquer forma, a solução encontrada fora bem prática. Segundo *A Província do Pará*, propôs-se ainda a *Pará Electric* a disponibilizar e adaptar um “dos carros do serviço ordinário”, para dar condições confortáveis aos enfermos de serem transportados até à José Bonifácio, onde estariam permanentemente “duas ambulâncias de tração animal” que levariam os doentes até ao Hospital Domingues Freire.<sup>56</sup> Na véspera de iniciar a Campanha, a Comissão também solicitou à imprensa o apoio na divulgação da empreitada.

<sup>53</sup> “Dr. Oswaldo Cruz”, in *Folha do Norte*. Belém, 8 nov., 1910.

<sup>54</sup> “A febre amarela”, in *A Província do Pará*. Belém, 8 nov., 1910; “Dr. Oswaldo Cruz”, in *A Província do Pará*. Belém, 8 nov., 1910; e “Prophylaxia da febre amarela”, in *Folha do Norte*. Belém, 12 nov., 1910.

<sup>55</sup> AMARAL COSTA, Carlos Alberto. “A ‘Comissão Oswaldo Cruz’ em Belém”, in op. cit., 1972, p. 120.

<sup>56</sup> “A febre amarela”, in *A Província do Pará*. Belém, 13 nov., 1910.

### 3.3 – Intervalo, Rio de Janeiro e Belém: Lauro Sodré e a Revolta da Vacina.

Promessa é dívida não cumprida, diz um antigo anexim popular. Aviso não ser este o meu caso; eis como me havia comprometido, a análise do campo de batalha no qual Oswaldo Cruz viera inúmeras vezes trabalhar, a partir de junho de 1910, primeiramente na *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré* e principalmente em Belém, conforme analisei no início deste capítulo através da *charge* “Cruzada Oswaldo: os microbios que escapam”. Deste ponto em diante, várias linhas aguardam os leitores, todavia prescrevo ser necessário voltar um pouquinho no tempo para entender o fio da meada condutor da luta que me proponho discutir, daí o “intervalo”. Não se preocupem, há uma lógica histórica.<sup>57</sup>

A respeito da participação do paraense Lauro Nina Sodré e Silva na Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro, que ganhou as ruas em novembro de 1904, a historiografia o tem analisado a partir do envolvimento oposicionista ao governo de Rodrigues Alves (1902-1906). Este havia nomeado o jovem bacteriologista Oswaldo Cruz, de apenas 30 anos, em 1903, para exercer o principal cargo da *DGSP*, com a tarefa prioritária de erradicar a febre amarela, a peste e a varíola da região. A *DGSP* representava o *locus* oficial de discussão e execução médica sobre a moderna microbiologia das doenças e também da regulamentação e obrigatoriedade da vacina. Principalmente quanto à regulamentação dessa prática médica, pois as campanhas profiláticas da peste bubônica, da varíola e da febre amarela estavam em curso na capital federal sob as ordens de Oswaldo Cruz.<sup>58</sup> Todavia, este debate não se limitava apenas aos meandros médicos. As práticas de saúde pública ganharam destaque e dimensão política na Câmara e no Senado federal, referentes ao projeto de Lei que institucionalizaria a vacina obrigatória, posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional em 31 de outubro de 1904, ficando a sua regulamentação aos cuidados da *DGSP*.<sup>59</sup>

Contudo anteriormente à aprovação dessa lei segundo José Murilo de Carvalho, o governo federal enviara ao Senado, em 29 de junho de 1904, o projeto de lei sobre a

<sup>57</sup> THOMPSON, Edward Palmer. “Intervalo: a lógica histórica”, in *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

<sup>58</sup> Uma ótima discussão a respeito da instituição da microbiologia na saúde pública no Brasil, no final do século XIX e início do XX, em que Benchimol rediscute o Instituto de Manguinhos, comumente eleito o marco da nova era na medicina científica. Contudo, não fora o único, a Escola Tropicalista Baiana e o Instituto Butantã também desenvolveram pesquisas e investigações a partir da teoria dos germes sobre o micróbio, a etiologia de doenças e transmissão da febre amarela, por exemplo. Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry. “A instituição da microbiologia e a história da saúde pública no Brasil”, in *Ciência e Saúde Coletiva*. v. 5, n°. 2. Rio de Janeiro, 2000.

<sup>59</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Varíola, vacina e outras práticas de cura”, in *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 30.



obrigatoriedade da vacinação e revacinação contra a varíola.<sup>60</sup> A lide oposicionista tinha no republicano histórico e ex-governador do Pará, o senador eleito pelo Rio de Janeiro em 1903 – com apoio dos cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha (onde estudara durante sua mocidade militar<sup>61</sup>) e do diretor do Correio da Manhã, Edmundo Bittencourt – não menos que o próprio Lauro Sodré, além dos deputados positivistas, Barbosa Lima e Alfredo Varela, os líderes políticos contra o governo.<sup>62</sup> Nesta campanha oposicionista, o maçom positivista Lauro Sodré e o deputado Barbosa Lima mobilizavam campanhas contra o presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves, o ministro da Justiça e Negócios Interiores, Sr. J. J. Seabra, o prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos e o diretor da *DGSP*, Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz. Concomitantemente, a oposição não se limitaria aos discursos apenas nas arenas da Câmara e do Senado federal, através de parte da imprensa carioca, no início de outubro, havia um forte apelo à sociedade por parte de Barbosa Lima e Lauro Sodré para que participasse da fundação da Liga Contra a Vacina Obrigatória:

(...) Assumindo para si mesmo a tarefa de dar direção e sentido à luta contra a vacina, o senador vinha se destacando ao longo do processo de discussão da proposta de obrigatoriedade da vacina pela virulência de seus pronunciamentos na tribuna do senado – fruto tanto de seu furor jacobino de oposição ao governo Rodrigues Alves como de sua aproximação com as teorias positivistas que condenavam o caráter compulsório da medida.<sup>63</sup>

Esse “furor jacobino de oposição” levara Lauro Sodré a presidir, na noite de 5 de outubro de 1904, a criação da Liga Contra a Vacina Obrigatória, justamente no Centro das Classes Operárias, onde aproximadamente 2.000 pessoas assistiram ao pronunciamento contundente evidenciando uma rota de colisão com o governo federal, haja vista que este, segundo a oposição, não passava de uma “república falsificada”, e o projeto de lei da vacina e revacinação obrigatória da varíola era uma arbitrariedade. Esta seria a síntese do posicionamento político e do pronunciamento veemente e inflamado de Lauro Sodré aos trabalhadores presentes, para quem:

(...) esse governo só tem o rótulo de republicano, porque isto que nós temos como forma de governo é uma república falsificada.

À nação assiste o direito de repelir a força pela força... Essa lei iníqua, arbitrária e deprimente provoca a reação, que deve ser feita por todos os meios, inclusive a bala.<sup>64</sup>

<sup>60</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Cidadãos ativos: a revolta da vacina”, in *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 96.

<sup>61</sup> CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

<sup>62</sup> CARVALHO, José Murilo de. op. cit., 2004, p. 96.

<sup>63</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Os rostos da revolta”, in op. cit., 2002, p. 37.

<sup>64</sup> SCLIAR, Moacyr. “O Rio de Janeiro em pé de guerra”, in *História Viva*. Edição nº 11. Setembro de 2004.

As aspirações de Lauro Sodré não se limitaram somente à criação da Liga Contra a Vacina Obrigatória por mais contundente fosse a postura assumida e o desencantamento com os rumos da República, para quem o governo não passava de um rótulo republicano ou “república falsificada”. O senador não tergiversava ao assumir a presidência da Liga e descarregava críticas à política dos governadores e ao caráter oligárquico incrustado nas instituições governamentais. Ainda mais, pois naquela noite Sodré inclusive incitara a “nação” a usar do direito da força e das armas de fogo contra a lei, que os positivistas consideravam uma arbitrariedade por violar o lar e a liberdade dos trabalhadores. Segundo Leonardo Pereira, grupos políticos aglutinaram-se em torno da Liga e também da liderança do senador o que dava visibilidade oposicionista, e parte da imprensa carioca reforçava a imagem de Sodré na direção do movimento.<sup>65</sup> A *charge* a seguir, publicada uma semana após a fundação da Liga na revista carioca *O Malho* pelo português Alfredo Candido (1879-1960), que também usava o pseudônimo de J. Dubois, bastante influente enquanto desenhista ilustrador e caricaturista da revista no início do século XX, desferiu críticas afiadas ao governo de Rodrigues Alves e à política higienista referente à vacinação obrigatória contra a varíola.<sup>66</sup>

### Honni soít qui mal y pense!



Fonte: Revista *O Malho*. Rio de Janeiro, 12 out., 1904. Ano III.

Zé Povo – Cuidado! Sr. Lauro! Olhe qui si o calhão cai, esmaga a seringa e os seringadores, como se esmaga um rato!

Lauro Sodré – Tolo! Deixa cair! Deixa esmagar: é a pedra que róla da montanha...

O diálogo direto construído por Alfredo Candido, entre Zé Povinho e Lauro Sodré, designa a evidência metafórica e ironicamente a preocupação atribuída pelo desenhista e

<sup>65</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. op. cit., 2002, p. 33-64.

<sup>66</sup> CONTRIN, Álvaro (Alvarus). op. cit., 1971, p. 47.

chargista ao Zé Povo, temeroso da pedra soltar-se e atingir a seringa e os seringadores, pois adverte que o senador deveria ter cuidado com a grande pedra no alto da montanha onde se lê: *LIGA CONTRA A VACINA OBRIGATÓRIA*, pois poderia esmagar os ilustres médico Oswaldo Cruz e o presidente da República Rodrigues Alves, tais como ratos. Portanto, como o título da *charge* sugere (amaldiçoada seja quem pense mal disso) pouco importava a consequência. Divergia peremptoriamente o senador Lauro Sodré do Zé Povinho em relação ao receio de machucar alguém e conseqüentemente, o propósito de estarem no alto da montanha com a pedra em mãos visava atingir tanto a seringa, ou melhor, a vacina obrigatória, quanto o sanitarista e o presidente, que empunhavam a seringa debaixo da montanha, numa referência tácita de que não pretendiam recuar do propósito político. Além do mais esquivava-se o senador com o argumento da queda da pedra ser “natural”, por rolar da montanha. A vacina obrigatória, além de significar forte alusão aos moradores dos morros, numa identificação do perigo de proliferação da varíola, da febre amarela e da peste nessas áreas ser uma ameaça em direção ao centro da cidade, valia-se também da aliança entre ciência e poder público na campanha profilática, pois o médico e o presidente não recuavam diante do risco de vida. Afinal de contas, o apoio federal à vacina reforça a temeridade da doença e a preocupação médica e o governo não recuara inicialmente das finalidades de saneamento.

Contudo, a justaposição praticamente lado a lado de Lauro Sodré e Zé Povinho corrobora a posição de superioridade do senador e, também, a associação direta da imprensa em relação à liderança do movimento, sendo que o receio de Zé Povo em esmagar as autoridades significava transferir a possibilidade ao senador de deflagrar a revolta contra o governo. Cabe ainda ressaltar, que na percepção de J. Dubois a figura do Zé Povo refere-se aos sentimentos das camadas populares. Nesse sentido, o caricaturista constrói a imagem de receio e passividade deste sentimento popular, uma vez que o Zé Povo temia as conseqüências de tal ato violento direcionado às autoridades pública e política, seja em razão da passividade – atribuída pelo caricaturista da revista – do Zé Povinho em tomar a frente do movimento e demonstrando que o político reunia melhores argumentos seja pela posição de subalterno diante do influente político. Sendo esse sentimento popular incitado por parte do senador a participar com o uso da força e de armas, conforme o pronunciamento proferido na noite da fundação da Liga e na forma depreciativa ao reprimir Zé Povo, o qual não passava de um “Tolo”. Isto é, o argumento deste era despropositado na avaliação de Lauro Sodré, ou melhor, de Alfredo Candido, haja vista na prática tratar-se da visão do chargista a quem caberia a liderança do movimento, favorecendo ou designando o senador.

O “furor jacobino” do senador foi mais além, como bem lembra Nicolau Sevcenko e sobretudo, no Clube Militar onde planejaram o movimento armado de deposição do presidente civil Rodrigues Alves, e se reuniram os generais Silvestre Travassos e Olimpio da Silveira, o tenente-coronel Lauro Sodré (Presidente do Clube Militar e da Liga), o major Gomes de Castro e o capitão Augusto de Moraes, que concordaram com o levante militar para depor o presidente. Assim, durante as comemorações de aniversário da jovem República, no dia 15 de novembro, o movimento promoveria a revolta na Escola Militar da Praia Vermelha, sendo que Travassos e Sodré sediaram e tomaram a liderança da Escola de Cadetes. Plano bem sucedido em parte, já que tiveram pleno êxito, com o apoio dos cadetes, em prender e depor o comandante da escola, o general Alípio de Macedo Costallat, que não oferecera resistência. Por volta das 18:30 horas armaram-se e marcharam, às 23 horas, em pelotão de aproximadamente 300 cadetes pela cidade em direção ao Palácio do Catete, para depor o presidente através de um golpe de estado.<sup>67</sup>

Portanto, para o governo, a “mazorca dos fujões” significava claramente “uma tentativa de golpe que visava derrubar o presidente Rodrigues Alves, resultando na instauração de uma ditadura dirigida por Lauro Sodré”.<sup>68</sup> Outrossim, após a contra-resposta federal, essa tentativa de deposição fora sufocada e os líderes gravemente feridos. O senador Sodré foi atingido com um tiro na cabeça, enquanto o general Silvestre Travassos faleceu após levar um tiro, em decorrência do conflito com o exército não “revoltoso”. A prisão fora considerado por uns uma arbitrariedade, haja vista que o senador Sodré havia sido intimado através de edital para se apresentar ao Ministério da Guerra, caso contrário sofreria a acusação de deserção.<sup>69</sup> Quando compareceu em ato de protesto às imunidades parlamentares de direito foi recolhido e preso a bordo do encouraçado *Deodoro* e, posteriormente transferido para outro navio de guerra, o couraçado *Floriano*, onde ficou detido por aproximadamente 10 meses.<sup>70</sup> Segundo Leonardo Pereira, a imprensa carioca associava diretamente a prisão de Lauro Sodré, em 19 de novembro, com “o fim dos distúrbios”<sup>71</sup> que ganharam as ruas da cidade carioca, num movimento que estava além, em sua complexidade, das lutas contra a

<sup>67</sup> SEVCENKO, Nicolau. “O motim popular: ímpeto”, in *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 21-2.

<sup>68</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A revolta da tradição”, in op. cit., 2002, p. 67.

<sup>69</sup> SODRÉ, Emmanuel. “A ‘vacina obrigatória’”, in *Lauro Sodré na história da República*. Rio de Janeiro [edição do autor], 1970, p. 91.

<sup>70</sup> O senador Lauro Sodré entregou-se à polícia no dia 19 novembro de 1904. Segundo Ricardo Borges, a lei de anistia geral de 4 de setembro de 1905 elaborada pelo então senador Rui Barbosa possibilitou a liberdade do ex-governador paraense e uma série de homenagens pelo Brasil. Cf. BORGES, Ricardo. “Lauro Nina Sodré e Silva”, in *Vultos notáveis do Pará*. 2ª ed. Belém: CEJUP, 1986, p. 210; e SODRÉ, Emmanuel. op. cit., 1970, p. 91-4.

<sup>71</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Entre vitórias e derrotas”, in op. cit., 2002, p. 107.

vacina, apesar da tradição atribuí-lo apenas atos de resistência aos “vacinophobos” e à vacina.<sup>72</sup>

Em 10 de novembro de 1905, durante a primeira visita de Oswaldo Cruz ao Pará, quando ainda ocupava a direção da *DGSP* na capital federal, o contestado médico estava em missão signatária, assumida pelo Brasil na Convenção de Veneza, em 1897, a respeito da formulação de uma política sanitária dos portos marítimos e fluviais. Assim, obedecendo às ordens do ministro J. J. Seabra, estrategicamente deixava o Rio de Janeiro, onde era duramente criticado pela oposição à campanha de profilaxia da varíola e ao regulamento da vacina obrigatória. Logo, após um ano tumultuado, a credibilidade do bacteriologista estava em ruínas e a *DGSP* amargava o ônus da Revolta da Vacina. Convenientemente, havia preparado um projeto nacional de defesa dos portos brasileiros contra as epidemias, necessitando o sanitarista de preparar um relatório para a organização da defesa sanitária desses portos de entrada e saída, uma vez que a defesa contra a febre amarela fora eleita prioridade. Havia deixado o Rio de Janeiro, em 29 de setembro, com o secretário e amigo João Pedroso de Albuquerque a bordo do rebocador ou “hiate” *República* em direção ao Norte do país. A capital federal ainda estava em pé de guerra e os ânimos políticos latentes na imprensa. Segundo Ana Lima, a expedição foi mais um fator de divisão de opiniões: para uns a viagem não passava de um passeio turístico e, portanto, fora de propósito, enquanto outros aplaudiam a missão, pois redimiria os outros centros portuários.<sup>73</sup>

Ao chegar à embocadura do rio Amazonas, no Pará, ancorou em frente à ilha de Tatuoca, onde gozara de um breve descanso e nem imaginava as surpresas preparadas, pela política paraense. A bordo da lancha *Condor* e da *Serzedello* estavam presentes o inspetor da

<sup>72</sup> Além do balanço historiográfico e da análise cautelosa de Leonardo Pereira sobre os artigos vinculados pela imprensa carioca referentes à revolta da vacina, ler também: CHALHOUB, Sidney. “Varíola, vacina e ‘vacinophobia’”, in op. cit., 2004, p. 97-185. Encontra-se um balanço recente sobre a historiografia que problematizou a revolta da vacina e as limitações nas análises de Nicolau Sevcenko e José Murilo de Carvalho, referente as obras já citadas. Outrossim, outros são os objetivos de Chalhoub, que procurou historizar o serviço de vacinação na Corte imperial e as experiências dos moradores do Rio de Janeiro, referentes à construção de uma tradição ou prática médica, que me possibilita, também, entender as resistências à vacina e aos vacinadores.

<sup>73</sup> Entre setembro de 1905 e fevereiro de 1906, “Oswaldo Cruz iniciou uma longa viagem de inspeção aos portos marítimos e fluviais do Norte” do Brasil e visitara 23 portos. Na primeira etapa visitou os seguintes portos: Cabo Frio, Vitória, Caravelas (BA), Santa Cruz (BA), Porto Seguro (BA), Salvador, Penedo (SE), Aracaju (SE), Maceió, Tamandaré (PE), Recife, Cabedelo (PB), Paraíba (atual João Pessoa), Natal, Mossoró, Assu, Macau (RN), Areia Branca (RN), Camocim (CE), Fortaleza, Amarração (PI), São Luís, Belém, Santarém (PA), Óbidos (PA), Parintins (AM) e Manaus (AM). Entre as diversas cidades visitadas a bordo do República, Belém, Santarém e Óbidos fizeram parte dessas inspeções aos portos do Pará, pois a capital paraense por ter um porto de destaque no comércio internacional e nacional contribuiria com os objetivos de Oswaldo Cruz na coleta de dados para elaboração do projeto de reforma e organização sanitária dos portos marítimos e fluviais. Confira a análise dessas viagens aos portos brasileiros, a partir das correspondências de Oswaldo Cruz com sua esposa Emília Fonseca Cruz em: LIMA, Ana Luce Girão Soares de. “A bordo do República: diário pessoal da expedição de Oswaldo Cruz aos portos marítimos e fluviais do Brasil”, in *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. v. 4, nº.10. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, mar.-jun. 1997, p. 159-167.

Saúde do Porto, Mariano de Aguiar e os doutores Affonso Mac-Dowell, Antonio de Figueiredo, João Henriques e Pedro Moreira, além do maestro Meneleu Campos, os quais navegaram em direção ao *República* para saudar Oswaldo Cruz. Após breve palestra, o ilustre médico aceitara o convite para vir a terra, e desembarcou da lancha *Condor* no Porto de Belém, no trapiche da *Amazon Company* por volta das 13:30 horas; ele e a comitiva seguiram “a pé, para a repartição da Saude do Porto”.<sup>74</sup> O Dr. Affonso Mac-Dowell, que estudara na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e havia sido estagiário no Instituto de Manguinhos do Dr. Oswaldo Cruz, ciceroneou o “mestre” pela cidade e, durante a noite, jantaram na residência de Mac-Dowell, retornando à noite ao *República*. Nessa ocasião informou-o que lhe estava sendo preparada pelos médicos paraenses uma manifestação de apreço, amplamente divulgada pela imprensa. O pomo-da-discórdia girava em torno da escolha do presidente da comissão que saudaria o diretor da *DGSP*, em nome dos médicos. O editorial da *Folha do Norte*, na “Gazetilha” atacava as noticiais de um “jornal da terra, conhecidissimo pelos seus descommedidos engrossamentos aos homens do governo”.<sup>75</sup>

Neste caso, a voz dissonante partia d’A *Província do Pará* que, segundo a *Folha do Norte*, divulgava em causa própria um “desaggravo ao amôr proprio da poderosa politica, cujos interesses advoga”. O editorial não deixava dúvidas aos leitores, pois propagandeava que os médicos lauristas desejam tão somente prestar homenagens ao Dr. Oswaldo Cruz. Portanto a manifestação não trataria “em nome da política que esta pretendia receber o director da Saude Publica”, atacava o intendente Antonio Lemos de manobrar ações políticas contra os médicos lauristas, por costurar a associação ou construção de uma identidade que colocava no centro a memória da Revolta da Vacina. Para tanto, segundo a “Gazetilha”:

Nada mais falso do que isso. Os medicos lauristas, concorrendo pecuniariamente para essa manifestação, nenhum interesse e nenhum desejo mantinham de nella se fazerem representar. Podemos garantir que lá não compareceriam.

A sua assignatura na lista de contribuintes não significava, portanto, qualquer sentimento político.<sup>76</sup>

A manifestação causara furor na “classe” médica, havendo até uma caixinha de contribuição para a festa de recepção. Por outro lado, nota-se que o editorial assume um discurso apolítico, onde inclusive os médicos lauristas não compareceriam ao evento. Contudo, não foi bem assim. Lendo cuidadosamente a “Gazetilha” é possível a contrapelo filtrar a negação da *Folha do Norte*, quando dispõe-se a esclarecer a presidência da festa. A

<sup>74</sup> “Echos e noticias”, in *Folha do Norte*. Belém, 11 nov., 1905.

<sup>75</sup> “Gazetilha. A manifestação Oswaldo”, in *Folha do Norte*. Belém, 11 nov., 1905.

<sup>76</sup> Ibid.

contenda da recepção dividira médicos locais, de um lado estava o doutor Barão de Anajás, o preferido dos partidários lauristas; do outro o Dr. Lyra Castro, o indicado pelo grupo dos lemistas.<sup>77</sup> O ilustre Dr. Barão de Anajás tinha “idéas conhecidas, é adversário intransigente das actuais instituições. (...) nada tinha que ver, por conseguinte, com o laurismo”.<sup>78</sup> Reforçava o posicionamento enquanto membro favorável à “classe a que pertence o sr. Oswaldo Cruz”. Daí ter aceitado o convite de alguns médicos para presidir a presidência da festa. Em contra partida, a interferência e exigência do intendente Antonio Lemos recai no Dr. Lyra Castro enquanto digno da presidência, haja vista ser este, na ocasião, o atual diretor do Serviço Sanitário Terrestre do estado. A Comissão de médicos da manifestação Oswaldo já havia, anteriormente, convidado o Barão de Anajás e, portanto, não aceitara tamanha interferência. O próprio doutor Jayme Brício, médico e escritor das colunas da *Folha do Norte* desferiu a pena contra esta interferência, pois julgava tratar-se de insultos, “injúrias e pilherias de mau gosto”<sup>79</sup> do órgão lemista atacar a imagem de Lauro Sodré, pois os lemistas não passavam de vagabundos e batedores de carteiras.

Em suma, a batalha política entre a “classe” médica fora oportunisticamente política, pois os vários grupos procuravam cada um tirar proveito em causa própria. Os lemistas queriam aproveitar-se daquela situação, durante a inspeção ao Porto de Belém. Para tanto, pretendiam prestar homenagens ao Dr. Oswaldo Cruz pela campanha de saneamento no Rio de Janeiro, enquanto forma de desagravo à Revolta da Vacina de novembro de 1904, que contou com a participação de Lauro Sodré, conforme rezava a cartilha dos lemistas, enquanto os lauristas tentavam evitar ataques ao venerado líder e senador Lauro Sodré. Os médicos lauristas ainda tentariam junto ao sanitarista demovê-lo da idéia da demissão do Dr. Mariano de Aguiar, pois o chefe do *Partido Republicano Paraense*, senador Antonio Lemos, pedira ao ministro J. J. Seabra e ao próprio Dr. Oswaldo Cruz, a demissão do Dr. Mariano de Aguiar do cargo de inspetor da Saúde do Porto. Segundo a *Folha do Norte* “tratava-se agora de conciliar os dois homens, ou, dizendo melhor, obter que o dr. Oswaldo Cruz se conciliasse pessoalmente com o sr. Aguiar”.<sup>80</sup> Cabe lembrar que o próprio Oswaldo Cruz pedira ao ministro a demissão do inspetor, por ser ele “um elemento valioso da politica local”. Curiosamente, o embate entre lauristas e lemistas respingou sobre o sanitarista. Avesso às manifestações desse caráter partiria no dia seguinte de Belém, pois havia sido avisado pelo médico Afonso Mac-Dowell das homenagens oportunistas. Oswaldo Cruz não dera a mínima

---

<sup>77</sup> Cf. nota de rodapé em AMARAL COSTA, Carlos Alberto. op. cit., 1972, p. 99.

<sup>78</sup> “Gazetilha. A manifestação Oswaldo”, in *Folha do Norte*. Belém, 11 nov., 1905.

<sup>79</sup> “Duas palavras á Província do Pará”, in *Folha do Norte*. Belém, 11 nov., 1905.

<sup>80</sup> “Gazetilha. A manifestação Oswaldo”, in *Folha do Norte*. Belém, 11 nov., 1905.

atenção e partiu silenciosamente à noite para Manaus. Segundo o amigo Sales Guerra, médico particular e biógrafo de Oswaldo Cruz, ao retratar esse episódio, assim descreveu a partida repentina:

(...) enquanto o rebocador ia vencendo a corrente do imenso rio, as folhas de Belém, de partidos adversos, em suas acrimoniosas apreciações, peculiares da pequenina política regional, lançavam-se uns contra os outros a culpa da partida precipitada que a discrição ditara a Oswaldo Cruz.<sup>81</sup>

As peculiaridades paraenses em torno de partidos e grupos políticos adversos estavam longe da compreensão de Sales Guerra sobre a consideração da “pequenina política regional”. As acrimoniosas apreciações designavam um posicionamento nacional corrente sobre a memória da Revolta da Vacina e a participação do paraense Lauro Sodré, que analisarei logo mais. Convém notar que as folhas dos partidos políticos estavam de lados opostos e representados pela imprensa paraense. O redator chefe João Paulo de Albuquerque Maranhão da gazeta *Folha do Norte*, sendo o proprietário Cipriano José dos Santos, procurava defender a postura do senador Lauro Sodré. A aproximação político-partidária desses três fora bem definida pelo jurista Ricardo Borges: “Se Cipriano era Lauro, Cipriano e Paulo Maranhão era uma só pessoa e ação, na causa a que consagraram a vida, coesos, indissolivelmente unidos”.<sup>82</sup> Portanto, esta gazeta apoiava incondicionalmente o florianista Lauro Sodré, que discordava dos rumos do governo republicano do civil Rodrigues Alves e tinha no nicho do *Partido Republicano Federal (PRF)* o apoio político no Pará e munição nas trincheiras do jornal oposicionista. Por outro lado, *A Província do Pará* defendia o intendente Antonio Lemos, proprietário da gazeta e chefe do *Partido Republicano Paraense (PRP)* tendo uma relação próxima com Rodrigues Alves na política nacional das oligarquias ou política dos governadores, além de enorme poder político no Pará.<sup>83</sup> Este embate recaía justamente sobre a órbita da memória da Revolta da Vacina e seus desdobramentos políticos. Oswaldo Cruz compreendia perfeitamente essa peculiaridade, uma vez que Afonso Mac-Dowell e Antonio de Figueiredo, um “antigo collega de curso” nas palavras do ilustre visitante, informaram-no sobre os acontecimentos, conforme se observa na carta enviada no dia 11 de novembro à esposa:

<sup>81</sup> GUERRA, Sales E. *Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Casa Editora Vecchi, 1940, p. 325.

<sup>82</sup> BORGES, Ricardo. “Cipriano José dos Santos”, in op. cit., 1986, p. 215.

<sup>83</sup> Uma boa análise sobre os partidos políticos e a configuração das agremiações nos estados após a cisão de 1897 do *PRF*, criado em 1893 para reunir os Partidos Republicanos regionais, onde no estado do Pará, Lauro Sodré manteve apoio à Francisco Glisério, ocasionando um racha no *PRP*, pois Antonio Lemos e Justo Chermont mantiveram apoio ao presidente Prudente de Moraes, praticamente forçando Sodré a fundar uma nova agremiação no estado, o *Partido Republicano Federal*. A este respeito confira: WITTER, José Sebastião. “A cisão do partido”, in *República, política e partido*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 113-34. (Coleção História).



(...) Não imaginas o que nos esperava. A politica estava em briga por minha causa. Tinham arranjado banquetes, pic-nics, concerto etc e estava tudo mais ou menos gorado. As intrigas fervilham pelos jornais. O Lauro tem aqui um grande partido. Elle já foi Governador d'aqui. A actual situação é inimiga acerba delle de modo que para picardia queriam fazer-me manifestações estrondosas. O Mac Dowell como bom amigo mostrou-me o estado das cousas de modo que resolvi cortar o mal pela raiz. (...)

A cidade é linda: ruas largas, toda iluminada á luz electrica, muito movimento, muitos carros, uma cidade européa, em summa! A vida é carissima. Adeus, minha querida, não posso perder a mala.<sup>84</sup>

Na companhia de Affonso Mac-Dowell, Oswaldo Cruz visitara Emílio Goeldi e o Museu, além da repartição de higiene e o Mercado do Ver-o-Peso ao passear pela cidade de Belém ficara admirado por sua beleza, haja vista que o intendente Antonio Lemos estava ressignificando o espaço urbano. Não por acaso observara as ruas largas e iluminadas por luz elétrica, movimento intenso de transeuntes e carros, enfim, Belém era “uma cidade européia”, onde o viver era também caríssimo. Quanta beleza mostrava a “francesinha do norte” onde poucos podiam construir palacetes, freqüentar grandes concertos e deliciar-se no Grande Café da Paz! Após passar a noite e jantar, juntamente com João Pedroso, na residência de Mac-Dowell, preparava-se para partir no dia seguinte. Admirado e receoso com o circo politicamente armado, não lhe passara despercebido a briga política no campo de batalha, em relação ao frenesi que causava nas “acrimoniosas apreciações, peculiares”. As manifestações estavam sendo disputadas a palmo, bem como a presidência da festa de recepção planejada pela “classe médica”. Assim, contava-se com a presença do sanitarista nas picardias, enquanto as “intrigas” fervilhavam nos jornais e entre os médicos partidários.

Certamente o nome de Lauro Sodré tirava o sono de Oswaldo Cruz, pois a imagem de outro novembro era rememorada e não havia lembranças agradáveis do ano anterior. Reconhecia o sanitarista o poder do ex-governador paraense através do “grande partido”, por não menos referia-se ao *PRF*. Contudo, no *PRP* militavam os correligionários do senador Antonio Lemos e do governador Augusto Montenegro, ainda mais depois da consolidação na intendência e no governo por parte deste partido, digo, do grupo político de Lemos-Montenegro, que tinha apoio de ricos comerciantes, militares, proprietários de terras e seringalistas no auge econômico da borracha. Por isso a conjuntura era “inimiga” de Lauro Sodré. A pirraça acintosa planejava as “manifestações estrondosas” referentes à memória da Revolta da Vacina. Não querendo envolver-se nessa polêmica, resolvera Oswaldo Cruz “cortar o mal pela raiz” na calada das manifestações “estrondosas”, partindo no rebocador *República*, que vencia “a corrente do imenso rio”. Ficara pouco mais de 24 horas na cidade e

<sup>84</sup> Carta de Oswaldo Cruz enviada a Miloquinha. Belém, 11 nov., 1905. *Apud.* AMARAL COSTA, Carlos Alberto. op. cit., 1972, p. 373-6.

avistaria ainda as “folhas de Belém” pela segunda vez alguns dias depois, quando concluída a viagem, ou melhor, a missão signatária.<sup>85</sup>

Em Belém, essa percepção da Revolta da Vacina fora corrente na luta político-partidária, pois o senador Lauro Sodré comumente correspondia-se com a *Folha do Norte*,<sup>86</sup> reduto político e partidário dos lauristas, que promoviam constantemente ataques às administrações de Antonio Lemos e de Augusto Montenegro. Os ataques não eram apenas pela aproximação política destes com o presidente Rodrigues Alves e o PRP, mas também, sobretudo, pelos rumos da República no Pará e por não terem espaço de voz e poder político dentro da burocracia do governo. Durante o período em que o senador Antonio Lemos esteve à frente da intendência municipal, os lauristas foram praticamente alijados de uma participação efetiva sobre os rumos do regime republicano no Pará e até dos recursos públicos. Por isso os lauristas tinham na imagem do ex-governador Lauro Sodré a referência republicana de fervor jacobinista, mas com significado de porta-vozes da oposição. Assim, a gazeta da *Folha do Norte* reproduzia freqüentemente os discursos políticos proferidos na tribuna do senado, bem como os acontecimentos da Revolta da Vacina, com posicionamento favorável ao senador paraense. Por outro lado, essa dicotomia com os lemistas, manifestava-se também em outro segmento da imprensa partidária, uma vez que a participação de Lauro Sodré na Revolta da Vacina fora rechaçada pela *A Província do Pará*, notoriamente o jornal do maior inimigo político de Sodré e vice-versa no estado do Pará, não menos que o coronel Antonio Lemos e o grupo oligarca dos barões da borracha.<sup>87</sup>

Neste sentido, passado um ano da Revolta da Vacina, os ânimos não estavam diluídos, nem ao menos arrefecidos nas peculiaridades paraenses, seja no Rio de Janeiro, seja em Belém, onde o PRP e a *Folha do Norte* representavam a trincheira oposicionista ao coronel Antonio Lemos. Além do mais, as doenças e epidemias continuavam grassando na cidade. Oswaldo Cruz visitou o Pará pela primeira vez em 10 de novembro de 1905, curiosamente quase um ano após o senador Lauro Sodré ser preso no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, segundo Ana Lima, a expedição fora retratada na imprensa carioca como mais

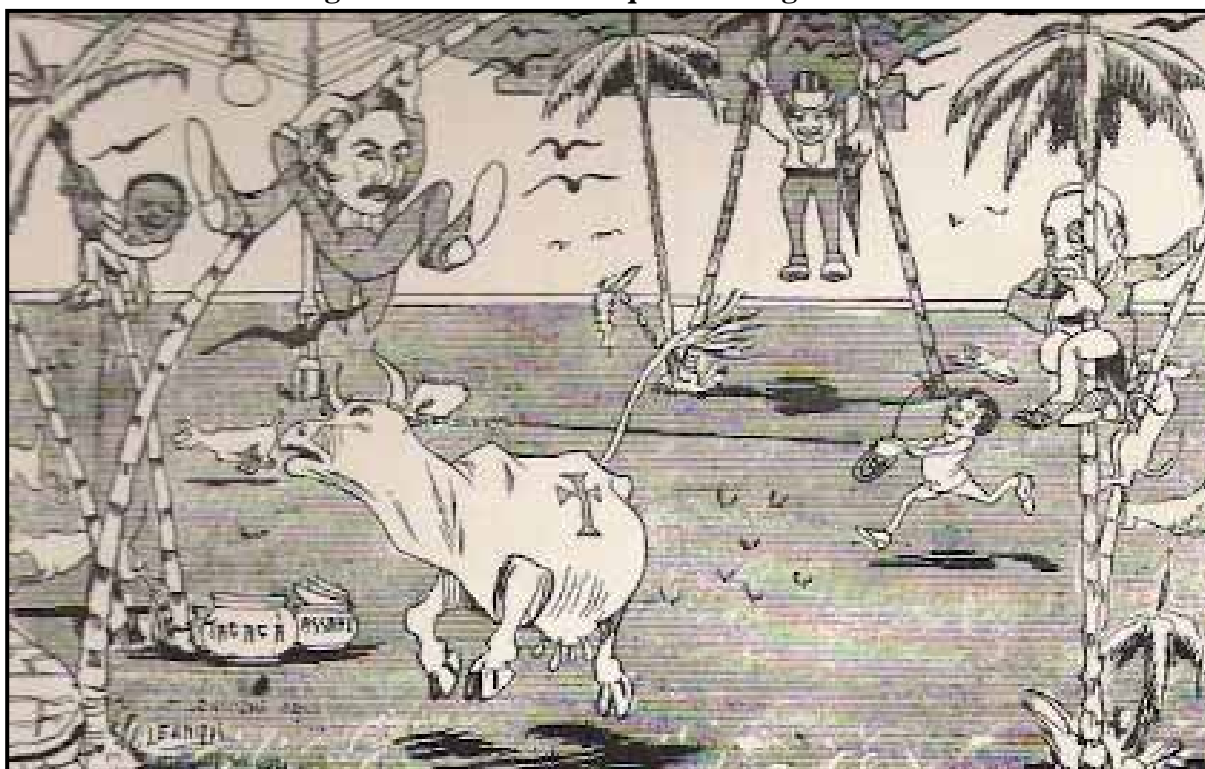
<sup>85</sup> Telegrama de Oswaldo Cruz endereçado ao Ministro do Interior, Drº J. J. Seabra. 23 nov., 1905. *DOSSIÊ Expedição aos Portos e Vigilância Sanitária - 1905/1906. – Expedições Científicas de Manguinhos*. Correspondência político-administrativa. Acervo da Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz – DAD.

<sup>86</sup> “A campanha contra a vacina”, in *Folha do Norte*. Belém, 15 nov., 1904.

<sup>87</sup> Sobre o grupo político, em recentes pesquisas, o jogo de interesses demonstrava a preocupação “em defender primordialmente os destinos da economia da borracha”. Cf. SARGES, Maria de Nazaré. FONTES, Edilza Joana de Oliveira e NEVES, Fernando Arthur de Freitas. *Novos olhares sobre a República: trabalhadores urbanos, religiosos católicos, seringalistas e donos de terras*. Belém, 2003, 17 p. (Relatório final de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq/2003, tendo a participação dos bolsistas Mayara Silva Mendes, João Morais da Costa Junior, Daniella de Almeida Moura e Marly Solange Carvalho da Cunha).

um fator de divisão de opiniões, pois havia quem a considerasse uma viagem turística e, portanto, fora de propósito, enquanto outros apoiavam a expedição, pois redimiria os demais centros portuários a exemplo do Rio de Janeiro.<sup>88</sup> Assim, Belém estava novamente às voltas com diversas doenças epidêmicas e endêmicas, tais como peste bubônica, varíola, febre amarela, tuberculose e impaludismo. Ainda assim, não foram os riscos de vida dos moradores ou a gravidade das doenças que chamaram a atenção da imprensa carioca e da paraense quando da primeira visita ao norte do Brasil do sanitarista Oswaldo Cruz foram sobretudo os ânimos partidários e peculiares dos “micróbios” da política no Pará, que estavam vivos e acirrados. Através da iconografia a seguir é possível esquadrihar evidências da tensão política em Belém.

### A viagem do Czar dos Mosquitos – chegada ao Pará.



*Antonio Lemos* – Livra! que bicho bravo! Parece a fúria dos lauristas contra nos...

*Montenegro* – E é comimngo que o raio da vacca implicou. Que pessima idéa do chefe dos mata-mosquitos!

*Oswaldo Cruz* – Não tenham receio senhores! É a nossa leiteira fiel de bordo do *República*! O pobre do bicho está inconsolavel com a morte da noticia dos collegas burros, victimas do incêndio no Rio de Janeiro... Sai vacca!

*Zé Povo* – Ora essa! E somos nós que pagamos as favas do tal estudo dos mosquitos, que me há de livrar de sezões... depois de morto?!

**Fonte:** Revista *O Malho*. Rio de Janeiro, 18 nov., 1905. Ano IV.

O cearense Leônidas Freire (1882-1943), também conhecido pelo pseudônimo de Léo, começou a trabalhar n’*O Malho* em 1904, devido possuir enorme talento e prestígio com

<sup>88</sup> LIMA, Ana Luce Girão Soares de. op. cit., 1997, p. 159.

o lápis.<sup>89</sup> Aos 23 anos publicou esta *charge* cômica: “A viagem do Czar dos Mosquitos – chegada ao Pará”. Pessoas penduradas e agarradas nas palmeiras, uma vaca “louca” enfim, já denotam a sensação de seu humor sarcástico peculiar. O caricaturista Léo procurou retratar a viagem do contestado e aplaudido sanitarista Oswaldo Cruz, que a imprensa carioca acompanhava atenta aos passos do pivô da Revolta da Vacina. Retratado como um imperador de mosquitos, em referência à campanha da febre amarela na capital federal e da higiene nacional, mas que não tinha controle sequer sobre uma vaca. Os elementos se misturam, pois em vez do “Czar dos Mosquitos” empunhar uma seringa, aparece lançando uma vaca enfurecida pelo chifre, que pertencia à *Diretoria Geral de Saúde Pública*, conforme indica o símbolo da cruz marcado sobre o dorso do animal, afinal de contas, da vaca se extrai a pústula na preparação do antídoto da vacina antivariólica.

Políticos temidos em Belém, como o intendente Antonio Lemos e o governador Augusto Montenegro, foram simbolicamente retratados com humor peculiar. Eles aparecem constrangidos, com medo e fugindo do animal. Para tanto se penduravam e agarravam firmemente nas palmáceas, na presença de populares que observavam a aflição dos políticos. Ao fundo da *charge*, observa-se a dimensão da cidade, dando a idéia de prédios, além de luminárias com fiação elétrica, em alusão à modernidade na selva. Mas vou discutir outros elementos da *charge*. Qual destes é o Zé Povo? O negro da esquerda com bigode e sorriso brejeiro, agarrado na palmácea, que tem ao pé da árvore uma tigela de açaí e outra de tacacá, observando a cena, em que uma matilha de cachorros acompanha a vaca louca ou do lado direito, com cartola e guarda-chuva, pendurado entre duas palmáceas? Na verdade, os dois representam o sentimento popular na figura do Zé Povinho.

Enquanto isso, o sexagenário intendente Antonio Lemos trepado numa das palmáceas e de olhar atento, na companhia de um animal, brada ao sanitarista que se livre do “bicho bravo”, pois lembrava a fúria dos lauristas contra a dupla Lemos-Montenegro no Pará. O diálogo construído com a *charge* decorre de um ano da prisão do senador Lauro Sodré, que participara ativamente a favor da campanha contra a vacina obrigatória. No caso da fala do intendente, a fúria do animal transpõe o sentimento de rivalidade na política paraense, onde havia uma oligarquia contumaz em torno da figura do coronel Antonio Lemos; há ainda o governador Augusto Montenegro que aparece entre malabares e estipes de palmeiras a proteger-se da vaca enfurecida, que tenta chifrá-lo sem sucesso – havia sido reeleito com o apoio do chefe do *PRP* Antonio Lemos. Em todo caso, a implicação da vaca recaía sobre o

---

<sup>89</sup> CONTRIN, Álvaro (Alvarus). op. cit., 1971, p. 48.

governador Montenegro, que condenava veementemente a atitude do “chefe dos mosquitos”, que não mantinha o animal sob controle, apesar de estar preso pela corda.

A conotação política do diálogo de Montenegro e Lemos fora amenizada e justificada por Oswaldo Cruz, os políticos não precisariam ter receio da pobre vaca “leiteira e fiel”, que viajava a bordo do paquete *República* e que quando tomou conhecimento do incêndio na repartição de higiene, vitimando animais no Rio de Janeiro, ficara inconsolável e/ou enfurecida. Observando a cena hilária, reclamava Zé Povo sobre a viagem do sanitarista, a qual fazia parte dos planos de viabilizar um estudo sobre o saneamento dos portos marítimos brasileiros, referente à vigilância sanitária, para evitar a propagação da febre amarela e que, até o momento, não convergira em benefício da saúde popular.

Deste intervalo há algumas considerações para análise. A mais óbvia diz respeito à posição política do senador Lauro Sodré, por ser favorável à campanha contra a vacina obrigatória e contrário à política dos governadores durante o governo do civil Rodrigues Alves. Não obstante ainda tentara um golpe militar que, nas teses positivistas poderia ser “uma retrogradação social”.<sup>90</sup> Outrossim, chama atenção a memória da Revolta da Vacina, o uso e o silêncio que se processara. A partir da correspondência de Oswaldo Cruz nota-se a preparação de manifestações nitidamente políticas quando da sua primeira visita ao Pará. O desagravo pela Revolta da Vacina fora evocado nas trincheiras do grupo lealista, que usava a memória para atacar a postura favorável da *Folha do Norte* a Lauro Sodré. Por hora, adianto que aí houvera permanências e rupturas, pois esta gazeta fizera silêncio sobre a Revolta da Vacina em prol do ex-governador paraense e, inclusive, exaltara a Campanha contra a febre amarela empreendida por Oswaldo Cruz. Aparentemente trata-se de uma contradição, mas ainda é cedo para adentrar esse debate. A permanência mais significativa diz respeito à *A Província do Pará*, que apoiara Oswaldo Cruz sem entrar em contradições nos discursos.

### **3.4 – A Campanha pedagógica: a mensagem de Oswaldo Cruz aos moradores e médicos clínicos de Belém.**

Às vésperas de se iniciarem os trabalhos da Campanha profilática comandada pela Comissão em diversos bairros, ruas e moradias de Belém, a imprensa paraense colaboraria sem críticas; mais adiante analiso o porquê deste posicionamento. A experiência do Dr. Oswaldo Cruz nesse tipo de campanha sanitária, como a realizada no Rio de Janeiro contra a

---

<sup>90</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Utopias republicanas”, in *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 28.

febre amarela, obtendo êxito do ponto de vista médico e oficial e, por que não, o próprio Oswaldo Cruz já “vacinado” pela Revolta da Vacina, preparara um detalhado comunicado aos moradores de Belém, em razão da necessidade pedagógica de familiarizar a população com a Campanha de profilaxia e as práticas a serem utilizadas pelos inspetores, médicos auxiliares e chefes de turma. Outrossim havia a preocupação em evitarem-se manifestações contrárias à Campanha durante as visitas domiciliares. Antes de qualquer coisa, o comunicado teve um caráter médico-sanitário, pois esclarecia os procedimentos que seriam adotados pela Comissão. No dia 11 de novembro de 1910, os jornais publicaram o artigo médico-sanitário e pedagógico de Oswaldo Cruz, sob o título “A febre amarela. A Comissão sanitaria de prophylaxia da febre amarella á população de Belém”.<sup>91</sup>

A mensagem descreve minuciosamente a etiologia da doença e os pormenores da Campanha a realizar-se na cidade, versando sobre a polícia de focos de larvas, a polícia de expurgos, o isolamento de amarementos e a vigilância médica, que me deterei em analisar agora. A propaganda mostrava aos moradores a necessidade de auxílio às turmas de trabalhadores da Campanha para o bom sucesso e andamento no combate à febre amarela. Assim, na busca deste apoio incondicional, a pedagogia sanitaria iria elucidar a todos sobre as técnicas do serviço profilático. Antes, porém, focou-se na etiologia da febre amarela, transmitida através de um mosquito rajado denominado *Stegomyia calopus*, ressaltando que o transmissor não era ele o causador da doença, ou seja, “a picada do mosquito por si só não produz a moléstia, ele vai buscar o micróbio num doente e leva-o ao indivíduo capaz de apanhar febre amarella”.<sup>92</sup> Para o Dr. Oswaldo Cruz, a profilaxia da febre amarela em Belém, que se iniciaria brevemente, teria o mesmo caráter da implantada no Rio de Janeiro e, em razão da Revolta da Vacina antivariólica que teve sérias resistências, o êxito da Campanha sanitaria precisava da colaboração dos moradores de Belém, pois “a comissão sanitaria, a quem o governo do Estado entregou a missão de extinguir a febre amarela, julga de seu dever solicitar esse valioso auxilio”.<sup>93</sup> Portanto, há um apelo de solicitação revestido nessa missão de caráter “patriótico” e que não poderia ser indiferente, pois as casas a serem isoladas, expurgadas e vacinados os moradores referiam-se às da e à população de Belém. Assim, a mensagem publicada procurava elucidar sobre as técnicas que seriam empregadas, a fim de evitar-se constrangimentos.

---

<sup>91</sup> “A febre amarella. A comissão sanitaria de prophylaxia da febre amarella á população de Belém”, in *A Província do Pará*. Belém, 11 nov., 1910.

<sup>92</sup> *Ibid.*

<sup>93</sup> *Ibid.*

É preciso pois: 1º. – Impedir a criação dos mosquitos transmissores, reduzindo-se ao mínimo o numero deles; 2º. – Destruir os mosquitos infectados existentes; 3º. – Impedir que os doentes amarílicos sejam picados nos quatro primeiros dias da moléstia; 4º. – Evitar que os receptíveis sejam sugados pelos mosquitos infectados eventualmente em liberdade.<sup>94</sup>

Primeiramente é necessário explicar esses tópicos, por isso há o caráter do artigo ser médico-sanitário e pedagógico, pois a febre amarela só pode ser transmitida a partir da picada do “mosquito rajado”, também conhecido como *Stegomyia calopus*, atualmente denominado *Aedes aegypti*. Logo, o “mosquito rajado” é apenas um transmissor, pois “ele vai buscar o micróbio num doente e leva-o ao individuo capaz de apanhar febre amarela”.<sup>95</sup> Por isso, para haver uma epidemia de febre amarela, três fatores conjugados eram necessários: a existência do mosquito *Stegomyia*, um doente com a febre e indivíduos que pudessem ser contaminados (os receptíveis), isto é, aqueles que poderiam contrair a doença. O mosquito não passa de um hospedeiro intermediário do “micróbio amarelígeno”; além do mais, a picada apenas introduz o agente responsável pela doença, sendo a transmissão completada após doze dias decorridos da picada, uma vez que é “necessário que o micróbio sugado no doente de febre amarela sofra a evolução no organismo do mosquito e esta evolução dura doze dias – e é por isso que só dessa época em diante o mosquito é infectante”.<sup>96</sup> De qualquer forma, nem todo o doente de febre amarela pode transmitir a doença, pois o micróbio manifesta-se enquanto transmissor apenas nos quatro primeiros dias.

Portanto, é só no decurso dos quatro primeiros dias que o doente é capaz de infectar o mosquito e é só neste período que ele é perigoso, porque é capaz de fazer com que os mosquitos que o sugarem possam, doze dias depois, transmitir a moléstia aos indivíduos receptíveis. Fora daí, o convívio com o doente não tem o menor perigo: os vômitos, as excreções e secreções, as roupas de cama e de uso, as hemorragias, etc., não transmitem a moléstia.<sup>97</sup>

Logo, ressaltava-se aos leitores que a febre amarela não era uma doença contagiosa, podendo o convívio com o enfermo não significar morte ou contágio, seja pelos sintomas da doença ou pelas vestimentas do doente, apesar de haver o perigo do doente infectar o mosquito pelo menos nos quatro primeiros dias de contaminação. Oswaldo Cruz aproveita para alertar sobre os sintomas típicos que podem facilmente ser identificados através dos vômitos, excreções e secreções. Entretanto, em relação aos receptíveis, o organismo desenvolve imunidade à febre amarela, ou seja, uma vez contraída a doença, a pessoa passa a conviver com o micróbio e raramente adoce novamente, pois nos primeiros meses de vida

---

<sup>94</sup> Ibid.

<sup>95</sup> Ibid.

<sup>96</sup> Ibid.

<sup>97</sup> Ibid.

até aos cinco anos, a doença é benigna e dificilmente diagnosticada, daí a imunidade desenvolvida em pessoas que tiveram febre amarela permitir diagnosticá-la como não receptíveis, geralmente habitantes de áreas tropicais onde a doença já tenha um histórico de epidemia. Assim, dever-se-ia evitar que receptíveis fossem picados pelo mosquito e a vacina contribuiria por levar o organismo a desenvolver anticorpos ou imunidade contra a febre amarela. Explicava o bacteriologista o processo de contrair a doença.

Se o mosquito logo após ter picado um doente de febre amarela picar um receptível, ele não transmite a este a moléstia. Essa transmissão só se faz decorridos doze dias após a refeição infectante, isto é, o mosquito que suga um doente de febre amarela só poderá dar a moléstia a uma pessoa doente receptível doze dias depois. É necessário que o micróbio sugado no doente de febre amarela sofra evolução no organismo do mosquito e esta evolução dure doze dias – e é por isso que só dessa época em diante o mosquito é infectante.

Mais ainda nem todo doente de febre amarela é capaz de infectar o mosquito.

Está verificado que o micróbio causador da moléstia só é encontrado no sangue dos amarílicos nos quatro primeiros dias da moléstia.<sup>98</sup>

Em outras palavras, uma pessoa contraía a doença somente após doze dias o chamado período de incubação. Qualquer sinal de febre nos quatro primeiros dias deveria ser notificado. Nesse período o mosquito poderia ser infectado pelo doente, tornado-se um perigo para os moradores receptíveis. Advertia, entretanto, que o convívio com o doente não significava um perigo em si, ou seja, a doença não era transmissível no convívio diário entre as pessoas ou através de contato. O perigo ocorria somente se o doente fosse picado pelo mosquito rajado e, após doze dias, este picasse uma pessoa não imune. Logo, os sintomas de vômito, excreções, secreções, roupas, hemorragias não transmitiam a doença por contágio, conforme elucidava a teoria microbiana. A febre amarela só podia ser transmitida por um hospedeiro que tivesse picado um doente nos primeiros dias de febre. Por outro lado, a doença conferia à pessoa a imunidade, ou seja, uma vez tendo adoecido por febre amarela não havia o perigo de contraí-la novamente. Contudo, a possibilidade de morte mesmo com tratamento era corrente, imagine-se sem cuidados médicos! Daí que, nos primeiros meses de vida, uma criança com febre poderia perfeitamente ter contraído a doença e dificilmente seria diagnosticado justificando-se assim a imunidade dos não receptíveis em pessoas nascidas em áreas de focos.

Em contrapartida, o imigrante de áreas não tropicais era uma vítima em potencial principalmente o estrangeiro, conforme analisei anteriormente a partir da tabela sobre mortalidade da febre amarela elaborada pelo Dr. Américo de Campos, haja vista o movimento de entrada no porto de Belém entre 1899 e 1910 significar a presença de 935.509 passageiros

---

<sup>98</sup> Ibid.



em trânsito pela cidade, tendo no mesmo período falecido 34 nacionais e 2.584 estrangeiros. Logo, algumas medidas básicas e simples seriam tomadas para combater a difusão da doença: primeiramente impedir a criação dos mosquitos, destruindo os infectantes ou os hospedeiros; segundo, impedir que nos quatro primeiros dias uma pessoa com febre fosse picada pelo mosquito; terceiro, realizar-se o expurgo das áreas identificadas como focos e por fim o agente surpresa, ou seja, as áreas com casos notificados e comprovados deveriam sofrer medidas preventivas e agressivas no combate à febre amarela.

Após a explicação e análise da etiologia da febre amarela, faz-se necessário adentrar no cerne da mensagem, isto é, os procedimentos e serviços da Comissão. O chefe da Campanha apresentava os quatro pontos, que abrangeriam as práticas e procedimentos da Campanha profilática, a saber: a polícia de focos de larvas, para impedir a criação dos mosquitos, os expurgos que garantiriam a morte de mosquitos infectados, o isolamento para impedir o contato nos quatro primeiros dias e, por fim, a vigilância médica por abranger uma medida preventiva que pudesse impedir o retorno da endemia. Impedir a criação dos mosquitos compreendia o serviço de *polícia de focos*. Ou seja, o foco seria o espaço onde haveria a existência de mosquitos transmissores. Os mosquitos rajados têm duas fases de vida: uma aquática e outra embrionária.

(...) a fêmea fecundada tem necessidade de sugar sangue para amadurecimento dos ovos. Estes são depositados na superfície da água. Deles saem as larvas denominadas *saltões, bichos d'agua*, etc.

Estes transformam-se mais tardes em nymphas, das quais saem os insetos alados, dos quais a fêmea tem necessidade de chupar sangue para a desova.<sup>99</sup>

Assim, o serviço de *polícia de focos* visa combater locais onde as águas da chuva se acumulam, facilitando a evolução das larvas do mosquito ou “insetos alados”, que deveriam ser exterminadas ainda na fase aquática, seja em tinas, barris, garrafas, calhas de casa, latas, depósitos, tanques, repuxos, pântanos ou valas, enfim uma guerra contra os “*bichos d'agua*”. Portanto, para destruir esses focos, os trabalhadores da polícia de focos iriam percorrer as casas no início da Campanha durante oito dias, tempo necessário para fiscalizar diariamente a incidência de focos em cada moradia. Além do mais, as habitações também seriam alvo da polícia de focos, na busca do mosquito transmissor da febre amarela. Ressaltava Oswaldo Cruz a atenção às fases de vida do mosquito, pois conhecendo-as os moradores poderiam

---

<sup>99</sup> Ibid.

melhor identificar e eliminar as larvas e/ou mosquitos. Em Belém, devido ao clima quente e à umidade, a evolução do ovo até à fase adulta compreendia apenas uma semana.<sup>100</sup>

Logo, os moradores deveriam contribuir com as equipes na eliminação de áreas que facilitassem a proliferação de larvas, os seja, poças de água, tinas e barris que armazenassem com facilidade a água da chuva. Para tanto, desobstruir calhas e minar a água empoçada nos buracos era essencial para o serviço da polícia de focos, que visava destruir o mosquito ainda na fase aquática. Durante os primeiros oito dias os trabalhos conduzidos pelos chefes de turma, juntamente com os empregados, percorreriam todas as casas, onde houvesse casos de notificação. Uma vez tomadas essas primeiras medidas, os trabalhos concentrar-se-iam nos pântanos, tanques, valas e quaisquer ambientes que proporcionassem o desenvolvimento do mosquito.

Um ponto delicado da mensagem diz respeito ao interior das habitações, que seriam revistadas para eliminar as larvas; diante da suspeita em quarteirões ou notificações da presença de pessoas com febre, as equipes adentrariam o espaço privado da intimidade dos moradores, vasculhando a insalubridade, sendo tudo revistado por “pessoal idôneo e experimentado, trazido do Rio de Janeiro, e que pode merecer a confiança da população de Belém, pelas provas de capacidade e seriedade reveladas ha sete anos em idêntico serviço”.<sup>101</sup> O serviço de polícia de focos contava com a experiência dos 20 capatazes e 50 guardas que vieram do Rio de Janeiro, escolhidos pela confiança de Oswaldo Cruz e que há sete anos trabalhavam em campanhas profiláticas. Para a Comissão, essa questão de revista do espaço privado por parte do poder público, apesar de trazer preocupação de resistência, facilmente fora contornado pelo discurso da idoneidade dos trabalhadores, que deveriam receber créditos de confiança.

Por isso, os trabalhadores de fora do estado, com a experiência da campanha contra a febre amarela no Rio de Janeiro, teriam o maior cuidado em não quebrar ou danificar objetos, nem mesmo vasculhariam a intimidade, pois garantia Oswaldo Cruz a competência e seriedade da equipe. Por outro lado, em nenhum momento da mensagem, e nem poderia ser diferente, o sanitarista se referia ao momento em que a população da capital federal armou barricadas contra as campanhas de profilaxia que adentraram a intimidade dos moradores.

---

<sup>100</sup> A preocupação com o mosquito transmissor, a etiologia da doença e os procedimentos profiláticos foram estudados por Emílio Goeldi nos primeiros anos do século XX no Pará. Cf. GOELDI, Emílio Augusto. *Os mosquitos no Pará*: reunião de quatro trabalhos sobre os mosquitos indígenas, principalmente os de especie que molesta o homem. Pará: C. Wiegandt, 1905.

<sup>101</sup> “A febre amarela. A comissão sanitaria de prophylaxia da febre amarela á população de Belém”, in *A Província do Pará*. Belém, 11 nov., 1910.

Como se não bastasse, a cidade de Belém estaria dividida em três zonas e os trabalhadores distribuídos sob as ordens e responsabilidades de um médico, que coordenaria, fiscalizaria e explicaria as ações profiláticas ao responsável da moradia, a finalidade da polícia de focos, atendendo pessoalmente as reclamações que porventura ocorressem contra os empregados.

O segundo serviço dizia respeito ao extermínio dos mosquitos adultos infectados presentes nas áreas de foco, caracterizando o *serviço de expurgo*. Este zelaria pela destruição dos mosquitos rajados adultos e transmissores intermediários da moléstia aos receptíveis. Consistia na “queima de enxofre ou de pyretho no interior das casas, depois de completamente fechadas”.<sup>102</sup> Este serviço era demorado e mais abrangente, pois afetaria quarteirões inteiros, onde houvesse um caso da doença, por ser a garantia de que o mosquito infectado morreria, evitando a transmissão da febre. Os corpos de trabalhadores da polícia de foco e expurgo, uma vez dentro de uma habitação suspeita ou onde se tivesse comprovado um caso de febre amarela, primeiramente isolariam completamente a casa e, posteriormente, após espalharem enxofre ou pireto queimariam esses produtos para expurgar a casa e, assim por diante, procederiam no quarteirão inteiro para matar os mosquitos infectados.

Segundo os estudos sobre o mosquito rajado, ele poderia viver em cativeiro por até cinco meses, quiçá em liberdade. Cabe ressaltar, que o “o estegomya pica o homem durante a noite, os receptíveis devem precaver-se, dormindo devidamente protegidos contra os ataques dos mosquitos, em habitações teladas ou debaixo de mosquiteiros”.<sup>103</sup> Daí a necessidade de expurgar o foco da doença, “não se limitando o serviço às casas em que haja ou tenha havido doentes, mas estendendo-se a todas as outras próximas”.<sup>104</sup> Já foi aqui enunciado que havia uma prática médica na campanha do expurgo, referente aos avisos e notificações aos proprietários das habitações, sobre a forma de procedência em relação ao serviço de polícia de foco e expurgo. Por isso, o médico responsável por uma turma poderia tomar duas providencias em relação ao expurgo. Primeiramente, uma prática amistosa, ou seja, mediante um prévio aviso ao morador da casa seria marcado um dia para o proprietário ou responsável entregar a casa aos cuidados do médico encarregado do expurgo, o qual assumiria todas as responsabilidades pelo imóvel, até mesmo sobre possíveis avarias durante o trabalho da equipe de profilaxia. A segunda prática referia-se à notificação de caso de moléstia, pois o serviço de expurgo seria imediatamente executado após isolamento ou remoção do paciente amarílico, procedimento praticamente sob as ordens do médico de plantão. Contudo, interessa

---

<sup>102</sup> Ibid.

<sup>103</sup> CAMPOS, Américo de. *Noções gerais de hygiene*. Belém: P. de Oliveira, 1912, p. 194.

<sup>104</sup> “A febre amarela. A comissão sanitaria de prophylaxia da febre amarela á população de Belém”, in *A Província do Pará*. Belém, 11 nov., 1910.

notar o aspecto de que o proprietário abre mão por instantes de sua moradia, a qual seria isolada por uma lona em volta da casa e se queimaria pireto e/ou enxofre. Somente após expurgada a residência, dependendo se o doente seria ou não tratado na própria casa haveria necessidade de se preparar um leito adequado e isolado na moradia; os corpos de trabalhadores promoveriam a limpeza da casa.

Assim, adentra-se agora no terceiro aspecto da Campanha de profilaxia da febre amarela, que consistia em evitar que doentes fossem picados nos quatro primeiros dias por mosquitos, em outras palavras, significava o *serviço de isolamento*. Este poderia ser no domicílio ou, então, no hospital, dependendo das condições de se ter uma moradia, que atendesse aos aspectos de isolamento e do estado de saúde do moribundo. Fosse este indigente, o doente seria removido imediatamente; os doentes não indigentes que preferissem o leito hospitalar em vez de ficar na moradia por saber que aí os cuidados médicos seriam maiores, poderiam facultar esse direito. A remoção era inevitável nos casos de moradias consideradas insalubres. Uma vez isolado o doente, não se correria o risco do mosquito picá-lo e, conseqüentemente, evitava-se a transmissão da doença. Sendo assim:

(...) é o doente collocado em um aposento arejado e espaçoso, tendo todas as janelas e quaisquer aberturas providas de télas metallicas e a porta de entrada munida de um dispositivo que permite o acesso ás pessoas da casa e impede a penetração de mosquitos.<sup>105</sup>

Uma vez o isolamento realizado na casa do doente, os cuidados preventivos eram bem simples. O serviço de isolamento adequaria o espaço físico, a fim de garantir o contato com familiares de maneira segura. Apenas os quatro primeiros dias de febre durava o isolamento, já que nesse período era considerado o doente um infectante. Bastava-lhe ter febre para que o isolamento fosse cumprido, dependendo assim da própria vigilância dos familiares quando na moradia; se nos hospitais as enfermeiras cuidariam dos pacientes. Em relação ao isolamento hospitalar, os “indigentes” não teriam escolha, sendo levados imediatamente ao hospital; quanto ao doente que tivesse condições de moradia apropriadas, segundo inferência do médico responsável pela coordenação, poderia permanecer aí desde que convenientemente tratado.

Logo, o paciente poderia escolher se preferia o tratamento no hospital, ou então em domicílio. Por fim, e não obedecendo a uma ordem lógica na execução desses serviços, o efeito surpresa, isto é, a *vigilância médica* ostensiva. Durante a epidemia a medida preventiva ou vigilância médica visava atacar os não imunes e, portanto, receptíveis à febre amarela. As

---

<sup>105</sup> Ibid.

crianças de até cinco anos teriam atenção especial, pois a doença é praticamente imperceptível nessa idade. Até mesmo os estrangeiros, “forasteiros” ou imigrantes, que estivessem pelo menos há três anos na cidade sofreriam a vigilância, ainda mais se oriundos de regiões ou áreas endêmicas da moléstia. A vigilância tinha fundamental importância

A vigilância durará no mínimo 13 dias, prazo máximo de incubação da moléstia, e será feita por clínicos d’esta cidade escolhidos para tal fim. Consistirá ella em visitas diárias dos medicos aos domicilios das zonas infectadas e exame dos receptíveis.<sup>106</sup>

Por isso, justificava-se durante 13 dias, período máximo de incubação da moléstia, a visita diária aos domicílios de zonas infectadas por médicos clínicos, que procederiam a exames aos receptíveis. O exame era bem simples, consistindo apenas no uso do termômetro para aferir a temperatura dos moradores; comprovada a febre, como discorri anteriormente, procedia-se imediatamente ao expurgo e isolamento do paciente. O sucesso dessas medidas de profilaxia dependeria, conforme esperava a Comissão, do auxílio dos moradores de Belém, que deveriam facilitar o trabalho dos médicos colaboradores, seja nas ações de salubridade do espaço de moradia, ou então na delação e conseqüente notificação de doentes.

O sentimento de pertencimento, responsabilidade e obrigação com a salubridade no combate ao mosquito deveria pois ser partilhado entre os moradores. Estes deveriam isolar os depósitos de água útil, como por exemplo caixas d’água e descargas; isolar ou remover os recipientes que permitissem acumulação de água parada, sendo esta despejada em terreno seco e exposto ao sol. Ah, pátios e terrenos de quintais deveriam ser nivelados, assim como os porões alagados e úmidos deveriam ser aterrados e impermeabilizados, os poços vedados e devidamente cobertos, medidas essas que muito contribuiriam na prevenção da doença. Concluía o comunicado pedindo a Comissão “encarecidamente a todos os habitantes dessa cidade e a cada um em particular que lhe comuniquem sempre a existência de doentes com febre amarela”.<sup>107</sup>

O último apelo era direcionado aos médicos clínicos de Belém, pois solicitava apoio irrestrito e indispensável para os serviços de combate à febre amarela na capital. Este apoio era traduzido através das notificações que seriam encaminhadas à Comissão, “a qualquer hora, com a máxima presteza”, bastava a simples verificação ou suspeita de caso de febre amarela.<sup>108</sup> Por outro lado, especificamente, a mensagem aos clínicos procurava construir uma identidade circunstancial que aproximasse os serviços da Campanha com as práticas médicas

---

<sup>106</sup> Ibid.

<sup>107</sup> Ibid.

<sup>108</sup> “Prophylaxia da febre amarella”, in *Folha do Norte*. Belém, 13 nov., 1910.

realizadas em clínicas, mesmo porque a imagem do renomado sanitarista pesava nessa aproximação e daria visibilidade aos médicos clínicos, que atuariam enquanto co-responsáveis no combate à epidemia. Não por menos, o apelo de Oswaldo Cruz ajudaria a Comissão, a partir do apoio imprescindível dos médicos paraenses, pois estes notificariam a “qualquer hora, com a máxima presteza (...) todos os casos de febre amarela que tiver oportunidade de verificar ou suspeitar no exercício de sua clínica”<sup>109</sup> à Comissão, no Palácio próximo à Praça da República. Até mesmo os casos suspeitos poderiam ser notificados. O auxílio era a prova da colaboração e estima da população, já que a Comissão não poderia ficar desamparada.

A mensagem de Oswaldo Cruz, muito mais que os significados pedagógicos e informativos sobre a etiologia da febre amarela, contém ressalvas ou reminiscências da experiência à frente de campanhas de profilaxia.<sup>110</sup> As epidemias exigem reações imediatas do poder público médico-sanitário. Em outras palavras, percebe-se a estratégia dessa política cientificista de intervenção pública e privada. Digo, não deixa de ser um empenho republicano de saneamento, tão necessário à viabilização das ações sanitárias propostas na mensagem direcionada aos moradores de Belém. O viés autoritário aparece camuflado enquanto intervenção da Campanha pedagógica da “classe” médica. A Revolta da Vacina é um exemplo da limitação das propostas de higienização do espaço social. Por outra lado, a idéia de cidade-laboratório abriu espaço ao reconhecimento científico do bacteriologista, mais especificamente no estrangeiro onde, em Paris e Berlim, Oswaldo Cruz buscava construir a imagem institucional do Instituto Soroterápico Federal.

Ora o governo federal, ainda sob a presidência de Rodrigues Alves, dera sinais de recuo ao apoio sanitarista após os episódios de contestações na capital federal, conseqüentemente Afonso Pena manteve reticências e esvaziou o poder da *DGSP*. Contudo, o governador João Coelho fornecera apoio irrestrito, seja material e/ou financeiro à Comissão, enquanto prova de garantia às exigências do renomado médico. Logo, Oswaldo Cruz buscava cercar-se de cuidados e ressalvas contra possíveis manifestações contrárias à Campanha, daí a mensagem no ardor da febre ser cautelosa.

---

<sup>109</sup> Ibid.

<sup>110</sup> A mensagem divulgada em Belém, trata-se de uma adaptação dos dez “conselhos ao povo” presente no Relatório elaborado por Oswaldo Cruz, em relação aos trabalhos realizados pela repartição da *DGSP*, durante o ano de 1905, confira: CRUZ, Oswaldo. “Meios de evitar a febre amarela: conselhos ao povo”. in *Relatorio* apresentado ao Exmo. Sr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negocios Interiores, pelo Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz, Director Geral de Saude Publica – 1905. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. p. 20-3.

### 3.5 – *Tour de force*: a Campanha dos “semideuses” vai às ruas e moradias e a Dresden.

Em 1910, as bandeiras políticas já não tremulavam como antes, quando da primeira visita ao Pará em 1905, em torno da apropriação simbólica da imagem de Oswaldo Cruz e do senador Lauro Sodré, referente à memória da Revolta da Vacina. Por outro lado, as dissidências político-partidárias evidenciavam o enfraquecimento das bases da oligarquia do velho coronel Antonio Lemos ainda assim com poderes e participando ativamente nos bastidores enquanto senador e intendente de Belém. Durante os primeiros dias de preparativos para o início da Campanha, a memória da Revolta da Vacina não fora evocada para atacar o já renomado internacionalmente Oswaldo Cruz, nem por isso a *Folha do Norte* deixara passar despercebida a crítica ao ilustre chefe da Comissão. A relação deste periódico com o correspondente carioca o *Século*, segundo Habib Fraiha representava “a primeira dose de veneno com que pretendia açular a opinião pública contra a campanha e o Governo”,<sup>111</sup> pois o telegrama enviado à capital federal repercutira e fora publicado na íntegra na *Folha do Norte*:

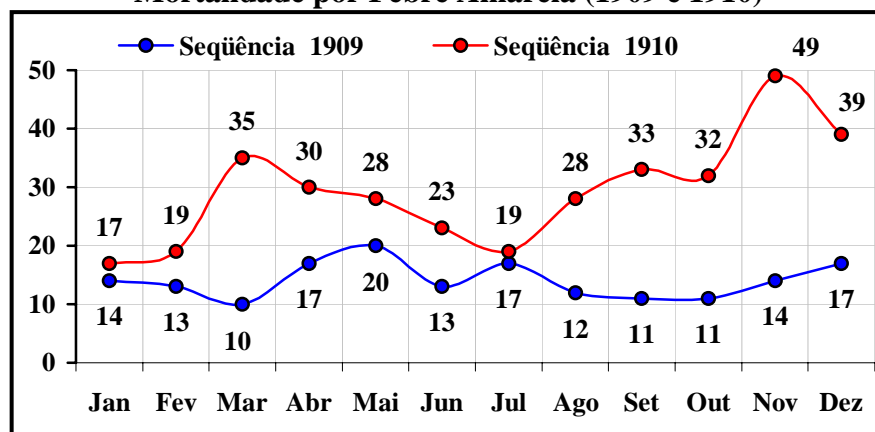
O Dr. Oswaldo Cruz ainda não deu começo aos trabalhos. A opinião publica entende que não havia necessidade de aparato dispendioso para extinguir a febre amarella que de 2 anos para cá tem feito apenas de 1 a 5 vitimas mensalmente em uma população de 150.000 habitantes. Antes pensa que a comitiva organizada no Rio de Janeiro devia vir promover a construção dos esgotos e o fornecimento de água abundante á população, pois o nosso maior mal reside na falta absoluta de água.<sup>112</sup>

O correspondente fora quimérico e malicioso com as informações, pois para atingir o governo e o “aparato dispendioso” montado para a Campanha de profilaxia, procurava trabalhar números irrealistas com a opinião pública. Morava o correspondente na cidade de Argia? Ou desconhecia a mortalidade em Belém? Provavelmente não, porque semanalmente a gazeta *Folha do Norte* publicava os boletins demógrafo-sanitários e também os óbitos diariamente ocorridos na cidade. Vou analisar a mortalidade da febre amarela para contrastar com a opinião do jornalista, cruzando com outra fonte, diga-se de passagem que os boletins de estatísticas demógrafo-sanitários eram publicados e divulgados em Belém; observe o gráfico na pagina seguinte referente a estatística da mortalidade provocada pela epidemia da febre amarela durante os anos de 1909 e 1910:

<sup>111</sup> FRAIHA, Habib. “Crítica de um jornalista”, in *Oswaldo Cruz e a febre amarela no Pará*. Belém: Grafisa, 1972, p. 63.

<sup>112</sup> “Telegrama”, in *Folha do Norte*. Belém, 13 nov., 1910.

Mortalidade por Febre Amarela (1909 e 1910)



Fonte: *Boletim de estatística demographo-sanitaria da cidade de Belém*. Ano VII. Belém-Pa: Imprensa Oficial, dezembro de 1911, p. 325-9.

Primeiramente, o índice de mortalidade era bem superior, entre 1909 e 1910, os últimos dois anos especificados no telegrama. Acompanhe o leitor algumas situações para comparar com os argumentos do jornalista. Ocorreram nesse período nada mais que 521 óbitos por febre amarela (169 e 352 mortes em 1909 e 1910, respectivamente). Isto significa de um ano para outro um aumento superior a 108% na mortalidade, totalizando a média de 21,7 mortes por mês (14,08 em 1909 e 29,33 em 1910), bem distante dos dados fornecidos pelo jornalista de “apenas de 1 a 5 vítimas mensalmente”. Em segundo, a “opinião publica” evocada pelo correspondente vinha padecendo do terrível mal, não por acaso a Comissão Oswaldo Cruz necessitaria de dispendioso material, em relação à construção de esgotos e à falta de água, certamente que seriam medidas plausíveis e salutares, mas não resolveriam o problema. A experiência vivenciada por médicos a partir da Campanha contra a febre amarela em Cuba e, mais especialmente no Rio de Janeiro, demonstrava a urgência de uma Campanha profilática para conter a febre amarela na capital paraense.<sup>113</sup>

Certamente esse telegrama não partilhava de amplo apoio na própria *Folha do Norte*, por mais que tivesse sido aí reproduzido. Provavelmente até mesmo o articulista fora chamado à atenção, uma vez que naquela edição de 13 de novembro procurava “desfazer o embuste”, fazendo mea culpa pelo telegrama e reforçando a idéia de que a Campanha contra a febre amarela se iniciara na própria *Folha do Norte*. Procurava ainda felicitar a presença do sanitarista Oswaldo Cruz em Belém. A memória da Revolta da Vacina e o envolvimento da *Folha do Norte* que reproduzia os discursos políticos do senador Lauro Sodré contra o

<sup>113</sup> Segundo Calvino, Argia é uma cidade invisível que em vez de ar, existe areia, por toda parte e a “umidade abate os corpos e tira toda a sua força; convém permanecer parados e deitados, de tão escuro”. O trocadilho com o articulista me fez pensar se ele [o jornalista] estava em Argia e sem forças, pois como não pode aferir a mortalidade em Belém? CALVINO, Ítalo. “As cidades e os mortos 4”, in *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 116.



governo de Rodrigues Alves foram silenciados. O contexto era outro, valia agora tirar proveito da situação e da presença da comitiva. Fique atento, pois mais à frente voltarei a esta questão.

O esforço dos primeiros dias na preparação do material, vistoria nos bairros da cidade, locais específicos de alojamento e isolamento nos hospitais, transporte de doentes, mudanças na malha viária da Companhia de Bondes, confecção de uniformes, contratação de corpos de trabalhadores inexperientes, treinamento e capacitação na operação de aparelhos de Clayton, vistoria completa e pessoal por parte de Oswaldo Cruz e João Pedroso de Albuquerque, enfim, visavam deixar a organização da Campanha de forma a zelar pela eficiência e sucesso do valoroso empreendimento público e social. Logo, o *tour de force* entrava em ação no dia 12 de novembro de 1910, quando se iniciaram os trabalhos. O Dr. Oswaldo Cruz percorria durante aquela tarde os bairros da cidade de automóvel fiscalizando os trabalhos dos chefes de turma e estabelecendo medidas higienizadoras. O batalhão de guerra composto durante a Campanha era o seguinte: 1 chefe da Comissão, 1 inspetor Geral, 6 inspetores sanitários, 10 médicos auxiliares, 1 administrador, 1 almoxarife, 1 escriturário, 4 chefes de turmas, 20 capatazes, 51 guardas, 25 pedreiros, 25 ajudantes de pedreiros, 5 cocheiros, 3 moços de cocheira, 12 carroceiros, 2 foguistas, 1 bombeiro, 1 ajudante de bombeiro, 2 vigias, 1 copeiro, 340 serventes, num total de 513 homens.

Os ilustres médicos João Pedroso de Albuquerque e Belisario Penna coordenavam uma turma com aproximadamente 40 homens devidamente treinados e fardados, pois eram responsáveis pela polícia de focos e percorreram a rua D. Thomasia Perdigão e adjacências. Esta turma já sob a direção do Dr. Leocadio Chaves noticiava à imprensa que realizara a campanha de expurgo “em diversas casas á travessa 1º de Março, rua Paes de Carvalho, Av. Almirante Tamandaré e outras vias públicas”.<sup>114</sup> Leocadio Chaves ficara impressionado com o tratamento dispensado pelos moradores, sendo recebido sem tumultos ou manifestações injuriosas. Afinal, esse receio permeava as ações dos chefes de turma, em razão dos precedentes de outro novembro. Assim, as medidas tomadas deveriam contornar manifestações contrárias à presença da Campanha nas ruas e moradias, não por acaso a presença de policiais certamente inibiria os moradores.

A remoção de amareletos para o isolamento hospitalar devia ser cautelosa e imediata. Na rua Paes de Carvalho, casa nº 89, fora removido e encaminhado para o Hospital da Ordem 3ª, o português Joaquim Mendes, aproximadamente de 23 anos e recém chegado à

---

<sup>114</sup> “Prophilaxia da febre amarella”, in *Folha do Norte*. Belém, 13 nov., 1910.

capital, pois deixara Portugal há apenas um mês. Nessa moradia encontraram-se verdadeiros focos de mosquito. Enquanto na rua Cametá, casa nº 9, foi encaminhada para isolamento no referido hospital, uma mulher turca de nome Kalib Alsh. As medidas profiláticas foram adotadas, “rigoroso expurgo, sendo desinfectadas a enxofre com o uso das machinas Clayton”.<sup>115</sup> O foco de mosquitos da casa de Joaquim Mendes direcionou outros rigores profiláticos, permanecendo os trabalhadores até às 8 horas da noite no local. *A Província do Pará* publicara os procedimentos de expurgo de uma moradia:

Os moradores foram retirados, passando-se para casas próximas, animais e alguns objetos. Isolados os objetos susceptíveis de deteriorização por meio de sacos de lona, cobertos de papel, é o prédio fechado, todos os orifícios e frestas tapados com papel e o telhado coberto com pano americano. Depois procede-se á cubagem do prédio e conseqüente queimação de grande quantidade de enxofre.<sup>116</sup>

Os dias e as primeiras horas das noites não seriam mais os mesmos, a agitação tomou conta das ruas e moradias em Belém, a rotina da cidade fora fraturada a partir daquele domingo, tanto para os chefes de turmas, como para os corpos de trabalhadores e moradores. Depreende-se o porquê dos esclarecimentos pedagógicos na imprensa por parte de Oswaldo Cruz, pois retirar os moradores do espaço privado e portanto íntimo do cotidiano das relações sociais, para privá-los por algumas horas do lar, geralmente entre duas, três ou quatro horas, não era tarefa fácil. Necessária se fazia a presença do chefe de turma, digo, de um médico experiente e da confiança do renomado bacteriologista, para explicar a necessidade de combate à febre amarela e os procedimentos a serem adotados. Isto não conferia tranqüilidade, muito menos aceitação, cabe lembrar a presença de autoridades policiais a serviço do chefe de turma, presença em si que perfeitamente inibia os moradores. Ainda assim reforço que, na documentação pesquisada não encontrei conflitos envolvendo os moradores e as autoridades (médicos, policiais e corpos de trabalhadores). Muito pelo contrário, as fontes produzidas tendem a reforçar a aceitação da Campanha, deixando qualquer pesquisador “desconfiado” e atento. Observando a iconografia na página a seguir, note o trabalho realizado descrito ainda há pouco em outra fonte. Diga-se de passagem, que as notícias impressas diariamente eram unânimes em descrever o serviço analisado, não havendo cartas, reclamações ou notas de contestação às turmas de trabalhadores do serviço de expurgo nas colunas dos jornais.

---

<sup>115</sup> Ibid.

<sup>116</sup> “Prophilaxia da febre amarella”, in *A Província do Pará*. Belém, 13 nov., 1910.

### Turma de Trabalhadores do Serviço de Expurgo – 1910.



Fonte: Acervo da Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Código: IOC (P) GRUPOS 3-1

Após o isolamento da moradia ou preparação por parte do serviço de expurgo, o trabalho obedecia a determinado padrão. Em seguida alojavam-se os moradores removidos para as casas de vizinhos ou ficavam na rua observando e esperando durante horas o trabalho, podendo retirar alguns objetos e animais. Por conseguinte, os corpos de trabalhadores, com materiais de limpeza, lonas, escadas, carrinhos, vassouras, panos, baldes etc., entravam em cena devidamente fardados com roupas brancas: calças, camisas de meia e de manga brancas abotoadas e chapéus, para facilitar a identificação da equipe, conforme se observa na foto acima, uma equipe do serviço de expurgo composta de 33 trabalhadores, excluindo-se as duas crianças nas extremidades opostas da fotografia, que pousaram para a posteridade. Estes trabalhadores promoviam o isolamento da moradia: primeiramente os objetos da casa eram isolados com “sacos de lona” ou “cobertos por papel”; em seguida isolavam a residência em si com uma grande lona americana. Em frente à casa uma grande vala era cavada para tocarem fogo nos pireto e no enxofre, além do próprio interior da moradia, exalando assim o cheiro peculiar do enxofre pelas ruas de Belém, permitindo assim a morte do *Stegomyia calopus* ou *Stegomyia fasciata*.

Enquanto as horas passavam, o proprietário e/ou responsável pela casa observava curiosamente os serviços de isolamento, o expurgo da casa e a polícia de focos. Não obstante as moradias eram entregues geralmente ao final da tarde ou início da noite e, também, em

horas adiantadas da noite, pois o mosquito não ataca apenas durante o dia. Antes, a equipe entrava em ação novamente para retirar a lona americana, limpar a residência (portas, janelas, paredes e chão); os móveis eram devidamente limpos e arrumados e até o quintal não escaparia da inspeção e execução de trabalhos. As casas ao lado sofreriam o mesmo procedimento, dependendo dos focos de mosquito encontrados e dos casos de doentes com febre previamente analisados. O odor e a fumaça significavam a presença das turmas, pois de longe podia se sentir o cheiro de enxofre que exalava pelo bairro. Além do mais, após o expurgo, o chefe de turma procedia por aproximadamente duas horas à limpeza das moradias, entregando-as aos proprietários ou proprietárias. Logo, observa-se que os moradores chegavam a ficar até às 22 horas na rua para adentrarem novamente o lar.

A Comissão iniciara os trabalhos justamente no mês de novembro, quando os índices oficiais de mortalidade atingiram o pico de 49 mortes no mês. A cidade estava diante de uma epidemia de febre amarela, não sobrando tempo aos médicos para atenderem tantas notificações. Em correspondência de Oswaldo Cruz ao médico particular Sales Guerra, em 15 de novembro, queixava-se êle da falta de tempo e do excesso de trabalho, pois recebera num único dia 21 notificações, sendo 5 em apenas um domicílio:

(...) Passo o dia encarapitado num automóvel, a percorrer a cidade, animando as tropas. Os expurgos se fazem em proporções fantásticas e certas zonas há que só se respira enxofre. Organizamos todo o serviço dentro de 7 dias, contratando para mais de 200 homens inteiramente inexperientes e tendo de fazer confeccionar todo o material, inclusive o uniforme do pessoal. Foi um verdadeiro *tour de force*. Mas é preciso despendar toda essa atividades para corresponder às gentilezas do governo e do povo que nos tratam como a semideuses. O primeiro instalou-nos principescamente num excelente palacete no ponto melhor e mais nobre da cidade e tem-nos facilitado tudo. O povo, de sua parte, nos tem acolhido com a mais cativante delicadeza, sujeitando-se a todos os nossos expurgos e a outras torturantes operações, sempre gentil e amável, prestando-se a ficar no meio da rua até tarde da noite sem alimento. É incrível o grau de infecção da cidade (...)

Os colegas são uns admiráveis companheiros, e o sucesso da campanha com tais elementos é seguro e estou animadíssimo. Não sei quando voltarei porque o serviço ainda apresenta alguns “ressaltos” e só daqui sairei quando ele estiver bem *polido*, bem *brunido*.<sup>117</sup>

Enquanto chefe da Comissão Oswaldo Cruz, nas primeiras horas do alvorecer do dia, reunia-se durante o café da manhã com seus companheiros de trabalho e orientava as ações a serem realizadas; além disso passava praticamente o restante da manhã e da tarde percorrendo de automóvel as ruas de Belém, pois precisava acompanhar de perto as ações dos “subordinados” no intuito de demover o cansaço das tropas. Como relatou a Sales Guerra, os expurgos alteraram a paisagem e o odor da cidade, pois havia zonas aonde se respirava puro

<sup>117</sup> GUERRA, Sales E. op. cit., 1940, p. 539-40.

enxofre. Durante uma semana preparou a Campanha, mapeando meticulosamente as ações e responsabilidades dos chefes de turmas. O *tour de force* sintetiza esse esforço, pois mais de 200 homens inexperientes foram contratados para a Campanha em apenas uma semana. Os demais médicos participavam do treinamento e da elaboração das ações estratégicas. Assim justificava-se o empenho sacrificante em nome do “governo” e do “povo”, que tratavam os médicos da Comissão como “semideuses”.

Essa imagem construída difere bastante da Revolta da Vacina, quando Oswaldo Cruz saíra enfraquecido politicamente uma vez que no governo de Afonso Pena (1906 a 1909), os projetos de saúde pública, tais como a vacina obrigatória e o plano de defesa dos portos marítimos brasileiros não foram bandeiras políticas dos governos, apesar dos acenos positivos. Sendo praticamente forçado a deixar o *DGSP* em 1909, dedicando-se exclusivamente à direção do Instituto, por maior prestígio que tivesse no meio científico, na política a imagem de Oswaldo Cruz estava desgastada. Contudo, fora o trabalho na direção do Instituto que lhe possibilitara o soerguimento após a desastrosa campanha na instituição da vacina obrigatória e a construção de uma instituição especializada no combate às doenças.<sup>118</sup>

O tratamento direcionado por parte do governador João Coelho, que lhe dera carta branca e apoio irrestrito, principalmente financeiro para custear os gastos com a Campanha, conforme as próprias exigências do diretor de Manguinhos, além do governo alojá-lo num Palacete próximo à Praça da República, exaltaram-lhe o ânimo. Concomitantemente, o clima de “infecção na cidade”, a fé na ciência e a recepção harmoniosa seja por parte da imprensa, dos moradores, autoridades eclesiásticas e políticas, ambiente focalizado em apoiar a Campanha, só poderiam animar os trabalhos da Comissão. Não resta-me a menor dúvida dessa imagem harmoniosa, enquanto construção social; por outro lado, não encontrei na documentação pesquisada os conflitos com os chefes de turmas e os moradores, daí a assertiva de tratamento de “semideuses” referir-se simbolicamente ao título atribuído. A imagem da cidade doente causada pela epidemia da febre amarela significava a perda de dividendos aos cofres públicos e aos empresários. Para o governador João Coelho, a febre amarela era definida como o “espantalho do nosso desenvolvimento econômico” por manchar e impedir “o brilho da nossa irradiação social”.<sup>119</sup> Logo, a Campanha profilática assumira ares de progresso e civilização, valores esses dissonantes para a maior parte da população, que vivenciava realidades distintas da *belle époque* belemense.

---

<sup>118</sup> BRITTO, Nara. “O culto à memória”, in *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995, p. 32.

<sup>119</sup> COELHO, João Antonio Luiz. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 7/09/1911. Belém-Pa: Imprensa Oficial, 1911, p. 51.

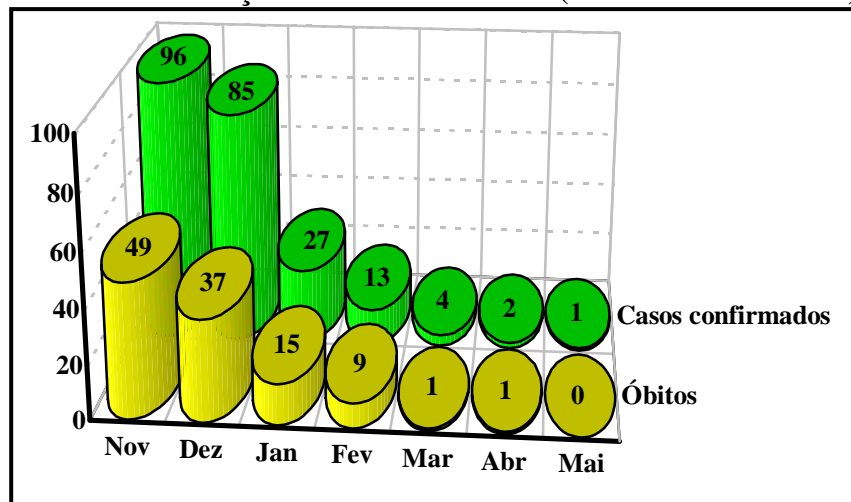
A *Campanha de Profilaxia da Febre Amarela* em nada lembrou então o clima belicoso de 1904 no Rio de Janeiro, a não ser os preparativos para mais um dia de trabalho. De qualquer forma, arrogar-se o tratamento recebido de “semideuses”, faz pensar na diferença social em que se colocaram Oswaldo Cruz e seus fiéis companheiros, pois a impressão que tiveram dos moradores passara pelo acolhimento receptivo, ou melhor, pela sujeição destes ao saber científico, seja dos “expurgos e a outras torturantes operações”. Subserviência construída nos adjetivos cativantes, delicados, gentis e amáveis, qualidades conferidas ao “povo” paraense, pois em nome da cura e da medicação da cidade, o “povo” ficava “no meio da rua até tarde da noite sem alimento”. Os *semideuses* gozavam de autoridade e poder, corpos de trabalhadores e a presença da polícia para evitar qualquer tumulto ou indiferença diante de uma notificação compulsória ou expurgo que fosse realizado. A presença do insigne sanitarista à frente da Comissão fazia-se necessária devido aos “ressaltos”, tais como contratação de trabalhadores, treinamentos, confecções de uniformes, planejamento das ações nos bairros, fiscalização do barracão de alojamento que ficava localizado ao fundo do Palácio do Governo, enfim, o serviço da Campanha deveria estar “bem *polido*, bem *brunido*”.

Assim, diante de um ambiente favorável seu ânimo estava exaltado, pois não lhe fugira a percepção de que a Campanha seria um sucesso, restando apenas lapidá-la antes de passar a gerência ao Dr. João Pedroso de Albuquerque. Enquanto Oswaldo Cruz não avaliara o melhor momento de deixar a cidade, as turmas sob suas ordens estavam trabalhando com a eficiência devida e planejada, tamanho o apoio. Os médicos Serafim da Silva, Leocadio Chaves e Mauricio de Abreu estavam à frente das turmas de expurgo domiciliar (os expurgos das embarcações e no porto caberiam a João Pedro de Albuquerque e ao auxiliar Emygdio de Matos, bem como os dos esgotos e o manuseio do aparelho Clayton); o Dr. Caetano Cerqueira respondia pela polícia de focos nas áreas afastadas do centro de Belém, serviço que no centro ficava sob as ordens dos médicos João Pedro de Albuquerque, Caetano Cerqueira e Belisario Penna, sendo auxiliados por Emygdio de Matos, Tavares de Lacerda e Costa Lima.

Por mais confusos que pareçam as funções exercidas, os médicos se revezavam e auxiliavam-se no comando das turmas, pois o objetivo maior como já enfatizado, era o combate ao mosquito. As vaidades ficariam de lado. Além do mais, essa equipe era bastante experiente, tendo trabalhado com Oswaldo Cruz desde os tempos da *Diretoria Geral de Saúde Pública*, carregando no currículo a Revolta da Vacina e a Campanha contra a Febre Amarela no Rio de Janeiro. Não obstante, migraram para o Instituto de Manguinhos com o atual diretor e todas as credencias e experiências comprovadas. Justamente, as medidas implantadas pela Comissão começaram a surtir o efeito desejado, possibilitando observar-se

no gráfico a seguir a mortalidade e as notificações confirmadas, bem como o decréscimo de óbitos e notificações, digo, o sucesso da Campanha.

**Óbitos e Notificações de Febre Amarela (nov/1910 a mai/1911).**



Fonte: COELHO, João Antonio Luiz. op. cit., 1911, p. 53.

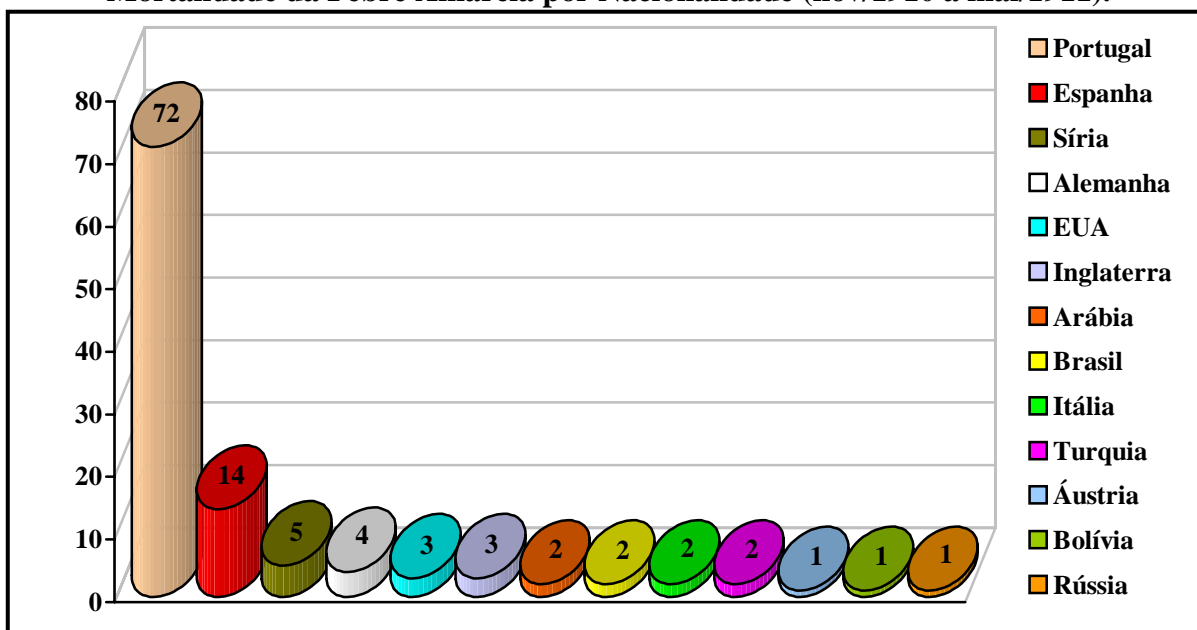
Em relação ao gráfico anterior (se for o caso retorne à página 216) quando analisei a comparação da epidemia entre os anos de 1909 e 1910, houve inegável progresso no combate à febre. Observe que durante o ano de 1910 (352 óbitos) a mortalidade por febre amarela teve um aumento considerável, quando comparada ao ano de 1909 (169 óbitos), sendo 108% maior a mortalidade então. Obviamente a evidência ajuda a perceber o quanto a epidemia grassava na cidade atingindo os moradores. Já os números oficiais apresentados pelo Dr. João Pedroso de Albuquerque ao governador João Coelho, reproduzidos na *Mensagem* de 1911, possibilitaram-me consolidar e construir o gráfico sobre “Óbitos e Notificações de Febre Amarela”. Assim, a Campanha que se iniciara justamente em novembro de 1910, quando os óbitos atingiram 49 pessoas – o auge da virulência – obtinha resultados satisfatório.

A partir das medidas sanitárias e higienizadoras observa-se no gráfico acima que, num intervalo inferior a sete meses, o decréscimo da mortalidade fora significativo, apenas 112 pessoas no período em questão. O otimismo renovava-se com a queda da mortalidade notando-se já em dezembro apenas 37 óbitos sendo ainda melhores os resultados em janeiro e fevereiro (15 e 9 vítimas fatais, respectivamente). Em março, praticamente, os médicos haviam controlado a epidemia, mas o chefe da Comissão Dr. João Pedroso de Albuquerque estava ainda comedido e receoso com o “terror da morte”. Não era o momento de brindar à vitória e doravante seria uma questão de tempo e trabalho. No mês de maio a epidemia da febre amarela estava finalmente erradicada. Paralelamente ao número de óbitos e de forma diretamente proporcional verificam-se os casos confirmados ou notificações positivas da

doença diminuir. A redução drástica sentida ao longo dos meses e que atingiu 228 pessoas nesse período teve o decréscimo visível em março, com apenas quatro casos. No entanto o médico ainda temia o recrudescimento da doença; por isso o receio; enquanto que a média de novembro a fevereiro correspondera a 24,23% notificações (apenas nos quatro primeiros meses as notificações representaram 96,929% dos casos confirmados), diante da média bem inferior dos meses subsequentes, ou seja, apenas 1,023%.

A Comissão cumprira o acordo de demover a febre amarela em seis meses. Outrossim, é necessário ainda adentrar mais uma vez no *tour de force* que possibilitou o compromisso firmado em contrato por parte dos “semideuses” da ciência. Dos 112 óbitos provocados pela epidemia, Oswaldo Cruz informa incisivamente através da correspondência enviada a Sales Guerra analisada há pouco, haver um excesso de trabalho diante de tantas notificações e, mais ainda, a impressão sobre a epidemia em Belém, pois considerava “incrível o grau de infecção da cidade: os turcos, especialmente, têm sido dizimados na atual epidemia!”.<sup>120</sup> Os resultados da Campanha desmentem o posicionamento do higienista.

**Mortalidade da Febre Amarela por Nacionalidade (nov/1910 a mai/1911).**



Fonte: Apud. AMARAL COSTA, Carlos Alberto. op. cit., 1972, p. 191.<sup>121</sup>

A mortalidade por nacionalidade corrobora a tese defendida nas estatísticas do inspetor sanitário do estado, Dr. Américo de Campos e das autoridades oficiais, isto é, a febre amarela significava o terror dos estrangeiros. Das 112 vítimas apenas duas eram brasileiras e

<sup>120</sup> GUERRA, Sales E. op. cit., 1940, p. 539-40.

<sup>121</sup> Segundo Amaral Costa os dados foram retirados do “livro especial de sepultamento” das vítimas da febre amarela durante a atuação da Comissão. O livro pertencia ao Arquivo do Cemitério de Santa Isabel. Nas estatísticas oficiais há o registro de 112 vítimas, conforme dados apresentados pela Comissão.



um paraense. Os portugueses e espanhóis respondiam a 76,78%; enquanto sírios, alemães, estadunidenses e ingleses totalizavam 15%; os árabes, brasileiros, italianos, turcos, austríacos, bolivianos e russos eram 9,82%. A informação de Oswaldo Cruz, referente à nacionalidade, dos turcos, estava longe da realidade; somente duas mortes foram registradas, ou seja, 1,78% dos óbitos. Portanto, em vez dos turcos, quem padeciam principalmente com a epidemia foram os portugueses, 72 vítimas ou 64,28% dos óbitos; seguidos por espanhóis 14 mortes ou 12,5% do total. Outrossim, em relação à mortalidade por faixa etária, a incidência de vítimas correspondia à seguinte classificação: 0 a 10 anos (2), 10 a 19 anos (16), 20 a 29 anos (63), 30 a 39 anos (21), 40 a 49 anos (6), 50 a 59 anos (2) e 60 a 69 anos (2). A mortalidade entre os 10 a 49 anos correspondera a 94,64%, com destaque maior para as idades entre 20 a 29 anos (56,25%). Em relação ao estado civil, do total das 110 vítimas, 84 eram solteiros, 42 casados, 3 viúvos e 1 ignorado, não se contando duas crianças menores de 10 anos. Assim, justificava-se o serviço de vigilância médica em relação aos estrangeiros que mais padeciam com a febre amarela, mas nem por isso os nacionais estariam fora da Campanha; cabe ressaltar ainda que morreram 94 homens e 18 mulheres.<sup>122</sup> O terror dos estrangeiros afastava do estado a mão-de-obra imigrante e capital financeiro, preocupação recorrente em diversos discursos oficiais. Logo, no âmago da preocupação do governo, um dos significados da Campanha era nitidamente comercial, tendo nos médicos a resposta viável à solução da barreira econômica.

O médico Habib Fraiha ao focar a Campanha, apoiou-se basicamente em copilar a documentação, mas nem por isso tornou-se desmerecedor de lançar-se à vida literária em 1972, ano do centenário de nascimento de Oswaldo Cruz. Preocupou-se, entre outras coisas, em amarrar os resultados dos serviços dos trabalhadores. Assim, em novembro de 1910 foram visitados 5.085 prédios por parte dos chefes de turmas e inspetores sanitários, sendo extintos pelos corpos de trabalhadores 9.973 focos de mosquitos e larvas. Dos prédios visitados, 305 casas foram expurgadas, além da utilização do aparelho Clayton nos expurgos de 7.925 esgotos subterrâneos e “petrolizaram-se 376 bocas de lobo”. Nas mediações fluviais da orla das Docas e do mercado do Ver-o-Peso, o Dr. João Pedro de Albuquerque, em companhia do inspetor auxiliar Emygdio Matos, visitaram 150 barcos, dos quais foram extintos 182 focos de larvas, sendo expurgados ainda mais 5 navios. As valas abertas corresponderam a 1.046 metros e ainda limparam-se 2.020 metros de valas, tendo sido endireitados mais 200 metros. Os terrenos e poços aterrados foram 225 e 54, respectivamente, além de 8 sarjetas desobstruídas. As turmas de branco, em alusão aos uniformes usados, calafetaram 719 caixas

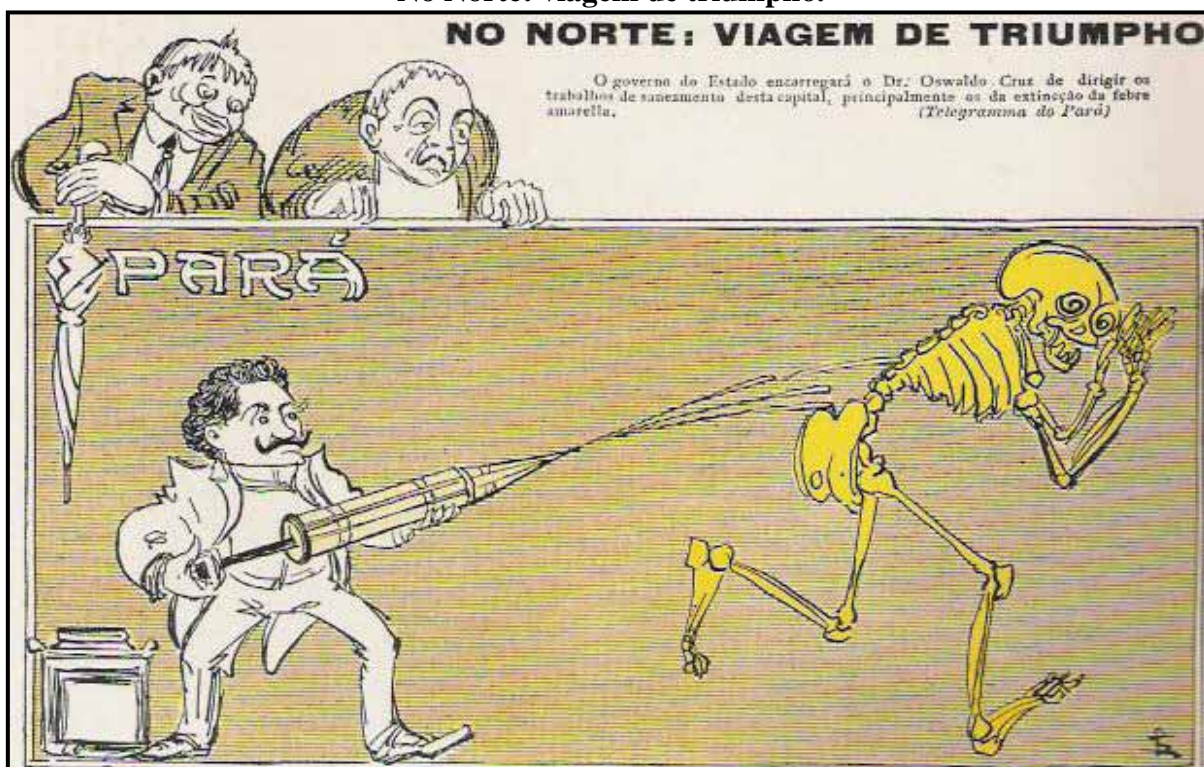
---

<sup>122</sup> AMARAL COSTA, Carlos Alberto. op. cit., 1972, p. 191. Os dados sobre faixa etária, estado civil e sexo foram colhidos também no “livro especial de sepultamento”.

de descarga e 248 caixas de água e lavaram-se mais 86, tamanha a falta de higiene encontrada no interior e quintal das moradias. Nada mal diante dos 172 casos suspeitos e apenas 96 confirmados para o mês de novembro.<sup>123</sup>

Chega! Prometo não mais entediar os leitores com esses números cansativos, mas necessários para entender tanto o perfil dos moradores, como a ação dos trabalhadores uniformizados na Campanha, que foram silenciados na documentação produzida. De qualquer forma, observa-se o trabalho dantesco e exaustivo nessa guerra aberta contra o *Stegomyia*. A leitura ficará mais interessante a partir deste ponto. Confira a análise da *charge* publicada n' *O Malho*, mas antes observe atentamente a iconografia e os diálogos:

### No Norte: viagem de triumpho.



*Oswaldo*: – Comigo é isto, hein? Você ha de sahir por esse HUMARIZAL até VER O PEZO da minha força... Comigo ninguém pode!...

*Lemos e Zé*: – Ahi, seu Oswaldo! Faça azulizar essa Amarella por esses verdes afora...

*Ella*: – Cruzes, Oswaldo!... Cruzes!..."

**Fonte:** Revista *O Malho*, Rio de Janeiro.<sup>124</sup>

A viagem de triunfo reportada pela revista *O Malho* traz na epígrafe da *charge* a nota de um *Telegrama do Pará*, onde se lê: “O governo do Estado encarregará o Dr. Oswaldo Cruz de dirigir os trabalhos de saneamento desta capital, principalmente os de extinção da febre

<sup>123</sup> FRAIHA, Habib. “A campanha de profilaxia”, in op. cit., 1972, p. 71.

<sup>124</sup> A *charge* foi reproduzida de Edgard Falcão. Geralmente, Oswaldo Cruz recortava e datava as *charges*, designando a data e o periódico da publicação. Nesta não há referência na reprodução e não consegui até o momento identificar o caricaturista, apesar de estar rubricado e os traços lembrarem os “rabiscos” do cearense Leônidas. Cf. CERQUEIRA FALCÃO, Edgard de. op. cit., 1971, p. CCXXVI.

amarela”. Por o verbo estar do futuro do presente do modo indicativo, trata-se de um telegrama anterior à chegada da Comissão ao Pará, evidenciando tratar-se do ano de 1910, ainda mais porque, em 1911, as *charges* publicadas têm outro teor em relação ao intendente municipal Antonio Lemos. As mensagens do diálogo da caricatura retratam peculiaridades da cidade, como o nome do bairro Umarizal e o mercado do Ver-o-Peso, numa referência de que a Campanha estava em curso nos bairros de Belém. Por outro lado, a *charge* chama atenção na parte superior, à observação atenta de Zé Povinho e do intendente Antonio Lemos, lado a lado na torcida e que em coro bradam pelo sucesso de Oswaldo Cruz, pedindo ao sanitарista para “azular” a febre amarela, no sentido de apoiá-lo no expulsar o esqueleto amarelo ou a febre amarela da cidade.

Portando um guarda-chuva e alinhado terno e gravata, Zé Povinho traz no semblante a vivacidade de um sorriso brejeiro e olhos atentos, bem distintos dos do ilustre político ao lado; Antonio Lemos não passa de um velho carcomido afinal os seus 68 anos de idade denotam, na caricatura, um político moribundo e sem alegria, cabisbaixo, olhar e semblante acabrunhados, observando o esqueleto da febre amarela fugindo da seringa. Ao contrário, aparentando vigor físico e empunhando enorme seringa, Oswaldo Cruz lança sua poderosa arma de batalha, a vacina, sobre o esqueleto da febre amarela, ameaçando expulsá-la do bairro “Humarizal”, sendo que o chargista faz um trocadilho com o mercado do Ver-o-Peso, no sentido de denotar o peso da força e a autoridade máxima do bacteriologista, não restando ao esqueleto da febre amarela senão proteger-se e correr da vacina. Veja-se ainda o trocadilho literário com o sobrenome de Oswaldo significar o clamor de suplício e aflição d’Ella (a febre amarela).

A partir de dezembro, o próprio Dr. João Pedroso de Albuquerque fiscalizava e participava dos serviços tal como o “mestre” incentivando os corpos de trabalhadores na ausência de Oswaldo Cruz uma vez que a Campanha estava nas ruas e moradias e o sanitарista, animadíssimo, julgara o momento oportuno para deixar o Pará, pois precisava organizar o material para apresentar em outra missão. Transferira o comando da Campanha ao amigo, inspetor geral e subchefe Dr. João Pedroso de Albuquerque. O governador João Coelho com outros médicos e políticos deixaram-no pessoalmente no Trapiche da Pesca, em 4 de dezembro de 1910. Oswaldo Cruz embarcou por volta das 17 horas para o Rio de Janeiro, a bordo do paquete *Brasil*.<sup>125</sup> Essa viagem havia sido igualmente acordada com o governador João Coelho, uma vez que precisaria ausentar-se de Belém, pois estava incumbido de

---

<sup>125</sup> *A Província do Pará*. Belém. 6 dez., 1910.

organizar e preparar com Carlos Chagas a seleção e organização de substancial material a ser exposto em maio de 1911, na cidade de Dresden, capital da Saxônia, na Alemanha, durante a *Exposição Internacional de Higiene e Demografia*, onde o Brasil teria um “Pavilhão” próprio. Por isso, cuidou pessoalmente da instalação do *tour de force* para iniciar a Campanha, pois firmara a palavra prometendo-lhe o sucesso da Comissão ao governador paraense contra o *Stegomyia fasciata* (depois chamado de *Aedes aegypti*).

Da capital federal, o Dr. Oswaldo Cruz seguira viagem a bordo do navio *Princesa Malvada* com destino à Europa. O *tour de force* da Campanha atravessara o oceano Atlântico, ajudando o governador João Coelho mais ainda na propaganda do estado de erradicação da febre amarela; certamente que essa viagem contribuiria na imagem do estado que não medira esforços para expulsar o terror dos estrangeiros, principalmente na Alemanha e no Brasil. No entanto, alguns contratemplos tiraram-lhe o sono na Europa. Às vésperas da abertura da Exposição, o material brasileiro ainda não havia chegado, o que não representava um grave problema porque a Exposição duraria seis meses. Estava contudo Oswaldo Cruz “nervosíssimo e indeciso”: havia sido nomeado para organizar a Convenção na França, no dia 26 de maio de 1911, e pairava-lhe a dúvida: viajar para Paris ou retornar a Belém.<sup>126</sup>

Em Paris, a Convenção significava uma excelente oportunidade na difusão e afirmação da medicina experimental realizada no Instituto de Manguinhos; ainda assim, um eventual fracasso da Campanha em Belém colocaria em situação delicada o diretor do Instituto e, conseqüentemente, a credibilidade da instituição em eventuais contratos com as instituições públicas e privadas. De qualquer forma o material citado chegou no início de maio à Alemanha e, em função do atraso, havia pressa em organizar a *Sala do Pavilhão Brasileiro*.<sup>127</sup> Assim, a amostra brasileira reunia desde mapas, fotografias e estatísticas da Campanha contra a febre amarela no Rio de Janeiro e, até, os primeiros resultados da Campanha em Belém. Contava ainda com a exibição de soros e vacinas, uma coleção de mosquitos e outros insetos brasileiros.<sup>128</sup>

<sup>126</sup> Carta de Oswaldo Cruz endereçada à “Miloquinha”. Seding Hotel: Europaeischer Hof/. Dresden – Alemanha, 5 mai., 1911. *DOSSIÊ Viagens à Europa - 1911/1916. – Expedições Científicas de Manguinhos*. Correspondência pessoal. Acervo da Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz – DAD.

<sup>127</sup> “(...) o tempo está custando passar. Nossa vida em Dresden agora é muito cacete: visitas, retribuição de visitas, cumprimentos, festas, jantar etc. Enfim toda a serie de cousas que, como sabes odeio.” Carta de Oswaldo Cruz endereçada à “Miloquinha”. Seding Hotel: Europaeischer Hof. Dresden – Alemanha, 10 mai., 1911. *DOSSIÊ Viagens à Europa - 1911/1916. – Expedições Científicas de Manguinhos*. Correspondência pessoal. Acervo da Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz – DAD.

<sup>128</sup> FONSECA FILHO, Olympio da. “O instituto Oswaldo Cruz na Amazônia”, in *Oswaldo Cruz monumenta histórica*. A Escola de Manguinhos: contribuição para o estudo do desenvolvimento da medicina experimental no Brasil. v. II. tomo II. São Paulo: [s.n.], 1974, p. 140.

**Sala do Pavilhão Brasileiro.  
Exposição Internacional de Higiene e Demografia – Dresden (1911).**



**Fonte:** Acervo da Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Código: IOC (P) GRUPOS 3-1.

Apesar de estar além-mar do Brasil e da repercussão internacional da Exposição, nas palavras do Dr. Lechmann, os “senhores não trouxeram para aqui uma exposição, mas sim uma escola acadêmica, na qual nós todos temos que aprender e estudar”.<sup>129</sup> Em suma, o sucesso do *Pavilhão Brasileiro* era inegável cientificamente. Além disso, a ansiedade aumentava e as manifestações de apreço o incomodavam mais ainda.<sup>130</sup> A indecisão também, mas prudentemente aceitara a pressão para voltar ao Pará. Por enquanto, adiantando ao leitor tratar-se da crise econômica da borracha no Pará, que ameaçava paralisar a Campanha e mais adiante retorno a esta questão. Com saudade dos companheiros e amigos que deixou em Belém, escreveu de Veneza, em 26 de março de 1911, uma carta ao amigo João Pedroso. Nesta, observa-se a expectativa em relação à *Exposição Internacional*, pois o material sobre a doença de Chagas iria “prender a atenção” de pesquisadores e, também, “as plantas do Pará, lá figurarão como elementos de primeira ordem”.<sup>131</sup> Despedia-se escrevendo que pretendia estar em fins de maio ou início de junho em Belém, dependendo do navio que tomaria. Além do mais, voltaria acompanhado da filha Lizete (Elisa Cruz), que cuidava da saúde do pai na Europa e nunca esteve no Pará, como testemunha e prova ao “povo” belemense do sucesso da Campanha; em outras palavras, por sua filha ser uma “não imune” iria demonstrar que ela

<sup>129</sup> FRANCO, Odair. “Campanhas de Oswaldo Cruz”, in *História da febre-amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Brasileira LTDA, 1969, p. 93. (Ministério da Saúde – Departamento Nacional de Endemias Rurais).

<sup>130</sup> Carta de Oswaldo Cruz endereçada à “Miloquinha”. Seding Hotel: Europaeischer Hof. Dresden – Alemanha, 5 de Maio de 1911. *DOSSIÊ Viagens à Europa – 1911/1916 – Expedições Científicas de Manguinhos*. Correspondência pessoal. Acervo da Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz – DAD.

<sup>131</sup> GUERRA, Sales E. op. cit., 1940, p. 543-4.

poderia perfeitamente dormir “sem cortinado” ou proteção contra os mosquitos, tamanha a confiança depositada nos trabalhos dos “inigualáveis companheiros de trabalho”.<sup>132</sup>

Oswaldo Cruz procurava manter-se informado através de correspondência com o chefe interino, o Dr. João Pedroso de Albuquerque, a respeito da Campanha em Belém. Este, ao assumir a direção da Comissão, procurou estabelecer as medidas de vigilância sanitária do Porto de Belém, projeto vislumbrado por Oswaldo Cruz em 1905 e que traçou o plano de defesa dos portos brasileiros. Antes da viagem à Alemanha, eles percorreram a baía de Guajará traçando planos de inspeção sanitária: distância de fundeamento das embarcações, locais de atracamento nos trapiches, expurgos e outros.<sup>133</sup> Assim, o Dr. João Pedroso reuniu-se no dia 5 de dezembro, juntamente com representantes de companhias de navegação, atendendo ao pedido do Diretor do 3º Distrito Sanitário Marítimo do Estado do Pará, Dr. Jeronymo Martina Gesteira, para traçarem um plano de impedir a entrada de mosquitos, larvas e pessoas doentes com febre através de embarcações via porto de Belém, podendo o desembarque ser feito somente após inspeção médica, destacando-se a prática dos serviços de expurgo.<sup>134</sup>

Em função de a epidemia ter sido controlada desde abril, a partir do mês de maio o Dr. João Pedroso de Albuquerque decidira canalizar as atenções e serviços dos chefes de turmas para a vigilância sanitária de forma mais rigorosa e implacável no intuito de impedir a importação de focos de mosquitos e o desembarque de doentes amarelentos na cidade, atitude esta nitidamente defensiva para impedir a volta da epidemia, pois em Manaus a febre amarela continuava grassando e o perigo de importação assustava a Comissão. Logo, essas ações concentravam-se na polícia de focos, verificação das notificações e isolamento dos enfermos.<sup>135</sup> O desembargador Augusto Olympio de Araujo e Souza, a respeito do sucesso atingido pela Campanha contra o “temeroso espantalho para o estrangeiro que aqui aportava”,<sup>136</sup> relatara que até mesmo os mais otimistas ficaram surpresos com os resultados “obtidos pois a todos parecia tarefa não facil essa de sanear, em tão curto lapso de tempo, uma cidade como a nossa, desprovida ainda de todos os aparelhos necessarios a um bom serviço de hygiene publica”.<sup>137</sup>

---

<sup>132</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>133</sup> *A Província do Pará*. Belém, 11 nov., 1910.

<sup>134</sup> *A Província do Pará*. Belém, 6 dez., 1910.

<sup>135</sup> COELHO, João Antonio Luiz. op. cit., 1911, p. 56.

<sup>136</sup> SOUZA, Augusto Olympio de Araújo e. op. cit., 1912, p. 55.

<sup>137</sup> Id. Ibid., p. 56.

Na Europa chegavam notícias sobre a crise da borracha que preocupavam Oswaldo Cruz e quando recebeu o telegrama do Dr. João Pedroso sobre os desdobramentos da crise econômica no estado do Pará e a ameaça de paralisação da Campanha agressiva contra a febre amarela representada pelas dificuldades dos cofres públicos, justamente quando a epidemia tinha sido erradicada, o responsável direto foi obrigado a se decidir. Segundo a carta enviada a Miloquinha, o telegrama o preocupava: “(...) Tive hoje grande dissabor recebendo um telegrama de Pedroso em que diz querer o Governador do Pará suspender os serviços de prophylaxia por dificuldades financeiras.”<sup>138</sup> Não titubeou mesmo diante do cargo de assumir a direção da Convenção de Paris, demonstrando enorme preocupação:

Já não quero falar do prejuízo material que vou ter mas da responsabilidade enorme que me atribuirão da volta da f. a. no Pará desde que suspendam os serviços. Acho que são tramoias de um sujeito que se diz capaz de continuar a fazer nosso serviço com a perfeição com que está sendo feito. Enfim tudo isso foi para mim motivo hoje de grande amofinação e hoje mesmo telegrapei ao Pedroso dizendo que fizesse sentir ao Governador a gravidade do passo que ia dar.<sup>139</sup>

O dissabor do telegrama amofinou Oswaldo Cruz, o governador João Coelho sofria pressões internas diante das dificuldades financeiras do estado e o tenso clima político, mas o sanitarista tinha outra suspeita, recaindo sobre a inveja de outro médico que poderia a toque de pedra continuar a Campanha. Curiosamente, não encontrei contestações por parte de médicos, muito menos tramóias de qualquer médico no estado do Pará referente à alusão de paralisação e/ou substituição do comando da Campanha; muito pelo contrário, o governador João Coelho enfatizara o cumprimento do contrato. Outrossim, fica evidente na fala de Oswaldo Cruz a identificação do governador na suspensão dos serviços, como escrevera o chefe interino, o Dr. Pedroso de Albuquerque. Nota-se a preocupação com os prejuízos materiais, os custos da Campanha, pois a volta da febre amarela seria desastrosa. A ansiedade por voltar ao Pará era justificada e pesava-lhe a consciência, imaginando as críticas e pressões que lhe imputariam os adversários à responsabilidade do retorno da epidemia, haja vista a possibilidade da prática de cura oficial ser colocada contra a parede, desautorizando a reputação científica de Oswaldo Cruz, coincidentemente conquistada na Alemanha, durante o XIV Congresso Internacional de Higiene, em Berlim de 1907.<sup>140</sup>

Enquanto Oswaldo Cruz não retornava da Europa, recaía a responsabilidade sobre o Dr. Pedroso de Albuquerque em demover o governador da ameaça de paralisação e da

<sup>138</sup> Carta de Oswaldo Cruz endereçada à “Miloquinha”. Seding Hotel: Europaeischer Hof. Dresden – Alemanha, 26 abr., 1911. *DOSSIÊ Viagens à Europa – 1911/1916 – Expedições Científicas de Manguinhos*. Correspondência pessoal. Acervo da Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. – DAD.

<sup>139</sup> Ibid.

<sup>140</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. op. cit., 2000.

“gravidade do passo que ia dar”. Neste sentido, encarregava-se o chefe interino de apresentar relatórios sobre a Campanha e o afastamento da pecha no exterior da febre amarela, bem como no Brasil, medida que visava ganhar tempo. Em 19 de maio, o Dr. Oswaldo Cruz deixara o *Congresso Internacional de Microbiologia e a Sala do Pavilhão Brasileiro*, durante a *Exposição Internacional de Demografia e Higiene*, aos cuidados do Dr. Figueiredo Vasconcelos. A bordo do navio inglês *R. M. S. Antony* escrevera, em 5 de junho, a Sales Guerra que, por ser um verdadeiro “Ashaverus”, estava retornando a Belém, para “atender ao pedido do Pedroso, que está pedindo auxílio para evitar que, em virtude da crise da borracha, nosso serviço não venha a sofrer”<sup>141</sup> qualquer interrupção. O discurso ao governador não poderia ser mais convincente, argumentara que os resultados eram os melhores possíveis e magníficos, considerando extinta a febre amarela na forma epidêmica, restando eliminar os focos da doença para evitar o surgimento da epidemia, que significaria um novo “incêndio ateadado, e é isso que vou dizer e provar aos governantes da terra”<sup>142</sup>.

Chegando em Belém no dia 8 de junho a bordo do paquete inglês *Antony* na companhia da filha Elisa Cruz, atracou no cais da *Port of Pará*. O capitão Cassulo de Melo do paquete *Antony*, Jeronymo Martina Gesteira e Lindolpho Campos do 3º Distrito Sanitário Marítimo, o Dr. João Pedroso de Albuquerque e os médicos da Comissão, representantes da imprensa e cavalheiros saudaram ovacionalmente Oswaldo Cruz, que seguiu de carruagem até o Palacete no Largo da Pólvora.<sup>143</sup> Durante a noite “um grupo de senhoras da nossa melhor sociedade”, na figura de Mlle. Maria Lisboa deram as boas vindas a Elisa Cruz, oferecendo-lhe um ramalhete de flores. Contudo o bacteriologista era bastante avesso as homenagens e pouco participara.<sup>144</sup> Pela sexta vez o Dr. Oswaldo Cruz voltava a Belém e estava mesmo preocupado com a questão do erário e da crise econômica que ameaçavam os êxitos obtidos pela Campanha até então, tanto que confidenciou em carta de 13 de junho ao amigo Sales Guerra: “Outra coisa má é a crise terrível da borracha e a conseqüente falta de dinheiro que nos está ameaçando, bem que o pagamento do pessoal da Comissão esteja em dia até hoje”.<sup>145</sup> Outrossim, o governador João Coelho garantiu que não faltariam recursos e a Campanha não seria paralisada, aliás, sequer foi afetada pela crise da borracha, pois os salários não atrasaram. De qualquer forma, as preocupações do Dr. Pedroso de Albuquerque tinham

<sup>141</sup> GUERRA, Sales E. op. cit., 1940, p. 548.

<sup>142</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>143</sup> “Dr. Oswaldo Cruz”, in *A Província do Pará*. Belém, 9 jun., 1911.

<sup>144</sup> “Echos e noticias”, in *Folha do Norte*. Belém, 12 jun., 1911. Ocorreram outras homenagens: o pic-nic na Ilha de Tatuoca, onde participaram Elisa Cruz, Maria Chaves Penna (filha de Belisario Penna), “senhoritas de nossa sociedade e grande numero de cavalheiros”. Cf. “Echos e noticias”, in *Folha do Norte*. Belém, 13 jun., 1911.

<sup>145</sup> GUERRA, Sales E. op. cit., 1940, p. 539-40.



sentido e após o Dr. Oswaldo Cruz inteirar-se da Campanha, em 12 de junho elaborou breve relatório que entregara ao governador:

Exmo. Sr. Governador.

Cumpro o agradável dever de levar ao conhecimento de V. Exa. que já não grassa a febre amarella, sob a forma epidêmica, na capital do Estado do Pará.

Pelos boletins que a V. Exa. têm sido regularmente apresentados pelo Sr. Dr. J. Pedroso, (...) pode V. Exa. acompanhar o declínio progressivo e rápido dos casos e óbitos da febre amarella (...).

Está, pois, cumprida a primeira parte do compromisso tomado no contrato, que, com V. Exa. tive a honra de fazer.

Não está, porém, erradicada a moléstia da cidade (...).

Mas justamente agora, entramos no período mais crítico da campanha.

É a luta contra o inimigo invisível que não se manifesta por ação ofensiva alguma e que aguarda a diminuição ou ausência da vigilância em que é tido para irromper de novo (...).<sup>146</sup>

Gonçalves Cruz não acrescentou informação alguma que já não soubesse o chefe de estado, pois o próprio Pedroso de Albuquerque emitia boletins informado-o da erradicação da epidemia de febre amarela, através do “declínio progressivo” das notificações e óbitos. Impressiona a veemência em recuperar os termos firmados em contrato, haja vista que a primeira parte da missão, isto é, a Campanha agressiva havia sido cumprida; logo, não era momento para recuar. Portanto, doce ilusão concluir que estava erradicada a “moléstia da cidade”, pois considerava o próximo passo, como o período mais crítico da Campanha, em razão do “inimigo invisível” poder voltar diante de uma “ausência de vigilância” efetiva dos focos e dos estrangeiros.<sup>147</sup> Preocupação precedente, pois o trânsito de passageiros das embarcações de Manaus e oriundos da *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*, onde a epidemia continuava grassando, poderia facilitar a reimportação do “monstro” da febre amarela, para usar o significado atribuído por Ulysses Reimar. Restava à Comissão concentrar-se nos antigos focos para, num prazo de seis meses o “mal estar completamente erradicado”.<sup>148</sup>

Assim, a providência “que viesse modificar o aparelhamento de prophylaxia defensiva e agressiva actual, com a orientação que tem, traria como consequencia fatal o reaparecimento da febre amarella”.<sup>149</sup> Logo, não era o momento do governo recuar diante das evidências que rondavam o estado, além do mais, os argumentos de Oswaldo Cruz foram incisivos com o governador, para que “se leve a termo a humanitária campanha que V. Exa. empreendeu”.<sup>150</sup> A crise financeira ameaçava interromper a Campanha, conforme escrevera a Sales Guerra e o teor do relatório apresentado ao governador reforça esta preocupação, pois a

<sup>146</sup> COELHO, João Antonio Luiz. op. cit., 1911, p. 52-3.

<sup>147</sup> Id. Ibid., p. 53.

<sup>148</sup> GUERRA, Sales E. op. cit., 1940, p. 539.

<sup>149</sup> COELHO, João Antonio Luiz. op. cit., 1911. p. 53.

<sup>150</sup> Id. Ibid. loc. cit.

orientação do governador, digo, a pressão sofrida por ele, procurava “modificar o aparelhamento de prophlaxia”. Até aquele momento os gastos foram altíssimos para os cofres públicos que sentia os reflexos da crise econômica. As despesas da Campanha foram as seguintes:

**Custo da Campanha (nov/1910 a mai/1911).**

Novembro	235:166\$169
Dezembro	175:589\$418
Janeiro	169:691\$640
Fevereiro	135:944\$907
Março	148:633\$781
Abril	120:990\$677
Maior	105:385\$931
<b>Total</b>	<b>1.091:392\$423</b>

**Fonte:** CARDOSO, Eleyson e BRITTO, Rubens da Silva. “João Coelho, Oswaldo Cruz e a febre amarela, em Belém”, in *A febre amarela no Pará*. Belém: SUDAM, 1973, p. 94.

A partir dos dados acima, de José Cyriaco Gurjão, nota-se que no início da Campanha, apenas nos meses de novembro e dezembro, as despesas atingiram 410:755\$587, enquanto em 1911 os gastos foram da ordem de 680:636\$836 e, principalmente, que a diminuição dos gastos não tinha relação direta com a crise econômica, mas com os custos da Campanha pois, conforme recuava a epidemia, os gastos obedeciam a trajetória de queda, sendo consumido um total de 1.091:392\$423. Oswaldo Cruz dava por encerrada a primeira parte da Campanha, traçava agora os planos para a erradicação completa, ressaltando que na segunda fase as despesas seriam infinitamente menores, aliviando os cofres estaduais. O sucesso até aquele momento era partilhado, “sobretudo à índole ordeira e bondosa do povo paraense”.<sup>151</sup> Ressalte-se que, na documentação pesquisada, não encontrei manifestações contrárias à Campanha por parte dos moradores. Logo, não por acaso, os regulamentos de saúde pública estadual e federal em relação ao uso da força policial sequer foram necessário, como previra o governador. Por outro lado, na documentação encontrei com frequência, o caráter “ordeiro do povo paraense”. A classe médica também é constantemente lembrada pelos auxílios prestados nas clínicas, que ajudavam na notificação de casos de febre. A imprensa paraense de longe lembrava o ambiente hostil ao ser comparada à imprensa carioca, pois ajudava na divulgação de informações da Campanha, sendo um importante instrumento pedagógico e profilático no auxílio da Comissão dando especial atenção aos companheiros do

<sup>151</sup> Id. Ibid., p. 54.

Rio de Janeiro que deixavam seus lares, famílias e outros compromissos particulares, para abraçarem um “ideal” na realização da “obra de interesse nacional”.<sup>152</sup>

As três obras que abordam a Campanha empreendida por Oswaldo Cruz contêm a tese de uma união entre os órgãos de imprensa em torno de um ideal comum, nas palavras de Amaral Costa, “marginalizaram a política e o antagonismo”, em prol da Campanha e da saúde pública.<sup>153</sup> Pautando-se na caracterização de uma imprensa instrutiva e, portanto, não combativa à Comissão. Cabe ressaltar que esses escritores são médicos e os trabalhos referidos privilegiam compilar e justapor os documentos na construção da narrativa, Amaral Costa ainda se aventura entrementes nos documentos, com raras exceções procura emitir opinião e análise. Além do mais, as obras são datadas e visavam elevar ao pódio Oswaldo Cruz no centenário de nascimento. Essa leitura sobre a imprensa torna-se equivocada, pois os ânimos partidários em Belém, apesar de em campos opostos, jamais deixaram de lado a “política e o antagonismo”. Minha leitura parte de outro princípio. Não restam dúvidas até ao momento sobre a Campanha deliberadamente pedagógica da Comissão, assim como do papel da imprensa ter sido um fiel da balança no auxílio da Campanha.

Por que a imprensa combativa entre os grupos partidários primou pela instrução à “população”? Em torno da febre amarela, a imagem de Oswaldo Cruz também era simbólica, haja vista ter sido apropriada pela *Folha do Norte* e *A Província do Pará*. Nesta, lamentavelmente, não consegui esquadriñar as matérias e artigos publicados diariamente por impedimento à consulta na Biblioteca Pública Arthur Viana. Contudo, o pouco analisado evidencia a conveniência na apropriação simbólica, pois mantém a postura de exaltar o “trovador provençal” e herói da “higiene nacional”, justamente por alfinetar o grupo dos lauristas. Por outro lado, atacar o ex-correligionário e governador João Coelho significava dar munição aos novos dissidentes do *PRP* e fortalecer as trincheiras lauristas e coelhistas, daí apoiar a Campanha procurando tirar proveito da situação. Cabe ressaltar que João Coelho assumira a chefia do *PRP*, enquanto os remanescentes do grupo lealista apoiavam-se no *Partido Conservador*. Por isso, o redator-chefe Antonio Lemos procurou referendar a Campanha e o sanitarista Oswaldo Cruz, no sentido de evitar um maior isolamento.

A *Folha do Norte* apropria-se com maior vigor dessa imagem, pois mudara de postura. Cipriano Santos e Paulo Maranhão criticavam abertamente a Campanha de profilaxia contra a varíola anos antes, destratando Oswaldo Cruz e enaltecendo o senador Lauro Sodré.

---

<sup>152</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>153</sup> FRAIHA, Habib. op. cit., 1972, p. 62; CARDOSO, Eleyson e BRITTO, Rubens da Silva. op. cit., 1973, p.67; e AMARAL COSTA, Carlos Alberto. op. cit, 1972, p. 101-2.

O contexto na política nacional e, mais ainda no Pará, dava provas do enfraquecimento e cisão do projeto do oligarca intendente Lemos. O *PRF* aproximava-se do governador João Coelho, que praticamente rompera relações políticas com o intendente, a partir do momento que o ex-governador Augusto Montenegro indicara João Coelho na sucessão ao governo, evidenciando a fragmentação do *PRP*. Assim, não fazia sentido atacar a Comissão, o desagravo a Oswaldo Cruz pautava-se no esquecimento da memória da Revolta da Vacina, ou melhor, no denso silêncio em prol das novas alianças que estavam em processo de configuração. Mas esta questão analisarei no próximo ponto, quando abordarei a vitória da ciência e o sepultamento da oligarquia lemist.

Assim, a apropriação simbólica da imagem do Dr. Oswaldo Cruz pelos órgãos de imprensa não tinha relação direta com a saúde pública em si, mas com os interesses pessoais na reavaliação da função ou propósito dos grupos políticos que almejavam no horizonte a redefinição e constituição de novos quadros políticos. Uma vez assegurada a garantia do governador João Coelho em prosseguir com a Campanha, Oswaldo Cruz pretendia retornar a Dresden em 17 de junho,<sup>154</sup> pois sua presença em Belém já era dispensável, em função dos companheiros estarem aptos a assumir os trabalhos sob a direção de João Pedroso. Além do mais, em Dresden, o Pavilhão Brasileiro estaria mais bem representado na figura de Oswaldo Cruz.<sup>155</sup> Partindo na data prevista, um sábado, embarcou pelo Trapiche da Pesca, às 8 horas da manhã, sendo transportado pela lancha *Pará* até o paquete *Lanfranc*.<sup>156</sup> Já em Berlim, em 28 de julho, Oswaldo Cruz escreve para João Pedroso de Albuquerque contando as novidades. Estava voltando de Dresden e a caminho de Paris e dizia que as cartas de Figueiredo Vasconcelos eram entusiasmadas a respeito da Exposição. Assim, Oswaldo Cruz acreditava ser um exagero patriótico mas felizmente as declarações não eram exageros. A Sala do Pavilhão Brasileiro representava um sucesso científico. Concomitantemente ao evento ocorrera o Congresso de Microbiologia, “onde foram todos os membros à nossa Exposição, espontaneamente e sem prévio convite”.<sup>157</sup> Os cientistas europeus haviam ficado encantados com os estudos realizados por Carlos Chagas. Para surpresa geral, o *tour de force* organizado no Pará não se restringira apenas às ruas e moradias de Belém, o vôo foi maior em termos de propaganda oficial para as glórias do governador João Coelho. Leia com atenção o porquê deste vôo internacional do *tour de force*:

---

<sup>154</sup> GUERRA, Sales E. op. cit., 1940, p. 540.

<sup>155</sup> FRAIHA, Habib. “A campanha de profilaxia”, in op. cit., 1972, p. 85.

<sup>156</sup> “Dr. Oswaldo Cruz”, in *A Província do Pará*. Belém, 18 jun., 1911.

<sup>157</sup> GUERRA, Sales E. op. cit., 1940, p. 552.

(...) Os resultados da campanha no Pará têm pasmado a todos e com um interesse admirável estudam cuidadosamente os gráficos e mapas. Não havia, pois, exagero, e nossa reputação já adquirida, de país civilizado que caminha na vanguarda do progresso científico, teve mais uma eloquente sanção e vocês todos contribuíram para isso com enorme contingente, pelo que vivamente os felicito.<sup>158</sup>

Felizmente, para os egos dos médicos pertencentes à Comissão, a *Campanha Contra a Epidemia da Febre Amarela* no Pará atingia reconhecimento internacional. Contribuindo para a reputação científica dos pesquisadores brasileiros ligados ao Instituto de Manguinhos e também ao Serviço Sanitário do estado que auxiliava incondicionalmente o Dr. João Pedroso. Por isso, a Campanha pasmava curiosos médicos internacionais, através dos gráficos e mapas elaborados pela Comissão, corroborando a tese de país civilizado: vanguardista na área de saúde pública, como almejava Oswaldo Cruz. O périplo da Campanha atingira Belém rumo a Dresden, pois “Nações de consumada reputação científica disputavam a posse do material que figurara na exposição, para seus museus! Jazeram em penumbra manifesta as demais seções”.<sup>159</sup>

### 3.6 – A vitória da ciência: o sepultamento da febre amarela e da oligarquia Lemos.

Na Mensagem de 1911, o governador João Coelho referia-se com toda segurança que a epidemia da febre amarela havia desaparecido de Belém, bem como o significado dessa vitória: “Desfez-se o espantalho do nosso desenvolvimento economico, apagou-se a mancha que impedia o brilho da nossa irradiação social”.<sup>160</sup> Curiosamente, a metáfora com a figura do espantalho é intrigante. Este significava a febre amarela que espantava o propalado desenvolvimento econômico, numa relação mecânica, a ausência da doença atrairia automaticamente capitais. Sendo a “irradiação social” condicionada à economia da borracha. Com certeza o “brilho” recaía sobre poucos, mas o discurso oficial soava como a melodia perfeita para investidores.

D’oravante, o Pará não é mais a terra vedada á operosidade do braço ádvena. O terror da morte, gerado pela crença funesta que o morbo amarillico implantára, através de mais de 50 anos de predomínio, já não afasta do solo paraense a cooperação eficaz do trabalho estrangeiro, sendo-nos lícito agora proclamar a nossa terra aberta a todas as actividades honestas, frutuosas e dignas do mundo inteiro.<sup>161</sup>

<sup>158</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>159</sup> Id. Ibid., p. 554.

<sup>160</sup> COELHO, João Antonio Luiz. op. cit., 1911, p. 51.

<sup>161</sup> Id. Ibid. loc. cit.

Queixava-se o governante João Coelho da ausência do braço produtivo do imigrante estrangeiro, ideal de civilização na ideologia racial do estado segundo Sidney Chalhoub, que analisou o “surgimento da ideologia da higiene” e observara que o discurso assentava-se, por exemplo, nas “classes pobres” por serem identificados enquanto perigo de contágio.<sup>162</sup> Neste caso, a febre amarela em Belém, conforme a mortalidade atingia principalmente os estrangeiros, não sendo imputado às “classes pobres” esta associação do contágio. Contudo, Chalhoub adverte outra possibilidade aventada na Junta Central de Higiene, referente à edificação do “ideal de embranquecimento” presente no debate das autoridades de saúde do Império. Logo, a construção de uma ideologia racial significava, em outras palavras a “promoção da vinda de imigrantes, do incentivo à miscigenação num contexto demográfico alterado pela chegada massiva de brancos europeus, pela inércia, e também pela operação de malconfessadas políticas específicas de saúde pública”.<sup>163</sup>

Chama atenção, em particular, esta tese defendida do embranquecimento, pois no início do século XX, o governador João Coelho partilhava dessa ideologia racial, já que identificava o “terror da morte” provocado pela febre amarela, como entrave ao desenvolvimento do Pará. A febre amarela era conhecida de longa data dos paraenses. Segundo o farmacêutico Arthur Vianna, que realizara um brilhante estudo sobre as epidemias no início do século XX, em 1850, a epidemia da febre amarela fora importada de Pernambuco através do navio dinamarquês *Pollux*. Por haver ignorância das autoridades médicas da doença em Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, “nenhuma dificuldade puzeram as auctoridades sanitarias” no fundeamento do *Pollux* e também da charrua *Pernambucana*. Apenas naquele ano a epidemia vitimara 593 almas.<sup>164</sup> O “terrível morbus amaril” grassara rapidamente as cidades do interior, tais como Vigia, Cintra, São Caetano de Odivelas e Soure. Logo, a febre amarela nas palavras de Arthur Viana, tornara-se “facto commun” no obituário do Pará; voltando a atacar em caráter epidêmico em 1871, quando ocasionara a morte de 133 estrangeiros e 21 nacionais. Outrossim, a partir de 1896 haveria uma mudança brusca. E o “quadro necrológico” de Belém consolidaria a imagem de túmulo do imigrante, pois entre 1896 e 1900 morreram 1.577 pessoas.<sup>165</sup> Conforme os dados de Américo de Campos sobre a mortalidade, entre 1889 a 1910, houve 2.619 mortes (34 nacionais e 2.584 estrangeiros) diretamente relacionadas à imigração. Não por acaso, Emílio Goeldi concluía que os

<sup>162</sup> Ver o debate sobre “o surgimento da ideologia da higiene”, durante o século XIX, a partir da Junta Central de Higiene na Corte brasileira em: CHALHOUB, Sidney. “Cortiços”, in op. cit., 2004, p. 29-35.

<sup>163</sup> Id. “Febre amarela”, in op. cit., 2004, p. 62.

<sup>164</sup> VIANNA, Arthur Octavio Nobre. *As epidemias no Pará*. Pará: Imprensa do Diário Oficial, 1906, p. 48-50.

<sup>165</sup> Id. Ibid. loc. cit.

estrangeiros tinham “especial receptividade” e os nacionais ou o “paraense nato” era considerado um “refractario ao virus amarillico”.<sup>166</sup> Cabe ressaltar que a baixa mortalidade entre os nacionais em Belém, justificava-se segundo os estudos da “moderna sciencia” à imunidade adquirida ao *morbus*, que atacava a cidade desde 1850.<sup>167</sup> No século XIX, em Belém, as autoridades sanitárias adotavam a quarentena, pois se apoiavam na teoria de contágio para justificar a vigília. Não escapando o confinamento do amarílico.<sup>168</sup> As explicações tão diversas e engenhosas foram propostas para impedir as concentrações miasmáticas da epidemia, destacando-se a queima de breu e alcatrão nas vias públicas.

Por enquanto é conveniente retornar ao ano de 1911. Debelada a febre amarela, não haveria por que a presença desse trabalhador “ideal” para o Pará. O imaginário real da morte e a “crença funesta” de túmulo imigrante há mais de meio século já estava superado, pois o governador proclamava a abertura ou permissão ao trabalhador estrangeiro desenvolver atividades consideradas honestas e lícitas. Portanto, Belém livre do *morbus* era um solo digno do “mundo inteiro”. Quem assinava este atestado? Não menos que a reputação de Oswaldo Cruz! O vôo oficial ecoou inclusive na Europa. Até que ponto o governador se preocupava com o “povo” paraense? Os interesses da Campanha desde o início foram nítidos, a febre amarela colocava-se como um obstáculo à presença do trabalhador e do capital estrangeiro. Por isso a ideologia racial mediava o interesse político em conjunto com a ideologia sanitária. A salubridade de Belém permitiria o desenvolvimento econômico e a presença da civilização nos trópicos. O Dr. Oswaldo Cruz era aguardado em Belém, pois partira da capital federal no dia 30 de setembro, no paquete *Rio de Janeiro*, com destino ao porto do Pará e uma vez mais consagrado na Alemanha; a Exposição de Dresden propagandeara a Campanha, restava a chancela do sanitarista. Desta vez a missão era outra, pois vinha “entregar ao governo do Estado o serviço a seu cargo, visto terminar a 12 de Novembro proximo o prazo marcado para a extincção do terrível morbus e ser a mesma uma realidade”.<sup>169</sup>

No dia 10 de outubro, pela sétima e última vez desembarcaria em Belém o Dr. Oswaldo Cruz. O *Rio de Janeiro* atracou no cais da *Port of Pará*, onde o coroadado sanitarista fora recepcionado pelos membros da Comissão e autoridades políticas do estado, seguindo com a Comissão para o Palacete do Largo da Pólvora, em carruagens e automóveis.<sup>170</sup> A

<sup>166</sup> GOELDI, Emílio Augusto. op. cit., 1905, p. 143. Ler também: VIANNA, Arthur Octavio Nobre. “Ligeiras notas sobre a epidemia da febre amarela”, in *Pará-Médico*, Belém, dez. 1900, p. 35-8.

<sup>167</sup> Entre 1850 e 1905 ocorreram 5.007 mortes provocadas pela febre amarela. Cf. VIANNA, Arthur Octavio Nobre. op. cit., 1906, p. 61.

<sup>168</sup> Id. Ibid., p. 15.

<sup>169</sup> “Echos e notícias”, in *Folha do Norte*. Belém, 2 out., 1911.

<sup>170</sup> “Dr. Oswaldo Cruz”, in *Folha do Norte*. Belém, 11 out., 1911.

notícia da entrega dos serviços da Comissão já não era novidade. Em 16 de outubro de 1911, o Dr. Oswaldo Cruz entregava o comunicado oficial ao governador João Coelho. Categoricamente afirmava que estava erradicada a febre amarela em Belém, cessando a investidura a ele conferida pelo estado à frente da Comissão, e que tanto o honrara. Os argumentos foram sólidos, pois há mais de 178 dias não adoecia ninguém em Belém de febre amarela, ou seja, desde 21 de abril. Portanto, os argumentos pautavam-se na vigilância urbana; o estudo de todos os casos nos hospitais não apontavam existir alguém com a febre amarela e a ausência de notificações por parte dos médicos clínicos no estado que contribuíram desde o início da Campanha, consolidavam a erradicação do mal. Restava ao estado assumir a Campanha através de uma profilaxia defensiva na cidade e no porto. Não esquecera de agradecer o apoio recebido pela Comissão durante a Campanha:

(...) da ilustrada classe medica belemense, que tão pressurosa e gentilmente respondeu á nossa solicitação inicial, do carinhoso e hospitaleiro povo paraense, que nos acolheu com uma gentileza que nunca esqueceremos, da imprensa que com seus conselhos soube inculcar a confiança á população e aplainar as dificuldades futuras possiveis, e, enfim, de todas as administrações e instituições nacionais e estrangeiras que, pondo a nosso serviço seus hospitais, meios de condução, etc., tão fácil souberam tornar essa tarefa.<sup>171</sup>

Atento às considerações de Oswaldo Cruz, resolveu o governador João Coelho, através do Decreto nº 1.831 de 16 de outubro de 1911, extinguir a *Comissão de Profilaxia Contra a Febre Amarela* e criar a *Comissão de Profilaxia Defensiva*. Composta pelo inspetor geral Francisco Ottoni Mauricio de Abreu e os inspetores sanitários Abel Tavares de Lacerda, Ângelo Moreira da Costa Lima, Emygdio José de Mattos, Jayme Aben Athar e Ageleu Domingues e o administrador Teófilo Ottoni Mauricio de Abreu. Bem modesta e diminuto, os serviços concentrar-se-iam no expurgo e polícia de focos, vigilância sanitária e médica no porto e isolamento de doentes das embarcações. Nota-se que a redução fora drástica, permanecendo quatro médicos do Rio de Janeiro que vieram na Comissão Oswaldo Cruz, devidamente orientados a exercer os trabalhos defensivos.<sup>172</sup> O último caso, já sob os cuidados da *Comissão de Profilaxia Defensiva*, em 16 de novembro de 1911, foi noticiado pela Santa Casa de Misericórdia.<sup>173</sup>

A homenagem da revista *O Malho* aponta outros significados para a *Campanha Contra a Febre Amarela*. A vitória da ciência não poderia ser melhor anunciada, no sentido

<sup>171</sup> COELHO, João Antonio Luiz.. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 7/09/1912. Belém-Pa: Imprensa Official, 1912, p. 43-4.

<sup>172</sup> “Echos e noticias”, in *Folha do Norte*. Belém, 15 out., 1911.

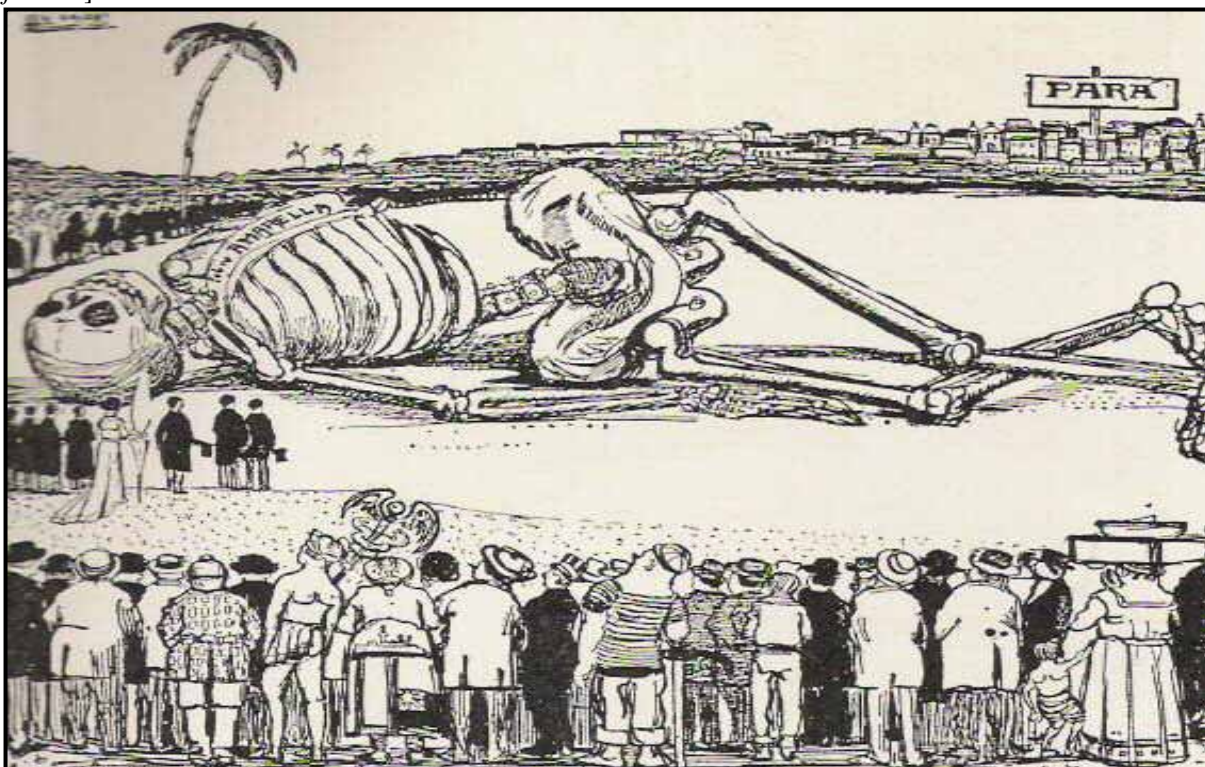
<sup>173</sup> COELHO, João Antonio Luiz. op. cit., 1912, p. 49.



de fortalecer a imagem do Pará, do que com o telegrama de 25 de outubro de congratulações do cônsul norte americano ao governador João Antonio Luiz Coelho onde ecoava o “triumfo obtido na campanha contra a febre amarela”. Tão curiosos são os significados do telegrama, que coloca o estado numa situação de grandiosidade por tal feito interno de dimensões mundiais, justamente por abrir o “porto do Pará ao commercio estrangeiro”. Coincidentemente, a erradicação ocorrera num momento delicado e sólido da crise econômica provocada pela queda dos preços da borracha.<sup>174</sup> A dimensão dessa vitória da ciência tem aspectos de modernidade, progresso e civilização ao ser comparada ao passo de grandiosidade para o “progresso e desenvolvimento do Estado”.

### No Pará.

“Belém, 25 de outubro – o consul norte americano congratulou-se com o Dr. governador do Estado, pelo triumpho obtido na campanha contra febre amarela, dizendo que essa grandiosa obra, que abriu o porto do Pará ao commercio estrangeiro, foi um grande passo para o progresso e desenvolvimento do Estado.” [*Telegrama do jornaes*]



Homenagem d’*O Malho* ao ilustre governador do Pará, Dr. João Coelho e ao Dr. Oswaldo Cruz, pela obra meritória do saneamento do Pará, início de uma nova era de engrandecimento para essa região, até agora tão descuidada pelos poderes da Republica.

**Fonte:** *O Malho*. Rio de Janeiro, 25 out., 1911. Ano X.

<sup>174</sup> Sobre os capitais na Amazônia decorrentes da borracha e a conseqüente crise econômica Cf. SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800/1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense. Do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977; e WEINSTEIN, Bárbara. “A longa decadência”, in *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

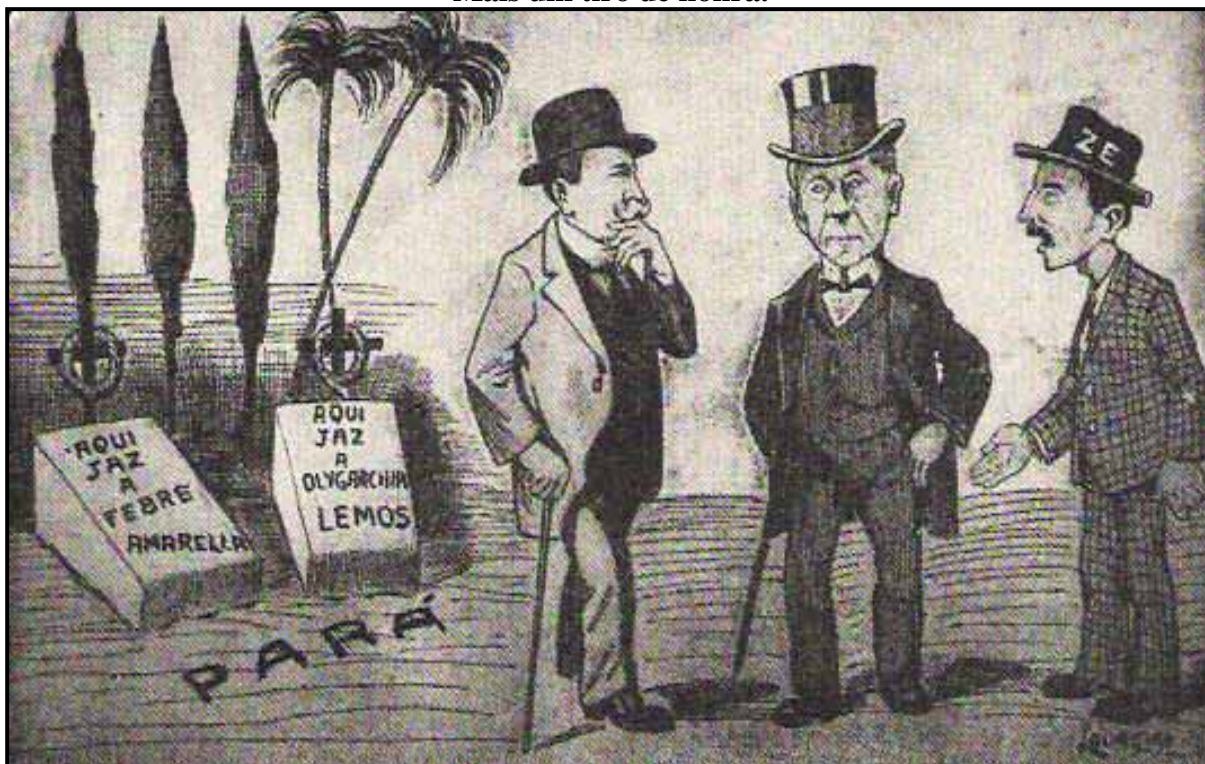
A homenagem parte da revista *O Malho* e é direcionada à aliança entre política e ciência, ou seja, entre o governador João Coelho e o bacteriologista Oswaldo Cruz, uma vez que o contrato firmado era reconhecido e digno de méritos pelo saneamento do Pará. Essa propaganda ia ao encontro dos anseios locais da região devido à dimensão nacional de descaso por parte da República, que não investia no estado, e ao dividendo internacional, na defesa de uma cidade salubre para atrair novos investimentos. A vitória da ciência delimitava uma “nova era”, pelo menos em relação ao ânimo da propaganda de salubridade e progresso, que podia vender a imagem de saneamento de Belém, ou melhor, usar o saneamento enquanto moeda de troca. Leônidas Freire já não era mais um iniciante caricaturista, um velho conhecido do mundo do lápis no Pará por ter, em 1905, desenhado a *charge*: “A viagem do Czar dos Mosquitos – chegada ao Pará”. Mais maduro, dessa vez o cearense Leo coloca no palco do “picadeiro” a céu aberto, um gigante esqueleto – com a faixa estampada no peito, ou melhor, nas costelas com o dizer “Febre Amarela” – tombado pela Campanha de profilaxia e circundado por diversos populares. Ao fundo a placa “Pará” indicava o estado e uma parte da cidade, que denota as construções de prédios abertos no meio da selva, a qual cede espaço ao enorme campo aberto onde se encontra estendido o esqueleto da febre amarela.

Próximo à parte inferior do crânio há a presença de autoridades e representantes da “elite política”, os cavalheiros bem alinhados com cartolas nas mãos e uma *demoiselle* com vestido longo segurando uma enorme sombrinha; na parte superior do crânio duas *demoiselles* estão com as sombrinhas abertas e os cavalheiros com as cartolas na cabeça observando atentamente o padecimento da febre amarela. Nos dois casos, os espectadores estão num plano superior a contemplar o esqueleto, evidenciando a diferenciação social no pertencimento de classe. No plano inferior e desprovido das riquezas materiais há vários trabalhadores urbanos de vigília, que de longe lançam olhares destemidos diante do gigante estendido. No canto direito inferior há uma senhora robusta, ou melhor, uma vendedora ambulante com seu tabuleiro e bacia de iguarias sobre a cabeça; ao lado dela, uma criança sem camisa e descalça apalpa as ancas da vendedora; alguns cavalheiros alinhados e, bem ao centro, um marinheiro forte e alto. Ao lado esquerdo deste há um turco trajado a caráter com vestimentas e chapéu exótico. Mais curioso ainda é que, dentre os populares, observa-se um curandeiro alto, sem camisa, trajando uma pequena peça de roupa que lhe cobre as partes íntimas, a cabeça coberta e um enorme cetro de magia utilizado nos rituais mágicos e religiosos. Entre os populares se misturam nacionais e estrangeiros, trabalhadores do comércio e ambulantes, que participam da contemplação da erradicação da febre amarela,

pois quer sejam membros da elite da borracha quer empresários ou trabalhadores urbanos, agora todos estavam livres do *Stegomyia*.

O “temeroso espantalho” não passava agora de um esqueleto, talvez de maneira mais apropriada, lembrando Olympio de Araujo e Souza, todos estavam surpresos com os resultados, até mesmo os mais otimistas, uma vez que fora possível sanear a cidade, tarefa difícil, em pouco tempo. Ora, a vitória da ciência derrubara a febre amarela e, junto com o *Stegomyia*, tombara outro micróbio da politicagem, a oligarquia lemistista. Discutirei agora este significado atribuído pelos contemporâneos de 1911, para melhor compreender o fim de uma era no Pará, onde o coronel Lemos fora destronado após gozar de longo e imenso poder, por mais de uma década de mando político e oligárquico. O leitor já deve estar atento, pois vou remexer a discussão sobre o campo de batalha. Olhe com atenção e leia com ponderação a *charge* e o diálogo a seguir, sobre o saneamento higienista e político no Pará, referente ao encontro fúnebre entre políticos ilustres e o Zé Povo, sobre o sepultamento da febre amarela e da oligarquia lemistista:

#### Mais um tiro de honra.



*Zé Povo*: – Sim, senhor seu Lyra Castro; meus parabéns seu Serpa, pela magnífica victoria, acabando com a febre amarella. O saneamento do Norte já é cousa em bom caminho, pelo menos no Pará que, depois de enterrar a oligarchia Lemos, deu cabo da Amarella. O que é preciso é fazer o mesmo em outros Estados.

*Lyra Castro* – Muito obrigado, Zé. Você falla como um livro... bem escripto.

*Serpa*: – E diz a verdade, porque a verdade é esta: agora, no Pará, o escopo de todos é o bem do Estado.

**Fonte:** Revista *O Malho*. Rio de Janeiro, 1911. Ano X.

O carioca Luis Gomes Loureiro (1889-?) iniciou em 1907, com apenas 18 anos, na revista *O Malho*, a profissão de desenhista, caricaturista e cartógrafo. Talento notável no lápis e uma percepção política aguçada;<sup>175</sup> aos 22 anos, Loureiro legou à posteridade e aos contemporâneos, uma percepção diferenciada e singular para a historiografia nacional, que não atendeu em discutir a relação entre a vitória da ciência e a queda da oligarquia lemist. Nos rastros dessa percepção há caminhos e restos de cacos para analisar os limites e possibilidades dessa leitura. De qualquer forma, acima de tudo, trata-se de uma percepção contemporânea àquele caricaturista, “Mais um tiro de honra” para ser apreciado. Quando Alfredo Storni pincelou “Cruzada Oswaldo: os microbios que escapam” era impossível imaginar, no próprio diálogo de Oswaldo Cruz com Zé Povinho, que os micróbios da politicagem poderiam ser apanhados, pois só os protestos populares poderiam um dia “acabar com esses *bichos*”.

Luis Gomes Loureiro sepulta lado a lado, em solo paraense, o final de uma velha era. Nas lápides os dizeres: “AQUI JAZ A FEBRE AMARELLA” e “AQUI JAZ A OLYGARCHIA LEMOS”. Por mais simbólico que pareça, a coincidência com a erradicação da febre amarela fora pareada ao destronamento da autoridade do ex-intendente e senador Antonio Lemos. No diálogo construído por Loureiro, Zé Povo não faz protestos e sim um eloqüente discurso com os deputados federais Dr. Gemeniano Lyra Castro, líder da bancada paraense e membro da *Comissão de Finanças* na capital federal<sup>176</sup> e Justiniano de Serpa, o qual sugeriu ao governador João Coelho a contratação do sanitarista Oswaldo Cruz para erradicar a febre amarela no Pará.<sup>177</sup> Por isso Zé Povo parabeniza Justiniano de Serpa pela vitória contra a febre amarela. Logo, o saneamento do Pará servia de exemplo aos demais estados da federação, pois o tiro honroso acertara e enterrara a oligarquia de Antonio Lemos, sepultando-a junto à febre amarela, como bem retratou o chargista Leônidas Freire ao rabiscar a *charge* “No Pará”, apesar de ser um assunto em voga aos contemporâneos, que associaram a vitória da ciência à derrocada de Antonio Lemos, como no caso da *charge* “Mais um tiro de honra”. O próprio Oswaldo Cruz também reconhece o estado de ebulição da política local, como forte evidência de que as bandeiras políticas de 1905 jamais cessaram de tremular e a ebulição daqueles tempos preocupava a continuidade da Campanha. Na carta que escrevera a Sales Guerra, em 13 de junho de 1911, Oswaldo Cruz deixou sua impressão daqueles tempos a respeito da política na capital paraense: “A política tem estado em ebulição. O Lemos teve

<sup>175</sup> CONTRIN, Álvaro (Alvarus). op. cit., 1971, p. 49.

<sup>176</sup> BORGES, Ricardo. “Gemeniano Lira Castro”, in op. cit., 1986, p. 219.

<sup>177</sup> Id. “Justiniano de Serpa”, in op. cit., 1986, p. 388.

que abandonar a Intendência e a Chefia do partido, seguindo para a Europa. Talvez eu vá tê-lo para companheiro de viagem”.<sup>178</sup>

Como explicar o abandono, ou melhor, a renúncia de Lemos da intendência de Belém no dia 12 de junho e a direção do *Partido Republicano Paraense*? O jurista Ricardo Borges chegou ao Pará em 1909 e acompanhara as querelas da política. A dupla Lemos-Montenegro certamente fora o ápice do poderio oligarca organizado no *PRP* e, ao final do mandato do governador, o início do fim.<sup>179</sup> Essa fratura que abalou as oligarquias vinha sendo denunciada nas trincheiras da *Folha do Norte*, que utilizava os argumentos do ex-presidente Abrahan Lincoln, para quem “os escandalos são necessarios; ai daquelles, porém, que lhez dão motivo”.<sup>180</sup> O despotismo de Lemos não agradava ao redator Paulo Maranhão, pois defendia que a oligarquia era uma forma de governo degenerada ou sistema de grupos políticos governando o todo na legalidade, imperando a impunidade oficial através de uma assembléia desmoralizada por indivíduos que ocupavam o poder. Neste caso, tratava-se de “um grupo de fantoches movidos pela batuta do chefe Antonio Lemos, o dono do Pará”.<sup>181</sup> A sentença do jornalista sobre as oligarquias de norte a sul era a morte, pois assim a República renovaria a luta pelo progresso.<sup>182</sup>

Em dezembro de 1910, os comerciantes e seringalistas procuravam descolar a imagem da *Associação do Comércio* à oligarquia de Lemos, aproximando-se ainda mais do governador João Coelho, haja vista a Campanha ter lhe propiciado fortalecimento político. A manifestação do comércio evidencia a fragilidade do chefe do *PRP*, Antonio Lemos. O isolamento político foi crucial, significando perda de apoio e legitimação na intendência. Ainda mais após a Associação se pronunciar favorável ao governador, desagradando o nicho lequista. No dia 4 de dezembro, uma enorme manifestação de apoio começara a ganhar corpo.<sup>183</sup> Ao longo dos meses que seguiram várias manifestações ocorreram por parte da Associação, que se organizava no sentido de promover homenagens a políticos. Em 5 de março, a manifestação atingira o ápice. Um enorme cortejo de apoio ao governador cobria as ruas de Belém, onde 53 carruagens, 23 automóveis e centenas de comerciantes partiram do

<sup>178</sup> GUERRA, Sales E. op. cit., 1940, p. 550.

<sup>179</sup> BORGES, Ricardo. “Governo Augusto Montenegro”, in *O Pará republicano (1824-1929): ensaio histórico*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983, p. 127-87. (Coleção “História do Pará”; série “Arthur Vianna”).

<sup>180</sup> “A morte das oligarchias”, in *Folha do Norte*. Belém, 27 jul., 1910.

<sup>181</sup> Ibid.

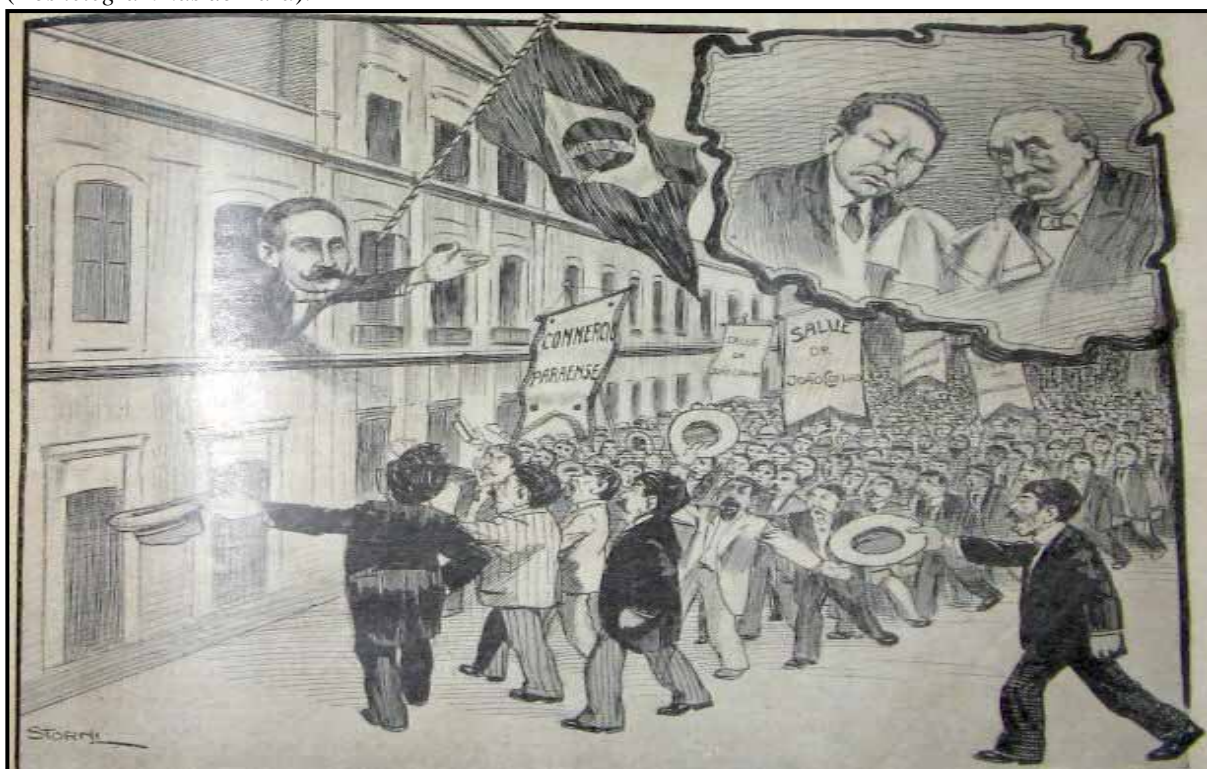
<sup>182</sup> Sobre a República no Pará, confira FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886-1897)*. Niterói-RJ, 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense / Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, UFF; Id. *Os intelectuais e a República no Pará (1886-1891)*. Belém, 2000. Dissertação (Mestrado em Planejamento Internacional). NAEA, Pará.

<sup>183</sup> “A manifestação do commercio ao governador do Estado”, in *Folha do Norte*. Belém, 5 dez., 1910.

Teatro da Paz, ao som da música da *Banda de Tiro Paraense*, enquanto os fogos anunciavam a saída do cortejo em direção à praça da República, subindo pela avenida São Jerônimo (atual José Malcher), residência do médico e deputado Lyra Castro. Por conseguinte, seguiram pela travessa Doutor Moraes e avenida Nazaré, continuando a homenagem ao deputado Justiniano de Serpa. Depois caminharam pela Generalíssimo Deodoro e retornaram pela São Jerônimo, então a caminho da residência oficial, sendo recebidos pelo governador João Coelho. Nas três paradas, o presidente da *Associação do Comércio*, Barão de Sousa Lages entregou manifesto de apoio aos políticos, tendo mais de 700 firmas assinado a mensagem.<sup>184</sup> Observe a *charge* “Oligarchias no tombo!” e pondere sobre os significados para compreender essa querela.

### Oligarchias no tombo!

“Belém. – O commercio realizou hoje brilhante e imponente manifestação ao governador do Estado e aos deputados Lyra Castro e Justiniano Serpa. Este, discursando, disse que principalmente ao governador cabiam as manifestações. Foi lida uma mensagem assignada por setecentas firmas, entre as quaes se viam as dos bancos nacionaes e estrangeiros. Um dos oradores assegurou o apoio das classes laboriosas ao governador do Estado.” – (*Dos telegrammas do Pará*).



*Uma voz:* – Viva o governador turuná que com seriedade e a sua politica economica tem sabido cahir no gosto das classes laboriosas!

*Outra voz:* – Abaixo as olygarchias e os monopolios! Viva o Dr. João Celho!!!

*Manifestantes em coro!:* – Bravos! Muito bem! Viva o honrado governador João Coelho! Vivôôô!!...

*Antonio Lemos, chorando de raiva:* – Que é isto, sobrinho?! Então só depois que o João Coelho nos foge é que o commercio e o povo se lembram de lhe fazer grandes manifestações?!... Que significa isto?

*Arthur Lemos, acompanhando o choro da cólera:* – Isto significa, titio, que ou nós temos de adherir a quem desadheriu de nós, ou ... estamos fritos! Isto é... o começo do fim!...

**Fonte:** Revista *O Malho*. Rio de Janeiro, 11 mar., 1911. Ano X.

<sup>184</sup> “A grande manifestação do commercio”, in *Folha do Norte*. Belém, 4 mar., 1911; e “A grande manifestação do commercio”, in *Folha do Norte*. Belém, 5 mar., 1911.

A dissidência diz respeito à fratura na política dos governadores no Pará, ou seja, o governador João Coelho, outrora fiel escudeiro da oligarquia lemista, afastara-se do intendente Antonio Lemos, daí o título “Oligarchias no tombo!”. Analisando esta *charge* de Alfredo Storni, que mais uma vez estava empenhado na crítica às oligarquias no Brasil, é possível perceber esse isolamento. Para legitimar a *charge* e a tese de fratura na oligarquia lemista, Storni reproduz um telegrama enviado de Belém. Torna-se evidente a manifestação de apoio do comércio paraense ou “classes laboriosas” aos deputados federais Lyra Castro e Justiniano Serpa e, principalmente, ao governador João Coelho. Não por menos, os deputados teriam lido uma mensagem assinada por “setecentas firmas”, numa referência tácita de apoio do comércio ao governador do estado e, concomitantemente, ao enfraquecimento da oligarquia, pois até banqueiros nacionais e estrangeiros posicionaram-se em relação à querela política no Pará. O “coelhismo” dava sinais de força ao romper com o coronel Antonio Lemos, que a partir desse momento sofrera um duro “tombo”. Observa-se na manifestação realizada pelo comércio paraense – digo, pela *Associação do Comércio* ou *Associação Comercial*, que tinha como presidente o Barão de Souza Lages – os cartazes de “salve” e/ou “viva” ao Dr. João Coelho que, da janela do Palácio do Governo, acena em retribuição à manifestação acalorada.

Provavelmente, o redator Paulo Maranhão escrevera um longo artigo, devido ao seu estilo jornalístico agressivo e contundente.<sup>185</sup> Assim, o “povo” paraense despertara da apatia política de longos anos de dominação e terror, reclamando aspirações e gritos de justiça contra os “direitos conspurcados”. A “onda” que cobria as ruas de Belém, naquela manhã, bradava palavras de ordem, como liberdade, e acenava lenços brancos num gesto de apoio e vivas à República, mas também de desaprovação ao “lemismo” que, na definição do jornalista, não passava de uma modalidade partidária. A “Mensagem do Comércio do Pará” enaltecia a virtude política do governador e o trabalho das classes laboriosos (comerciantes). Assim, a Lei Constitucional deveria garantir-lhes direitos, que não eram respeitados no Pará. Na prática, a mensagem da *Associação Comercial* condenava as taxas de impostos cobrados pela intendência e até pelo governo numa alusão ao obstáculo do desenvolvimento do comércio. Assim, o estado garantiria o papel civilizatório, ou seja, criaria condições necessárias ao progresso. Desta forma, o diálogo construído por Alfredo Storni reforçava o prestígio do governador “turuná” alcançado através da Campanha, que tanto agradara aos comerciantes,

---

<sup>185</sup> “A grande manifestação do commercio: as mensagens entregues aos deputados federais drs. Lyra Castro e Justiniano Serpa. Brillhante homenagem ao governador do Estado. Imponente romaria. – Os discursos – Notas interessantes”, in *Folha do Norte*. Belém. 6 mar., 1911.

por significar o desentrelaçamento da política econômica no estado. Logo, os “vivas” ao “honrado” governador foram seguidos de palavras de ordem contra as oligarquias, as concessões e os monopólios. João Coelho durante anos esteve diretamente envolvido nessa súplica da politicagem, mas não fora identificado pelo chargista, que preferira silenciar a imagem de seu pertencimento ao grupo lequista.

Por isso, no canto superior direito da *charge*, nota-se o deputado federal Arthur Lemos e o intendente Antonio Lemos lamentando em cólera a manifestação da Associação. No diálogo entre estes, o choro de raiva do intendente designa a lamentação do rompimento de setores políticos e econômicos contra a oligarquia; além do mais, pergunta ao sobrinho Arthur Lemos o significado de tamanho apoio a João Coelho após ter deixado o nicho político. Assim, do alto dos seus 67 anos, ao velho Lemos era imputado a imagem do não discernimento sobre as manifestações. Por outro lado, Alfredo Storni media o diálogo, cabendo ao sobrinho a resposta da inquietude do tio. Portanto, o deputado soubera fazer a leitura “ou nós temos de aderir a quem desadheriu de nós, ou ... estamos fritos! Isto é... o começo do fim!”. Percebe-se novamente que João Coelho e representantes do comércio romperam ou desaderiram à influência de Lemos. Por isso, nas palavras do sobrinho, os lequistas estariam “fritos”, caso não tivessem o apoio de aliados de outrora, significando a manifestação e o conseqüente isolamento político, o “começo do fim” da oligarquia.

Em 1909, João Coelho assumira o governo do estado e havia sido eleito pelo *PRP* e, notoriamente, com o apoio da oligarquia lequista que dominou a política dos governadores durante 14 anos.<sup>186</sup> A *Folha do Norte* mudara os tons de discurso oposicionista, preferindo atacar contundentemente Lemos e amenizando o tom a João Coelho, numa estratégia de não fortalecer o intendente.<sup>187</sup> O pomo-da-discórdia fora a política de concessões, o “arraial republicano” nas palavras de Nazaré Sarges, tornava pública a crise política no final de 1910.<sup>188</sup> Novamente recorrendo aos argumentos de Paulo Maranhão, jornalista de escrita familiar, apesar de não assinar a coluna “Gazetilha” em grande parte dos artigos, nota-se em “Declínio político”, o isolamento notório e irreconciliável do intendente.<sup>189</sup> Alfredo Storni coloca mais lenha no fogo e partilha indiretamente da opinião de Paulo Maranhão, pois atribui ao Zé Povinho a condenação pública do “velho Lemos” e, também, que a Campanha contra a

<sup>186</sup> BORGES, Ricardo. “Governo João Coelho”, in op. cit., 1983, p. 188.

<sup>187</sup> Id. Ibid., p. 193.

<sup>188</sup> Uma análise mais cautelosa sobre a “política de concessões” e a cisão nas fileiras do Partido Republicano Paraense, que forçaram o senador à renúncia da intendência encontra-se: SARGES, Maria de Nazaré. “A construção da imagem de Antonio Lemos”, in *Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos (1969-1973)*. Belém: Paka-Tatu, 2004, p. 68-74.

<sup>189</sup> “Gazetilha – Declínio político”, in *Folha do Norte*. Belém, 7 mar., 1911.



febre deveria ser contra as oligarquias,<sup>190</sup> apesar de Alfredo Storni ponderar, através de Arthur Lemos e Índio do Brasil, que o intendente de Belém muito fez ao lutar pelo progresso na área de saúde pública.

Ainda assim, o teor das críticas de Sluff foram bastante contundentes. Segundo Zé Povinho, durante todo o longo “reinado despótico, absoluto”, o intendente Antonio Lemos “nunca cuidou de fazer uma obra dessas, rápida, eficaz, que honra o Pará e o Brasil! (*energico*)”.<sup>191</sup> Pelo contrário, atribuía à oligarquia lemistá e as “camarilhas” o enriquecimento às custas do “povo”. Logo, um “grupo de fantoches”, para utilizar as palavras de Paulo Maranhão, apropriou-se de vantagens da República sobre a Monarquia, revezando-se na política os “homens de governo”, através das oligarquias regionais, tais como: “os Nerys, no Amazonas, os Lemos, no Pará, os Accyolis, no Ceará, os Rosas, em Pernambuco, os Maltas em Alagôas, é que eu não posso tolerar mais! Abaixo as camarilhas! Viva a renovação do pessoal, que come papas na cabeça!!...”.<sup>192</sup>

Retomando o artigo “Declínio político”, segundo a *Folha do Norte*, na política regional estava em curso um “processo de modificação dos seus hábitos históricos”, pois há três anos a estrela do senador Lemos brilhava com vigor. Contudo, o “arraial republicano” reforçava o declínio através da palidez da estrela do coronel, que vivia de aparências. O jornalista atacava sem o menor pudor ou constrangimento, pois ao velho Lemos era imputada a inexistência de personalidade, pois não “se inventou para elle, com certeza, o proloquio da sabedoria popular de quem foi rei sempre será majestade. Muito pelo contrário, parece que o tumulto em que o recolheram cadáver ainda quente não é o phantheon de um homem illustre”.<sup>193</sup> O cadáver quente de Lemos não era a personagem singular de Machado de Assis, Brás Cubas, mas um homem singular na política nacional. Contudo, o cadáver foi sepultado ainda vivo ou, nas palavras de Zé povo, o saneamento do Pará enterrou a oligarquia de Lemos. O túmulo fora o de um homem illustre, ao contrário da opinião do jornalista, pois diante do racha nas fileiras do *PRP*, o governador João Coelho suspendera contratos da intendência, desaprovando e castigando o ex-padrinho político. Logo, para Paulo Maranhão:

(...) enquanto se realizavam as homenagens de apreço (...) o sr. Intendente de Belém, tendo perdido talvez a fé nos homens, voltava-se com a unção da sua alma christa para o Céu, dobrando a fronte deante dos altares. Ve-se que começa a recorrer ao regimen das promessas votivas, esperando do Pai Celestial o remedio que a terra se recusa a indicar-lhe e adivinha-se bem que se o Céu lhe for implacavel, surdo as suas homilias, a voz das suas supplicas, não tardara a pedir aos

<sup>190</sup> “Contra a febre... das olygarchias”, in Revista *O Malho*. Rio de Janeiro, 11 mar., 1911. Ano X.

<sup>191</sup> *Ibid.*

<sup>192</sup> *Ibid.*

<sup>193</sup> “Gazetilha – Declínio politico”, in *Folha do Norte*. Belém, 7 mar., 1911.

mysterios da magia branca os recursos que lhe estão faltando para confundir os inimigos do seu bem estar. Ele não nasceu para a lucta senão contra os fracos e os desarmados. Contra os fortes não investe: humilha-se.<sup>194</sup>

O trocadilho jornalístico não deixa de ser curioso, pois restaram ao intendente as súplicas divinas, tendo o Pai Celeste sido implacável ao não lhe atender as homilias. Observa-se o isolamento fatídico diante das acaloradas manifestações oposicionistas das ruas e da imprensa, que atacavam o senador Lemos, que se vê obrigado a renunciar ao cargo de intendente municipal de Belém, comunicando ao presidente da República Hermes da Fonseca a decisão através de telegrama, em 12 de junho de 1911. Neste mesmo dia, na abertura da sessão do Conselho Municipal, Antonio Lemos não compareceu como de costume, mas enviou a carta renúncia, a qual foi lida pelo 1º secretário e senador estadual Virgílio de Mendonça. Nesta carta não há justificativa ou apresentação de motivos para renunciar ao mandato, apenas esclarecia que se sentia honrado por ter sido eleito por cinco vezes pelo *PRP*.<sup>195</sup> Os vogais Delphim Guimarães e Domingos Maltez ainda tentaram apresentar a moção de congratulações pelos serviços prestados à frente da intendência, mas Virgílio de Mendonça não acatou o pedido. Em seguida, salvas de palmas comemoraram a renúncia, então saudada a champanhe pelos oposicionistas. Os ânimos políticos estavam latentes; o senador Antonio Lemos embarcaria para a Europa, no dia 21 de junho. Os insultos e ofensas passaram a caracterizar a imprensa oposicionista, que atacava implacavelmente o ex-intendente.

Nas trincheiras da *Folha do Norte* defendia-se que Lemos estaria fugindo de Belém junto às rugas da velhice por estar amaldiçoado pela multidão. Os inimigos e aliados de outrora eram poupados de críticas. A avaliação da postura política consistia em difamação, uma vez que o coronel Lemos estaria pagando pelos erros cometidos, destacando-se a implantação da prática de espionagem política e partidária, caracterizada pelo Tribunal do Santo Ofício lealista, onde no Pará ele era o juiz supremo que governava com mão de ferro e decretava sumariamente com seus capangas as sentenças de terror e perseguição, pois “esse desgraçado gargalhava hediondamente (...). Tudo o mais desprezava, insultava e manchava, apoiado na impunidade, que o poder absoluto lhe garantia”.<sup>196</sup> Assim, como um “corvo sinistro” rondava as presas agonizantes que não rezassem pela cartilha e aquiescência do chefe do *PRP*. Desde a renúncia, as críticas não diminuíram o tom, pois o sepultamento da

<sup>194</sup> Ibid.

<sup>195</sup> “Conselho Municipal. A sessão de hontem. – A ausencia do intendente. – A sua renuncia. – Monção gorada.”, in *Folha do Norte*. Belém, 13 jun., 1911.

<sup>196</sup> “Gazetilha. Vá!”, in *Folha do Norte*. Belém, 21 jun., 1911.

oligarquia e a manifestação do comércio davam como certo o “desmoronar de um bloco de lama putrida e secca”.<sup>197</sup> “Vá!” significava expulsar de vez o baluarte e principal político do Pará, onde o periódico recomendava ao velho Lemos não voltar ao estado, pois seria repellido de forma altaneira ainda no cais pelos moradores de Belém.

Apesar disso, não dá para assumir o discurso oposicionista presente nas fontes, que coloca Lemos numa situação de completo isolamento. A contrapelo é possível inferir o poder político de Antonio Lemos, mesmo diante da situação de viagem “forçada” à Europa.<sup>198</sup> Ricardo Borges informa que os correligionários prestaram inúmeras homenagens no *Port of Pará*, onde “115 carruagens e 20 automóveis” dão uma breve dimensão do poder político.<sup>199</sup> As homenagens ao “velho *Cavour*” foram prestadas pelo senador José Porphirio de Miranda Junior e pelo genro Dr. Carlos Pontes (secretário do Tribunal Superior), pelo senador Lourenço Borges, intendente de Breves Dr. Oswaldo Barbosa, redator José Chaves e jornalista Franklim Palmeira d’A *Província do Pará*, além de diversas autoridades, como o governador João Coelho.<sup>200</sup> Outrossim, manifestações contrárias também ocorreram, resultando em vaias, insultos e tiros. Não fossem as garantias da Chefatura de Polícia o embarque seria ainda mais tumultuado. O artigo de capa do jornal chama atenção para a partida como uma autêntica vitória popular contra a oligarquia lemist, tendo os funerais ao velho Lemos sido entoados em coro à morte do ex-intendente. O calvário em vida presente nas manifestações, que carregavam estandartes com uma cruz preta, além de vários conflitos com a capangagem lemist, certamente significou a maior evidência de desaprovação pública ao senador Antonio Lemos até aquele momento. Fora naquele clima tenso de ebulição que Oswaldo Cruz retornou de Dresden, em 8 de junho. Assim, o saneamento do Pará na visão da revista *O Malho*, através de Storni recaía sobre o tombo da oligarquia, enquanto para Loureiro passava a designar o sepultamento das oligarquias instaladas na estrutura burocrática das máquinas públicas.

Retomando a análise da *charge* “Mais um tiro de honra” percebe-se, na felicitação do discurso de Zé Povo por parte do Dr. Lyra Castro e Justiniano de Serpa, que estão definitivamente bem alinhados e dando as costas aos túmulos; a tese que corrobora a percepção do sentimento do Zé Povo, que fora franco com as palavras, tal qual um livro bem escrito. Sendo a verdade suprema a evidência de que o bem do estado paraense era o saneamento realizado pela Comissão Oswaldo Cruz. Ou seja, uma “magnífica vitória” que

---

<sup>197</sup> Ibid.

<sup>198</sup> “A partida do sr. Antonio Lemos.”, in *Folha do Norte*. Belém, 22 jun., 1911.

<sup>199</sup> BORGES, Ricardo. “Governo João Coelho”, in op. cit., 1983, p. 200-1.

<sup>200</sup> “A partida do sr. Antonio Lemos.”, in *Folha do Norte*. Belém, 22 jun., 1911.

erradicou a febre amarela do Pará, associando primeiramente o enterro da oligarquia Lemos e posteriormente o da epidemia, pela Comissão. A Campanha estava coberta de coroas e sentenciada a vitória da ciência. Por outro lado, essa imagem da Comissão colaborando no sepultamento da oligarquia, não fora partilhada nas trincheiras da gazeta *A Província do Pará*, como era de se esperar, que homenageava o ilustre Dr. Oswaldo Cruz, numa referência explícita de apoio à Campanha, haja vista que o senador Antonio Lemos colaborou diretamente com as exigências do sanitaria ao estar à frente da intendência, disponibilizando hospitais e auxiliando nas exigência do bacteriologista, como com a presença da polícia, não tardando, portanto, uma defesa da Campanha através da imprensa lemista:

### Oswaldo Gonçalves Cruz.



**Fonte:** *A Província do Pará*.  
Belém, 15 out., 1911.

No rodapé da imagem havia a seguinte mensagem:

*O eminente “cruzado” da hygiene nacional, a cujo esforço, a cuja sabedoria, se deve o saneamento da capital da Republica – Como o trovador provençal foi a Trípoli em busca da Princeza Longínqua, elle veio ao Pará em busca de mais uma corôa de loiros.*

O jornal *A Província do Pará* procurou homenagear Oswaldo Cruz estampando no frontispício da gazeta a imagem do saneador do Rio de Janeiro e do Pará, que colecionava títulos e homenagens internacionalmente. O cearense, desenhista e caricaturista J. Arthur (1880-1915), um dos colaboradores da gazeta, que trabalhara na revista *O Malho*,<sup>201</sup> homenageou o “eminente ‘cruzado’ da hygiene nacional”. Nota-se o corpo erguido e apoiado numa enorme seringa, olhar de alteridade no horizonte e segurando uma coroa de loiros como prova de reconhecimento internacional e nacional, enquanto o símbolo da medicina e do conhecimento, a serpente esculápio, estava-lhe enrolada aos pés. Essa imagem procura reforçar a idéia de que o senador Antonio Lemos apoiava a Campanha realizada em Belém, colocando-se inúmeras vezes à disposição de Oswaldo Cruz, conferindo-lhe apoio irrestrito.

<sup>201</sup> CONTRIN, Álvaro (Alvarus). op. cit., 1971, p. 47.

Por maior o esforço d'A *Província do Pará* e do próprio desenhista J. Arthur em homenagear Oswaldo Cruz, reconhecendo os méritos da Comissão, a revista *O Malho*, que em outros tempos tecia críticas pesadas ao sanitarista, principalmente em relação à vacina obrigatória, havia se curvado a glorificar o ilustre higienista. Agora *O Malho* rendia-se em bajular e engrandecer o eminente cientista, a imprensa oposicionista dava o braço a torcer pelas campanhas sanitárias, que se consolidaram enquanto ideologias do estado republicano. Por outro lado, as críticas políticas tinham outro alvo, os aliados na política oligárquica dos ex-presidentes Rodrigues Alves, Afonso Pena e o atual Hermes da Fonseca, além do ex-intendente Antonio Lemos. O governador João Coelho estava mais fortalecido do que nunca com o sucesso da Campanha, a aproximação de lauristas, o apoio da Associação Comercial, além da renúncia de Antonio Lemos à intendência de Belém. Logo, uma “praga de mosquito” não seria o suficiente para apedrejá-lo ou mesmo matá-lo.

### O Pará: praga do mosquito não mata Coelho.

A vista dos últimos boletins sanitários pôde ser declarada extinta a febre amarela na capital do Pará. – (*Telegramas de Belém*).



*João Coelho, governador:* – Foi a sua sciencia que fez o milagre, doutor!

*Oswaldo Cruz:* – Não duvido: mas foi a sua presciencia, o seu amor ao Pará e o seu patriotismo, que tornaram possível esse milagre...

*O mosquito:* – Se tudo aqui em Belém continuasse, como dantes, entregue aos monopólios do velho Lemos, eu não teria de azular, deixando de transmittir a febre amarella. Vou me embora com o amigo Lemos, mas – diabos carreguem os que livraram o Pará de semelhante peste!...

**Fonte:** Revista *O Malho*. Rio de Janeiro, 17 jun., 1911. Ano X.

Novamente o carioca Luis Gomes Loureiro e suas *charges* de teor político, demonstram estar ele bem informado através de telegramas de Belém, o que reproduz na parte superior da *charge*, e bastante atento às notícias dos boletins sanitários, que praticamente declaravam a extinção da febre amarela desde maio; assim emprestará uma belíssima *charge* ao deleite dos leitores da revista *O Malho*. Do lado escuro da *charge*, o *Stegomyia* dava sinais de desistir da tão longa estadia em Belém, pois empunha uma bandeira de rendição, onde se lê: “PAZ...! VOU-ME EMBORA!”. Estava decretada a aliança política-ciência, a vitória do governador João Coelho e do sanitarista Oswaldo Cruz; diga-se de passagem, impecavelmente trajados. O governador aparece inferiorizado na retaguarda do sanitarista, observando este empunhar a enorme seringa e espargir a vacina contra o mosquito da febre amarela, que clamava pela paz, por já não ter forças contra a Campanha.

No diálogo de Loureiro entre João Coelho, Oswaldo Cruz e o Mosquito, aquele parabenizava o milagre operado por esse através da ciência. Concordando e convencido da ciência sanitarista, o doutor Oswaldo Cruz partilhava e transferia a responsabilidade de tamanha magnitude à presciência do governador, que demonstrava ter pelo Pará uma forte relação de amor e patriotismo. Já pontuei outros significados da intenção do governador com a Campanha onde o amor pelo “povo” do Pará torna-se falacioso. Contudo, graças às qualidades de João Coelho é que fora possível à ciência operar o milagre. Portanto, a ciência passa a ter atributos divinos capazes de operar dádivas no combate à febre amarela. O Mosquito, demonstrando não estar nem um pouco preocupado com a conversa dos ilustres sujeitos e sim em salvar a própria vida, dispara a língua afiada, que trata de uma análise bem mais interessante, em função da Campanha ter inaugurado uma nova era, um marco entre o atrasado e o moderno.

Paradoxalmente, a administração do intendente Antonio Lemos que significava progresso, modernidade, civilização e tantos outros valores forjados nos discursos e ações políticas na reelaboração do espaço urbano, quando dominara o cenário político através da consolidação de um monopólio oligarca, agora era lembrada pelo lenimento no combate à febre amarela, pois nos bons tempos do velho Lemos, pelo menos o Mosquito poderia distribuir a febre amarela sem ter que “azular” e tantos micróbios da politicagem paraense e “dissidentes beneficiários”, nas palavras de Ricardo Borges, que usurparam e locupletaram-se das “concessões e favores” distribuídos pelo ex-intendente continuavam a figurar na política.<sup>202</sup> Neste sentido, o mosquito se solidarizava ao “amigo Lemos”, pois teria de partir

---

<sup>202</sup> BORGES, Ricardo. “Antonio José de Lemos”, in op. cit., 1986, p. 314.

do Pará. A Campanha contra ambos demonstrava ser letal e vitoriosa. Mas antes Loureiro não deixa de atacar, através do Mosquito, a política regional identificando que o saneamento deveria estender-se ao estado, que patrocinara a Campanha; por isso a sátira “diabos carreguem os que livraram o Pará de semelhante peste!”. Referia-se Loureiro com a fala do Mosquito tão somente aos semideuses da ciência, que sanaram a cidade? Creio que não, pois os políticos, fiéis amigos e aliados de Lemos de outrora, que se locupletaram do dinheiro público, continuavam no poder. Obviamente a derrocada da oligarquia arrastara alguns ao túmulo. A vitória da ciência e o sepultamento da febre amarela e da oligarquia Lemos não sanaram o Pará dos antigos micróbios. Estes geralmente só abandonam a política quando morrem.

### 3.7 – Abrem-se as cortinas: o banquete no Teatro da Paz, vivas à Cruz.

A imprensa noticiava que às 19 horas do dia 16 de outubro, uma segunda-feira, no salão do Teatro da Paz, seria oferecido um banquete memorável ao Dr. Oswaldo Cruz e aos companheiros da *Comissão de Profilaxia da Febre Amarela*.<sup>203</sup> Certamente seria dia e noite de festa pois o preclaro médico anunciara, horas antes do banquete, a erradicação da febre amarela. Para coroar a vitória, nada melhor do que a ostentação no faustoso Teatro da Paz. A imagem política laureada pela vitória da ciência evidencia a consolidação da ideologia médica ao aparelho de estado republicano e também um brinde ao início do fim do lemissimo e, por que não, do próprio senador Antonio Lemos. As cortinas do teatro, digo, do *foyer* do salão do Teatro da Paz, abrem-se para homenagear tanto o governador João Coelho como e, principalmente, a Comissão Oswaldo Cruz. Os “vencedores” sobem ao palco político, os convidados da noite foram selecionados criteriosamente, presentes estavam políticos, médicos, jornalistas e membros da elite da borracha que representavam o estado.

A ornamentação do *foyer* fora do decorador Pedro Campofiorita, em estilo francês belepoqueano, com flores naturais e frutas, aproximadamente cem lâmpadas coloridas iluminavam a mesa em “T” localizada no centro do salão, organizada por José Rodrigues Pereira do Centro Elétrico Zumbinha. O banquete de 40 talheres, com traje a rigor (casaca e gravata branca), organizada a culinária sob as referências do Café da Paz,<sup>204</sup> sendo o cardápio

<sup>203</sup> *Folha do Norte*. Belém, 15 out., 1911; e *A Província do Pará*. Belém, 15 out., 1911.

<sup>204</sup> O luxuoso hotel-restaurante Grande Café da Paz ficava localizado no Largo da Pólvora, na avenida Carlos Gomes, esquina com a avenida República, onde hospedara-se várias vezes o Dr. Oswaldo Cruz nos aposentos do proprietário Adolpho Melibeu. O Café da Paz era referência enquanto hotel e restaurante em Belém. O banquete fora encomendado pelo governador João Coelho ao proprietário Adolpho Melibeu.

à francesa.<sup>205</sup> Os convidados jantariam ouvindo as músicas do afinado sexteto regido pelo maestro Sarti.<sup>206</sup> No átrio do Teatro da Paz, os convivas eram recebidos ao som da Banda da Brigada Militar, que saudara o público com o Hino Nacional. O protocolo previa apenas dois brindes, o do governador João Coelho e, em reposta, o do Dr. Oswaldo Cruz agradeceria os cumprimentos. Estavam presentes ao afamado banquete representantes da elite paraense e da sociedade belepoqueana. Caso queira o leitor pular literalmente o parágrafo a seguir, garanto que não irá perder nada.

Nas extremidades sentaram-se o governador João Coelho e o Dr. Oswaldo Cruz. À direita desse estavam o padre Marcos Santiago, que representava o arcebispo do Pará (Dom Santino Coutinho); o Comandante da Brigada Militar, o Coronel Saturnino Arouck; os doutores Angelo M. da Costa Lima, João Pedro de Albuquerque, Ageleu Domingues e Caetano da Rocha Cerqueira; o secretário da Fazenda, Sr. Picanço Dinis e o representante da gazeta *A Província do Pará*. À esquerda do governador encontrava-se o Inspetor da 2ª Região Militar, o General Ilha Moreira; o subchefe da Comissão João Pedroso de Albuquerque; o Sr. Alvaro Adolpho da Silveira, representante do Intendente Municipal (Tenente-Coronel Sabino da Luz); o médico Emygdio José de Mattos; o Juiz Seccional Alberto da Cunha Barreto; os doutores Belisario Penna, Francisco Ottoni e o ajudante de ordens do governador, capitão Cassulo de Melo. A lista ainda não acabou, pois à esquerda de Oswaldo Cruz presentes estavam: o Presidente da Câmara dos Deputados, o coronel Ignácio Nogueira; o Procurador Geral do Estado, o desembargador Alberto da Cunha Barreto; o Presidente da Associação Comercial, o Barão de Souza Lages; o Chefe de Polícia, Dr. Eloy Simões; os doutores Abel Tavares de Lacerda e Affonso da Gama Mac-Dowell; o secretário de Obras Públicas, Sr. Innocencio Holanda de Lima; o representante da *Folha do Norte*, jornalista Firmo Braga; o acadêmico do jornal *O Critério*, Cezar Coutinho de Oliveira; além dos coronéis Alfredo Lamartine e Fulgêncio Simões, representantes das gazetas *O Jornal* e *O Estado do Pará*, respectivamente. Enquanto à direita do ilustre sanitaria encontravam-se: o Presidente do Senado, desembargador Augusto Borborema; o secretário do Interior, desembargador

<sup>205</sup> “Dr. Oswaldo Cruz”, in *Folha do Norte*. Belém. 15 out., 1911. O menu oferecido pelo Café da Paz: Consommé tapioca, Filet de camorim à la Dreppoise, Pigeonneaux à la Clamart, Tournedos à la Parisienne, Punch an Kirsch, Dindonneau roli et jambon frit, Asperges en branche Vinaigrette, Puding de Cabinet, Gelée de fruits, Fruits, Biscuits; Vins Maderé, Rhein, Hochheimer, Mouton Rothschild, Chambertin, Veuve Clicquot; Café e Liguers.

<sup>206</sup> Ibid. A programação do sexteto do maestro Sarti, composto dos músicos e professores Armando Lameira, Manoel Castello Branco, Marcelino Gonzalez, Solon Moura, Sobreira Lima e Luiz Gonçalves. As músicas compreendiam a seguinte ordem: 1ª Marcha (Cubana, *Il Candiolo*), 2ª Badinage (Sur l’aile d’un pierro’t, *Chillemont*), 3ª Minueto Beethoven, 4ª Intermezzo (“Serenata-Barcarola”, *M Imbert*), 5ª Valse (“Les bluets”, *E. Carosio*), 6ª “Cavatina Raff”, 7ª Mazurka (“Pariska”, *F. Popy*), 8ª Romance (“Simple aveu”, *F. Thomé*) e 9ª Valse (“Vers son coeur”, *A. Leconte*).



Augusto Olympio; o médico Augusto Serafim da Silva; o oficial do gabinete do governador, Antonio Alves de Souza; o representante do jornal *A Palavra*, Alfredo Chaves; o Dr. Jayme Aben-Athar e Amaral Brasil, do jornal *O Cosmopolita*. Tendo faltado ao banquete o ex-governador Augusto Montenegro e o capitão de fragata Amyntas José Jorge, inspetor do Arsenal da Marinha.<sup>207</sup>

No *foyer* do Teatro da Paz, sobre a mesa decorada, os convidados tinham a programação do banquete impressa, que fora oferecido pelo governador num gesto de homenagem à Comissão. No frontispício do convite havia o escudo do estado, dentro a programação do concerto, o *menu* e os nomes dos médicos que estavam sendo homenageados. O governador João Coelho primeiramente seguira o protocolo. No discurso saudava a presença da *Comissão de Profilaxia da Febre Amarela*, oferecendo o banquete em nome do estado do Pará. Homenageava os merecimentos da Comissão e agradecia os “notáveis serviços empreendidos na humanitária campanha”.<sup>208</sup> Humanitária campanha e patriotismo eram atribuídos à Comissão, pois finalmente estava erradicada a febre amarela no Pará. A nova era para o governador representava a possibilidade de investimentos estrangeiros e nacionais. Ficando o estado do Pará agradecido à expectativa de “grandioso desenvolvimento”, pois a febre amarela não passava agora de um espantalho que havia sido espantado de Belém, ou então, de um enorme esqueleto tombado, como retratara Leônidas Freire em *O Malho*. Enquanto ameaça de investimentos, o espantalho da febre amarela não poderia mais impedir o desenvolvimento, conquistado extraordinariamente. Obviamente que há uma dose de ufanismo nas palavras do governador João Coelho. Assim, pedia ao homenageado que aceitasse o “imorredoiro reconhecimento”, além de permitir que erguesse a taça em nome da Comissão e brindasse à “felicidade de todos”.<sup>209</sup> Após o discurso, o sexteto do maestro Sarti tocou o Hino Nacional, reverenciado de pé por todos os convivas.

Em nome da Comissão, o Dr. Oswaldo Cruz agradecia as palavras bondosas proferidas pelo governador, bem como a hospitalidade e a confiança depositada, pois partiria levando a satisfação do dever cumprido. Oswaldo Cruz atribuía o sucesso da Campanha e dividia as homenagens com os colegas, sem esquecer a “maneira carinhosa e bôa por que fomos recebidos e tratados, o conforto de que fomos cercados, as distinções ininterruptas com que temos sido cumulados”<sup>210</sup> eram razões suficientes para agradecer ao governo e ao “povo” do Pará. A ciência médica cumpria a função de ideologia do estado republicano, incrustada

<sup>207</sup> “Dr. Oswaldo Cruz”, in *Folha do Norte*. Belém, 16 e 17 out., 1911.

<sup>208</sup> COELHO, João Antonio Luiz. op. cit., 1912, p. 45.

<sup>209</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>210</sup> Id. Ibid. loc. cit.

nos discursos de progresso e modernidade. Doença era sinônimo de atraso por parte dos contemporâneos e, lógico, pelo Dr. Oswaldo Cruz, por entender que não haveria progresso “numa cidade onde impera a terrível moléstia”.<sup>211</sup> Justamente por ceifar vidas de crianças e estrangeiros, os quais emprestavam braços, inteligência e capitais financeiros; salvar vidas certamente fora uma preocupação corrente da Comissão, bem como, sobretudo, livrar o estado para permitir a presença de capitais internacionais. Por isso a febre amarela tinha o significado de espantinho da morte e, mais do que nunca, era preciso derrotar esse “mal”. Além do mais, a receptividade clamorosa e a ausência de conflitos durante a Campanha contra a Comissão, demonstravam o ressentimento do Dr. Oswaldo Cruz para com a capital federal, e os habitantes do Pará assumiam o status de “progressistas” por terem auxiliado a Campanha.

Logo, a *Campanha de Profilaxia da Febre Amarela* não era apenas uma vitória do Pará e, sim, da “Nação Brasileira” como gostara de afirmar no discurso do banquete o aclamado sanitarista, que colocava a capital paraense na rota da civilização, uma vez que o governador conseguira realizar a “obra meritória de caráter nacional e conseguiu levantar ainda mais alto os nossos fóros de nação civilizada”.<sup>212</sup> Aceitava o brinde e erguia a taça em nome do governador e do “povo” paraense. Após o discurso, a Comissão era ovacionada, encerrava-se o banquete por volta das 21:30 horas e os convidados retiravam-se aos lares. No dia seguinte, 17 de outubro, às 17 horas de uma terça-feira, o governador João Coelho dirigia-se ao Palacete da Praça da República em que estava hospedada a Comissão, e onde o “ilustre homem da ciência e seus companheiros de comissão o aguardavam, e, após os cumprimentos usuais, organizou-se, em carros de praça, um prestito em direção ao cais do *Port of Pará*”.<sup>213</sup> Após as despedidas finais, tomaram o rebocador *Ypiranga*, cedido pela casa Solheiro Motta & Cia, que transportou os ilustres médicos até a bordo do navio *Manaus*. Partira, ovacionado e para nunca mais voltar ao Pará, em direção aos familiares no Rio de Janeiro, o Dr. Oswaldo Cruz com outros médicos da Comissão: João Pedroso de Albuquerque, Caetano Cerqueira, Serafim da Silva e João Pedro de Albuquerque. As bandeiras políticas coroavam a derrocada do ex-intendente Antonio Lemos e a vitória da ciência, enquanto uma multidão dava brados de “vivas” e acenos para despedir-se do Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz.<sup>214</sup>

Depreendem-se algumas considerações do banquete, não sobre a noite de 16 de outubro em si, mas sobre quais significados ou leituras o historiador pode dele abstrair. Meus

<sup>211</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>212</sup> Id. Ibid. loc. cit.

<sup>213</sup> “Dr. Oswaldo Cruz”, in *Folha do Norte*. Belém, 18 out., 1911.

<sup>214</sup> Ibid.

objetivos ao longo deste capítulo foram construídos sobre a perspectiva de analisar a aliança entre medicina e estado na Campanha contra a epidemia da febre amarela. O comprometimento dessa junção tivera intenção política, seja na representação da doença, seja na construção do discurso sanitário. A aliança entre ciência e estado propôs a cura da cidade, por mais que a saúde pública dos moradores tenha sido afetada positivamente. O projeto médico-sanitário assumira a missão do discurso de civilização. Neste caso, a febre amarela colocava-se como verdadeiro obstáculo aos interesses econômicos, assumindo a imagem de terror dos estrangeiros e, conseqüentemente, afastando a mão-de-obra imigrante além de capitais estrangeiros. Logo, justificava-se curar a cidade para receber o glorioso progresso do estado. Missão cumprida. Mas não contavam os governantes com a crise econômica e a queda do preço da borracha no mercado externo. De qualquer forma, a aliança assumira outros significados.

Como disse, havia intenções políticas no comprometimento das autoridades; o discurso sanitário não teve obstáculos na representação da doença, haja vista os contemporâneos padecerem de tempos em tempos com a epidemia da febre amarela, muito menos esse comprometimento fora unitário. Logo, a Comissão era a luva ideal, digo, a materialização do projeto saneador ao encontro dos anseios expurgativos. Dentre esses anseios, o ponto crucial recaía sobre a apropriação simbólica da imagem de Oswaldo Cruz já que, não por acaso, coincidira a Campanha com o início do fim do lemismo. Durante a sexta vez que estivera no Pará, o sanitarista deparou-se com a ebulição política, onde o senador Antonio Lemos renunciaria ao cargo de intendente, dias depois. O redator da *Folha do Norte*, Paulo Maranhão, direcionava o editorial favorável à Campanha, em razão da fragmentação e enfraquecimento do *PRP*, que rachara em dissidências contra o chefe Antonio Lemos.

O governador João Coelho esteve na ponta da lança nesse quadro político e a Campanha contra a febre amarela garantira-lhe imunidade, no sentido de fortalecer a imagem pública. Logo não era interessante à *Folha do Norte* atacar o Dr. Oswaldo Cruz, pois significava ir de encontro ao governador, que colou sua imagem à do sanitarista. Por isso, o banquete servira não apenas para homenagear os médicos, como também para coroar o fortalecimento de João Coelho e o enfraquecimento maior do poder do ex-padrinho político Antonio Lemos. A erradicação da febre amarela servira ao propósito de sepultar a oligarquia do ex-intendente e o próprio Lemos que, na turbulência política durante e após a Campanha, tornou-se *persona non grata* para desembargadores, deputados, secretários, juizes, entre outros. Enfim, os convidados do banquete representavam o grupo do poder no Pará, que há pouco tempo freqüentava o Palácio da Intendência e apoiava o ex-intendente municipal e

senador estadual Antonio Lemos, que lá reinara absoluto por mais de uma década. O brinde de champanhe fora a forma doce de agradecer o sanitarista Oswaldo Cruz, mas também a costura dissimulada de novas alianças diante das contradições e conflitos dos micróbios da política, caso queira o leitor nomeá-los, poucos se salvam, basta ler o parágrafo que há pouco pedi fosse pulado se foi o caso.

A bacteriologia luta contra a mutação das bactérias ou “micróbios” que sobrevivem através de mutações aos antibióticos. Nesse caso, os micróbios tornam-se mutantes nos aparelhos de estado, pois são “microbios que escampam” na politicagem. Contudo, sempre é tempo de se renovar em dissidências contra dogmas preconcebidos do “inimigo que não tem cessado de vencer”.<sup>215</sup> Portanto, é preciso peregrinar sobre Walter Benjamin por uma “história a contrapelo” para referver novas dissidências contra vencedores. Dissidência que surge dentro e fora das instituições de ensino superior, como profetizara Alfredo Storni, lembro o leitor, que “Só tu, a poder de protestos, poderás um dia acabar com esses *bichos!*”.<sup>216</sup>

---

<sup>215</sup> Cf. BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”, in *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 225.

<sup>216</sup> “Cruzada Oswaldo: os microbios que escapam.”, in Revista *O Malho*. Rio de Janeiro, 25 jun., 1910. Ano IX.

### Considerações finais.

Ao olhar fragmentos de antigos documentos procurei compreender, a partir da aliança entre o estado e a ciência, mais precisamente entre os poderes públicos e os médicos, as especificidades dessa aliança na formulação de projetos de higienização da cidade. Intuí terem sido alicerces valiosos na construção de discursos e práticas normativas sobre a cura e a regulamentação de hábitos dos moradores, medida que visava possibilitar o fortalecimento tanto do estado, quanto da “classe” médica. Desse projeto, as campanhas de profilaxia e a construção ao próprio fazer-se das práticas médico-sanitárias de cura e intervenção em Belém possibilitaram um combate mais eficiente às epidemias. A mortalidade, desde fins do século XIX, levava o intendente Antonio José de Lemos (1887-1911) a definir Belém como a “necrópole” paraense. Talvez o significado de cidade dos mortos bem reflita o estado lutuoso provocado pelas epidemias de varíola, peste bubônica, tuberculose e febre amarela, por exemplo. O crescimento demográfico praticamente nos primeiros anos do século XX, (segundo o recenseamento do IBGE de 1920, quando a cidade tinha, em 1900, 96.500 almas, passando para 192.230 em 1907), dão boa dimensão da necessidade de higiene que, para o Dr. Othon Chateau, significava a própria “ciência da vida”. É neste ponto que a formulação do conhecimento higienista esbarra nas contradições da própria medicina experimental, a saber a prática da vacinação nas camadas populares.

Construir a aceitação da vacina fora a missão literária de João Marques de Carvalho, sem dúvida um dos expoentes homens das letras do círculo literário em Belém, que se utilizava da pena para defender, através do cânone naturalista, valores de progresso, modernização e civilização. Curiosamente há discursos oficiais na defesa desses valores, destacando-se a defesa do intendente municipal de Belém, senador Antonio José de Lemos, e do governador do estado do Pará, Augusto Montenegro. Estes são responsáveis pela urbanização higienizadora, leia-se Diretoria do Serviço Sanitário do Estado, na figura do médico Francisco da Silva Miranda ou Lyra Castro. Torna-se evidente a aliança, quando personagens-sujeitos construídos tendem a representar o cotidiano de Belém. Ao *Progresso* e ao *Dr. Siranda* foi atribuída a incumbência de “civilizar” os hábitos e costumes de *Florismunda*, *Dona Miquelina*, o *Garapeiro*, o *Sorveteiro*, entre outras personagens. O discurso moderno e egocêntrico não é isolado da contemporaneidade. Concomitantemente, o pacto político de 1903 – selado no “*Congresso dos Intendentes Municipaes do Estado e dos Chefes Politicos do Partido Republicano Paraense*” – consolidava a oligarquia de seringalistas, proprietários de terras e ricos comerciantes, alçando ao pódio o chefe do *Partido*

*Republicano Paraense*, o senador Lemos. Baluarte oligárquico desse grupo (re) articulado na República, política e saúde passam a ser indissociáveis.

A peça *A Bubonica*, na prática, fora a defesa mais polida da intendência e dos discursos de progresso. Outrossim, nessa missão literária, a higiene passa a ser o valor universal a ser inculcado, por isso o médico Othon Chateau defendia a persuasão da profilaxia, que deveria evitar a coação, na busca de transformações da mentalidade, pois será através do “ensino e a educação, a higiene em ciência social, que dominará o público quando estiver grandemente vulgarizada”.<sup>1</sup> Marques de Carvalho teve esse compromisso de vulgarizar a “ciência da vida”, mas nem por isso, isenta de contestação e de interpretação pelo público letrado ou não, já que *A Bubonica* possibilita a contrapelo a leitura do burburinho e, portanto, extrapola o palco do teatro. Além do mais, fora encenada e publicada com o propósito de defesa de valores políticos e sociais que recaíam no preceito da civilização, comum aos homens de letras, mas que possibilitaram igualmente fazer-se leituras do cotidiano de Belém, bem como das contradições presentes dos contemporâneos. Divergências entre os personagens-sujeitos bem refletem a contestação da medicina social, como também a afirmação do saber oficial.

As campanhas de profilaxias não eram fruto da imaginação e certamente, diante de várias epidemias e da insalubridade de Belém, os médicos delimitavam os espaços a ser escoimizados e, concomitantemente, os moradores alvos da campanha. As “classes perigosas” eram ameaça de contaminação e, logo, da ação coercitiva da vacinação, isolamento e até prisão. Aliás, isolamento que visava afastar o perigo do centro da cidade, a menina dos olhos da propaganda oficial, que construía a *belle époque*, sendo que parte da historiografia incorrera em defender essa construção universal.

Em 1904, a *Folha do Norte* denunciava o estado lutuoso de Belém: o horror, espanto e pessimismo. A febre negra, o flagelo, as epidemias. Os olhos já não suportavam ver tamanha tortura, horror, tragédia e loucura. A cidade lembrava uma cova aberta. Exageros à parte do jornalista, que sentenciava ser Belém: “Thebas da Morte d’estreitas portas que dão entradas a tanta gente”.<sup>2</sup> A mortalidade atingiu 31.621 pessoas oficialmente entre 1904 e 1911 e as fontes ajudam a compreender este significado. Trabalhadores diversos e uma infinidade de crianças sucumbiram na necrópole paraense, a peste atingindo ricos e principalmente pobres, numa tácita alusão de que a *belle époque* foi restrita à cidade. A reorganização dos serviços de saúde e a investidura de médicos ou delegados sanitários atingiu vários pontos de

<sup>1</sup> CHATEAU, Othon. “Ação variavel do Hygienista”, in *Traços de Hygiene*. Belém: Gillet, 1935, p. 251-2.

<sup>2</sup> “Doentes”, in *Folha do Norte*. Belém, 17 abr., 1904.

Belém, através de inúmeras campanhas de profilaxia. Vacinar, remover, isolar, prender, expurgar, desinfetar eram palavras de ordem das campanhas sanitaristas, que tentavam diminuir a mortalidade provocada pelas epidemias. As práticas médicas de cura procuravam conferir à cidade a ordenação através da salubridade. Os moradores e camadas populares foram os mais atingidos desses, muitos recusavam-se a tomar a vacina, outros escondiam-se dos inspetores, enquanto outros recebiam a “cura”. Certamente que a prática da vacinação foi um projeto vencedor, mas à custa de quantos sacrifícios? A aliança da medicina com os governos permitiu certo controle de algumas epidemias e o fortalecimento do estado que, através de medidas coercitivas e impopulares, impunha a ordem à saúde diante da Belém mortífera.

No ímpeto de reforçar a necessidade de combate à epidemia, principalmente no ardor da febre amarela em Belém, a aliança estado e ciência teve o intuito de construir um discurso de progresso, em detrimento da epidemia e do atraso, que impedia a “irradiação social”. Assim, convenientemente, a maior autoridade científica e médica do Brasil, o Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz, fora contratado para erradicar o terrível mal amarílico, que tanto prejudicava a imagem do Pará, fosse no Brasil ou no exterior, tendo Belém galgado o título de túmulo imigrante. A presença do diretor do Instituto de Manguinhos fora o maior contrato de saneamento assumido pelo estado do Pará até então, bem como pelo Instituto; mas a historiografia fez vistas grossas e silenciou os trabalhos da Comissão de combate à febre amarela. Este silêncio instigou-me a analisar os significados da Campanha em Belém.

Tempos difíceis e conturbados, o artigo público, ou os milhares de “Bórós”, já não abarrotavam de recursos financeiros, pois a economia da borracha dava sinais ao comércio de enfraquecimento. Logo, a Campanha serviria como um tiro derradeiro à continuidade do progresso, pois nitidamente a aliança almejava erradicar a febre amarela, permitindo a presença do trabalhador imigrante e o investimento de capitais; pelo menos este era o significado intrínseco para o governador João Coelho, representante dos interesses da Associação Comercial. E a política então? O poderoso coronel Antonio Lemos, intendente e senador de Belém, vira a oligarquia lemistá tombar; digo, outro ponto diz respeito ao sepultamento da oligarquia. Portanto, “outro” significado refere-se ao duplo propósito que a Campanha assumira: primeiramente visava erradicar a epidemia; em segundo, ao longo do *tour de force* os contemporâneos oposicionistas associaram a vitória da ciência ao sepultamento da oligarquia lemistá. Por isso o Dr. Oswaldo Cruz, desde a primeira vez que chegara ao Pará, ainda em fins de 1905, estaria propenso a realizar uma autêntica cruzada higienista, a fim de combater os micróbios que escaparam do saneamento.

As oligarquias regionais gozavam de muito poder, o líder do *Partido Republicano Paraense*, coronel Antonio Lemos, congregava forças econômicas e políticas que lhe davam legitimidade e hegemonia. Contudo, em fins de 1910, o isolamento significava o “início do fim”. Quando os doutores da Comissão chegaram ao Pará, Lemos era ainda intendente, sem a força política de outrora, como bem definira um dos maiores críticos, o jornalista Paulo Maranhão ao analisar o enfraquecimento político, para quem o velho Lemos significava um “cadáver quente”. A mortalidade provocada pela epidemia colocava em xeque o saneamento da cidade, e as críticas recaíam sobre as gerências municipal e estadual. O governador João Coelho, um ex-aliado de Lemos, procurou dissociar sua imagem e o governo do ex-padrinho político Lemos e a oposição laurista apoiara essa atitude que visava enfraquecer as fileiras do *PRP* e, concomitantemente, não se fez de rogada, apoiando também a Comissão. O que aparentemente significaria o pomo-da-discórdia, pois anos antes, o ex-governador paraense Lauro Nina Sodré envolvera-se diretamente na Revolta da Vacina ocorrida na capital federal. Assim, convenientemente, a *Folha do Norte*, reduto dos lauristas, fizera silêncio deliberado sobre a contestação ao Dr. Oswaldo Cruz.

A formação da *Comissão Sanitária de Profilaxia da Febre Amarela* foi obra planejada, para evitar protestos e erradicar a epidemia, além de cercar-se de amplo apoio conforme se observa na documentação discutida. A história pode ser comparada ao caleidoscópio do historiador, conforme o prisma e o ângulo do olhar, outras abordagens podem ser exploradas; por um lado privilegiei a ação da Campanha, por outro, silencieei em parte o cotidiano dos trabalhadores e moradores diante dela, pois estava mais preocupado em analisar os significados da aliança entre ciência e poder público, que extrapolou as perspectivas iniciais, haja vista o *tour de force* atingir não apenas as ruas e moradias de Belém mas o âmbito internacional dada a nata de cientistas que presenciei em Dresden, durante o *Congresso Internacional de Higiene e Demografia*, o êxito do Brasil e mais especificamente do Pará que tivera amplo destaque através da Sala do Pavilhão Brasileiro.

Sem exageros, a vitória da ciência reflete e significa ao longo da Campanha, a mudança dos propósitos iniciais, erradicação da febre amarela, não por parte da Comissão, mas sim, pelo representante maior, o governador João Coelho e os novos séqüitos adutores e oportunistas de plantão, destacando-se o jornalista Paulo Maranhão e o grupo laurista das trincheiras da *Folha do Norte*, além da *Associação Comercial*, os quais vislumbraram a possibilidade de sepultamento da oligarquia lemist. Como não analisei os significados atribuídos pelos moradores à Campanha, fica o silêncio historiográfico, para que outros pesquisadores possam seguir os rastros e fragmentos de antigas e novas palavras e brindar



(permita o leitor o trocadilho com a charge de Loureiro) com “Mais um tiro de honra” a historiografia paraense. Em 1911, os contemporâneos dão como certa a aceitação da vacina, pois como não discuti o prisma dos moradores, aparentemente a Campanha fora vitoriosa graças ao apoio popular, conforme fizera questão de sustentar o Dr. Oswaldo Cruz. Ainda assim, valia-se a Comissão do apoio da polícia, que no mínimo intimidava os moradores, reforçando a preocupação de outrora, quando no Rio de Janeiro o diretor da *DGSP* foi contestado por trabalhadores, políticos e no seio acadêmico da *Faculdade de Medicina* do Rio de Janeiro. Em Belém, essa contestação ao que, tudo indica, não ocorreu, mas esta é uma questão secundária nesta dissertação.

O brinde vitorioso e pomposo no *foyer* do Teatro da Paz demonstra o declínio político do poderoso velho Lemos, sepultado vivo, cadáver quente, nas palavras de Paulo Maranhão; desmoralizado ante correligionários dissidentes, sem bandeira de ética ou moral, pois muitos dos que ora se voltavam contra ele, antes se locupletaram com as concessões e monopólios distribuídos pelo ex-intendente. Convidados do banquete e auspiciosos representantes da elite política e econômica comemoravam e saudavam, erguendo as taças de champanhe, o governador João Coelho e o bacteriologista Oswaldo Cruz. Em boa hora, recordando Loureiro novamente, quando o *Stegomyia* lançara a praga de que a Campanha deveria carregar “os que livraram o Pará de semelhante peste!”.<sup>3</sup>

Esta alusão poderia ser direcionada aos ilustres convidados do banquete, que se deliciavam com o *menu* oferecido pelo Café da Paz; pratos requintados que misturavam a culinária francesa às comidas regionais, além da boa música do maestro Sarti. Certamente, o fausto da elite no maior símbolo da opulência, o Teatro da Paz, assume o simbolismo de brindar o sepultamento da epidemia da febre amarela e da oligarquia lealista; as bandeiras políticas clamavam pela ordem no banquete, não por acaso na flâmula do mosquito, a rendição: “PAZ...! VOU-ME EMBORA!”. Foi-se o velho Lemos, erradicou-se a epidemia e brindou-se à Comissão Oswaldo Cruz; contudo, muitos micróbios da política sobreviveram à mutação do fim da oligarquia lealista, arraigando-se às entranhas do estado republicano, divertindo-se na opulência, brindando com champanhe. Nos espaços dos teatros Polytheama e da Paz, na defesa missionária de Marques de Carvalho ao *Progresso* ou no brinde do governador João Coelho ao sepultamento do velho Lemos, alguns “bichos” sobreviveram.

---

<sup>3</sup> “O Pará: praga do mosquito não mata Coelho”, in *O Malho*, Rio de Janeiro, 17 jun., 1911. Ano X.

## Fontes.

### A) Periódicos:

Folha do Norte, Belém, 1904, Rolo FN-17 (jan/jun – 1904).

Folha do Norte, Belém, 1904, Rolo FN-18 (jul/dez – 1904).

Folha do Norte: Belém, 1905, Rolo FN-19 (jan/jun – 1905).

Folha do Norte: Belém, 1905, Rolo FN-20 (jul/dez – 1905).

Folha do Norte: Belém, 1906, Rolo FN-21 (jan/jun – 1906).

Folha do Norte: Belém, 1906, Rolo FN-22 (jul/dez – 1906).

Folha do Norte: Belém, 1907, Rolo FN-23 (jan/jun – 1907).

Folha do Norte: Belém, 1907, Rolo FN-24 (jul/dez – 1907).

Folha do Norte: Belém, 1908, Rolo FN-25 (jan/jun – 1908).

Folha do Norte: Belém, 1908, Rolo FN-26 (jul/dez – 1908).

Folha do Norte: Belém, 1909, Rolo FN-27 (jan/jun – 1909).

Folha do Norte: Belém, 1909, Rolo FN-28 (jul/dez – 1909).

Folha do Norte: Belém, 1910, Rolo FN-29 (jan/jun – 1910).

Folha do Norte: Belém, 1910, Rolo FN-30 (jul/dez – 1910).

Folha do Norte: Belém, 1911, Rolo FN-31 (jan/jun – 1911).

Folha do Norte: Belém, 1911, Rolo FN-32 (jul/dez – 1911).

A Província do Pará: Belém, 1910, (jul/dez – 1910).

A Província do Pará: Belém, 1911, (jan/jun – 1911).

### B) Obras Raras:

ABREU, José Coelho da Gama e, Barão de Marajó. *As regiões amazônicas: estudo chorograficos dos Estados do Grão-Pará e Amazonas*. Lisboa: imprensa de L. da Silva, 1896. 404 p. il. 4 mapas.

*Álbum de Belém*. 15 de novembro de 1902. Paris: P. Renouard, 1902.

*ALMANACH PARAENSE*. Belém: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré. v. 2, 1906, lxiv [68] 192 p. il.

*ANUÁRIO DE BELÉM. Em comemoração do seu tricentenário (1616-1916): histórico, literário e comercial*. Pará: Imprensa oficial, 1915. 206 p. il. Retr. Organizado, em colaboração, por um grupo de intelectuais, por iniciativa do Eng. Ignácio Moura.

- AZEVEDO, José Eustáchio de. *Antologia amazônica: poetas paraenses*. 2 ed. Augm. Belém: J. A. T. Pinto, 1918.
- BELLIDO, Remijio de. *Catalogo dos jornais paraenses: 1822-1908*. Pará: Imprensa Official, 1908. 162 p.
- CACCAVONI, Arthur. *Álbum descritivo amazônico*. Gênova: F. Armanino, 1899..
- CAMPOS, Américo de. *Noções gerais de hygiene*. Belém: P. de Oliveira, 1912.
- CARDOZO, Firmo Euzébio Dias. *Feridas das articulações e seu tratamento*. Bahia: Litho-Typ. Liguori, 1886. These (Doutor em Medicina) – Faculdade de Medicina da Bahia.
- CHATEAU, Othon. *Traços de hygiene*. Belém: Gillet, 1935.
- CRUZ, Ernesto. *A água de Belém: sistemas de abastecimento usados na capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: ofs. da Revista da Veterinária, 1944.
- CRUZ, Oswaldo. *A vacinação anti-pestosa*. v. 15, nº 45, 47 e 48. Rio de Janeiro: Brazil-Médico, dezembro de 1901. (Trabalho do Instituto Sorotherapico Federal do Rio de Janeiro).
- FIGUEIREDO, Antônio de. *As febres do Marco*. Belém: Typ. Elzevirian, 1909.
- GOELDI, Emílio Augusto. *Os mosquitos no Pará: reunião de quatro trabalhos sobre os mosquitos indigenas, principalmente os de espécie que molesta o homem*. Pará: C. Wiegandt, 1905.
- L'ETAT du Pará (Brésil) á Turin 1911*. Turin: [s.n.] [1911?]. Mapa.
- LISBÔA, Achilles. *A lepra sob o ponto de vista da hereditariedade morbida: herança ou contágio, como factor de propagação do mal de Lazaro? Modos de ver sobre a sua etiologia*. Belém: Officinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1928.
- LOBÃO JUNIOR, Eduardo Léger. *Ainda a lepra: heredo-contagio da lepra, vias de transmissão da lepra, isolamento dos leprosos*. Pará: Typ. de T. Cardoso, 1900.
- \_\_\_\_\_. *O paludismo segundo a escola da algeria*. Pará: Typ. Gutemberg, 1913.
- \_\_\_\_\_. *A questão das dysenterias*. Pará: Typ. Gutemberg, 1910.
- MAMORÉ, João Baptista Bueno. *Condições pathogenicas: do diagnóstico e tratamento da molestia conhecida pelo nome de beriberi*. Pará: Typ. de F. C. Rhossard, 1873. These (Cadeira de Medicina Legal, Partos, Phisiologia) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1874.
- MARÇAL, Antônio. *A cremação perante a hygiene*. Bahia: Typografia dos Dous Mundos, 1885. These (Doutor em Medicina) – Faculdade de Medicina da Bahia, 1885.
- PARÁ, Governador (1897-1901: J. P. de Carvalho). *O Pará em 1900: quarto centenário do descobrimento do Brazil*. Pará: Imprensa de A. A. Silva, 1900.

PARÁ, Governador (1901-1909: A. Montenegro). *Álbum do Estado do Pará*. Paris: Chaponet, 1908..

MARQUES DE CARVALHO, João. *Hortênciã*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/SECULT, 1998.

\_\_\_\_\_. *Contos paraenses*. Pará: Pinto Barbosa, 1889.

MEIRA, Octavio. *Memórias do quase ontem*. Rio de Janeiro: Lidador, 1976.

PALMA MUNIZ, João de. *Imigração e colonização do estado do Grão-Pará: história e estatística – 1616-1916*. Belém: Imprensa Oficial, 1916.

RANGEL, Alberto. *Inferno Verde: cenas e cenários do amazonas*. Gênova: S. A. I. Cichés Celluloide Bocigalupe, 1908.

SOUZA, Carlos Barros de. *Arco-Iris: contos e phantasias*. Belém: Paraense, 1913.

SOUZA, Márcio. *Galvez, Imperador do Acre*. São Paulo: Circulo do Livro. s.d,

VERÍSSIMO, José. *Estudos brasileiros*. 2ª série, 1889-93. Rio de Janeiro, Ledmert, 1894.

VIANNA, Arthur O. Nobre. *As epidemias no Pará*. Pará: Imprensa do Diário Oficial, 1906.

\_\_\_\_\_. *A Santa Casa de Misericórdia Paraense: noticia histórica, 1650-1902*. Pará: Typ. de A. A. Silva, 1902.

\_\_\_\_\_. “Ligeiras notas sobre a epidemia da febre amarella”, in *Pará-Médico*, Belém, dez. 1900.

### **C) Relatórios Oficiais e Boletins:**

*Boletim de estatística demographo-sanitaria da cidade de Belém: 1905*. v. 1. Janeiro a Dezembro de 1905.

\_\_\_\_\_. 1906. v. 2. Janeiro a Dezembro de 1906.

\_\_\_\_\_. 1908. v. 4. Janeiro a Dezembro de 1908.

\_\_\_\_\_. 1909. v. 5. Janeiro a Agosto e Outubro a Dezembro de 1909.

\_\_\_\_\_. 1911. Ano VII, nº 12, dezembro de 1911.

CRUZ, Oswaldo. “Madeira-Mamoré Railway Company: considerações geraes sobre as condições sanitárias do Rio Madeira”, in *Oswaldo Gonçalves Cruz: Opera omnia*. Rio de Janeiro: Impr. Brasileira, 1972.

\_\_\_\_\_. *A prophylaxia do impaludismo no Amazonas*. Revista de Medicina, São Paulo 13 (20): 398-399, out. 1910 [Relatório apresentado à Companhia de Ferro Madeira-Mamoré].

SOUZA, Augusto Olympio de Araújo e. *Relatório*. Referente aos anos de 1910-1911. Apresentado a S. Exc. Sr. Dr. João Antonio Luiz Coelho, Governador do Estado, pelo

Desembargador Augusto Olympio de Araújo e Souza, Secretario d'O Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública. Pará-Brasil, Typ. do Instituto Lauro Sodré, 1912.

*Revista da Semana*, 1908. v. 13. Setembro/1908.

*Tiro Paraense*, 1909. v. 1. Maio/1909.

*Tribuna Política*: Revista Política, Literária, Scientifica e Artistica, 1907. v. 1. Jan/1907.

#### **D) Documentos do Poder Executivo:**

Saúde (1901-1939);

Obras Públicas (1854-1936);

#### **E) Mensagens de Governo e Atos Oficiais:**

COELHO, João Antonio Luiz. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 7/09/1909. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1909.

\_\_\_\_\_. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 7/09/1910. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1910.

\_\_\_\_\_. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 7/09/1911. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1911.

\_\_\_\_\_. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 7/09/1912. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1912.

*Coleção de Leis do Estado do Pará*, 1910. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1910.

MONTENEGRO, Augusto. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 7/09/1904. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1904.

\_\_\_\_\_. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 7/09/1905. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1905.

\_\_\_\_\_. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 7/09/1906. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1906.

\_\_\_\_\_. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 7/09/1907. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1907.

\_\_\_\_\_. *Mensagem de Governo*. Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará em 7/09/1908. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1908.

**F) Correspondências:**

Carta de Oswaldo Cruz endereçada à “Miloquinha”. Belém-Pa, 28 jun., 1910. *DOSSIÊ Miloca – 1910/1911 – Expedições Científicas de Manguinhos*. Correspondência pessoal. Acervo da Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Carta de Oswaldo Cruz endereçada à “Miloquinha”. Santarém-Pa, 2 jul., 1910. *DOSSIÊ Miloca – 1910/1911 – Expedições Científicas de Manguinhos*. Correspondência pessoal. Acervo da Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Carta de Oswaldo Cruz endereçada à “Miloquinha”. Seding Hotel: Europaeischer Hof. Dresden – Alemanha, 10 mai., 1911. *DOSSIÊ Viagens à Europa - 1911/1916. – Expedições Científicas de Manguinhos*. Correspondência pessoal. Acervo da Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz – DAD.

Carta de Oswaldo Cruz endereçada à “Miloquinha”. Seding Hotel: Europaeischer Hof. Dresden – Alemanha, 5 mai., 1911. *DOSSIÊ Viagens à Europa – 1911/1916 – Expedições Científicas de Manguinhos*. Correspondência pessoal. Acervo da Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz – DAD.

Carta de Oswaldo Cruz endereçada à “Miloquinha”. Seding Hotel: Europaeischer Hof. Dresden – Alemanha, 26 abr., 1911. *DOSSIÊ Viagens à Europa - 1911/1916 – Expedições Científicas de Manguinhos*. Correspondência pessoal. Acervo da Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. – DAD.

Carta de Oswaldo Cruz endereçada ao governador Dr. João Coelho. Rio de Janeiro, 8 out., 1910. *DOSSIÊ Manguinhos - 1909/1917 – Expedições Científicas de Manguinhos*. Correspondência político-administrativa. Acervo da Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Telegrama de Oswaldo Cruz endereçado ao Ministro do Interior, Drº J. J. Seabra. 23 nov., 1905. *DOSSIÊ Expedição aos Portos e Vigilância Sanitária - 1905/1906. – Expedições Científicas de Manguinhos*. Correspondência político-administrativa. Acervo da Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz – DAD.

**G) Revistas:**

*O Malho*. Rio de Janeiro, 18 nov., 1905. Ano IV.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 25 jun., 1910. Ano IX.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 12 de out., 1904. Ano III.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 1911. Ano X.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 25 out., 1911. Ano X.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 17 jun., 1911. Ano X.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 11 mar., 1911. Ano X.

SCLIAR, Moacyr. “O Rio de Janeiro em pé de guerra”, in *História Viva*. Edição nº 11. Setembro de 2004.

#### **H) Impressos de textos legais:**

*ALMANACH PARAENSE*. Belém: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré. V. 2, 1906.

BELÉM. *Código de Postura (1900)*. Código de Polícia Municipal. Belém, 1900.

LE MOS, Antonio José de. *Estado do Pará*. Governo Municipal de Belém. Disposições relativas ao serviço de inflamáveis. Entrepasto Municipal para deposito de inflammaveis, explosivos e corrosivos. Pará: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1903.

\_\_\_\_\_. *O Município de Belém (1905)*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. v. 4. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1906.

\_\_\_\_\_. *O Município de Belém (1906)*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. v. 5. Belém: Archivo da Intendencia Municipal, 1907.

\_\_\_\_\_. *O Município de Belém (1907)*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. v. 6. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1908.

*O Congresso dos Intendentes Municipaes do Estado e dos Chefes Politicos do Partido Republicano Paraense*. Discurso pronunciado no Bosque Municipal na 1ª reunião, em 15 de agosto de 1903 pelo Senador Antonio José de Lemos. Intendente de Belém e Presidente da Comissão Executiva do Partido Republicano Paraense. Belém: Secção de Obras d’A Província do Pará, 1903.

*Congresso dos Intendentes Municipaes do Estado e dos chefes politicos do Partido Republicano Paraense*. Mensagem dirigida aos Exs. Srs. Senador Antonio José de Lemos e o Dr. Augusto Montenegro pelos Intendentes Municipaes do Estado e chefes do Partido Reopublicano Paraense, em comemoração ao congresso Político realizado em Belém a 15, 17 e 18 de Agosto de 1903. Belém: Secção de Obras d’A Provincia do Pará, 1903.

### Referências bibliográficas.

- AMARAL COSTA, Carlos Alberto. *Oswaldo Cruz e a febre amarela no Pará*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1972.
- AMARAL, Alexandre Souza. *A cidade de Belém: saúde, higiene e medicalização urbana (1905 a 1909)*. Belém, 2002. Monografia (Graduação em História). Belém: UFPA, Laboratório de História.
- \_\_\_\_\_. “Tensões e conflitos sociais: os condutores de bondes em Belém no final do século XIX”, in ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (Org.). *I Jornada História e Cidade: Belém-Pa*, 18 a 20 de Abril de 2001. v. 1, nº 1. Belém: NAEA/UFPA, 2001.
- BARRETO DA ROCHA, Carmem Dolores Marçal. *O olhar microscópico de Marques de Carvalho sobre o Pará do século XIX*. Belém: IOEPA, 2004.
- BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. “A instituição da microbiologia e a história da saúde pública no Brasil”, in *Ciência e Saúde Coletiva*. v. 5, nº.2. Rio de Janeiro, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Bio-Manguinhos/Editora Fiocruz, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Paris, capitale du XIX siècle: Le livre des Passagens*. Paris: CERFI, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERLANT, Jeffrey L. *Profession and Monopoly: a study of medicine in the United States and Great Britain*. Berkeley: University of California Press, 1975.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: companhia das Letras, 1998.
- BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2004.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Publicação Europa-América, 1965.
- BORDALO, Alípio Augusto Barbosa. *A Misericórdia Paraense: ontem e hoje*. Belém: Sagrada Família, 2000.



- BORGES, Ricardo. *O Pará republicano (1824-1929): ensaio histórico*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983. (Coleção “História do Pará”; série “Arthur Vianna”).
- \_\_\_\_\_. *Vultos notáveis do Pará*. 2ª ed. Belém: CEJUP, 1986.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Tudo é história, nº 52).
- BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- BROCK, Thomas D. *Robert Koch: a life in medicine and bacteriology*. Madison, Wisconsin: Science Tech Publishers, 1998.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- CARDOSO, Eleyson e BRITTO, Rubens da Silva. *A febre amarela no Pará*. Belém: SUDAM, 1973.
- CARVALHO, Antonio Carlos Duarte. *Curandeirismo e medicina: práticas populares e políticas estatais de saúde em São Paulo nas décadas de 1930 e 1940*. Londrina: UEL, 1999.
- CARVALHO, João Marques de. *Hortências*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CERQUEIRA FALCÃO, Edgard de. *Oswaldo Cruz monumental histórica: a incompreensão de uma época. Oswaldo Cruz e a caricatura*. v. IV, tomo I. São Paulo: Revista dos Tribunais e Clichéria Rufer, 1971.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2001.
- CHOAY, Françoise. “A natureza urbanizada: a invenção dos ‘espaços verdes’”, in *Projeto História: Espaço e cultura*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do

Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº. 18. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Maio/1999.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CRAPANZANO, Vincent Tuhami, “The Hermes dilemma”, in CLIFFORD, J e MARCUS, G. (eds.) *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.

CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. 2 v. Belém: UFPA, 1973.

\_\_\_\_\_. *História do Pará*. Belém: UFPA; Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1963.

CRUZ, Heloisa. “A cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo – 1890-1915”, in *Projeto História: Cultura e cidade*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº. 13. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Junho/1996.

DAVIS, Natalie Zemon: *Culturas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus – 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.

DORMANDY, Thomas. *The white death: a history of tuberculosis*. Londres: Hambleton Press, 1999.

ENDELL, August. “Bellezza della metropoli”, in CACCIARI, Massimo. *Metropolis*. Roma: Officina, 1973. *Apud*: FABRIS, Annateresa (Org.). *Fragments Urbanos: representações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886-1897)*. Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFF.

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a República no Pará (1886-1891)*. Belém, 2000. Dissertação (Mestrado em Planejamento Internacional). NAEA, Pará.

FARRELL, Jeanette. *A assustadora história das pestes e epidemias*. São Paulo: Ediouro, 2003.

FERNANDES, Tânia Maria. “Imunização antivariólica no século XIX no Brasil: inoculação, variolização, vacina e revacinação”, in *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, v. 10 (suplemento 2). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003

FERRARA, L. D’Alessio. *Um olhar periférico*. São Paulo: Edusp, 1999.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia. A constituição de um campo de estudo, 1870-1950*. Campinas, 1996. Dissertação (Mestrado em História Social). IFCH / Departamento de História,

UNICAMP.

\_\_\_\_\_. “Anfiteatro da cura: pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX”, in CHALHOUB, Sidney, MARQUES, Vera Regina Beltrão, SAMPAIO, Gabriela dos Reis e SOBRINHO, Carlos Roberto Galvão (Orgs.) *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. “Quem eram os pajés científicos? Trocas simbólicas e confrontos culturais na Amazônia, 1880-1930”, in FONTES, Edilza Joana Oliveira (Org.) *Contando a história do Pará: diálogos entre história e antropologia*. v. III. Belém: E. Emotion, 2002.

\_\_\_\_\_. “Pajés, médicos & alquimistas: uma discussão em torno de ciência e magia no Pará oitocentista”, in *Cadernos do CFCH*. v. 12. Belém, 1993.

FONSECA FILHO, Olympio da. *Oswaldo Cruz monumenta histórica*. A Escola de Manguinhos: contribuição para o estudo do desenvolvimento da medicina experimental no Brasil. v. II. tomo II. São Paulo: [s.n.], 1974.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *Negras e Galegas: relações étnicas, relações de trabalho e identidades nacionais em Belém do Pará (1880-1890)*.

\_\_\_\_\_. *Prefere-se Portugueses: trabalho, cultura e movimentos sociais*. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em História Social) – IFCH / Departamento de História, UNICAMP.

FRAIHA, Habib. *Oswaldo Cruz e a febre amarela no Pará*. Belém: Grafisa, 1972.

FRANCO, Odair. *História da febre-amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Brasileira LTDA, 1969. (Ministério da Saúde – Departamento Nacional de Endemias Rurais).

GEISON, Gerald L. *The private science of Louis Pasteur*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel, 1991.

\_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GOTTFRIED, Robert S. *The black death: natural and human disaster in medieval Europe*. Nova York: The Free Press, 1983.

GRANSHAW, Lindsay e ROY, Porter (Orgs.). *The hospital in history*. Londres e Nova York: Routledge, 1989.

GUERRA, Sales E. *Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Casa Editora Vecchi, 1940.

GUIMARÃES, Reinaldo. *Determinação social e doença endêmica: o caso da tuberculose*. Rio de Janeiro: Abrasco/Espn, 1990.

HARDMAN, Francisco Foot. *O trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo:

Companhia das Letras, 1988.

HARVEY, A. McGehee. *Science at the Bedside: clinical research in American medicine 1905-1945*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

HOPKINS, Donald R. *Princes and peasants*. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

KARLEN, Arno. *Man and microbes*. Nova York: Putnam, 1996.

KERVAN, Roger. *Laënnec: his life and times*. Londres: Pergamon Press, 1960.

LACERDA, Franciane Gama. “Requerendo passagem para si e sua família: mulheres migrantes no Pará da virada do século XIX”, in *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº 27. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Dezembro/2003.

LEWINSONH, Rachel. “Medical theories, science and the practice of medicine”, in *Social Science e Medicine*. v. 46, n.º 10, 1998.

\_\_\_\_\_. *Três epidemias: lições do passado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Ana Luce Girão Soares de. “A bordo do República: diário pessoal da expedição de Oswaldo Cruz aos portos marítimos e fluviais do Brasil”, in *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, mar.-jun. 1997.

LOWENTAL, David. “Como conhecemos o passado”, in *Projeto História: História e cultura*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº 17. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Novembro/1998.

\_\_\_\_\_. *The past is a foreign country*. 9ª reimpr. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Contos*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. *Contos Escolhidos*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MACHADO, Roberto et. alli. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARTINS, Ana Luiza. “A invenção e/ou eleição dos símbolos urbanos: história e memória da cidade paulista”, in BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). *Imagens das cidades: séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH, FAPESP, marco Zero, 1994.

MATOS, Maria Izilda de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002.

MEIRA FILHO, Augusto. *Antonio José de Lemos: o plasmador de Belém*. Belém: Grafisa, 1978.

- MEIRA, Clóvis. ILDONE, José e CASTRO, Acyr. *Introdução à literatura no Pará*. Belém: CEJUP, 1990.
- MEIRA, Octávio. *Memórias do quase ontem*. Rio de Janeiro: Lidador, 1975.
- PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2002.
- PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém: estudo de geografia urbana*. 2 v. Belém, UFPA, 1968.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- PINHO, Fernando Augusto Souza. *Festas, inaugurações e decepções: a implantação dos bondes elétricos em Belém*, 2001. Monografia (Especialização em História da Amazônia). Belém: UFPA, Laboratório de História.
- POMIAN, Krzysztof. “História e Ficção”, in *Projeto História: Interpretando práticas de leitura*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº. 26. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Junho/2003.
- PORTER, Roy. *Das tripas coração: uma breve história da medicina*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RAMINELLI, Ronald. “História urbana”, in CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, 1997.
- RYAN, Frank. *The forgotten plague*. Nova York: Little, Brown, 1993.
- REZENDE, Sonaly Cristina & HELLER, Léo. *O saneamento no Brasil: políticas e interfaces*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- RITZMANN, Iracy de Almeida Gallo. *Belém: cidade miasmática – 1870/1900*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História Social). Departamento de História, PUC-SP.
- ROCHA, Hildon (Org.). *Um paraíso perdido: ensaios amazônicos, de Euclides da Cunha*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2000. (Coleção Brasil 500 Anos).
- ROCQUE, Carlos. *Antonio Lemos e sua época: história política do Pará*. 2 ed. Belém, CEJUP, 1996.
- RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *João do Rio: a cidade e o poeta – o olhar de flâneur na belle époque tropical*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

- RONCAYOLO, Marcel. “Mutações do espaço urbano: a nova estrutura da Paris haussmanniana”, in *Projeto História: Espaço e cultura*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº. 18. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Maio/1999.
- ROSEN, George. *Da polícia médica à medicina social*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- SALLES, Vicente. *Épocas do teatro no Grão-Pará: ou apresentação do teatro de época*. Tomo I. Belém: UFPA, 1994.
- SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800/1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SARGES, Maria de Nazaré. “Belém: um outro olhar sobre a *Paris dos Trópicos*, 1897-1912”, in SOLLER, Maria Angélica e MATTOS, Maria Izilda (Orgs.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho D’Água, 1999.
- \_\_\_\_\_. FONTES, Edilza Joana Oliveira e NEVES, Fernando Arthur de Freitas. *Novos olhares sobre a República: trabalhadores urbanos, religiosos católicos, seringalistas e donos de terras*. Belém, 2003. (Relatório final de projeto de pesquisa).
- \_\_\_\_\_. *Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos (1969-1973)*. Belém: Paka-Tatu, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Modos de vida e relações sociais. Belém do Pará”, in ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (Org.). *I Jornada História e Cidade: Belém-Pa*, 18 a 20 de Abril de 2001. v. 1, nº 1. Belém: NAEA/UFPA, 2001.
- SCHWARZ, Lilia. *Retratos em branco e negro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCLIAR, Moacyr. *A paixão transformada: história da medicina na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. “... talvez a última grande batalha e ao mesmo tempo a última grande fronteira seja afinal a cultura”, in *Projeto História: História e cultura*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº. 10. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Dezembro/1993.
- SILVA, Helenice Rodrigues. “A história como ‘representação do passado’: a nova abordagem da historiografia francesa”, in CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papyrus, 2000.
- SODRÉ, Emmanuel. *Lauro Sodré na história da República*. Rio de Janeiro [edição do autor],

1970.

SOIHET, Rachel. “Festa da Penha: resistência e interpenetração cultural (1890-1920)”, in CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT, 2002.

SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense. Do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

\_\_\_\_\_. *Galvez, Imperador do Acre*. São Paulo: Circulo do Livro. s.d.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. v. 1. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Oficinas da História).

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. v. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (Coleção Oficinas da História).

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. v. 3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (Coleção Oficinas da História).

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antônio Luigi & SILVA, Sergio (Orgs.). Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

VIEIRA, Evaldo Amaro. “O historiador sabe que não existe superação pelo esquecimento...”, in *Projeto História: História e cultura*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº. 10. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Dezembro/1993.

VIGARELLO, Georges. “Inocular para proteger: A inoculação da varíola e a imagem do corpo”, in *Projeto História: Corpo e cultura*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº 25. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Dezembro/2002.

\_\_\_\_\_. “O trabalho dos corpos e do espaço”, in *Projeto História: Cultura e cidade*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº. 13. São Paulo: EDUC/PUC-SP, Junho/1996.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC – editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WITTER, José Sebastião. *República, política e partido*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. (Coleção História)



**Arquivos, bibliotecas, institutos e museus consultados.**

Academia Paraense de Letras, Belém-PA.

Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Rio de Janeiro-RJ.

Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP, Campinas-SP.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ.

Arquivo Público do Pará, Belém-PA.

Biblioteca Central de Maguinhos, FIOCRUZ, Rio de Janeiro-RJ.

Biblioteca Central, UFPA, Belém-PA.

Biblioteca da Faculdade de Medicina, USP, São Paulo-SP.

Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica, PUC, São Paulo-SP.

Biblioteca da Universidade de Chicago – EUA (<http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd>).

Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, Belém-PA.

Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas-SP.

Biblioteca do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA/UFPA, Belém-Pa.

Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ.

Biblioteca Pública Arthur Vianna, Belém-PA.

Comissão de Demarcação e Limites do Pará, Belém-PA.

Grêmio Literário Português, Belém-Pa.

Instituto Histórico e Geográfico do Pará, IHGP, Belém-Pa.

Laboratório de História, UFPA, Belém-PA.

Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém-Pa.

Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, São Paulo-SP.

Belém-Pa, Abril/2006.

**Alexandre Souza Amaral.**

E-mail: [asaufpa@hotmail.com](mailto:asaufpa@hotmail.com) ou [asaufpa@yahoo.com.br](mailto:asaufpa@yahoo.com.br).